



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2015

Salvador, março de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal da Bahia

U58 Relatório de Gestão 2015/ Universidade Federal da Bahia, Reitor João

Carlos Salles Pires da Silva. – Salvador, 2016.

256 p.

1. Universidade Federal da Bahia – Relatório. I. Silva, João Carlos Salles Pires.

II. Título.

CDU: [378.4 \(814.2\)](#) UFBA (094.7) "2015"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do § único do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146 de 30 de setembro de 2015, Decisão Normativa TCU nº 147, de 11 de novembro de 2015, da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Universidade Federal da Bahia



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor	João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor	Paulo César Miguez de Oliveira
Chefe de Gabinete	Suani Tavares Rubim de Pinho
Pró-Reitor de Ensino de Graduação	Penildon Silva Filho
Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação	Olival Freire Junior
Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação	Olival Freire Junior
Pró-Reitor de Extensão Universitária	Fabiana Dultra Britto
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento	Eduardo Luiz Andrade Mota
Pró-Reitor de Administração	José Murilo Philigret de Oliveira Baptista
Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas	Lorene Louise Silva Pinto / Márcia Rangel / Rosilda Arruda Ferreira
Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Cassia Virginia Bastos Maciel

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

**Equipe
Coordenação**

Francisco José Farias Borges dos Reis

Sandra Maria Duarte de Assumpção

Colaboração

Ana Maria Cerqueira Lima

Daniela Cruz Souto

Adésia Conceição Laborda Chenaud

Túlio Fabrinne Moura Mata

Joilson Rodrigues de Souza

Joseny Marques Freire - Representante do Gabinete do Reitor

Ruan Jean Leiro da Silva Santos - Estagiário

Capa

EDUFBA

SUMÁRIO

		APRESENTAÇÃO	13
1		VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	15
	1.1	Finalidade e competências	15
	1.2	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	15
	1.3	Ambiente de atuação	19
	1.4	Organograma	20
	1.5	Macroprocessos finalísticos	23
2		PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	35
	2.1	Planejamento organizacional	35
	2.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício	35
	2.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	36
	2.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	37
	2.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	38
	2.3	Desempenho orçamentário	38
	2.3.1	Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	39
	2.3.2	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	40
	2.3.3	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	55
	2.3.4	Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento	56
	2.3.5	Restos a pagar de exercícios anteriores	57
	2.3.6	Execução descentralizada com transferência de recursos	59
	2.3.6.1	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	63
	2.3.7	Informações sobre a realização das receitas	65
	2.3.8	Informações sobre a execução das despesas	66
	2.3.9	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	68
	2.4	Desempenho operacional	70
	2.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	71
	2.5.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	92
	2.6	Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	103
3		GOVERNANÇA	107
	3.1	Descrição das estruturas de governança	107
	3.2	Atuação da unidade de auditoria interna	107
	3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	112

	3.4	Gestão de riscos e controles internos	113
4		RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	117
	4.1	Canais de acesso do cidadão	117
	4.2	Carta de Serviços ao Cidadão	128
	4.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	129
	4.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	130
	4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	130
5		DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	133
	5.1	Desempenho financeiro do exercício	133
	5.2	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	133
	5.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	133
	5.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	133
	5.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	134
	5.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	134
	5.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	135
6		ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	136
	6.1	Gestão de pessoas	136
	6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	137
	6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	140
	6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	141
	6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	143
	6.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	146
	6.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	146
	6.2.2	Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	147
	6.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	147
	6.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	155
	6.2.5	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	156
	6.2.6	Informações sobre a infraestrutura física	156
	6.3	Gestão da tecnologia da informação	161
	6.3.1	Principais sistemas de informações	161
	6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	177
7		CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	196
	7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	196

	7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	206
	7.3	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	223
	7.4	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	223
	7.5	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	224
		INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES	225
		Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	225
		ANEXO	
		Demonstrações Contábeis	
		. Balanço Financeiro	
		. Balanço Orçamentário	
		. Balanço Patrimonial	
		. Demonstrações do Fluxo de Caixa	
		. Demonstrações de Variações Patrimoniais	

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 001	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	21
Quadro 002	Macroprocessos Finalísticos	23
Quadro 003	Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - 2032.8282.26232.7138	39
Quadro 004	Ação/Subtítulos – OFSS - 2030.20RJ	42
Quadro 005	Ação/Subtítulos – OFSS - 2032.20GK	44
Quadro 006	Ações não Previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS	46
Quadro 007	Ação/Subtítulos – OFSS - 2032.20RK	47
Quadro 008	Ação/Subtítulos – OFSS - 2032.4002	49
Quadro 009	Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS 2109.4572.26232.0029	50
Quadro 010	Ação/Subtítulos – OFSS - 2032.4086 - Funcionamento dos Hospitais de Ensino	52
Quadro 011	Ação/Subtítulos – OFSS - 2032.20RX	53
Quadro 012	Ação/Subtítulos – OFSS - 2032.157C	54
Quadro 013	Ação/Subtítulos – OFSS - 12.302.2032.4086.7000 Complexo Hospitalar e de Saúde	55
Quadro 013A	Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Crédito ou Recursos	56
Quadro 014	Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores UFBA	57
Quadro 015	Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores CHS	58
Quadro 016	Resumo dos Instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos 3 exercícios	59
Quadro 017	Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ	60
Quadro 018	Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	61
Quadro 019	Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	61
Quadro 019A	Análise da Evolução da Receita Arrecadada 2014 e 2015	65
Quadro 020	Despesas por modalidade de contratação	66
Quadro 021	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	67
Quadro 022	Utilização de Suprimento de Fundos	68
Quadro 023	Concessão de Suprimento de Fundos	68
Quadro 024	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos - 2015	69
Quadro 025	Indicadores de Desempenho Específicos da UFBA	70
Quadro 026	Indicador- Índice de Produtividade em Pesquisa: Corresponde a variação percentual bianual de trabalhos publicados na <i>Web of Science</i> (ISI)	73
Quadro 027	Evolução da variação percentual de crescimento bianual da produção de trabalhos publicados	73
Quadro 028	Evolução da Variação Percentual do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação da UFBA	77
Quadro 029	Escores do IQCTA 2008 - 2009	87
Quadro 030	Resumo dos Indicadores de Gestão da UFBA 2015	100
Quadro 031	Resultados dos Indicadores Primários	101
Quadro 032	Resultados dos Indicadores Primários	102
Quadro 033	Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos	103
Quadro 034	Atuação da unidade de auditoria interna	110
Quadro 035	Apuração de ilícitos administrativos	112

Quadro 036	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	114
Quadro 037	Detalhamento de manifestações do primeiro semestre de 2015(janeiro a junho)	122
Quadro 038	Síntese: Demonstrativo do tipo das manifestações e quantitativo no primeiro semestre de 2015 (janeiro a junho)	123
Quadro 039	Detalhamento das manifestações do segundo semestre de 2015 (julho a dezembro).	127
Quadro 039A	Pesquisa Satisfação do Usuário 2014 2015	129
Quadro 039B	Desempenho Financeiro 2015	133
Quadro 040	Contrato de Prestação de Serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade	143
Quadro 041	Contratação de Estagiários - 2015	145
Quadro 042	Gestão de Frota de Veículos	146
Quadro 043	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	148
Quadro 044	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	149
Quadro 045	Demanda de serviços de manutenção – UFBA 2015	152
Quadro 046	Despesas com Reformas	154
Quadro 047	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	155
Quadro 048	Imóveis Locados de Terceiros	156
Quadro 049	Edificações	156
Quadro 050	Principais Sistemas de Informação da UFBA	166
Quadro 051	Total de Recicláveis recolhidos e doados	180
Quadro 052	Demandas Extras	181
Quadro 053	Indicadores Financeiros da Coleta Seletiva na UFBA	182
Quadro 054	Indicadores Quantitativos da coleta seletiva na UFBA	182
Quadro 055	Indicadores Financeiros da Reciclagem de Lâmpadas na UFBA	185
Quadro 056	Indicadores Quantitativos da Reciclagem de Lâmpadas na UFBA	186
Quadro 057	Coleta de resíduos químicos da UFBA realizada em março de 2015	190
Quadro 057A	Coleta de resíduos químicos da UFBA realizada em março de 2015	191
Quadro 058	Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	175
Quadro 059	Despesas com publicidade	224
Quadro 060	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - 2015	225
Quadro 061	Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio 2015	235
Quadro 062	Relação dos Cursos de Especialização	255
Tabela 001	Evolução do número de trabalhos da UFBA publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) – UFBA 2000 – 2015	73
Tabela 002	Evolução do Índice de Consolidação de Atividade de Pesquisa	75
Tabela 003	Evolução do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação	77
Tabela 004	Evolução da Matrícula e Índices de Expansão da Pós-graduação EXPPG I – UFBA 2004-2015	79
Tabela 005	Evolução do número de cursos de Graduação e Pós-Graduação – UFBA (2005-2015)	80
Tabela 006	Número de alunos matriculados em cursos de Pós-Graduação Stricto Senso	83
Tabela 007	Conceitos ENADE dos cursos da UFBA	85
Tabela 008	Distribuição de servidores por níveis de escolaridade	87
Tabela 009	Distribuição de servidores técnicos e Administrativos da UFBA por níveis alcançados no Plano de Carreira	89

Tabela 010	Distribuição de docentes por níveis de formação e afastamento para realização de atividades de formação	90
Tabela 011	Indicadores de Gestão – TCU nº 408/2002	92
Tabela 012	Aluno Tempo Integral – Graduação ,Pós-Graduação e Residência Médica	93
Tabela 013	Professor do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho – UFBA 2015	94
Tabela 014	Funcionários do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho - UFBA 2015	95
Tabela 015	Alunos Matriculados na Graduação – UFBA 2015	96
Tabela 016	Alunos Matriculados na Graduação e Pós-Graduação 2015	96
Tabela 017	Conceitos CAPES/MEC dos Programas de Pós-Graduação da UFBA 2015	97
Tabela 018	Professores por Titulação	99
Tabela 019	Diplomados (2015) e Ingressantes ^(t-i)	99
Tabela 020	Composição da força de trabalho por lotação autorizada e efetiva	137
Tabela 021	Força de Trabalho por lotação efetiva	138
Tabela 021A	Composição da força de trabalho por tempo de serviço e sexo	138
Tabela 022	Demonstrativo das Despesas com pessoal	140

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Universidade Federal da Bahia – UFBA, exercício 2015, tem como objetivo atender ao disposto no Art. 70 da Constituição Federal, bem como cumprir o que estabelecem a instrução Normativa nº 063/2010, as Decisões Normativas nº 146/2015e 147/2015 e a Portaria nº 321/2015, todas publicadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Desta forma, este documento visa não apenas a atender os roteiros constituídos nas referidas Decisões Normativas, mas fornecer de forma transparente e qualificada as informações relacionadas à gestão desta Universidade no último ano, a partir de uma base sólida da origem dos dados trabalhados, coadunando-se, assim, com a tradição de excelência nos serviços prestados por esta Instituição de Ensino.

A elaboração deste documento é fruto do empenho coletivo de Unidades e Órgãos da UFBA sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento –PROPLAN que atenderam a todas as informações solicitadas, contribuindo para o entendimento e a avaliação crítica do planejado e executado no ano de 2015. Sendo assim, este Relatório constitui-se em instrumento de registro histórico e de referência sobre os avanços e entraves na realização das atividades da Universidade, para se prospectar e planejar o futuro da instituição. Nesse sentido, o Relatório reflete o trabalho coletivo que marca esta gestão, contando com o suporte, a compreensão e o esforço da comunidade universitária em face do cenário de dificuldade orçamentária, enfrentada através de diálogos com o Ministério da Educação, com a racionalização de gastos e suas implicações para as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas que incidem, direta ou indiretamente na rotina universitária.

Neste Relatório, o primeiro item apresenta uma visão geral da UFBA, desde sua finalidade e competências passando por suas normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento até os seus macroprocessos finalísticos. No segundo item, encontram-se informações sobre o planejamento e desempenho orçamentário e operacional. O terceiro refere-se a tópicos relativos à governança. O quarto item aborda informações relativas ao relacionamento com a sociedade. No quinto item, são apresentados dados alusivos ao desempenho financeiro e às informações contábeis. O sexto item apresenta informações sobre as áreas especiais da gestão. O sétimo item contém aspectos da conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle. Finalizando o Relatório, no oitavo item, há os anexos e apêndices, bem como informações suplementares.

A expressiva dinâmica da vida universitária imprime diariamente variações e inflexões nas informações geradas pelos diversos sistemas de informação. Assim, os dados apresentados, refletem este dinamismo, suas virtudes e limitações, fazendo com que mesmo um Relatório acabado como o que se apresenta seja passível de contínuo aperfeiçoamento. Nem por isto deixa de se constituir em base essencial para pensar cada momento seguinte, na direção do crescimento, desenvolvimento e melhoria de qualidade das ações e serviços no âmbito de atuação universitária. Assim sendo, o Relatório de Gestão 2015 constitui-se desde já em documento que servirá igualmente aos processos de acompanhamento, avaliação e controle e às discussões e reflexões que a UFBA realizará em seu primeiro Congresso Universitário no próximo mês de julho.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e competências

As atividades de ensino, pesquisa, criação e inovação e extensão universitária são essenciais para a **Universidade Federal da Bahia**, e dessa maneira se inscrevem em seu Estatuto e Regimento, estruturando-a e dirigindo suas ações de gestão institucional e acadêmica, nas diversas áreas de conhecimento em que atua. As atividades de ensino compreendem aquelas de caráter formativo e pedagógico, realizadas em programas e cursos de graduação e de pós-graduação senso estrito e lato senso. As atividades de pesquisa, criação e inovação compreendem a concepção, participação, realização e coordenação de projetos e programas que geram conhecimento filosófico, científico e tecnológico, e de criação artística e cultural. As atividades de extensão incluem projetos e programas de formação continuada e de integração da Universidade com a Sociedade representada por organizações sociais e instituições públicas e privadas.

Inscriem-se em sua missão, como constam dos objetivos no Estatuto: educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça; gerar e propagar conhecimento, saberes e práticas no campo das ciências, das artes, das culturas e das tecnologias; exercitar a excelência acadêmica, fomentando o pensamento crítico-reflexivo nos diversos campos de saberes e práticas; contribuir para o desenvolvimento local, do Estado da Bahia, do País e global; manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; cultivar princípios éticos na formulação de políticas, planos, programas e iniciativas que concretizem suas atividades-fim, promovendo a formação de cidadãos tecnicamente qualificados e humanisticamente preparados para atuar no mundo do trabalho, na construção da justiça social e consolidação da democracia. Considera-se assim, que a Universidade constitui-se em um espaço privilegiado de formação técnica, cultural, ética e humanista, indispensável à construção de uma sociedade mais justa e soberana.

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

A Universidade Federal da Bahia, criada pela Carta Régia de Fundação do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, firmada pelo Príncipe Regente D. João, em 18 de dezembro de 1808; instituída pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, publicado no D.O.U. de 17 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, publicado no D.O.U. de 13 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e do seu Estatuto, do Regimento Geral e das Resoluções emanadas dos Conselhos Superiores (www.ufba.br).

Os Órgãos Superiores de Deliberação da Universidade Federal da Bahia (Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho Acadêmico de Ensino e Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão) e o Conselho de Curadores, este definido, estatutariamente, como Órgão de Controle, Fiscalização e Supervisão, ao longo do ano dois mil e quinze, deram continuidade

as suas atividades regulares, em conformidade com as respectivas especificidades e atribuições institucionalmente estabelecidas, mediante análise e deliberação acerca de assuntos de natureza acadêmica, administrativa e financeira da Universidade, com destaque para os tópicos sinteticamente adiante formalizados.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Nº de reuniões: 11

Resoluções formalizadas:

- 01/15 – Aprovação do Regimento Interno da Faculdade de Ciências Contábeis (FCC) da UFBA.
- 02/15 – Altera o Art. 129 do Regimento Geral da UFBA.
- 03/15 – Altera a redação de dispositivos da Seção II do Capítulo III do Título IX do Regimento Geral da UFBA, que dispõe sobre a “Integralização da Carga Horária Docente” (artigos 119 a 123).
- 04/15 – Fixa os valores dos procedimentos acadêmicos.
- 05/15 – Regulamenta as normas e os procedimentos para a contratação de Professor Substituto pela Universidade Federal da Bahia.

Principais discussões/deliberações:

- Edital FINEP 02/2014 – definição do estruturação do CT-INFRA 2014.
- Aprovação da adoção do regime docente excepcional de 40 horas para a Escola de Nutrição.
- Aprovação da adoção do regime docente excepcional de 40 horas para o Instituto de Letras.
- Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão da UFBA 2014.
- Aprovação do Projeto Horto Farmácia da Terra (Faculdade de Farmácia).
- Análise da viabilidade de incorporação do Hospital Ana Nery ao Sistema de Saúde da UFBA.
- Avaliação da conjuntura da UFBA frente aos movimentos reivindicatórios paredistas em curso dos seus servidores docentes e técnico-administrativos.
- Apresentação e análise da situação da UFBA em função do Decreto de Execução Orçamentária.
- Exposição sobre as conclusões contidas no relatório final da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº 289/2014.
- Apresentação da infraestrutura elétrica de alta e média tensão.
- Apresentação e discussão preliminar acerca da alocação de vagas na UFBA.
- Aprovação da criação do Departamento de Fisioterapia.
- Aprovação do credenciamento da Fundação Escola Politécnica (FEP) como fundação de apoio à UFBA (apreciação do Relatório de Gestão 2014, da Avaliação de Desempenho na Gestão de Projetos na UFBA com suporte da FEP, do Portal de Transparência da FEP divulgado em seu sítio eletrônico e outros).
- Aprovação do credenciamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX) como fundação de apoio à UFBA (apreciação do Relatório de Gestão 2014, da Avaliação de Desempenho na Gestão de Projetos da UFBA com suporte da FAPEX, do Portal de Transparência da FAPEX divulgado em seu sítio eletrônico e outros).
- Apresentação do Grupo de Trabalho sobre Eficiência Energética.
- Aprovação da implementação do **campus** avançado da UFBA em Camaçari.
- Homologação de Declaração emitida pelo Magnífico Reitor, **ad referendum** do Conselho Universitário, no sentido de aprovar a renovação da autorização do apoio da FAPEX à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

- Eleição do Substituto Eventual do Vice-Reitor (eleita a Professora Tatiana Bittencourt Dumê).
- Definição das Comissões Permanentes do Conselho (pequenas alterações: inserção da Escola Politécnica na Comissão de Assuntos Acadêmicos; retirada da Faculdade de Medicina da Bahia das Comissões de Orçamento e Finanças e da de Gestão de Pessoas e a sua inclusão, apenas, na Comissão de Normas e Recursos; distribuição dos representantes dos servidores técnico-administrativos nas seis Comissões).
- Apresentação da execução orçamentária (parcial) relativa ao exercício de 2015.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Nº de reuniões: 03

Resoluções formalizadas.

01/15 – Dispõe sobre a atipicidade do semestre letivo 2015.1 e dá outras providências.

02/15 – Dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber na UFBA.

03/15 – Altera o Calendário Acadêmico da UFBA/2015 e dá outras providências.

04/15 – Altera a Resolução 03/2015, relativa ao Calendário Acadêmico/2015, no que respeita, especificamente, ao último dia de aulas de 2015.2.

05/15 – Aprova o Calendário Acadêmico da UFBA/2016 para os **campi** de Salvador e Vitória da Conquista e dá outras providências.

Principais discussões/deliberações.

- Apreciação do Relatório da Comissão constituída com a finalidade de proceder a estudos tendo em vista o reconhecimento do conceito acadêmico e o credenciamento, pelo CONSEPE, de instituições estrangeiras para efeito de revalidação/reconhecimento/registro de diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação por elas expedidos.

CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO.

Nº de reuniões: 32

Nº de processos julgados: 626

Resoluções formalizadas:

01/15 – Aprova o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação **stricto sensu** (REGPG) da Universidade Federal da Bahia.

02/15 – Revoga a Resolução 05/2014, que “estabelece as normas para habilitação ao Doutorado Especial direcionado aos docentes do quadro permanente de Instituições de Educação Superior Públicas, sediadas no Brasil, admitidos antes do ano de 1990”.

03/15 – Suspende, em 2015, a abertura de processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação e de reconhecimento de diplomas de cursos de pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

04/15 – Dispõe sobre a aplicação do disposto no Art. 2º da Resolução 03/2015 do CONSEPE.

05/15 – Dispõe sobre a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA.

Principais discussões/deliberações:

- Aprovação da criação de doze novos cursos, sendo quatro de graduação (Curso de Medicina do IMS/UFBA, Bacharelado em Ciências Contábeis na modalidade a distância, Licenciatura em Dança na modalidade a distância –EAD/UFBA, Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, Justiça e Cidadania – Modalidade Ensino a Distância); e oito de pós-graduação (Residência Multiprofissional em Urgência do IMS, Residência Médica na área Ultrassonografia em Obstetrícia e Ginecologia, Doutorado Interinstitucional (DINTER) PPGAC/UFBA, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPEC) com curso de Mestrado e Doutorado, Mestrado e Doutorado interinstitucional em Engenharia Química, Curso de Pós-Graduação em Microbiologia, Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva, Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação).

CONSELHO ACADÊMICO DE PESQUISA E EXTENSÃO.

Nº de reuniões: 11.

Principais discussões/deliberações.

- Apreciação de vários processos relativos a Cursos de Especialização relatados pela Pró-Reitoria de Extensão.
- Apreciação e discussão acerca da Política de Iniciação Científica.
- Aprovação da minuta referente ao projeto institucional da UFBA para o Edital Mais Cultura nas Universidades MinC/MEC.
- Homologação da aprovação **ad referendum** pela Presidente do CAPEX da composição do Comitê dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFBA 2015/2016.
- Discussão da nova proposta de Resolução relativa aos critérios para a formação de Líderes de Grupos de Pesquisa (não finalizada).
- Apreciação e deliberação acerca dos pareceres apresentados pelas duplas de Conselheiros designadas relativos aos processos a elas encaminhados, passivos do Conselho Acadêmico de Ensino.
- Relato sobre reunião com os pesquisadores, incluindo as perspectivas da pesquisa na UFBA para 2016.

CONSELHO DE CURADORES.

Nº de reuniões: 05.

Principais/deliberações.

- Eleição do Presidente do Conselho para exercício em 2015.
- Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2015.
- Aprovação de doação de mobiliário para a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola).
- Apresentação, discussão e deliberação acerca do Relatório de Gestão UFBA/2014.
- Análise da viabilidade de incorporação do Hospital Ana Nery ao Sistema de Saúde da UFBA.
- Eleição de um representante titular e um suplente do Conselho de Curadores para o Conselho Fiscal da FAPEX.

- Apreciação e aprovação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) 2014.
- Eleição do Presidente do Conselho para exercício em 2016.
- Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2016.

1.3 Ambiente de atuação

A Universidade Federal da Bahia, fundada em 1946, é a mais antiga e a maior Instituição de Ensino Superior do estado da Bahia. Ainda que sua área de atuação, o ensino superior, tenha vindo a alterar-se profundamente nos últimos dez anos com a criação das cinco novas IFES (UFRB, UFOB, UFVFS, UFSB E UNILAB) que vieram juntar-se às quatro instituições públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESC, UESB) e ao conjunto significativo de instituições privadas que atuam no estado, a UFBA, concentrada em Salvador, mas com presença em outro município por conta de um *campus* na cidade de Vitória da Conquista, continua gozando de um protagonismo e do reconhecimento da sociedade baiana que podem ser explicados seja pelo fato de ser praticamente a única IES que desenvolve integral e articuladamente o tripé ensino, pesquisa e extensão, seja, também, pela reconhecida qualidade dos seus cursos de graduação e pós-graduação. Neste quadro, se pelas características apontadas as oportunidades permanecem abertas e renovam-se constantemente, a expansão experimentada nos últimos anos pela instituição deu origem a um conjunto de ameaças inscritas mais no ambiente interno, em especial no que concerne à condição econômico-financeira de responder às necessidades de custeio e manutenção, do que, efetivamente, na sua capacidade de responder aos desafios postos pelo contexto local e regional seja do ponto de vista da formação de quadros para o mundo do trabalho, seja, também, no que diz respeito às contribuições fundamentais que a instituição empresta às políticas públicas que nas várias áreas buscam acionar o desenvolvimento da sociedade.

1.4 Organograma

Este subitem apresenta o organograma funcional da UFBA com a descrição sucinta das principais competências das unidades/órgãos . O Organograma pode também ser visualizado no link: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Organograma_UFBA_2015_novo.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Órgãos Superiores de Deliberação

ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO

CONSELHO ACADÊMICO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Órgão Superior de Controle, Fiscalização e Supervisão

CONSELHO DE CURADORES

REITORIA

VICE-REITORIA

Correição

Ouvidoria

Controle Interno

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

Pró-Reitoria de Extensão Universitária

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas

Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

Sistema Universitário de Saúde

Sistema Universitário de Bibliotecas

Sistema Universitário Editorial

Sistema Universitário de Museus

Superintendência Administração Acadêmica

Superintendência Avaliação Desenv. Institucional

Superintendência de Tecnologia da Informação

Superintendência de Educação a Distância

Superintendência Meio Ambiente e Infraestrutura

Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ÁREA I

- Arquitetura
- Física
- Geociências
- Matemática
- Politécnica/ Engenharias
- Química

ÁREA II

- Biologia
- Ciências da Saúde
- Enfermagem
- Farmácia
- Medicina
- Medicina Veterinária
- Nutrição
- Odontologia
- Saúde Coletiva

ÁREA III

- Administração
- Ciênc. Contábeis
- Ciênc. Econômicas
- Ciênc. Informação
- Comunicação
- Direito
- Educação
- Filosofia e Ciências Humanas
- Psicologia

ÁREA IV

- Letras

ÁREA V

- Belas Artes
- Dança
- Música
- Teatro

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR

- Humanidade, Artes e Ciências Prof^o Milton Santos

UNIDADE FORA DA CAPITAL

- Multidisciplinar em Saúde – Campus Anísio Teixeira

QUADRO 001– Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Universitário	Órgão máximo de deliberação universitário responsável pelas políticas gerais, planejamento e diretrizes nas áreas administrativas e acadêmicas da universidade.	João Carlos Salles Pires da Silva	Presidente	21.08.2014 a 20.08.2018
Conselho de Curadores	Órgão que exerce a fiscalização econômico-financeira da universidade.	Joseilton Silveira da Rocha Paulo Antonio de Freitas Balanco	Presidente	03.05.2013 a 03.03.2015
Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão	Órgão responsável pelas normas e políticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão da universidade.	João Carlos Salles Pires da Silva	Presidente	21.08.2014 a 20.08.2018
Conselho Acadêmico de Ensino	Órgão responsável pelo regime didático, cursos de graduação e pós-graduação e o acompanhamento da execução de planos e programas acadêmicos.	Márcia Paraquett Fernandes	Presidente	18.12.2013 a 17.12.2014
		Arlindino Nogueira da Silva Neto	Presidente	A partir de 17.12.2014
Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão	Órgão responsável pela supervisão das atividades de pesquisa, criação e inovação e de extensão universitária.	Ulma Rodrigues de Matos	Presidente	A partir de 28.04.2014
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	Compete funções de planejamento, gestão de orçamento, de convênios e contratos acadêmicos, da estatística e documentação e de informação ao	Eduardo Luiz Andrade Mota	Pró-Reitor	A partir de 26.08.2014
Pró-Reitoria de Administração	Compete as funções de gestão administrativa, da contabilidade e finanças.	José Murilo Philigret de Oliveira Baptista	Pró-Reitor	A partir de 26.08.2014
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Compete coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas de ensino de graduação.	Penildon Silva Filho	Pró-Reitor	A partir de 26/08/2014
Pró-Reitoria de Ensino de Pós Graduação	Compete coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas de ensino de pós-graduação	Olival Freire Junior	Pró-Reitor	A partir de 26/08/2014
Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação	Compete fomentar, coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas, os programas e os projetos de pesquisa, criação e inovação	Olival Freire Junior	Pró-Reitor	A partir de 26/08/2014
Pró-Reitoria de Extensão	Compete fomentar, coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas, os programas e os projetos de extensão.	Fabiana Dultra Britto	Pró-Reitora	A partir de 17/09/2014
Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Compete as funções de apoiar e assistir o corpo discente, planejar, fomentar, coordenar políticas e programas de ação	Cássia Virginia Bastos Maciel	Pró-Reitora	A partir de 26.08.2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas	Compete as funções de gestão do quadro de pessoal ativo e inativo	Lorene Louise Silva Pinto	Pró-Reitora	A partir de 04/08/2015
		Marcia Tereza Reboucas Rangel	Pró-Reitora	23/03/2015 a 03/08/2015
		Rosilda Arruda Ferreira	Pró-Reitora	26/08/2014 a 22/03/2015
Superintendência de Educação a Distância	Compete desenvolver, coordenar, supervisionar, assessorar e prestar suporte técnico à execução de atividades na área de educação a distância.	Marcia Tereza Reboucas Rangel	Superintendente	A partir 04/08/2015
		Paulo de Arruda Penteadado Filho	Superintendente	01/05/2013 a 03/08/2015
Superintendência de Tecnologia da Informação	Compete manter, planejar, desenvolver, suprir, especificar e controlar recursos, bens e serviços utilizados para o processamento e a comunicação de informações e dados.	Luiz Cláudio de A. Mendonça	Superintendente	A partir de 16/03/2011
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	Compete planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento da infraestrutura e patrimônio físico e elaborar, acompanhar e coordenar a implantação das políticas de implantação ambiental.	Fábio Macedo Velame	Superintendente	A partir de 01/05/2013
Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional	Compete coordenar e supervisionar as atividades de avaliação e desenvolvimento institucional	Antônio Virgílio Bastos	Superintendente	A partir de 09/07/2013
Superintendência de Administração Acadêmica	Compete propor o calendário acadêmico da Universidade, elaborar sua agenda acadêmica, prestar serviços acadêmicos relacionados ao registro e documentação das atividades da Graduação e PósGraduação, bem como o gerenciamento das instalações e equipamentos de ensino de uso compartilhado	Nancy Rita Ferreira Vieira	Superintendente	A partir de 06/05/2013

Fonte: PRODEP/SOC/PROPLAN

1.5 Macroprocessos finalísticos

QUADRO 002 - Macroprocessos Finalísticos				
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino de Graduação	Atividades de ensino de graduação, inclusive de educação à distância	Cursos de Licenciatura, Bacharelados e Tecnológicos	Corpo Discente da Graduação	Unidades Acadêmicas
Ensino de Pós-Graduação	Atividades de ensino de pós-graduação, inclusive de educação à distância	Cursos de pós-graduação senso estrito (mestrado e doutorado) e senso lato	Corpo Discente da Pós-Graduação	Unidades Acadêmicas e Programas de Pós-Graduação
Pesquisa, criação e inovação	Atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico	Produção Científica, Técnica, Artística e Cultural	Corpo discente, corpo docente, pesquisadores e técnicos, comunidade acadêmica, gestores e sociedade	Unidades Acadêmicas e Projetos e Programas de Pesquisa
Extensão Universitária	Atividades de prestação de serviços à sociedade e produção técnica, artística e cultural no âmbito acadêmico	Produção de serviços à sociedade, produção técnica, artística e cultural	Corpo discente, corpo docente, pesquisadores e técnicos, comunidade acadêmica, gestores e sociedade	Unidades Acadêmicas e Projetos e Programas de Extensão
Assistência Estudantil	Atividades de apoio e assistência ao corpo discente	Programas de assistência estudantil	Corpo discente	Unidades Acadêmicas e Administração Central

Os macroprocessos finalísticos de ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa, criação e inovação e de extensão universitária são desenvolvidos no âmbito das trinta e uma Unidades Acadêmicas e dos seus órgãos complementares, localizados nos *campi* de Salvador e de Vitória da Conquista. A isto se integra transversalmente a Assistência Estudantil como macroprocesso essencial para assegurar a inclusão e permanência discente, contribuindo para que a Universidade cumpra seus objetivos. Na Administração Central, esses macroprocessos finalísticos são relacionados mais diretamente às pró-reitorias de Ensino de Graduação, de Ensino de Pós-Graduação, de Pesquisa, Criação e Inovação, de Extensão Universitária, e de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e às superintendências de Administração Acadêmica e de Ensino a Distância. As demais pró-reitorias e superintendências e os órgãos dos sistemas universitários da Administração Central desenvolvem atividades sistêmicas gerais de planejamento, gestão e apoio.

Apresentam-se a seguir alguns objetivos estratégicos relativos a sua situação em dezembro de 2015:

ENSINO DE GRADUAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2015
ENVOLVER OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO NA ESCOLHA DO SEU CURSO DE GRADUAÇÃO.	Firmar parceria com Empresas Juniores da UFBA.	Realizada. Realizamos ação conjunta no projeto - UFBA: Mostra a sua cara!
	Envolver as escolas de ensino médio (público e privado) para participar dos eventos para divulgação dos cursos da UFBA.	Realizada com sucesso de maio à dezembro/2015.
	Organizar evento para divulgação dos cursos da UFBA junto aos estudantes das escolas de ensino médio.	Realizamos em 2015, eventos em 54 escolas, com a participação de 3296 estudantes, sendo 2380 de escolas públicas, 901 de privadas e 15 de IES.
INSCREVER PLENAMENTE OS CANDIDATOS APROVADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFBA.	Criar estratégias para a efetivação da matrícula nos cursos da UFBA dos alunos aprovados no SISU.	Realizamos a mudança na matrícula e o grau de ocupação das vagas foi atingido devido à nova metodologia. Foram ofertadas 1.204 vagas residuais em 96 opções de cursos, foram inscritos 3475 candidatos, tendo sido aprovados 836 candidatos.
	Convocar os alunos recém aprovados nos cursos de graduação da UFBA por meio de uma comunicação mais efetiva.	Foi alcançado pela utilização de meios de comunicação de massa e redes sociais e forte apoio da ASCOM.
DESENVOLVER O COMFOR, PARFOR E PIBID	Pactuar com sistema de ensino acerca de perfil esperado de formandos.	COMFOR em dificuldades pela conjuntura nacional. Mantivemos os projetos já iniciados e aguardamos as novas decisões da CAPES acerca do COMFOR.
	Institucionalizar o COMFOR.	Foi realizado.
	Definir as diretrizes, processos e procedimentos do COMFOR.	Foi realizado.
	Divulgar as ações do PARFOR para unidades de ensino da UFBA e para os professores de ensino médio da rede pública.	Foi realizado. Cursos concluídos/2015: História-Barreiras/Ciências Biológicas/Física/Matemática. Cursos em andamento/2015: Licenciaturas em Matemática (2 turmas)/Física/Química/Ciências Biológicas/História-Barreiras. 40 graduados e 60 matriculados
	Divulgar as ações do PARFOR junto as unidades de ensino da	Foi realizado. O PARFOR foi diminuído devido ao desinteresse do governo do Estado em promover

	UFBA para apresentar a importância do projeto para a sociedade.	a formação de seus professores. A UFBA propôs 7 cursos, mas apenas tivemos inscrição para o curso de Pedagogia.
	Definir áreas estratégicas para a iniciação à docência, a exemplo da educação especial, educação indígena, educação infantil, inserção da história e cultura afro-brasileira.	<p>PIBID em funcionamento.</p> <p>Atualmente fazem parte 16 (dezesesseis) cursos de licenciatura em: Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Dança, Artes Plásticas e Visuais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Química, Letras Vernáculas, Matemática, Música, Pedagogia e Ciências Sociais.</p> <p>A UFBA conta com 353 (trezentos e cinquenta e três) bolsistas de iniciação à docência, 69 (sessenta e nove) supervisores e 31 (trinta e um) coordenadores.</p>
	Garantir a continuidade do auxílio transporte para bolsistas PIBID.	Foi realizado com recursos próprios da UFBA.
	Analisar as possibilidades de oferta de Graduação à distância em áreas de Ciências, Letras, Humanidades e Artes.	Realizado em Parceria com a SEAD
	Aumentar o número de alunos matriculados nos cursos de educação a distância expressivamente.	<p>Tivemos 4 cursos novos aprovados pelo edital da UAB.</p> <p>Os cursos de Dança, Ciências Contábeis e Direito-Segurança Pública foi inscrito. Pedagogia não foi inscrito pois a Faculdade de Educação não entregou o projeto.</p>
	Tornar mais efetiva a divulgação dos processos de fomento a educação à distância, como a parceria da UAB, em parceria com a SEAD.	Realizado em parceria com a SEAD
MELHORAR OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO MEC NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.	Criar comissões internas nas Unidades de Ensino de avaliação dos cursos.	Realizado.
	Promover estudo sobre sistema de avaliação de cursos do MEC.	Realizado.
	Realizar diagnóstico interno dos cursos avaliados, conforme indicadores do MEC.	Realizado nos cursos que tiveram vista do MEC em 2015
	Fortalecer a integração dos atores da UFBA vinculados ao processo de avaliação dos cursos de graduação - SUPAD (Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento), CPA (Comissão Própria de Avaliação) e PI (Procuradora Institucional) - aos processos de avaliação dos cursos de graduação.	<p>Estamos tendo elevação do conceito dos cursos que foram avaliados em nossa gestão, como Biologia, Física e Química.</p> <p>Foram avaliados 16 cursos de graduação, sendo 7 de reconhecimento e 9 de renovação do reconhecimento. Desses 1 teve conceito 5,0; 14 tiveram conceitos 4,0 e 1 teve conceito 3,0.</p>

	Orientar as Unidades de Ensino para as avaliações <i>in loco</i> do MEC.	Foram realizadas especialmente a partir da criação do Núcleo de acompanhamento das avaliações dos cursos e do trabalho conjunto com a CPA e a SUPAD.
	Apresentar nas Unidades de Ensino o diagnóstico realizado após a avaliação do MEC.	
	Promover ações com os discentes e docentes para valorização do ENADE.	
	Criar um cronograma de ação para trabalhar a melhoria dos cursos com avaliação insatisfatória pelo MEC.	
	Discutir com as Unidades de Ensino os resultados das avaliações.	
<p>PROMOVER A QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO COM AÇÕES QUE INTEGREM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.</p>	Realizar abertura de concurso para compor o quadro docente.	Foram realizados concursos. Autorizamos 171 vagas de concurso para docente, 23 vagas canceladas, 148 vagas oferecidas de concurso para docente, 65 docentes nomeados, 84 concursos para docente nomeado, atendendo à solicitação de 24 Unidades de Ensino.
	Acompanhar o registro da carga horária de todos os docentes em sala de aula em parceria com a SUPAC.	Foi realizado
	Criação e implantação de um sistema de banco para professor equivalente.	Foi realizado com planilhas de excel, falta agora automatizar pelo SIGA A.
	Promover a reflexão e a avaliação das práticas pedagógica através da realização de eventos acadêmicos.	Parceria em negociação com a PRODEP - objetivo de termos cursos de formação pedagógica para professores da UFBA.
	Programar eventos como Seminários, Mesas Redondas, Palestras, envolvendo participantes das Pró-Reitorias, Secretarias de Educação, INEP e MEC, com o objetivo de mobilizar a comunidade para repensar a Graduação e se criar uma política de graduação de forma coletiva na UFBA que ultrapasse o marco legalista.	<p>Realizado o UFBA EM DEBATE - Programação preparatória para o Congresso da UFBA</p> <p>Afiliação Acadêmica e Permanência na Universidade</p> <p>Evasão e Sucesso Acadêmico no Ensino Superior</p> <p>Promoção conjunta do Observatório da Vida Estudantil, da PROAE e da PROGRAD, como continuidade dos primeiros debates que iniciamos em 2014.2, com o objetivo de manter um espaço de reflexão acadêmica e formulação de políticas para a Graduação da UFBA.</p> <p>I Seminário PIBID do Nordeste, V Seminário Baiano das Licenciaturas, V Seminário Estadual PIBID-IAT - com apresentação de 317 (trezentos e dezessete) trabalhos e debates de dez diferentes subtemas, com a participação de 950 (novecentos e cinquenta) participantes inscritos, articulado com ações nas demais regiões do país por meio do Fórum Nacional do PIBID (FORPIBID).</p> <p>Licenciaturas da UFBA e as novas diretrizes curriculares</p> <p>Debate sobre a BNCC</p>

	Revisar as normas da UFBA em relação aos currículos e fazer as adequações que se julguem necessárias e construir um instrumento de avaliação dos mesmos.	Propusemos já uma reforma no fluxo administrativo dos processos ao CAE.
	Elaborar um instrumento para o diagnóstico dos currículos vigentes nos cursos de graduação da UFBA.	Em andamento
	Preparar oficinas para estimular alterações que sejam necessárias de acordo com o diagnóstico feito.	Realização do 1º Seminário sobre Interdisciplinaridade em 2015.1 e desdobramentos nas unidades.
	Realizar seminário sobre Interdisciplinaridade na Universidade e experiências empíricas.	Foi realizado

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação

O Programa Institucional de Iniciação Científica apoiou 735 projetos, totalizando 1374 bolsistas nos programas PIBIC, PIBITI e PIBIC/AF, dos quais 250 são bolsistas apoiados pela UFBA. No ano anterior, 2014, eram 362 projetos de Iniciação Científica, os quais cobriam cerca de 1500 bolsas, sendo 582 com recursos UFBA. Estes números refletem a reorientação da Iniciação Científica empreendida pela Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação –PROPCI-, buscando maior valorização e qualificação da atividade de orientação de IC estabelecendo um limite de 3 bolsistas por orientador. Isto levou à elevação do número de projetos apoiados ainda que com uma redução do número de bolsistas com recursos UFBA. Esta reorientação também se refletiu na realização de um Seminário de Iniciação Científica com maior participação de bolsistas e orientadores, aspecto ressaltado positivamente pelo Comitê de Avaliadores Externos.

Programa Federal Ciência sem Fronteiras (CsF). A PROPCI tem buscado maior entrosamento com a Assessoria Internacional da UFBA para o acompanhamento destes estudantes, bem como maior articulação com os colegiados tendo em vista a reinserção destes estudantes quando de seu retorno. Em 2015, houve a inserção de 248 alunos de 28 cursos de graduação no programa CsF. Os cursos com maior participação foram: Arquitetura e Urbanismo (35), Medicina (35), Engenharia Civil (31), Engenharia Química (26), Engenharia Mecânica (17), e Biotecnologia, entre outros. Neste ano, os principais destinos dos alunos da UFBA foram Estados Unidos (82), Reino Unido (45), Alemanha (20), Irlanda (20), Espanha (18), Canadá (12), Itália (12) e outros (39). Ademais, a UFBA foi

contemplada com três ETAs (English Teaching Assistants), através do projeto “Atuação dos ETAs no NucLi e curso de Letras da UFBA: intercâmbio de saberes e experiências para formação de falantes de língua inglesa”, pela Fulbright para atuação no PROFICI (Programa de Proficiência de Línguas) para o período de março a novembro de 2016.

Pesquisa, Criação e Inovação

No âmbito do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA – PROUFBA foram apoiados 28 projetos sendo 21 através do edital 01/2013 e 7 no edital 01/2014. O PROUFBA apoia projetos de pesquisa que se direcionem a investigar a UFBA, preferencialmente implantando, ou propondo a implantação, de soluções que contribuam para o seu aprimoramento. O PROUFBA foi desdobrado de modo a termos uma comissão e edital específico para o apoio ao estudo da UFBA no período da ditadura militar, edital no qual apoiamos 11 projetos. Aprovamos, em 2015, 11 projetos no âmbito do Programa Pesquisador UFBA de Produtividade CNPQ - PROPI, programa voltado a apoiar pesquisadores da UFBA com aprovação de mérito em editais do CNPq para Bolsas de Produtividade, mas não apoiados pela agência por limitação de recursos. No âmbito do Programa de Apoio Emergentes da UFBA - PRODOC, programa voltado ao apoio de pesquisadores emergentes da UFBA, apoiamos 90 projetos sendo: 55 projetos apoiados no edital 01/2013 e 35 no edital 01/2014. Foram efetivados pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) 16 projetos na forma de registros de propriedade intelectual. Ao longo de 2015 buscamos a criação de formas de apoio mais voltadas aos estudantes com perfil inovador e/ou empreendedor. Foram aprovados 35 projetos de apoio à Iniciação Tecnológica na forma de editais do InovaPoli (20), edital em acordo com a Escola Politécnica, do Paideia (10), em acordo com o Instituto de Humanidade Artes e Ciências -IHAC-, e do apoio ao Observatório da Pacificação (5), realizado pela Faculdade de Direito. Estes projetos contemplaram 65 Bolsas de PIBIT e 5 de PIBIT Junior. A PROPCI organizou, ao longo de 2015, o espaço IHAC Lab-i, no Instituto de Humanidades de Artes, espaço de inovação tecnológica voltada a estudantes da UFBA mas também aberto à participação da comunidade. O espaço tem apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia; este apoio propiciará a transferência para a UFBA de máquinas para uso compartilhado neste espaço.

APOIO FINEP – CT-INFRA

Os resultados da Carta Convite 01/2014, suplementação para obras inacabadas, permitiram à UFBA a captação de quase 9 milhões de reais, viabilizando as obras dos seguintes projetos: LAPAG, CIENAM, 1ª Etapa da Biblioteca Isaías Alves e Setor de Ovinocultura e Caprinocultura da EMVZ. Os desafios agora estão concentrados na execução das referidas obras nos tempos permitidos na referida Carta Convite. As transferências efetivas da FINEP em 2015 totalizaram pouco mais de 3,5 milhões de reais, pouco acima das séries históricas, o que permitiu, dentre outras aquisições, a compra de computador de alto desempenho para uso particularmente em pesquisa em oceanografia. O Edital PROINFRA 01/2009, para o qual nenhum recurso havia sido repassado para a UFBA, teve a sua vigência máxima esgotada e a FINEP não aceitou as diversas tentativas de extensão empreendidas pela universidade. A UFBA concorreu ao Edital FINEP 02/2014, Equipamentos Multiusuários, com proposta aprovada no CONSUNI em 2015, proposta que teve por base a proposta aprovada nesta instância em 2013 mas agora readequada às especificidades do Edital. Infelizmente, a FINEP protelou o julgamento deste Edital de modo que só teremos os resultados do mesmo em fins de 2016. Na prática isto pode significar três anos sucessivos (2014-2016) sem novos resultados de Editais FINEP.

PROGRAMA DE PROFICIÊNCIA PARA SERVIDORES E ESTUDANTES DA UFBA - PROFICI

O PROFICI permitiu a apoio a 66 projetos. Trata-se de programa voltado à formação de docentes, discentes e técnicos em línguas estrangeiras (inglês, espanhol, francês, alemão, e italiano, e português para estrangeiros). O número de projetos corresponde ao número total de coordenadores (8) e

monitores (58), por mês, envolvidos na execução do programa. Em 2014 foram 84 projetos, mas não houve redução de atividades em 2015, tratando-se do fato de que vários projetos passaram a ser apoiados diretamente pelo MEC. O PROFICI beneficia mais de 3000 alunos de graduação com a oferta de cursos em pelo menos uma língua estrangeira e apoiou a realização de testes de proficiência regulamentados.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

No âmbito do Pro-Publicar, foram apoiados 205 projetos de revisão e tradução de textos para publicação em revistas especializadas. No âmbito do Pró-consolidar II, programa de apoio a consolidação de programas/cursos de pós-graduação, foram apoiados 6 projetos. Em 2015 não foi publicado novo Edital do Programa de Internacionalização Docente – PROINTER, programa de apoio à internacionalização docente, contudo continuamos apoiando os 21 projetos contemplados em 2014. Um edital para apoio a participação de pós-graduandos em eventos de alta relevância acadêmica contemplou 97 projetos. Este edital foi suspenso após a regularização dos recursos da CAPES no patamar de 100% do originalmente atribuído. A Pós-graduação na UFBA tem recebido regularmente estudantes estrangeiros. Muitos destes estudantes vêm à UFBA com o apoio de programa como o PAEC e o PEC/PG, programas voltados para apoio a estudantes da América Latina e África. Estes programas têm sido financiados com bolsas da CAPES, sendo o PAEC com bolsas definidas pela própria UFBA em sua quota de bolsas e o PEC/PG com bolsas atribuídas diretamente pelo governo federal. Em 2015 recebemos 2 estudantes pelo PEC/PG, e apoiamos 25 estudantes pelo PAEC.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Cursos lato sensu

- atualização do formulário de abertura de novos cursos visando o aprimoramento das informações fornecidas e maior flexibilidade a formatos pedagógicos inovadores ou não ortodoxos, bem como o acompanhamento apropriado dos processos de convênio e financiamento, de modo que se mantenham desvinculadas as aprovações de relatório acadêmico e relatório financeiro, assegurando, contudo, ao CAPEX e à Pró-Reitoria de Extensão-PROEXT- a devida ciência da situação financeira dos cursos oferecidos, como recurso de transparência da gestão dos recursos públicos.

- em reação à aprovação pela Câmara Federal, em primeiro turno, da **PEC 395/2014**, que autoriza a cobrança de anuidades, por instituições públicas, para cursos de extensão e de mestrados profissionais, a Reitoria da UFBA emitiu Nota em 23/10/2015, posicionando-se sobre os graves riscos ao desequilíbrio e até desestruturação que a medida, se aprovada, trará ao sistema nacional de pós-graduação. No que afeta o desenvolvimento da extensão universitária, quanto ao seu compromisso intrínseco com a responsabilidade social da universidade, a PROEXT manifestou junto ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (novembro/2015), veemente preocupação com as consequências da medida ao pleno cumprimento dos valores inclusivos e anti-discriminatórios que devem embasar as políticas de articulação da universidade com a sociedade. A PROEXT UFBA integra, com 4 outros Pró-Reitores (UFRJ, UNB, UFABC, UFPB) a Comissão constituída pelo Fórum Nacional para acompanhamento do processo de tramitação da PEC no Congresso.

Empresa júnior

- realização de encontros (Jornadas de Extensão) aproximativos da PROEXT com o NEJ – Núcleo de Empresas Juniores e representantes de todas as empresas atualmente ativas na UFBA, para melhor conhecimento das suas atividades, maior divulgação desta instância extracurricular de participação discente na vida universitária, aprimoramento das suas relações de colaboração e reciprocidade institucional com a UFBA e dos seus padrões de vínculo com a sociedade.

Apoios institucionais avulsos

- regulamentação dos trâmites e critérios de concessão de apoio institucional para utilização de espaços, equipamentos e recursos da UFBA em iniciativas de ações de extensão não incluídas no escopo dos programas regulamentados pelas diferentes Pró-Reitorias. Foram regulamentados por Chamadas Públicas os apoios à:

- Organização de Eventos Estudantis (em parceria com PROAE, PROAD, PROGRAD, SUMAI, CIEPE, EDUFBA)

- Utilização da sala Cinema da UFBA

- Utilização da Rede de Outdoor da UFBA

Encontra-se em elaboração a minuta de regulamentação dos apoios à *Projetos Especiais*: aqueles cuja implementação é de interesse estratégico para a consolidação das políticas de gestão estabelecidas pelo atual Reitorado e, portanto, devem ser apoiados à parte das concorrências por recursos.

Termos de cooperação

- revisão dos termos estabelecidos para cooperação entre a PROEXT e outras instituições, órgãos e setores da sociedade, com vistas à sua atualização e melhor atendimento às necessidades e expectativas da UFBA quanto aos impactos resultantes e aos princípios de reciprocidade e transparência operacional.

Foram revistos os termos estabelecidos anteriormente com Sala de Arte, Museu de Arte Moderna, Fundação Cultural do Estado da Bahia e suas parcerias com a PROEXT encontram-se em processo de redesenho quanto às suas abrangências e consequências.

Apoio aos núcleos de extensão

- valorização do Núcleos de Extensão das unidades acadêmicas, reconhecendo-os como interlocutores privilegiados das unidades com a PROEXT para assuntos relacionados com o desenvolvimento de atividades extensionistas locais. Um primeiro encontro com representantes de todas as unidades acadêmicas foi realizado em novembro/2014, para apresentação do Plano de Cultura elaborado pela PROEXT para concorrência ao Edital Mais Cultura nas Universidades. Em 2015, a PROEXT atuou junto aos núcleos organizados prestando assessoramento na realização das suas atividades e apoio à organização de novos núcleos nas unidades ainda sem um setor específico para coordenação das suas atividades extensionistas e os devidos registro no sistema e documentação dos processos e resultados para postagem no Repositório Institucional.

Apoio aos grupos artísticos e equipamentos culturais institucionais

- valorização da produção artística profissional dos grupos artísticos já institucionalizados – Madrigal, Orquestra Sinfônica, Museu de Arte Sacra, Museu de Antropologia e Etnografia – e em processo de institucionalização – Companhia de Teatro, Grupo de Dança Contemporânea e Galeria Cañizares – por meio de Programa específico de apoio sem concorrência.

Foi instituído, em junho/2015, o Programa de Apoio Direto às Unidades de Artes, contemplando com bolsas e recursos de custeio os seus grupos artísticos e os seus projetos artísticos de caráter permanente, considerados pelas Congregações como estratégicos para a consolidação dos seus projetos político pedagógicos, e estabelecendo tempo de vigência para as bolsas e sistema de acompanhamento da realização das atividades e dos desembolsos financeiros, por meio de relatórios semestrais. Foram apoiados um total de 11 projetos: 3 da Escola de Dança, 6 da Escola de Teatro, 1 da Escola de Música e 1 da Escola de Belas Artes.

- realização do encontro aproximativo Jornadas de Extensão entre PROEXT e os Museus institucionalizados e todas as demais iniciativas museológicas de exposição pública de acervos e

memoriais, ativas na UFBA. Para melhor conhecimento das suas atividades, maior divulgação desta instância extracurricular de participação discente na vida universitária, aprimoramento das suas relações de colaboração e reciprocidade institucional com a UFBA e dos seus padrões de vínculo com a sociedade.

Apoio às atividades de extensão institucionais

- assessoramento na formulação, registro e realização de atividades de extensão de iniciativa das Pró-Reitorias, bem como, no processo de sua aprovação junto ao CAPEX, de modo a facilitar os trâmites burocráticos e colaborar com a execução de atividades estratégicas para a consolidação das políticas de gestão das Pró-Reitorias. Foram encaminhadas para aprovação no CAPEX 4 propostas de curso formuladas pela PROGRAD e 2 propostas de atividade/evento formuladas pela PROEXT. E foram prestadas assessorias à Superintendência de Ensino à Distância e Assessoria Internacional para formulação de propostas de curso/atividade/evento.

- realização dos 3 eventos *Café Científico UFBA*, subsidiando sua programação com custeio de passagem e diárias aos cientistas convidados e com a instalação e operação sistema de transmissão online, em parceria com STI. Por motivos de contenção de despesas, os cientistas convidados foram aproveitados de eventos já programados e financiados pelos Programas de Pós-Graduação.

Apoios avulsos às atividades de extensão

- concessão extraordinária/emergencial de recursos de custeio para atividades periódicas e ou tradicionais cujo perfil não se inclui nos Programas de fomento institucionalizados por concorrência. Foram concedidos 14 apoios a eventos: *Olimpíadas de Biologia* (Instituto de Biologia); *Projeto Aire – Inema*; *Projeto Tempo, Amor e Tradição* (Escola de Teatro); *Conselho Gestor APA* (Faculdade de Arquitetura), *Calourosa Filosofia* (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas); *Festival Arte Cultura IMS*; *Seminário PPGAC*; *Show de Química*; *Memorial de Enfermagem*; *Encontro Baiano dos Grupos PET*; e 4 Apoios a Viagens (*Festival de Teatro, FACOM, ENEARTE e Encontro Anual de Etologia*).

Continuidade dos Editais de bolsa

- coordenação dos Programas de bolsa e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos programas PIBIEX e ACCS.

- PIBIEX - foram concedidas 152 bolsas a planos de trabalho aprovados no Programa de Iniciação à Extensão. Esse número foi superior ao de 2014, quando foram contemplados 140 planos de trabalho.

- ACCS - foram concedidas 40 bolsas às propostas aprovadas no Programa de Ações Curriculares em Comunidade e Sociedade, através do Edital 2015.1.

Esse número foi reduzido em relação ao ano de 2014, em virtude da suspensão do Edital 2015.2, em decorrência da greve. O programa será retomado em 2016 seguindo a alteração de calendário proposta pelo CONSEPE.

Auxílios e bolsas de apoio direto sem concorrência

- concessão de bolsistas e auxílios pontuais para atividades periódicas e ou tradicionais cujo perfil não se inclui nos Programas de fomento institucionalizados por concorrência.

APOIO AOS MUSEUS (Programa iniciado em 03/2015)

Foram concedidas 5 bolsas para apoio a atividades administrativas regulares do Museu Afro-Brasileiro.

- OLIMPÍADAS DE BIOLOGIA

Foi concedida 1 bolsa para apoio à organização do processo de premiação da Olimpíadas de Biologia, única ainda não federalizada, por isso sem apoio do MEC.

- PROEXT

Foram concedidas 4 bolsas para apoio às atividades administrativas regulares da PROEXT, sendo 2 destinadas à Coordenação da TV UFBA e 2 aos Núcleos respectivamente associados às Coordenações de Programas e Projetos e de Difusão da Extensão.

Chamadas públicas

- seleção de propostas de estudantes para realização de eventos, apresentação artística-cultural e trabalho de monitoria nos eventos organizados pela PROEXT. Foram apoiadas 30 propostas de Realização de Eventos Estudantis. Foram concedidos 81 auxílios a estudantes selecionados por Chamadas Públicas, sendo 31 para atuar como monitores junto à coordenação do SEMENTE – Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, e 50 para compor a programação de apresentações artísticas-culturais no evento MAPANDANTE de Recepção de Calouros.

Editais de projetos

- coordenação dos processos seletivos, administração dos pagamentos de bolsas e acompanhamento da realização das atividades integrantes dos projetos selecionados no Edital Vizinhanças e no Edital PROEXT-MEC.

- Edital PROGRAMA VIZINHANÇAS - foram contemplados 10 projetos no Edital lançado na gestão anterior, em 2014.1, com duração de 18 meses, e concedidas 71 bolsas para realização das suas atividades que incluíram eventos, cursos, prestações de serviços e produtos.

- Edital PROEXT-MEC - foram contemplados 1 projeto e 5 programas no Edital lançado em 2014, com duração de 12 e 24 meses, respectivamente, e concedidas 58 bolsas para realização das suas atividades que incluíram eventos, cursos, prestações de serviços e produtos.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AÇÕES AFIRMATIVAS

Face aos avanços e mudanças do perfil universitário nos últimos anos, com a aprovação de novas leis e decretos (Reuni – Decreto 6.096/2007, Lei de Cotas – Lei 12.711/2012), em cumprimento a suas prerrogativas regimentais, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil –PROAE- elaborou uma Minuta de Política de Assistência Estudantil/PAES que se encontra em fase de discussão e será objeto de consulta pública à comunidade universitária, com previsto protagonismo da comunidade estudantil.

Destacamos como grande feito da Gestão PROAE no ano de 2015 a inauguração, no dia 08 de setembro, do Posto de Atendimento ao Estudante PROAE, situado no Pavilhão de Aulas de Ondina - PAF1-, Tal ato tem como objetivo tornar os serviços da Pró-Reitoria mais acessíveis aos estudantes que, em sua grande maioria, circulam diariamente por aquele Campus e, desta forma, otimizar a prestação dos atendimentos, uma vez que os discentes não mais terão que, obrigatoriamente, ir à sede da PROAE para ter acesso a informações e serviços por ela prestados.

Realizaram-se pesquisas, visando conhecer o perfil de saúde (dados gerais de saúde, hábitos alimentares e comportamentais) destes estudantes bem como questões ligadas ao ambiente. E ações educativas com os discentes da UFBA, a saber:

- Palestra sobre Primeiros Socorros para estudantes do Programa de Moradia UFBA (Residência e Auxílio Moradia);
- Ação em Saúde nas Residências – “Fique Sabendo” em parceria com o CEDAP.

Programa Permanecer

No Edital da Edição 2015/2016 foram oferecidas um total de 655 (seiscentas e cinquenta e cinco) bolsas. Salienta-se que no total foram submetidos 538 (quinhentos e trinta e oito) projetos, dos quais foram aprovados 399 (trezentos e noventa e nove) e 139 (cento e trinta e nove) foram reprovados (por não alcançarem o ponto de corte estabelecido: 7,0) ou desclassificados (por não atenderem as normas estabelecidas no edital).

Como uma ação de visa melhor qualificar o programa foi realizado o I Seminário Permanecer, durante o SEMENTE – Seminário Integrado de Pesquisa, Extensão e Ensino, que ocorreu no período de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2015, onde os (as) bolsistas dos projetos contemplados na Edição do Programa Permanecer 2014/2015 apresentaram trabalhos.

Em 2015 tivemos um total de 1.282 discentes beneficiados pelas bolsas oferecidas nas Edições 2014/2015 e 2015/2016. Salienta-se que o número de discentes beneficiados é caracterizado pelo CPF que no exercício acessou em algum momento o benefício em tela.

Programa Sankofa

O programa é uma nova ação das políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, que tem como finalidade: a. Fomentar a produção de reflexões acerca da gestão e execução das políticas de Assistência Estudantil no âmbito da UFBA; b. Fortalecer e estimular a produção de conhecimentos, saberes e práticas em Direitos Humanos na UFBA; c. Fortalecer ações institucionais de respeito aos direitos humanos e de enfrentamento à violência contra a mulher, ao sexismo, ao capacitismo, à lgbtfobia e ao racismo. O programa encontra-se com o edital de sua primeira edição pronto e em aguardo de lançamento para que possa ser executado no período de 2016/2017. Oferecerá 64 bolsas para os projetos selecionados.

Diante da importância da ação em tela, à PROAE, por meio da CAAED, já se encontra em processo de consolidação de parcerias institucionais com entidades públicas federais e estaduais para o aumento das bolsas a serem ofertadas nas edições futuras.

Esportes - Jogos Universitários Brasileiros - JUBS 2015

Aconteceu no período de 14 a 25 de outubro de 2015, na cidade de Uberlândia (MG). E a UFBA pela primeira vez na história de sua participação no mencionado evento, conquistou medalhas. A equipe de basquete feminino em uma emocionante final conquistou a medalha de ouro em um jogo com a equipe da CIESA – Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, em um placar de 42 a 36 pontos. O basquete masculino e o futsal feminino conquistaram também medalhas de bronze. A UFBA foi a única instituição pública baiana a subir ao pódio, situação que se manteve em relação as federais brasileiras que participaram dos jogos.

Foi fundamental para o sucesso no JUBS a participação das nossas equipes nos Jogos Universitários do Nordeste – Etapa Sul de Basquetebol, realizado em Salvador. Recepcionamos equipes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Alagoas. Tanto o time feminino como masculino de basquetebol da UFBA foram campeões. Outra participação importante dos nossos times, e que tiveram o suporte financeiro da PROAE, foi a dos Jogos Universitários do Estado da Bahia que aconteceu na cidade de Camaçari - BA e onde nos classificamos para os Jogos Nacionais e fomos campeões no futsal feminino. Em dezembro o Futsal feminino ficou em terceiro lugar na Copa Bahia de Futsal e o voleibol feminino participou da etapa Beach Games de vôlei de praia, que aconteceu em Aracaju - SE.

Os treinos das equipes foram feitos no Centro de Esporte da UFBA e em quadras poliesportivas de outras instituições, na medida em que as nossas não ofereceram condições adequadas. Destaca-se, no entanto, que apesar das condições do Centro de Esporte da UFBA encontra-se em curso a IV Copa

UFBA de Futebol de Campo, que deverá ter a sua final no mês de janeiro de 2016. Evento que contou com a participação de 14 times, cada um com 25 atletas, de cursos de gradação da UFBA, e foi organizado pelos próprios discentes com o apoio financeiro e acompanhamento técnico da PROAE. As atividades esportivas na UFBA ainda são incipientes. Os resultados alcançados demonstraram que é possível termos uma atuação de sucesso no esporte universitário e até sermos referências neste. E para tanto se faz necessário a existência de uma Política de Esportes da UFBA, a contratação de equipe técnica nas várias modalidades em que atuamos, infraestrutura interna adequada para os trabalhos das equipes.

Programa Bolsa Permanência / PBP / MEC

O Programa Bolsa Permanência/PBP do Ministério da Educação, é financiado com fundos diretos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. No ano de 2015 caracterizou-se com uma das importantes ações executadas pela PROAE no âmbito da assistência estudantil. Tal premissa é resultante do fato de que ingressaram no programa em 2015, um total de 422 estudantes, destes, 29 são quilombolas, 27 indígenas aldeados e 366 estudantes que atendem aos requisitos do programa e não fazem parte dos dois primeiros grupos.

Deste modo, atualmente o Programa Bolsa Permanência atende a 639 estudantes de 47 matrizes curriculares da UFBA, deste 68 são estudantes quilombolas e 66 estudantes indígenas. Quando comparados os anos de 2013, 2014 e 2015 é possível perceber um significativo aumento na quantidade de estudantes, bem como das matrizes curriculares contempladas pelo programa.

Creche UFBA

A Creche UFBA tem sua vinculação à PROAE definida no Regimento Interno da Reitoria da UFBA na Seção IX, art. 22, inciso III, alínea c. Atualmente procede a atualização de seu regimento interno e projeto político pedagógico. Atende aos dependentes de estudantes, professores e funcionários da UFBA, na faixa etária de 04 meses a 03 anos e 11 meses.

Posto de Atendimento ao Estudante PROAE/Ondina

O Posto de Atendimento ao Estudante PROAE/Ondina foi inaugurado no dia 08 de setembro de 2015 com o objetivo de descentralizar o atendimento aos discentes da UFBA, em um local confortável e de fácil acesso. Esse novo espaço é um posto avançado que dá suporte aos estudantes que circulam no campus de Ondina, facilitando o atendimento que antes só podia ser feito em sua sede, no Canela. Entre os serviços oferecidos estão o recebimento de envelopes para cadastro geral e inscrição em editais de benefícios, solicitação de declaração de cadastro na PROAE, informações sobre os editais abertos, preenchimento e entrega do cadastro de informação financeiro-bancária, recebimento de comunicações entre os discentes e a PROAE, conferência das listas por auxílio e atendimento.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A Universidade Federal da Bahia elaborou seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período compreendido entre Janeiro de 2012 a Dezembro de 2016.

(Disponível em https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf).

O PDI 2012-2016 da UFBA visa atender aos Objetivos, Metas e Iniciativas do Programa Temático 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, 2012 – 2015, em consonância com a proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que tem por eixos norteadores: a expansão da oferta de vagas na educação superior, a garantia de qualidade na educação, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

As Diretrizes Estratégicas apresentadas no PDI 2012 – 2016, são:

I. Dimensão dos Resultados Institucionais

- a. Ampliar o papel da UFBA no desenvolvimento sociocultural e econômico local, regional e nacional de forma sustentável;
- b. Atingir níveis de qualidade e excelência na formação dos estudantes de graduação e de pós-graduação;
- c. Fomentar a produção e disseminação da pesquisa, da criação e da inovação de elevada qualidade, ampliando a presença da universidade no cenário científico estadual, nacional e internacional e potencializando os impactos sociais, tecnológicos, econômicos, científicos e ambientais da pesquisa e da inovação para a sociedade;
- d. Fortalecer os mecanismos que favoreçam a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, apoiando programas inovadores, assegurando que a formação dos estudantes esteja continuamente associada à produção e socialização do conhecimento;
- e. Potencializar a extensão universitária como espaço pedagógico de formação profissional e cidadã dos estudantes, assim como vetor de inovação e desenvolvimento social, cultural e tecnológico local e regional;
- f. Desenvolver uma cultura de avaliação institucional no âmbito na Universidade Federal da Bahia, pautada nos princípios de rigor e excelência técnico-científica, respeito à diversidade e compromisso social, como base para o aprimoramento dos processos de gestão e melhoria contínua dos resultados e produtos devolvidos à sociedade.

II - Dimensão das Ações Afirmativas

- a. Investir em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais que concretizem uma política de apoio ao corpo estudantil, pautada pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca;
- b. Consolidar e ampliar políticas de acesso e permanência de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- c. Orientar o conjunto das ações da universidade pelo princípio da inclusão plena de todos os seus membros na vida social e acadêmica, combatendo quaisquer

preconceitos e práticas discriminatórias e assegurando condições requeridas por pessoas com necessidades especiais.

III - Dimensão da Interiorização e Internacionalização

- a. Consolidar o novo modelo organizacional da UFBA, de interiorização de ações de ensino, pesquisa e extensão, com o estabelecimento de condições plenas de funcionamento do *campus* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista e demais *campi* que vierem a ser criados;
- b. Ampliar a internacionalização da UFBA, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade.

IV. Dimensão dos Processos Decisórios

- a. Implementar a nova estrutura organizacional definida nos documentos legais da universidade.
- b. Fortalecer a autonomia, a capacidade de gestão acadêmica e administrativa e a articulação das ações das Unidades Universitárias.
- c. Estimular a integração da UFBA com as demais universidades públicas que atuam no estado da Bahia, promovendo ações solidárias e de cooperação interinstitucionais no âmbito da formação de recursos humanos, e da produção e difusão do conhecimento.
- d. Fortalecer o Sistema Universitário de Bibliotecas, assegurando o acesso ampliado ao conhecimento e às informações disponíveis nos bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis.
- e. Orientar o conjunto das ações da universidade pelo princípio da inclusão plena de todos os seus membros na vida social e acadêmica, combatendo quaisquer preconceitos e práticas discriminatórias e assegurando condições requeridas por pessoas com necessidades especiais.

Dessa maneira, o PDI UFBA contempla a expansão universitária com a interiorização, com a participação no desenvolvimento de novas universidades federais no Estado da Bahia; a definição de metas e estratégias que possibilitem a ampliação da oferta e democratização do acesso e permanência do estudante; a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos para fortalecer o sistema nacional de educação e contribuir para a melhoria da educação básica; fortalecimento da extensão universitária e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do país.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A UFBA segue desenvolvendo mecanismos e práticas do planejamento estratégico, conforme o PDI em vigência. Em vista do prazo deste Planejamento, a Universidade realizará em julho de 2016 o Congresso Geral em que se discutirá as bases para o novo PDI a partir de 2017.

Com efeito, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFBA, é referente ao período de 2012 a 2016. Aprovado em dezembro de 2012, significou o conjunto de diretrizes que nortearam a Administração Central neste período.

Quando foi formulado, o PDI-UFBA propunha se constituir “exatamente um documento, carta programática, que registra aquilo que almejamos concretizar nos próximos cinco anos. É um exercício de pensar o nosso futuro imediato, base para nos prepararmos e buscarmos as condições que nos levem do ponto em que estamos para aquele que queremos chegar. Documento hoje indispensável

para as instituições de ensino superior no Brasil, o PDI deve ser compreendido como um esforço para mobilizar toda a coletividade responsável pelos fazeres e resultados da UFBA em prol da sua efetiva concretização.” Isto feito, com base em dois elementos principais: **Excelência acadêmica e comprometimento social e Compromisso com o desenvolvimento social.**

As diretrizes principais, incluem:

- ampliar o papel da UFBA no desenvolvimento sociocultural e econômico local, regional e nacional de forma sustentável;
- fortalecer a autonomia, a capacidade de gestão acadêmica e administrativa e a articulação das ações das Unidades Universitárias;
- investir na qualificação e valorização do servidor universitário, como condição para se obter desempenhos que assegurem a qualidade dos resultados das atividades finalísticas da instituição;
- investir em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais que concretizem uma política de apoio ao corpo estudantil, pautada pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca;
- consolidar e ampliar políticas de acesso e permanência de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- racionalizar, em conformidade com o plano diretor vigente, o uso do espaço físico e das instalações da universidade, assegurando condições de segurança, acessibilidade, tornando-os social e ambientalmente mais acolhedores;

A UFBA iniciou, na preparação do Congresso Universitário que realizará no período de 14 a 17 de julho, as discussões preparatórias, com os gestores acadêmicos e administrativos, com vistas a formulação do PDI para os próximos 5 anos a partir de 2017. Durante o Congresso, este tema receberá atenção especial. Após o mesmo, uma comissão central de consolidação das discussões e sugestões elaborará a minuta do plano estratégico institucional que será submetido ao Conselho Universitário.

Com base no PDI 2017, a UFBA intensificará as atividades de planejamento das suas ações, envolvendo todas as unidades acadêmicas e administrativas

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A apreciação dos relatórios das pró-reitorias acadêmicas indica que em 2015 foram cumpridos os objetivos da Universidade em suas atividades finalísticas, com notáveis avanços no cumprimento das metas de ensino para a graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão universitária. Todavia, a expansão relativamente rápida da Universidade, em que o número de alunos da graduação experimentou aumento, com ampliação do número de cursos de pós-graduação, trouxe novos e grandes desafios à gestão universitária, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo.

No exercício 2015, A UFBA prosseguiu, ainda que parcialmente, como tutora de duas novas universidades no Estado da Bahia: a Universidade Federal do Oeste da Bahia, criada a partir do desmembramento do Campus Reitor Edgard Santos, no Município de Barreiras, e a Universidade Federal do Sul da Bahia, multicampi, instalada na região entre os municípios de Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro. Persiste o objetivo de criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia a partir do desmembramento do Campus Anísio Teixeira, no Município de Vitória da Conquista e está em processo de estruturação, visando o seu funcionamento previsto a partir de 2016, o novo Campus da UFBA no Município de Camaçari, localizado na Região Metropolitana de Salvador. Assim, a UFBA tem cumprido o seu papel no âmbito da expansão da universidade pública brasileira.

A adoção exclusiva do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, bem como do Sistema de Seleção Unificada – SISU, para o ingresso nos cursos de graduação, preservados os procedimentos relativos às provas de habilidade específica para os cursos que o utilizam, se consolida na UFBA, ampliando as condições de acesso ao ensino superior.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

A UFBA conta com sistemas de informação corporativos onde se registram rotineiramente os dados administrativos e acadêmicos (SIAC, SIPAC, SIP, SIATEX entre outros). Os dados registrados são consolidados e divulgados sob diversos instrumentos (Boletins, relatórios) e na página da UFBA na internet (www.ufba.br). Nesses veículos encontram-se os resultados da execução das atividades da Universidade.

2.3 Desempenho orçamentário

Ressente-se a UFBA do financiamento necessário e suficiente a esta expansão e sua consolidação. Isto se revela na sua infraestrutura, em que várias obras e reformas iniciadas até o primeiro semestre de 2014 não puderam ainda ser concluídas. Além das limitações em recursos, a expansão da área física da UFBA irá exigir ampliação dos recursos em manutenção e limpeza, vigilância e segurança patrimonial, consumo de água e energia elétrica, entre outros serviços continuados essenciais. Ademais, o desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados que dêem suporte aos processos de gestão acadêmica e administrativa requer investimentos continuados em Tecnologia de Informação e a modernização de processos e capacitação de pessoal que acompanham a implantação de novas tecnologias.

Na execução orçamentária de 2015, o contingenciamento de 10% dos recursos de custeio e de 50% dos recursos de capital representou enorme dificuldade para a manutenção da Universidade e para a continuidade dos investimentos. Aliado a isto, o montante de recursos inscrito em despesas de exercícios anteriores (DEA) ao final de 2014, configurando expressivo déficit, impôs grandes limitações a execução orçamentária no exercício. A longa paralisação de servidores técnico-administrativo, de discentes e de docentes representou uma dificuldade adicional em 2015.

Foi somente ao final do exercício que a liberação de limites orçamentários de recursos de custeio pelo MEC, e aprovação de remanejamento de itens do orçamento que não puderam ser executados em tempo hábil, possibilitaram empenhar grande parte da despesa pendente de pagamento, dessa maneira inscrita em restos a pagar, reduzindo o valor de DEA em relação a 2014. Assinale-se que a liberação mensal de recursos financeiros para pagamento de despesas liquidadas foi irregular e insuficiente durante todo o ano de 2015, o que ocasionou paralisação de atividades de grupos de serviços terceirizados, encerramento de contratos com empresas prestadoras de serviços e irregularidade nos serviços deste tipo.

Com o intuito de minorar a situação crítica enfrentada pela UFBA em 2015 para fazer frente ao atendimento das suas necessidades de funcionamento e manutenção, empreendeu-se a forte campanha junto a comunidade universitária para a redução de despesas, com racionalização de gastos, revisão de contratos e melhoria em eficiência geral, possibilitando conter dentro dos limites do possível a expansão de demandas e despesas, sem comprometer a consecução dos objetivos básicos em ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Dos cinco objetivos centrais do planejamento orçamentário da UFBA, o alcance das metas físicas estabelecidas foi igual ou superior a 100% em três deles (20GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, 20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior e 20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica). O objetivo relativo a Assistência ao Estudante de Ensino Superior (4002) realizou 80,2% da meta física programada em número de benefícios concedidos (56.832 benefícios). As razões para o não atingimento de 100% da meta deste objetivo se expõe adiante. Neste âmbito, pode-se assinalar a greve dos estudantes, docentes e técnico-administrativos ocasionando atraso no calendário acadêmico e atraso na concessão de benefícios e a adequação do número de refeições no Restaurante Universitário por exigência da Vigilância Sanitária com expressiva redução do número de alunos atendidos naquele serviço. Quanto ao objetivo Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (4572), que atingiu 40,8% da meta prevista, ressalta-se a longa greve dos servidores técnico-administrativos e docentes, reduzindo expressivamente a demanda por capacitação. O comprometimento de recursos orçamentários da ordem de 10% em custeio comprometeu parcialmente a execução desta meta.

2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Órgão: 26000 – Ministério da Educação
Unidade: 26232 – Universidade Federal da Bahia

Quadro 003– Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2032.8282.26232.7138 Tipo:						
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Construção do Refeitório da Universidade Federal da Bahia (UFBA)						
Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 8282						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	67.670.475	62.670.475	39.151.752,07	32.156.453,04	28.533.256,85	3.623.196,19	6.995.299,03
7138	25.000.000	25.000.000	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0029	Projeto viabilizado		unidade	34	-	34	
7138	Projeto viabilizado		unidade	1	-	-	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029	24.232.622,66	6.566.207,33	4.691.634,83	Projeto viabilizado	unidade	7	
7138	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Para o ano de 2015, ocorreu restrição orçamentária dos recursos da Ação 8282, para o Programa Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI). Além disso, os recursos de emenda parlamentar (bancada) para a Construção do Refeitório da Universidade Federal da Bahia não foram liberados.

Com os recursos disponibilizados foram adquiridos equipamentos e materiais permanentes para as unidades acadêmicas. Em relação às obras executadas ou em processo de execução temos:

Reformas:

- Residência do Universitário – R1
- Faculdade de Medicina – Terreiro de Jesus
- Faculdade de Ciência Contábeis
- Escola de Enfermagem
- Faculdade de Odontologia – Pav. Térreo
- Instituto de Ciências da Saúde – Instalação do Comitê de Ética e outros
- Faculdade de Direito
- Instituto de Biologia
- Faculdade de Farmácia
- Faculdade de Arquitetura
- Instituto de Física – 2º Pavimento
- Instituto de Química – 5º Pavimento
- Instituto de Geociências
- Escola de Medicina Veterinária
- Instituto Multidisciplinar em Saúde/Vitória da Conquista
- Universidade Federal Sul da Bahia – Itabuna – Reforma de salas de aula e prédio administrativo

Foram adquiridos instrumentos e equipamentos para laboratórios das seguintes unidades:

- Instituto de Ciências da Saúde – Lab. Bioengenharia
- Faculdade de Farmácia – Sala de Vacina
- Faculdade de Farmácia – Laboratórios
- Faculdade de Arquitetura – Laboratório CAD

Foi concluída a obra da seguinte unidade:

- Hospital de Medicina Veterinária

Quadro 004 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2030.20RJ Tipo:Atividade						
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa							
Objetivo	Fomentar a oferta de capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação. Código: 20RJ						
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA Código: 2030 Tipo:Apoio às Políticas Públicas e Áreas						
Unidade Orçamentária	Superintendência de Educação à Distância						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	4.670.238	4.670.238	1.898.240,04	1.747.769,39	1.746.618,89	1.150,50	150.470,65
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0029	Projeto apoiado		unidade	18	17	17	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029	474.221,90	67.126,75	38.200,70	Projeto apoiado	unidade	1	

Análise Situacional

Para o ano de 2015, foi instituída uma meta física de 18 (dezoito) ações a serem executadas no Programa de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica. De acordo com as informações fornecidas pelos coordenadores dos cursos, em 2015, foram executadas 17 (dezessete) das 18 (dezoito) ações, sendo que há 01 (uma) ação prevista para iniciar em 2016. Em referência aos cursos vinculados a SEB/SECADI, realizamos 90% da meta física, ficando apenas 10 % abaixo das expectativas, visto que o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social está com execução prevista para iniciar no exercício de 2016. No que diz respeito aos cursos vinculados à UAB, houve apenas a continuidade dos cursos iniciados em 2014, sendo que o curso de Licenciatura em Matemática teve o início das suas atividades em 2015. Ademais, há 05 (cinco) cursos da CAPES previstos para 2016, a saber: Licenciatura em Matemática, Especialização

no Ensino da Filosofia no Ensino Médio, Especialização no Ensino da Sociologia no Ensino Médio, Especialização no Ensino das Ciências e Especialização em Gestão Pública Municipal. Tendo em consideração o corte de recursos financeiros do MEC, não houve oferta de novos cursos em 2015. Sendo assim, os recursos empenhados em 2015 foram utilizados para a execução da meta física iniciada em 2014.

Segue lista dos cursos vinculados às Secretarias do MEC em execução e/ou concluídos no exercício de 2015: Cursos Vinculados à SEB: 1. Conselho Escolar – Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Gestão Escolar 2. Escola de Gestores – Curso de Especialização em Gestão Escolar 3. Pró-Conselho – Curso de Extensão a Distância Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação 4. Coordenação Pedagógica – Curso de Pós- Graduação Latu Sensu em Coordenação Pedagógica 5. Docência em Educação Infantil – Especialização 6. Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio 7. Curso de Especialização para Gestores e Coordenadores Pedagógicos da Educação Integral. Cursos Vinculados à SECADI: 1. Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis – Especialização 2. Gênero e Diversidade na Escola – Aperfeiçoamento 3. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – Aperfeiçoamento 4. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – Especialização 5. Educação em Direitos Humanos 6. Escola da Terra – Aperfeiçoamento Cursos Vinculados à UAB: 1. Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio 2. Curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio 3. Curso de Especialização em Gestão Municipal 4. Curso de Licenciatura em Matemática.

Quadro 005– Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2032.20GK Tipo: Atividade						
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa							
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 20GK						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo:Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Unidade Orçamentária	PROEXT / PROPCI						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0029	11.432.638	11.432.638	10.221.007,62	8.744.558,82	8.363.814,67	380.744,15	1.476.448,80
7028	700.000	700.000	678.272	678.272	-	678.272	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0029	Iniciativa apoiada	Unidade	1000	-	2.056		
7028	Iniciativa apoiada	Unidade	1	-	1		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029	617.637,44	121.502,31	38.868,73	Iniciativa apoiada	Unidade	20	
7028	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Para a avaliação da Meta Física, esta foi reprogramada em meados de 2014 para 1000, e assim mantida para 2015. Entretanto, a meta deve ser reprogramada considerando-se que a melhoria do registro das atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão tem levado, gradativamente, à obtenção de indicadores mais fidedignos da execução destas ações. No âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) e da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG) foram executados, ao longo de 2015, um total de 1.386 projetos, correspondendo a 1.386 unidades da meta física.

As principais dificuldades ao longo de 2015 foram relacionadas às incertezas e instabilidades tanto na execução orçamentária com recursos do tesouro quanto às restrições no fomento à pesquisa por parte das agências federais e estaduais, particularmente CNPQ, CAPES, FINEP e FAPESB. Em especial a forte redução nos valores do PROAP, programa da CAPES de fomento ao custeio da pós-graduação, bem como a suspensão pela CAPES de missões ao exterior e de estágios de doutorado sanduíche (PDSE) que trouxeram imensas dificuldades à implementação das ações de pesquisa e de pós-graduação porque forçaram estas pró-reitorias a uma reformulação de planos em meio do ano, organizando editais e chamadas para socorro às atividades de pós-graduação. Ademais, ocorreram as dificuldades operacionais já usuais para a implementação da ação referentes à execução orçamentária, envolvendo aquisição de materiais por meio de processos licitatórios e importação, assim como a dificuldades na realização de pregões destinados a itens específicos que atendam as necessidades dos pesquisadores. Muitos dos recursos financeiros foram efetivamente disponibilizados nos últimos dias de dezembro, e mesmo no dia 31 de dezembro. Adicionalmente, a variação cambial tornou obsoleto os orçamentos de equipamentos importados, particularmente aqueles apoiados pelo Pró-Equipamentos da CAPES de 2014.

Pro-Reitoria de Extensão. Realizado 001: 6 projetos apoiados. Todos os projetos foram cumpridos, com 95% de execução da parcela de recursos alocada na PROEXT, referente a pagamento de bolsas. Os problemas de execução dos recursos destinados a pagamento de serviços de terceiros são da alçada específica das unidades acadêmicas de lotação dos coordenadores dos projetos.

Realizado 002: No âmbito da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, foram realizadas 670 ações, sendo 222 projetos/eventos e 448 bolsas/auxílios. As principais dificuldades enfrentadas durante o ano referem-se ao descompasso entre a previsão de metas e as condições de execução orçamentária prevista para o cumprimento das ações. Nesse sentido, alguns dos Programas já haviam tido projetos e bolsas selecionados em editais anteriores ao início da atual gestão, que impactaram sobremaneira nos recursos a serem aplicados nos projetos estratégicos em 2015. Ressalte-se que a previsão orçamentária, então feita para estas ações já aprovadas, correspondia a recursos 90% superiores aos do ano de 2014. Essa previsão não se realizou, tendo sido ainda aplicado ao orçamento de 2015 um corte de 10%. Esse cenário, acompanhado das incertezas e instabilidades em relação ao orçamento da universidade, em 2015, ofereceu um desafio ao cumprimento das metas bem como à elaboração de novos programas alinhados com a política da atual gestão. Além disso, a greve dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos impactou decisivamente no calendário, comprometeu o cumprimento pleno de alguns Programas de Apoio lançados por semestre letivo. A incerteza frente ao retorno das atividades e o posterior adiamento do semestre 2015.2 ocasionou problemas na execução equilibrada dos recursos referentes aos auxílios a pesquisadores e estudantes, previstos no Programa ACCS e PIBIEX, que acabaram por ter seus cronogramas suspensos, a serem retomados em 2016.

Quadro 006– Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2032.20GK.7006 Tipo: Atividade				
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – Pesquisa aplicada em Terapia Celular para Alterações Músculo-esqueléticas de Crianças e Adolescentes.				
Iniciativa					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 20GK				
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Unidade Orçamentária	PROEXT / PROPCI				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
106.185,43	105.942,33	-			

Quadro –007 Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2032.20RK.26232.0029Tipo:Atividade						
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 20RK						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0029	122.127.380	136.872.111	114.077.866,28	99.355.794,27	94.807.168,69	4.548.625,58	14.722.072,01
7054	250.000	250.000	-	-	-	-	-
7066	750.000	750000	-	-	-	-	-
7072	400.000	400.000	389.602,91	74.582,98	8.258,00	66.324,98	315.019,93
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0029	Estudante Matriculado		Unidade	40.300	-	40.638	
7054	Estudante Matriculado		Unidade	1	-	-	
7066	Estudante Matriculado		Unidade	2	-	-	
7072	Estudante Matriculado		Unidade	110	-	110	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029	8.412.382,34	4.422.177,64	498.127,14	Estudante Matriculado	Unidade	2645	
7054	-	-	-	-	-	-	
7066	-	-	-	-	-	-	
7072	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Na Graduação foram registrados 34.937 alunos matriculados. A UFBA teve em 2015, um total de 5.701 alunos matriculados na Pós-Graduação stricto sensu, dos quais 2.549 alunos de Doutorado, 2.742 alunos de Mestrado Acadêmico e 410 de Mestrado Profissional.

No conjunto, registra-se 40.638 alunos matriculados nos diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFBA.

Na Pós-Graduação, em relação a 2014, quando a UFBA finalizou com 5.141 alunos matriculados nestes níveis de ensino, ocorreu uma ampliação de 11%. A magnitude desta ampliação, pode, entretanto, estar subestimada pelo fato de que o semestre 2015.1 foi considerado um semestre atípico pelas instâncias superiores da universidade em decorrência de paralisação de docentes, discentes e técnico-administrativos e isto pode ter levado a algum atraso nas conclusões de cursos.

De todo modo, estes números sinalizam uma ampliação do contingente de alunos na pós-graduação. A série histórica de alunos na pós-graduação é a seguinte: 2009: 3.672; 2010: 3.786; 2011: 4.096; 2012: 4.460; 2013: 5.072; 2014: 5.141; 2015: 5.701. Cabe registrar que a pós-graduação apresenta um ritmo de crescimento que reúne mais condicionantes que as matrículas da universidade como um todo vez que a expansão de vagas na pós-graduação depende do tamanho do corpo docente credenciado nos programas de pós-graduação e este tamanho é condicionado por requisitos específicos de qualificação do mesmo. Vale destacar que os números de 2014 em diante incluem apenas os estudantes matriculados na própria UFBA e não mais alunos do antigo Campus Edgard Santos – Barreiras-Bahia, o qual foi desmembrado da UFBA para constituir a Universidade Federal do Oeste da Bahia, da qual a UFBA foi tutora.

Por fim, a UFBA teve aprovado pela CAPES em 2015 os seguintes cursos novos: Mestrado em Saúde Coletiva, no IMS em Vitória da Conquista; Mestrado Engenharia Química, unificação de programas; PROFNIT, programa em rede de mestrados profissionais a ser coordenado pelo FORTEC e pela UFBA; e DINTER em Artes Cênicas para a UFGD. Deste modo, podemos concluir que a Universidade vem cumprindo ao que se propôs no processo de expansão do número de vagas, reforçando o seu papel social relevante na formação em nível superior no estado da Bahia.

Quadro 008 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2032.4002.26232.0029 Tipo:Atividade						
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 4002						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo:Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Unidade Orçamentária	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	31.245.226	31.245.226	30.756.541,25	29.039.495,92	26.589.463,07	2.450.032,85	1.717.045,33
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0029	Benefício Concedido		Unidade	70.877	-	56.832	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029	120.799,19	79.571,85	31.850,66	Benefício concedido	Unidade	156	

Análise Situacional

No ano de 2015 a UFBA enfrentou um período de aproximadamente quatro meses de greve de estudantes, docentes e técnico-administrativos, ocasionando atraso no calendário acadêmico, o que teve como consequência o atraso na concessão de benefícios que estão atrelados ao ingresso na instituição. Para adequar-se ao exigido pela vigilância sanitária, houve uma redução de 50% no atendimento do Restaurante Universitário. A publicação de editais da PROEXT e PROPCI, que contemplam a participação e organização de eventos ocasionou a diminuição da solicitação deste tipo de auxílio na PROAE. Assim, devido aos fatores mencionados, foi atingida 80% da meta física para 2015.

Quadro 009 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2109.4572.26232.0029Tipo:Atividade					
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa						
Objetivo	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Código: 4572					
Programa	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo:Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária	Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor capacitado		unidade	1.000	-	408	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Servidor capacitado	unidade	143	

Análise Situacional

O ano de 2015 foi particularmente difícil para as IFES devido ao cenário de incertezas resultante do ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal. Além disso, no dia 28 de maio foi deflagrada a greve dos servidores da Universidade que se estendeu até o dia 08 de outubro e que levou ao cancelamento de inúmeras ações previstas para o período ante a desmobilização da força de trabalho da Instituição. Assim, houve a execução parcial do total das ações de capacitação previstas no Plano Anual de Capacitação 2015. Das 1.310 vagas previstas no Plano apenas 455 foram ofertadas resultando no quantitativo de 408 servidores certificados em ações de capacitação. Foram previstas 19 ações ao todo e executadas o total de 06 ações. Em relação às ações de qualificação, foi iniciada a execução do curso de Especialização em Gestão de Pessoas com ênfase em Gestão por Competências. Foram selecionados 77 servidores da UFBA e 11 servidores de outros órgãos. A ação encontra-se em andamento com finalização prevista para o ano de 2017. Entre os avanços que contribuíram para a

execução das ações destacamos a implantação do Portal da Capacitação (www.capacitar.ufba.br) com os seguintes resultados alcançados: maior transparência nos processos relativos a capacitação; maior publicidade das ações de capacitação; aumento do quantitativo de inscrição nas ações de capacitação; diminuição de atendimentos telefônicos; simplificação do processo de inscrição; economia de recursos e notificação automática das chefias e dirigentes.

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA

Quadro 010 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.4086.26359.						
Descrição	Funcionamento dos Hospitais de Ensino						
Iniciativa	Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.						
Objetivo	Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino. Ação padronizada setorial executada pelas unidades, obedecidas as normas legais que regem as mesmas.						
Programa	Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais Código: 2032						
Unidade Orçamentária	26359 – Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	2.862.562,00	4.061.562,00	1.602.869,63	1.469.294,93	1.442.509,63	26.782,30	133.574,70
7028	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0	0	0	190.000,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0029	Unidade Mantida	Unidade	1	1	1		
7028	Unidade Mantida	Unidade	1	1	1		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029	639.183,10	185.805,22	233.116,06	-	-	-	

Análise Situacional

Os recursos transferidos para a Fundação de apoio foram utilizados para atender à folha de pagamento de profissionais de saúde terceirizados, em atividade nos hospitais e serviços de saúde da UFBA. O valor de R\$ 190.000,00, do subtítulo 7028, proveniente de Emenda, foi integralmente utilizado para aquisição de Unidade de Biopsia de estereotaxia acoplada ao Mamógrafo, para utilização no Hospital Universitário Professor Edgard Santos.

O orçamento foi suplementado, na fonte 0650 – Recursos de Outras Fontes Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 1.199.000,00. Do montante do crédito final R\$ 4.251.562,00, foi empenhado o percentual de 42,17%, liquidado 34,56% e pago 33,93%.

A baixa execução da despesa, observada no subtítulo 0029, deve-se ao fato de que a arrecadação de receitas próprias não financeiras – Fonte 0250 não se efetivou conforme o estimado inicialmente no orçamento. A meta física foi executada conforme previsto.

Quadro 011 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20RX.26359.0029 Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais						
Descrição	Promoção de mecanismos de financiamento das Instituições Hospitalares, considerando os Planos de Reestruturação apresentados, possibilitando, inclusive, a melhoria dos processos de gestão; a adequação da estrutura física; a recuperação e modernização do parque tecnológico; a reestruturação do quadro de recursos humanos; o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, com base na avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde.						
Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2032						
Unidade Orçamentária	26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	3.150.000,00	3.150.000,00					
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0029	Unidade Mantida	Unidade	1	1	0		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise Situacional

O orçamento não foi executado, devido os processos licitatórios previstos pela lei 12.462/2011 (RDC), que não foram concluídos em tempo hábil.

Quadro 012 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.157C.26359.0029 Implantação da Maternidade Escola da Universidade Federal da Bahia						
Descrição	Implantação, expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento da Maternidade Climério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia, contemplando licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à construção e ampliação da Maternidade, objetivando a promoção da qualidade dos recursos humanos na saúde e ampliação de programas de residência, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2032						
Unidade Orçamentária	26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7020	19.000.000,00	19.000.000,00					
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
7020	Unidade Mantida		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise Situacional

O Orçamento não foi executado, devido a não liberação de limite orçamentário para empenho em 2015.

Quadro 013 – Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS**Complexo Hospitalar e de Saúde**

Identificação da Ação					
Código	12.302.2032.4086.7000			Tipo:	
Título	Funcionamento dos Hospitais de Ensino				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
22.281,84	20.634,04	1.027,80			

Fonte: Siafi Gerencial/ CHS/ Coordenação de Orçamento

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Ocorreram restrições no desempenho orçamentário, em virtude do contingenciamento na liberação de limites orçamentários para empenho, somente recuperados parcialmente ao final do exercício 2015. A paralisação dos servidores da Universidade dificultou o andamento dos processos administrativos. Apesar desses fatores, entre outros, a UFBA apresentou elevado percentual de execução orçamentária dos limites liberados relativos aos objetivos centrais do planejamento. Além disso, a não liberação de recursos de emendas parlamentares representou obstáculo ao pleno desempenho orçamentário.

2.3.4 Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 013 A – Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos						Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil						
Código SIAFI		Denominação				
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe						
UG	Credor (CNPJ-UG/GESTÃO)		Saldo final do Exercício anterior	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final do exercício
150247	02712393000191	BIOTRADE PRODUTOS PARA LABORA	0,00		5.800,00	5.800,00
	04239658000101	LABMEDICA PRODUTOS HOSPITALARE	0,00		9.890,00	9.890,00
	113202/11501	NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IPEN	0,00		13.541,12	13.541,12
	115406/20415	PRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	0,00		25.272,00	25.272,00
	14645162000191	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E E	0,00	18.839.794,65	34.476.744,55	15.636.949,90
	31673254000102	LABORATORIOS B BRAUN SA	0,00		266,00	266,00
	46563938000110	TOSHIBA MEDICAL DO BRASIL LTDA.	0,00		40.438,18	40.438,18
	50260751000115	BND BIONUCLEAR DIAGNOSTICA COME	0,00		2.373,90	2.373,90
	00331788002162	LABINBRAZ COMERCIAL LTDA	0,00		6.060,00	6.060,00
SUBTOTAL			0,00	18.839.794,65	34.580.385,75	15.740.591,10
Identificação da Conta Contábil						
Código SIAFI		Denominação				
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS -INTRA OFSS				
UG	Credor (CNPJ-UG/GESTÃO)		Saldo final do Exercício anterior	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final do exercício
150247	113202/11501	NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IPEN	0,00		4.795,36	4.795,36
	115406/20415	PRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	0,00		9.828,00	9.828,00
SUBTOTAL			0,00		14.623,36	14.623,36
TOTAL GERAL			0,00	18.839.794,65	34.595.009,11	15.755.214,46
Fonte SIAFI PROAD/CCF						

O passivo é oriundo dos seguintes fatos:

- 1- redução de envio de financeiro por parte do Ministério da Saúde;
- 2- mudanças constantes de liberação orçamentária nas fontes de recursos ;
- 3- aumento nos atendimentos à população versus os repasses do sistema único de Saúde ;
- 4- aumento nos custos das aquisições e serviços versus o congelamento da tabela SUS ;
- 5- aumento das demandas de internações frente a fechamento temporários de unidades de saúde no Estado da Bahia;
- 6- a não assunção da gestão plena da EBSERH frente ao Complexo Hospitalar Prof. Edgard Santos e Maternidade Climério de Oliveira.

2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 014– Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores UFBA				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2014	53.970.603,20	43.956.501,26	2.521.816,05	7.492.285,89
2013	18.146.992,04	5.250.409,69	3.275.727,86	9.620.854,49
2012	13.617.451,21	288.260,79	4.163.369,56	9.165.820,86
2011	5.400.713,58	22.155,79	1.297.607,31	4.080.950,48
2010	7.707.599,53		1.065.428,19	6.642.171,34
2009	1.180.151,95		630.973,36	549.178,59
2008	115.043,14			115.043,14
Total	100.138.554,65	49.517.327,53	12.954.922,33	37.666.304,79
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2014	36.129.864,01	35.467.135,65	-	662.728,36
2013	1.668.172,49	1.326.533,43	-	341.639,06
2012	106.079,41	219,55	-	105.859,86
2011	73.483,34	6.029,70	-	67.453,64
2010	17.786,13	13.379,70	-	4.406,43
Total	37.995.385,38	36.813.298,03	-	1.182.087,35

Fonte: Tesouro Gerencial Data extração: 28/02/2016

Análise Crítica

A estrutura da UJ é constituída por duas UO's –26232 e 26359, sendo quatro as Unidades Gestoras Executoras: 153038, 150223, 150247 e 153040. As Unidades Gestoras Executoras, 150247 (CHS), 150223 (MCO) e 153040 (HUPES) registram contabilmente os créditos da UO 26359 – área de saúde da Instituição. A UG 153038 funciona como Gestora e Setorial do Órgão na qual é registrado contábil e preponderantemente o orçamento da UO 26232 distribuído para suas 60 UGR, cujos dirigentes têm competência para gerir esses créditos. A análise e registro desses atos são feitos centralizadamente pela Coordenação de Contabilidade e Finanças na UG 153038.

Os Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores representam tanto os créditos originários da UJ como os recebidos de outras UJ, executados por todas as UG citadas. O pagamento dos RP's são realizados à medida em que o objeto é adimplido e que o recurso financeiro é repassado seja pelo MEC seja por outro órgão (em se tratando de descentralizações externas), efetuando-se o pagamento ao credor.

O impacto na gestão financeira decorrente do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores é sentido em virtude do estabelecimento através de Decreto presidencial de limites trimestrais para liberação dos recursos financeiros quer para honrar compromissos do exercício, quer para os de exercícios anteriores (RP). No exercício de 2015, os limites financeiros estabelecidos pela SPO/MEC atenderam parte das necessidades de pagamento de Restos a Pagar e das despesas processadas do

próprio exercício financeiro. A existência de Restos a Pagar Processados encontra-se amparada no Decreto 93872/86, art. 70 –“prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI)”.

Os saldos dos Restos a Pagar não Processados, composto majoritariamente por serviços de engenharia e obras e instalações e ainda equipamentos que dependem da conclusão dessas obras para que sejam fornecidos, instalados e postos em funcionamento, permanecem assim por solicitação dos dirigentes das unidades responsáveis (UGR), amparados no art. 68 (§ 2º e § 3º I e II b) e c)) do Decreto 93872/86. No exercício de 2015 foram pagos aproximadamente 62% dos restos a pagar não processados e cancelados 13%. Dos restos a apagar processados foram pagos 97% do montante apurado em 01.01.2015.

Quadro 015– Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores CHS

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	8.395.654,27	7.985.066,85	340.818,47	69.768,95
2013	7.853.349,29	3.580.608,06	2.148.983,85	2.123.757,38
2012	1.917.997,78	6.600,00	1.585.304,77	326.093,01
2011	2.705.388,72	0,00	1.222.228,25	1.483.160,47
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	3.914.601,30	3.914.601,30	0,00	0,00
2013	132.638,75	132.638,75	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica

Em atendimento aos critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a inscrição e gestão dos Restos a Pagar foi realizada pelo Ordenador de Despesas do Complexo, conforme norma estabelecida.

Com relação aos valores ainda disponíveis em Restos a Pagar Não Processados, estes necessitam permanecerem vigentes em virtude de obras de reformas reiniciadas recentemente, e outras com possibilidade de serem retomadas no Complexo HUPES. As obras, cujos valores permanecem inscritos, são fundamentais para o funcionamento do hospital.

Os empenhos passíveis de cancelamento já foram cancelados, cujo montante totalizou, no exercício de 2015, R\$ 4.379.169,81 (obras) e R\$ 918.165,53 (despesas diversas).

2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 016 - Resumo dos Instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos 3 exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA					
CNPJ:	15.180.714/0001-04					
UG/GESTÃO:	153038/15223					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício, (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Contrato com Fundação	39	54	66	25.274.001,43	36.251.288,17	35.493.617,30
Totais	39	54	66	25.274.001,43	36.251.288,17	35.493.617,30

Fonte: PROPLAN/CCCONV

Quadro 017 Resumo da Prestação de Contas sobre transferência concedida pela UJ				
Unidade Concedente				
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA				
CNPJ: 15.180.714/0001-04		UG/GESTÃO: 153038/15223		Valores em R\$
		1,00		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contrato com Fundações
2015	Contas Prestadas	Quantidade		40
		Montante Repassado		20.641.009,89
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		1.872.500,00
Anteriores a 2015	Contas Prestadas	Quantidade		13
		Montante Repassado		7.645.025,04
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado		1.288.964,32

Fonte: PROPLAN/CCCONV

OBS: Exercício de 2015 foi considerado contas não prestadas até 30/11/2015, conforme cláusula contratual.

Quadro 018 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão		
		Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		
UG/GESTÃO: 153038/15223		
CONTAS APRESENTADAS	QTD./MONTANTE	
Contas analisadas	Qtd. Aprovada	13
	Qtd em diligência / trâmite para aprovação	10
	Qtd. Reprovada	0
	Qtd. TCE	0
	Montante	R\$ 15.789.364,79
Contas não analisadas	Qtd.	165
	Montante	R\$ 80.582.598,42
Fonte: PROPLAN/CCCONV		

Quadro 019 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos					
Unidade Concedente ou Contratante					
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA					
UG/GESTÃO: 153038/15223					
Instr. De transf.	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	> 120 dias
Contratos	2	4	3	8	148
Fonte: CCCONV/NAP					

Análise Crítica

As fundações de apoio junto a UFBA, devidamente credenciadas, apresentaram 52 prestações de contas (PC's) no exercício de 2015. Conforme orientação da DN TCU, as prestações de contas são de contratos já encerrados, ou seja, referem-se a PC's do tipo final.

Quanto às análises das prestações de contas, a UFBA realizou 23 análises de prestações de contas prestadas, sendo 13 (treze) já finalizadas e 10 (dez) em estágio final de diligência aguardando apenas emissão de parecer final.

No exercício de 2015, encontravam-se vigentes 138 contratos com as fundações de apoio, sendo que destes, 39 foram celebrados neste mesmo ano, o que equivale a uma redução de aproximadamente 28% em relação ao ano de 2014, que revela a tendência dos últimos anos. Ressalta-se que na maioria dos casos, para cada contrato celebrado com as fundações de apoio, são firmados outros instrumentos jurídicos, com instituições concedentes, financiadoras ou contratantes. Além disso, são firmadas diversas parcerias com Unidades acadêmicas e órgãos da Universidade Federal da Bahia, sem envolver repasses de recursos financeiros, o que totaliza em torno de 300 parcerias institucionais que tramitam pela Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos – CCCONV da Pro-Reitoria de Planejamento e Orçamento no exercício em tela.

Os números apresentados nos quadros dessa seção representam avanços significativos, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, não obstante ocorrências supervenientes que comprometeram o planejamento da Coordenação responsável pelo acompanhamento e controles das prestações de contas apresentadas pelas fundações de apoio.

Entre diversos aspectos, implementados em 2015 e em exercícios anteriores, contribuíram favoravelmente no que se refere à relação da UFBA com as fundações de apoio:

- Definição das competências dos núcleos que constituem CCONV por meio do Regimento Interno da Reitoria, aprovado em 13/09/2013;
- Adoção de formulários, relatórios e rotinas padrões, além de outros documentos que garantem melhor organização dos processos a partir da elaboração de procedimentos operacionais.
- Diálogos e discussões com as fundações de apoio para atendimento efetivo da legislação e de cláusulas contratuais.

Envolvendo as três áreas de atuação da CCONV (Núcleos: Apoio a Elaboração, Acompanhamento e Prestação de Contas), por meio de seus núcleos, pode-se destacar melhorias significativas como o redução a quase zero do passivo de prestações de contas a serem prestadas pelas fundações de apoio, porém, principalmente para o exercício de 2015, é necessário destacar fatos que pesaram negativamente para que se pudesse atingir metas previamente estabelecidas, a saber:

Na área relativa à prestação de contas (PC) trataremos de dois aspectos: i) o cumprimento pelos convenientes/contratados da apresentação da prestação de contas no prazo definido em instrumento jurídico, e ii) o processo de análise e decisão sobre as respectivas prestações de contas.

No que se refere ao cumprimento de prazos para apresentação de prestação de contas pode-se afirmar que o exercício de 2015 representa um avanço significativo em relação aos exercícios anteriores, pois do passivo de PC's restam apenas 1 da Fapex e 3 da FEP, resumindo o estoque a 4 PC's o que praticamente finaliza o passivo. Das 41 (quarenta e uma) prestações de contas a serem apresentadas em 2015, em função de fim de prazo para entrega da PC, a UFBA recebeu 40 (quarenta). Isso representa que 98% das prestações de contas foram entregues no prazo contratual.

Costumeiramente as fundações de apoio atrasavam a entrega das prestações de contas, mas com a adoção de cobrança formal logo após o encerramento da vigência do contrato/convênio, os atrasos na entrega se reduziram significativamente. Ainda sobre este assunto, é importante frisar que a UFBA seguindo orientação da CGU passou a dar ênfase às prestações de contas parciais de contas dos contratos firmados com as fundações de apoio credenciadas, resultando em um aumento da ordem de 45% de prestações de contas parciais recebidas em 2015 em comparação a 2014.

Com as informações das prestações de contas recebidas (prestadas pelas fundações de apoio), passemos a analisar o segundo estágio aqui considerado. A análise de prestação de contas foi uma das atividades que avançaram no aspecto técnico-operacional. Com a adoção do Manual de Análise de Prestação de Contas as análises se tornaram mais técnicas e sistematizadas, garantindo melhor controle e fidedignidade de informações. Porém, em 2015, houve uma redução do quantitativo de prestações de contas analisadas. O que explica essa redução são variáveis internas e externas. Entre as principais e a de maior impacto foi a greve já registrada dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE's), que ficaram parados por mais de quatro meses. Ocorreu também a redução do quadro funcional da CCONV, que perdeu dois servidores sem reposição. Neste contexto o Núcleo

de Prestação de Contas – NAP foi impactado com a saída de um servidor responsável pela análise de PC's no exercício de 2015. Outro fato de ordem externa foi relativo às orientações da CGU para que a UFBA desse atenção às prestações de contas de caráter parcial, tanto na solicitação quanto nas análises.

Entre as variáveis de ordem interna que justificam a redução da quantidade de prestações de contas analisadas, se destacam: i) espaço físico com deficiências, ii) retomada de atividades após extenso período de paralisação, iii) tratamento de pendências acumuladas ao longo do período de greve para evitar registro de inadimplência da UFBA para com concedentes, e iv) análises de prestações de contas parciais. Com as informações do item “iv”, salienta-se que neste ano o TCU recomendou a não inserção das PC's parciais no quantitativo a ser considerado no Relatório de Gestão. Entretanto consideramos que a PC parcial é tão importante quanto a final, pois se caracteriza como um instrumento de controle da execução, corrigindo possíveis falhas durante a execução e facilitando a análise final da PC. Assim a informação existente no quadro não demonstra o real volume de trabalho executado pela área técnica responsável. Abaixo quadro ilustrativo das análises por tipo de prestação de contas.

PC TIPO	Qtd.
Parcial	16
Final	23
Total	39

Influenciado pelos fatores supervenientes o estoque de prestações de contas a serem analisadas aumentou ao final de 2015, considerando ainda as últimas prestações recebidas do passivo das Fundações. Devido a grande demanda de trabalho (Estoque de PC's, PC ordinárias e demais atividades administrativas), recorrência das greves dos TAS's que acumularam em dois anos quase sete meses de paralisação e do “*Turnover*”, a UFBA vem estudando alternativas para concluir a análise desse estoque em menor espaço de tempo. Por isso, preventivamente, considerando as dificuldades enfrentadas nesses últimos exercícios, a CCCONV/NAP elaborou o projeto para finalizá-lo. O projeto, também informado aos órgãos de fiscalização e controle, consiste no encaminhamento de novos servidores, a serem treinados pelos servidores lotadas na CCCONV/NAP, a fim de analisar em regime de mutirão todo o estoque concentrado na UFBA/CCCONV. Contudo, o projeto em tela depende de algumas variáveis tais como: i) disponibilidade de espaço físico, e ii) seleção de novos servidores ou encaminhamento de outros servidores de outras unidades. Atualmente o referido processo encontra-se sob análise dos órgãos competentes.

Em linhas gerais, vislumbramos a melhoria qualitativa dos nossos processos, visto que novos manuais foram implantados e efetivamente utilizados melhorando a operacionalização das análises de PC's. Além disso, considerando a finalização do estoque das Fundações, e a capacidade de análise atual da CCCONV/NAP, projetamos que a partir de 2016 o passivo sofrerá uma redução na ordem de 30% / ano. Entretanto, outras alternativas, além do projeto de redução do estoque de PC's da UFBA, estão sendo estudadas para acelerar este processo.

2.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A estrutura para análise e prestação de contas, integrante da Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos – CCCONV, através do Núcleo de Análise de Prestação de Contas – NAP, ligado à Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN, conforme Regimento Interno da Reitoria dessa Universidade possuía no exercício de 2015, os seguintes servidores lotados com seus respectivos cargos e funções:

Nome	Cargo	Função
Jeronimo Rosário Tanan Pereira	Contador	Chefe de Núcleo – Coordenar equipe, gerenciar e controlar atividades e processos e realizar prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres.
José Raimundo de Sousa Cerqueira	Contador	Realizar prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres e analisar prestação de contas.
José Venâncio Ferreira Neto	Contador	Realizar prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres, analisar prestação de contas e regularizar pendências referente a prestação de contas junto aos órgãos concedentes e de fiscalização e controle.
Terezinha Dias Santana	Técnica em Contabilidade	Realizar prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres e analisar prestação de contas.

Para o cumprimento pleno e tempestivo das competências, considerando a natureza, o volume e o histórico dos processos de prestações de contas existentes hoje na UFBA, já informados no Relatório de Gestão 2015 e anteriores, depende de alguns fatores como o desenvolvimento do sistema informatizado para gerenciamento, análise e acompanhamento desses processos e, principalmente, do aporte de pessoal em quantitativo adequado ao montante das prestações de contas pendente de apresentação ou de análise e da capacitação para o trabalho dos novos servidores. A insuficiência de recursos humanos, como é o caso, para atender a demanda além da tarefa ordinária é a maior dificuldade enfrentada pela UFBA. Vislumbra-se, sem que nenhum fator interveniente ocorra, que a partir de 2016, que após o encerramento do estoque de PC's das Fundações de Apoio, ocorrido no primeiro trimestre de 2016 e considerando a equipe atual, o estoque de PC's possa ser reduzido a razão de 20% ao ano, que apesar de demonstrar uma evolução, ainda ficará aquém do que desejamos. Com o incremento da equipe com mais quatro servidores, trabalhando em regime de mutirão e voltados, exclusivamente, para a tarefa de análise, estima-se que após treinamento em aproximadamente um ano este passivo será encerrado.

A PROPLAN está intervindo junto à PRODEP para viabilizar aporte de pessoal na quantidade necessária para o NAP, tendo em vista a relevância da situação dos processos de prestações de contas existente hoje na UFBA, considerando que esta é a medida mais eficaz, não dispensando outras, para melhorar a estrutura interna desse núcleo e viabilizar o cumprimento pleno e tempestivo de suas atribuições. Assim busca-se também uma solução interna para a transferência de servidores de outros órgãos/setores ou a nomeação de servidores aprovados em concurso público para execução finalização do estoque de PC's pendentes de análise.

2.3.7 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 19A – Análise da Evolução da Receita Arrecadada 2014 - 2015

Análise da Evolução da Receita Arrecadada 2014 - 2015							
Natureza Receita		Fonte SOF	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA		RECEITA ARRECADADA		%
			2015	2014	2015	2014	
22190000	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	0250	17.963,00	111.537,00	0,00	0,00	0%
13120000	ARRENDAMENTOS	0250	2.147.518,00	2.081.027,00	1.886.629,30	1.961.588,26	-4%
73120000	ARRENDAMENTOS	0250	203.429,00	55.649,00	0,00	104.325,10	-100%
19180200	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	0250	4.383,00	9.314,00	21.448,86	2.956,02	626%
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	0,00	0,00	780,00	0,00	100%
19199900	OUTRAS MULTAS	0250	221.592,00	281.266,00	104.790,30	91.230,83	15%
19229900	OUTRAS RESTITUICOES	0250	0,00	101,00	1.125,38	0,00	100%
14200000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	0250	72.322,00	0,00	0,00	81.438,22	-100%
19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0100			51.611,11	1.018.577,71	
		0112			721.071,50	238.381,64	
		0250	0,00	187.487,00	11.331,33	2.593,99	337%
19220110	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS - PRIMÁRIAS	0100				4.129,03	
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0280	1.819.396,00	2.094.444,00	2.153.034,80	1.648.972,41	31%
16002001	SERV.CONS.,ASS.TEC.E AN.PROJ.APLICACOES LIVRES	0250	3.160.017,00	2.641.669,00	1.765.670,55	2.885.586,78	-39%
16000102	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ES.C.E PUBLICID.	0250	8.045,00	8.193,00	12.130,00	16.555,50	-27%
16001300	SERVICOS ADMINIS TRATIVOS	0250	2.296.411,00	2.752.716,00	1.459.441,28	1.609.572,66	-9%
16002200	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0250	8.473.200,00	12.241.649,00	5.912.411,68	5.438.227,42	9%
76000800	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0250	73.744,00	64.709,00	98.320,00	98.320,00	0%
16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	0250	14.518.731,00	8.826.647,00	7.016.779,33	9.556.428,50	-27%
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	0250	2.779.224,00	0,00	363.034,62	2.634.098,54	-86%
16000503	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	0250	7.278,00	9.683,00	3.191,00	6.073,33	-47%
16001900	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI S	0250	14.806,00	5.530,00	16.270,81	13.931,28	17%
16005000	TAR.INS CR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250	4.659.607,00	2.422.123,00	815.179,00	1.777.090,31	-54%
16005000	TAR.INS CR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0281	336.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
76001300	SERVIÇOS ADMINIS TRATIVOS	0250	0,00	1.957,00	0,00	0,00	0%
76001600	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0250	0,00	1.421,00	0,00	0,00	0%
19909900	OUTRAS RECEITAS	0250	0,00	0,00	0,00	300,00	-100%
22150000	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS	0250	0,00	0,00	0,00	122.024,10	-100%
22160000	ALIENAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0250	0,00	0,00	0,00	5.715,61	-100%
22170000	ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0250	0,00	0,00	0,00	34.368,99	-100%
22190000	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	0250	0,00	0,00	0,00	21,30	-100%
Total			40.813.666,00	33.797.122,00	22.414.250,85	29.352.507,53	-24%

Fonte: SIAFI / PROPLAN-Coord. De Orçamento

Assim como ocorreu em 2014, houve em 2015 um decréscimo na arrecadação de receitas próprias. Para o orçamento 2015, previa-se um aumento da ordem de 20,8% na realização de receitas próprias, com base na série histórica apurada no SIAFI OPERACIONAL em paralelo aos dados do TESOURO GERENCIAL. Entretanto, observou-se uma receita realizada da ordem de -23,6% em relação ao que foi realizado efetivamente no exercício de 2014.

Com efeito, a queda na realização de receitas próprias tinha sido observada em ano anterior, o que pode ser notado ao se comparar a estimativa de receita com a receita arrecadada em 2014.

Atribui-se esta redução aos seguintes fatores: extinção do exame vestibular, quando da implantação plena do sistema ENEM para ingresso na Universidade; defasagem nas taxas cobradas por serviços prestados pela UFBA, a exemplo da expedição de documentos e diplomas, e taxas de inscrição a cursos diversos. Neste particular, o Conselho Universitário aprovou recentemente a majoração destas taxas. A aplicação de isenções diversas para a emissão de certificados e outros documentos, coerente com a política de assistência estudantil, provocou também a queda na arrecadação.

2.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 020 – Despesas por modalidade de contratação				
Unidade orçamentária: UNIVESIDADE FEDERAL DA BAHIA			Código UO: 26232	UGO: 153038
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	156.508.811,40	173.561.294,43	137.348.857,65	155.748.951,93
a) Convite		167.327,84		167.327,84
b) Tomada de Preços		369.125,60		341.509,64
c) Concorrência	3.845.017,08	9.243.767,28	3.463.624,09	9.240.665,28
d) Pregão	152.663.794,32	163.781.073,71	133.885.233,56	145.999.449,17
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	184.507.118,71	181.291.663,64	160.577.000,75	176.498.684,29
h) Dispensa	172.346.973,92	167.600.470,73	149.408.097,15	163.825.985,97
i) Inexigibilidade	12.160.144,79	13.691.192,91	11.168.903,60	12.672.698,32
3. Regime de Execução Especial	6.074,16	14.330,45	6.074,16	14.330,45
j) Suprimento de Fundos	6.074,16	14.330,45	6.074,16	14.330,45
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.255.064.312,08	1.118.044.367,64	1.255.061.818,08	1.104.858.701,66
k) Pagamento em Folha	1.251.838.743,01	1.115.896.499,33	1.251.838.743,01	1.102.712.957,35
l) Diárias	3.225.569,07	2.147.868,31	3.223.075,07	2.145.744,31
5. Outros	13.501.244,34	82.431.621,94	12.789.953,70	82.092.745,76
6. Total (1+2+3+4+5)	1.597.427.415,90	1.555.343.278,10	1.565.783.704,34	1.519.213.414,09

Fonte: 2014-SIAFI Gerencial; 2015-Tesouro Gerencial Data extração: 26/02/2016

Quadro 021- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: Universidade Federal da Bahia – UFBA					UO: 26232			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Restos a Pagar Não processados Inscritos		Despesas Pagas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
11-Vencimento Vantagens Fixas	592.621.098,37	556.907.042,02	592.621.098,37	556.907.042,02			592.606.646,39	550.702.908,07
01-Aposent. RPPS. Remun. Reform	358.089.248,02	326.961.189,97	358.089.248,02	326.961.189,97			358.089.248,02	326.956.316,70
Demais elementos do grupo	229.899.093,42	224.844.548,73	229.897.279,12	224.832.999,40	1.814,30	11.549,33	229.237.021,06	217.858.614,64
3. Outras Despesas Correntes								
39-Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	223.159.117,62	256.595.592,87	194.035.109,88	236.141.404,57	29.124.007,74	20.454.188,30	164.197.106,31	227.466.199,29
92-Despesas de Exercícios Anteriores	59.104.371,02	1.657.605,11	59.091.871,02	1.653.086,18	12.500,00	4.518,93	59.091.871,02	1.653.086,18
30-Material de Consumo	52.901.919,48	52.275.274,79	40.151.659,63	44.714.701,14	12.750.259,85	7.560.573,65	32.474.104,13	33.877.466,84
37-Locação de Mão-deObra	44.832.277,85	31.645.442,41	37.337.632,51	30.739.284,95	7.494.645,34	906.157,46	33.644.987,47	30.082.219,29
Demais elementos do grupo	93.403.044,09	99.060.502,22	91.713.111,21	97.535.942,24	1.689.932,88	1.524.559,98	91.674.036,61	97.128.839,09
4. Investimentos								
52-Equipamentos e Material Permanente	6.299.268,84	43.224.761,96	2.794.547,33	26.318.876,39	3.504.721,51	16.905.885,57	1.301.324,84	24.124.522,25
51-Obras e Instalações	5.427.149,50	15.228.357,17	3.458.368,49	9.260.553,21	1.968.781,01	5.967.803,96	3.458.368,49	9.086.228,71
Demais elementos do grupo	447.635,11	913.564,05	397.635,11	278.198,03	50.000,00	635.366,02	8.990,00	277.013,03

Fonte: PROPLAN/Coordenação de Orçamento

2.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 022 - Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal – C.G.P.F.		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Fatura Valor das Faturas (b)
2015	153038	UFBA	0	0	6.074,16
2014	153038	UFBA	0	0	14.330,45

Fonte: PROAD

Quadro 023 Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de concessão		Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	C.P.G.F.		
			Quantidade	Valor Total	
2015	153038	UFBA	6	8.000,00	1.600,00
2014	153038	UFBA	9	16.000,00	5.000,00

Fonte: PROAD

Quadro 024 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos – 2015					
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de despesa	Subitem da Despesa		TOTAL
153038	UFBA	33.90.30 Material de consumo	07	Generos de Alimentação	800,36
			09	Material Farmacológico	363,86
			17	Material de Proces. De Dados	980,00
			22	Material de Limpeza	24,80
			24	Mat.p/Manut.Bens Imoveis/Instalações	710,79
			26	Material Elétrico e Eletrônico	974,10
			36	Material Hospitalar	85,25
			T O T A L	3.939,16	
		33.90.39 Serviços de terceiros jurídica	17	Manut.E Conserv.Máq. e Equipamentos	1.335,00
			95	Manut.Cons.Equip. Proces. De Dados	540,00
			99	Outros Serv. De Terceiros – P.J.	260,00
			T O T A L	2.135,00	

Fonte: PROAD

Análise Crítica

Os quadros apresentados demonstram a utilização dos recursos na modalidade de Suprimento de Fundos apenas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF, em transações na função de crédito, pelo conjunto dos portadores na Unidade Gestora 153038 – Universidade Federal da Bahia, objetivando atender às atividades acadêmicas, com despesas de pequeno vulto com materiais de consumo e com despesas emergenciais de prestação de serviços, sendo observados os limites legais de concessão e de gasto.

Em comparação com o exercício anterior, a quantidade de concessões, em 2015, a título de suprimento de fundos foi reduzida para 06 (seis), sendo o maior valor individual concedido de R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para a UGR 153939 – Campus Anísio Teixeira em Vitória da Conquista-BA.

Como a quantidade e montante concedidos obedecem estritamente o caráter da excepcionalidade, conforme explicitado no art. 45 do Decreto 93.872/86, o controle é feito em planilhas por suprido e por processos de concessão e de prestação de contas.

Em relação às prestações de contas foram todas apresentadas tempestivamente, devidamente analisadas e aprovadas pela autoridade competente.

2.4 Desempenho operacional

A profissionalização da gestão é uma face importante do processo de modernização pelo qual a administração pública tem passado nas últimas três décadas. A busca por uma gestão eficaz na administração pública é objeto de atenção e de ação institucional dos órgãos de controle interno e externo. Um exemplo representativo é o modelo de governança corporativa do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece mecanismos e estratégias para a governança corporativa para todos os órgãos e entidades da administração pública, se constituindo dessa forma em um imperativo normativo sobre o qual os órgãos a ele jurisdicionados precisam se adequar. Os aspectos principais do modelo de governança estão direcionados a melhoria da qualidade do gasto público, a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão e de um maior desempenho da burocracia estatal. Deve-se observar que os órgãos de controle funcionam como catalisadores institucionais de boas práticas de gestão na administração pública, promovendo estímulo para o seu aprimoramento e modernização na medida em suas exigências e orientações devem ser atendidas.

É necessário reconhecer que essa ação de avaliação, direção e monitoramento da atuação do gestor público despertou uma maior atenção dos diversos órgãos da administração para a forma como são conduzidas as políticas e prestados os serviços de interesse da sociedade. Segundo o referencial de Governança do Tribunal de Contas da União, uma boa governança pública se caracteriza, entre outras coisas, pela capacidade de tomar decisões embasadas em informações de qualidade, o que significa a existência de um conjunto de métricas e indicadores que possam monitorar a realização de metas e o alcance de objetivos por parte dos gestores públicos.

É neste contexto que a Universidade Federal da Bahia desenvolveu um conjunto de indicadores de desempenho que permitem o acompanhamento da efetividade de suas ações e políticas e a realização de seus objetivos sociais. Esses indicadores são apresentados neste documento.

Avançamos em relação ao ano de 2015, ampliando as áreas fins que ainda não tinham construído nenhum indicador de desempenho mais geral. Pretendemos dar continuidade ao processo de criar mais indicadores que possam guiar as decisões estratégicas, táticas e operacionais da Universidade nos seus diversos níveis de gestão. Tal processo é complexo e requer tempo, inclusive para se romper os limites que fragilizam a geração de dados e informações sobre a própria Universidade

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

QUADRO 025 – INDICADORES DE DESEMPENHO ESPECÍFICOS DA UFBA – 2015					
DENOMINAÇÃO	Índice de Referência (*)	Índice Previsto (***)	Índice Observado (**)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
PROPCI					
PRODUTIVIDADE DE PESQUISA – PROD PESQ I	14,7	-	15,6	Anual	$PROD PESQ I = \text{Var \% TP ISI}_t = ((TP_{t-1} + TP_{t-2}) / (TP_{t-3} + TP_{t-4}) - 1) * 100$
ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA – ICAP I	708,66	-	666,39	Anual	ICAP I = Número de Bolsas no ano t * Escore Médio da qualidade das bolsas
ÍNDICE DE INSERÇÃO DA PESQUISA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO – IPEG	28,2	-	-21,8	Anual	IPEG → $\text{Var \% BPIG} = ((PPI_t - BPI_{t-i}) / BPI_{t-i}) - 1) * 100$
PROPG					
ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO I – EXPPG I	13,91	-	14,64	Anual	EXPPG1 = $(TAPG * 100) / (TAGPG)$
ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO II – EXPPG II	56,4	-	56,6	Anual	EXPPG2 = $(\text{TotCPG} * 100) / (\text{TotCG} + PG)$
ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO III – EXPPG III	43,05	-	44,70	Anual	EXPPG3 = $(\text{TotAluDout} * 100) / (\text{TotAluDout} + \text{Mest})$
PROGRAD					
ÍNDICE DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO = IQGRAD	3,32	-	3,63	Anual	IQGRAD = $(\text{Média Nota ENADE Ano1} + \text{Média Nota ENADE Ano2} + \text{Média Nota ENADE Ano3}) / 3$
PRODEP					
ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO – IQCTA	3,06	-	3,17	Anual	IQCTA = $\{ [(MEST + DOUT) * 5] + (ESP * 4) + (GRAD * 3) + (NMED * 2) + FUND \} / \text{TOTAL SERVIDORES}$
ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO = INVCAPTA	22,93	-	26,43	Anual	INVCAPTA = $(\%N1) + (\%N2 * 2) + (\%N3 * 3) + (\%N4 * 4) / 10$
INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO DOCENTE COM AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO = INVCAPDOC	10,37	-	8,46	Anual	INVCAPDOC = $(\%N1 * 2) + (\%N2 * 3) + (\%N3 * 5) / 10$

(*) Todas as medidas foram realizadas em janeiro de 2015, referentes ao ano de 2014;

(**) Todas as medidas foram realizadas em janeiro de 2016, referentes ao ano de 2015.

(***) A gestão da UFBA não trabalha com um nível de previsão anual de metas quantificadas. Trabalha-se com a expectativa de um crescimento contínuo dos indicadores positivos de desempenho.

Índice de referência – Resultado da última medição do indicador, com indicação em nota de rodapé do mês/ano em que foi realizada; **Índice previsto** – Índice previsto para ser alcançado no exercício de referência do relatório de gestão ou, caso inexistente, no exercício mais próximo desse; **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão ou na última medição disponível. Nota de rodapé deverá indicar o ano da aferição

INDICADORES REFERENTES À PRÓ-REITORIA DE PESQUISA CRIAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPCI

INDICADOR 1 – ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA – PROD PESQ I

DEFINIÇÃO:

Ampliação da produção de trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI), medida pelo percentual de crescimento da produção, considerando os dois últimos anos completos em relação aos dois anos imediatamente anteriores.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um importante indicador da internacionalização da produção científica da Universidade, algo congruente com as diretrizes da Área de Ciência e Tecnologia do país que prioriza dar visibilidade internacional à produção científica nacional. A utilização de um intervalo de dois anos justifica-se pelo fato de que a publicação de artigos pode flutuar de um ano para o outro, em função da agilidade dos periódicos em publicarem os seus volumes, não refletindo adequadamente a produção dos pesquisadores. Este intervalo procura minimizar a flutuação do índice em função de fatores extrínsecos ao fenômeno que está sendo avaliado. A utilização do ano anterior como ponto de referência, justifica-se pelo fato de que os dados do ano corrente estão incompletos, já que muitos trabalhos publicados no ano relativo ao relatório deverão aparecer durante o ano seguinte.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{PROD PESQ I} = \text{Var \% TP ISI}_t = ((\text{TP}_{t-1} + \text{TP}_{t-2}) / (\text{TP}_{t-3} + \text{TP}_{t-4}) - 1) * 100$$

t = ano de referência para o cálculo do indicador

TP_{t-1} = Trabalhos publicados em 72itiga72cos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-1

TP_{t-2} = Trabalhos publicados em 72itiga72cos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-2

TP_{t-3} = Trabalhos publicados em 72itiga72cos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-3

TP_{t-4} = Trabalhos publicados em 72itiga72cos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-4

Tabela 001 – Evolução do número de trabalhos da UFBA publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) – UFBA 2000 – 2015

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº trabalhos indexados no ISI	168	185	206	214	263	367	355	478	536	575	636	691	703	819	793	848

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação

Obs: Os dados de 2015 são parciais pois, muitos trabalhos publicados em 2015 deverão aparecer durante o ano de 2016.

RESULTADO:

QUADRO 026 – Indicador- Índice de Produtividade em Pesquisa: Corresponde a variação percentual bianual de trabalhos publicados na *Web of Science* (ISI)

Indicador	Ano				PROD PESQ I t = 2015
	t _{t-1} 2014	t _{t-2} 2013	t _{t-3} 2012	t _{t-4} 2011	
Nº trabalhos indexados no ISI	793	819	703	691	15,6

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

QUADRO 027 – Evolução da variação percentual de crescimento bianual da produção de trabalhos publicados em periódicos indexados na *Web of Science*.

Indicador	t=2015	T =2014	t=2013	t =2012	t =2011	t =2010	t =2009	t =2008	t =2007	t =2006	t =2005	t =2004
PROD PESQ I	15,6	14,7	15,1	19,4	19,4	33,4	40,4	32,2	51,4	50,0	22,0	19,0

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR PRODPESQ I

Como apontado em relatórios anteriores, ao longo do período de 12 anos e tomando o ano 2000 como ponto de partida da série histórica, verificou-se um crescimento expressivo da produção científica da UFBA indexada na principal base de indexação internacional. Este crescimento foi contínuo com intensidade diferenciada ao longo do período analisado. Cresceu inicialmente 19% entre 2003 e 2000. A taxa aumentou para níveis próximos a 50% nos anos de 2006 e 2007. Nos dois anos seguintes manteve uma taxa de crescimento ligeiramente superior a 30%. Tal período de elevados níveis de crescimento coincide com aquele em que maior número de periódicos nacionais foram indexados no ISI, aumentando expressivamente a produção científica brasileira internacionalizada. Nos três anos seguintes, o percentual de crescimento situa-se ainda em patamares bem elevados (entre 30 e 40%). A partir de 2011 as taxas de crescimento tornaram-se menos elevadas, mas nem por isto menos expressivas. Em 2013 atingiu 15,1%, em 2014 atinge 14,7% e em 2015, 15,6%. Tais taxas de crescimento são expressivas quando se considera que o número de docentes da Universidade se mantém praticamente inalterado entre 2011 e 2015, após o período de expansão mais forte do REUNI (de 2.257 docentes em 2011 para 2.337 em 2015). Vale ainda destacar que o número de artigos publicados em 2015 foi de 848, o maior da série histórica e que não entra no cálculo do indicador por ser um número que ainda pode modificar em função de novas publicações.

Em síntese, os dados indicam um crescimento consistente ao longo do tempo de publicações de pesquisadores da UFBA em periódicos da principal base de indexação internacional, sinal inequívoco da crescente internacionalização da sua produção científica. Tal índice de produtividade é um importante indicador de maturidade dos grupos de pesquisa na Universidade e da sua internacionalização, ao mesmo tempo em que é uma medida significativa da consolidação e expansão do nosso sistema de pós-graduação.

INDICADOR 2 – ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA I – ICAP I

DEFINIÇÃO:

A consolidação da atividade de pesquisa na UFBA é mensurada dentre outros fatores a partir da quantidade de bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPQ e da qualidade das bolsas obtidas, aqui definida com a o nível das bolsas dos pesquisadores. Como indicador da qualidade das bolsas calcula-se uma média aritmética do número de bolsas por nível, sendo atribuídos pesos distintos a cada nível.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um importante indicador da consolidação da atividade científica da Universidade, quantitativa e qualitativamente, o conjunto de docentes pesquisadores cuja maturidade e produtividade acadêmica assegura a obtenção, em uma concorrência nacional, de bolsa especialmente voltada para apoiar as atividades de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Como os editais para concorrer às bolsas ocorre anualmente, este é o período utilizado para avaliar o crescimento da comunidade no conjunto de potenciais pesquisadores da Universidade, definido pela condição de ser um professor com título de doutor.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{ICAP I} = \text{Número de Bolsas no ano } t * \text{Escore Médio da qualidade das bolsas}$$

Os pesos utilizados para calcular o escore médio da qualidade das bolsas são:
Bolsa I – A (peso 10); Bolsa I – B (peso 7); Bolsa I – C (peso 5); Bolsa I – D (peso 3);
Bolsa II (peso 1).

RESULTADO:

Tabela 002 - Evolução do Índice de Consolidação de Atividade de Pesquisa – ICAP I – UFBA (2006-2015)

Ano	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Nº de bolsas e Produtividade Pesquisa	229	254	217	213	222	228	198	164	154	143
Escore médio de qualidade das bolsas produtividade em pesquisa	2,91	2,79	3,17	2,76	2,96	2,86	3,19	3,64	3,47	3,27
ICAP I	666,39	708,66	687,89	587,88	657,12	652,08	631,62	596,96	534,38	467,61

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR ICAP I

Os escores ICAP I indicam o crescimento quantitativo e qualitativo da consolidação da nossa atividade de pesquisa, considerando-se o número de docentes contemplados com bolsas de produtividade científica pelo CNPq. Tal crescimento é sistemático desde 2006, tomado como ano base da série. Tal crescimento foi interrompido em dois anos. Primeiro, em 2012, com uma pequena queda de 9,5% no número de bolsistas de PQ na UFBA. Além da quantidade menor, houve uma queda, também, no nível médio das bolsas que, em relação a 2011 caiu para 2,76. Em 2013 verifica-se um leve acréscimo no número de bolsas, mas uma melhoria bem expressiva no nível médio (atingindo 3,17), o que fez o ICAP atingir o escore mais elevado até então. Em 2014 o número de bolsistas voltou a crescer, agora de forma mais expressiva, atingindo 254 bolsas. Nesse ano, com o aumento do número de bolsistas PQII a qualidade média voltou a cair, situando-se, agora em 2,79. Verifica-se, no entanto, que o aumento do número de bolsistas compensa tal queda, fazendo com que o ICAP atingisse em 2014 708,66 pontos, o escore mais elevado da série. A segunda queda no escore do ICAP ocorreu agora em 2015, quando o número de bolsas diminuiu de 254 para 229 (queda de 9,8%, embora o valor médio das bolsas tenha aumentado de 2,79 para 2,91). Isto significa que a maior perda no último ano foi de bolsas nível II, podendo significar a não renovação de bolsistas que estavam nesta condição no sistema, face a maior competitividade e falta de expansão do número de bolsas ofertado pela Agência.

INDICADOR 3 – ÍNDICE DE INSERÇÃO DA PESQUISA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO – IPEG

DEFINIÇÃO:

Varição percentual de alunos dos cursos de graduação com bolsas para atividade de pesquisa e inovação do ano t em relação ao ano t-1.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um importante indicador de quanto o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa está se consolidando na Universidade. Para que a atividade de pesquisa não seja uma atividade restrita da pós-graduação e a formação científica do estudante comece efetivamente no seu curso de graduação, o número de alunos formalmente engajados nos grupos de pesquisa é um indicador da articulação entre ensino e pesquisa, revelando o quanto o treino em pesquisa pode aprimorar o desenvolvimento de competências profissionais e, ao mesmo tempo, preparar melhor o aluno para a sua pós-graduação.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

Taxa IPEG → $\text{Var\% BPIG} = ((\text{BPI } t - \text{BPI } t-1) / \text{BPI } t-1) - 1) * 100$
Em que, BPIG = Bolsas de Pesquisa e Inovação e t = ano

RESULTADOS:

Tabela 003 – Evolução do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação - UFBA 2002-2015

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Bolsas de Pesquisa e Inovação	440	390	420	435	510	580	610	630	780	862	985	1374	1.761	1.377

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação

QUADRO 028 – Evolução da Variação Percentual do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação da UFBA

Ano t/t-i	Taxa IPEG Var % BPIG (t/t-i)
2001/2000	2,2
2002/2001	- 6,4
2003/2002	-11,4
2004/2003	7,7
2005/2004	3,6
2006/2005	17,2
2007/2006	13,7
2008/2007	5,2
2009/2008	3,3
2010/2009	23,8
2011/2010	10,5
2012/2011	14,3
2013/2012	39,5
2014/2013	28,2
2014/2015	-21,8
2000/2014	213,0

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR IPEG

A série histórica, de Bolsas de Pesquisa e Inovação, mostra dois períodos bem distintos. No início da década houve uma diminuição do número de bolsas, queda que atingiu o ponto mais baixo no ano de 2003. A partir deste ano o número de bolsas passou a crescer de forma sistemática, tendência que se manteve até 2014, especialmente mais elevadas em 2013 e 2014. A intensidade do crescimento variou de ano para ano, mas nos três últimos anos o percentual manteve-se sempre acima de 10%, tendo atingido quase 40% em 2012. O ano de 2015 apresentou a primeira queda no crescimento do número de bolsas, quando se verificou uma diminuição de 21,8% em relação a 2014. Comparando o ano inicial da série e o ano de 2015 houve um expressivo crescimento de 213,0%, mas que é inferior ao patamar 300,2% no número de bolsas atingido em 2014. Pode-se afirmar, assim, que as atividades de iniciação científica, ainda longe de contemplar um expressivo contingente dos alunos de graduação, tem se expandido de forma contínua ao longo dos últimos anos e que é preciso acompanhar o dado de 2015 para verificar se o número se estabilizará neste patamar ou ainda ocorrerá nova queda. Tal queda vem, principalmente, da diminuição de bolsas da própria UFBA pelos problemas orçamentários que viveu em 2015 e que implicou em ajustes em diversos dos seus programas. Tal índice, é importante destacar, não incorpora alunos que participam de atividades de pesquisa sem o suporte das bolsas de iniciação científica (IC). Neste sentido, há bolsas de IC concedidas diretamente por Agências de Fomento a pesquisadores ou grupos de pesquisa que não estão contabilizadas.

INDICADORES REFERENTES À PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO – PROPG

INDICADOR 4 – ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO I – EXPPG I
--

DEFINIÇÃO:

Percentual de alunos dos cursos de pós-graduação no conjunto dos alunos da Universidade (Graduação e Pós-Graduação).

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

A expansão da pós-graduação é um importante indicador da consolidação da atividade de pesquisa na Universidade, condição para que se estructurem a formação pós-graduada stricto sensu. Historicamente a Universidade brasileira voltou-se prioritariamente para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, consolidando uma ampla rede de cursos de graduação que foi sendo ampliada gradativamente ao longo do tempo. A pós-graduação é, certamente, mais recente e toma impulso a partir dos anos 1970/80. A oferta de um curso de pós-graduação tem como pré-requisito a existência de grupos de pesquisa consolidados, o que se traduz em produção científica de qualidade. Assim, a forte associação entre pesquisa e pós-graduação, justifica avaliar qual a participação do alunado de pós-graduação no total de alunos da Universidade.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{EXPPG I} = (\text{TAPG} * 100) / (\text{TAGPG})$$

TAPG – Total alunos matriculados cursos PG ano t

TAGPG – Total alunos matriculados na Universidade (Graduação e Pós-Graduação) ano t

RESULTADOS**Tabela 004 – Evolução da Matrícula e Índices de Expansão da Pós-graduação EXPPG I – UFBA 2004-2015**

Ano	Média do Aluno Ativo Graduação	Média do Aluno Ativo PG (M+D)	Total de alunos	EXPPG I %PG total alunos
2004	20.826	2.641	23.467	11,25
2005	22.650	2.794	25.444	10,98
2006*	22.665	2.990	25.655	11,65
2007	22.670	3.236	25.906	12,49
2008	24.367	3.275	27.642	11,85
2009	25.796	3.672	29.468	12,46
2010	28.562	3.995	32.557	12,27
2011	31.840	4.355	36.195	12,03
2012	32.241	4.926	37.167	13,25
2013	34.276	5.087	39.363	12,92
2014 **	33.762	5.454	39.216	13,91
2015	33.237	5.700	38.937	14,64

Fonte: Secretaria Geral de Cursos (SGC) – Sistema Acadêmico (SIAC)

*Com os dados do Campus Rural de Cruz das Almas. Sem os dados dos campi de Barreira e Vitória da Conquista, pois, o vestibular só aconteceu no 2º semestre.

** Sem os alunos do campus de Barreiras que se transformou na UFOB.

AVALIAÇÃO DO INDICADOR EXPPG I

Na série histórica que se inicia em 2004, pode-se perceber um lento, mas progressivo aumento da participação de alunos matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu no total dos alunos da Universidade. Por serem cursos voltados para um número mais reduzido de alunos, com vagas bem mais limitadas que os cursos de graduação, há uma grande diferença no volume bruto de alunos nos dois níveis de formação. Na UFBA, em 2015, são aproximadamente sete vezes mais alunos de graduação do que de pós-graduação. Em 2004, no entanto, tal diferença se aproximava de 10 vezes. Ou seja, ao longo dos anos analisados, o crescimento da pós-graduação foi bem mais acelerado do que o crescimento da graduação (apesar do crescimento que tais cursos experimentaram com o REUNI). No período analisado, a UFBA ampliou o número de alunos em 65,9%. Enquanto o crescimento de matriculados na graduação foi de 59,6% no período, na pós-graduação foi de 115,8%. Tal crescimento fez com que a participação

de alunos da PG aumentasse 11,25 para 14,64% do total de alunos da UFBA. O crescimento da pós-graduação tem impactos sobre o porte e o desempenho da comunidade científica e ajuda a compreender o crescimento dos indicadores de produção científica.

INDICADOR 5 – ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO II – EXPPG II

DEFINIÇÃO:

Proporção de cursos de pós-graduação em relação ao total de cursos oferecidos pela Universidade.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um segundo indicador da expansão da PG no interior da Universidade, agora tomando-se como unidade o número de cursos nos dois níveis de formação. Tal indicador torna-se importante pelo impacto na estrutura organizacional da universidade, já que cada curso novo implica em um órgão colegiado e, portanto, em uma unidade de administração acadêmica. O crescimento da pós-graduação traduz-se, portanto no desenvolvimento de uma rede de colegiados mais complexa, um indicador adicional da sua expansão e inserção na estrutura e cotidiano da vida universitária.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{EXPPG II} = (\text{TotCPG} * 100) / (\text{TotCG} + \text{PG})$$

TotCPG – Total de cursos de Pós-graduação no ano t

TotCG+PG – Total de cursos da Universidade no ano t (Graduação e Pós-Graduação)

RESULTADOS

Tabela 005: Evolução do número de cursos de Graduação e Pós-Graduação – UFBA (2005-2015)				
Ano	Cursos		Total cursos	EXPPG II
	Graduação	Pós-graduação M+D		
2005	59	59	118	50,0
2006	68	70	138	50,7
2007	65	78	143	54,5
2008	65	83	148	56,1
2009	99	92	191	48,2
2010	111	107	218	49,1
2011	111	111	222	50,0
2012	111	116	227	51,1
2013	99	122	221	55,2
2014	99	128	227	56,4
2015	99	129	228	56,6

Fonte: SUPAC / SIAC

Nota Graduação 1: Dados de 2006 com UFRB, Vitória da Conquista e Barreiras

Nota Graduação 2: Dados de 2007 sem UFRB

Nota Graduação 3: Dados de 2013 sem UFOB

AVALIAÇÃO DO INDICADOR EXPPG II

Um primeiro aspecto que deve ser destacado é que o ritmo de crescimento do número de cursos da graduação e da pós-graduação são bem distintos. Isto se deve ao fato de que anualmente a UFBA submete propostas de criação de novos cursos à CAPES e aqueles recomendados por ela são implantados na Universidade. Embora em ambos os níveis de formação, o total de cursos tenha mais que duplicado entre 2005 e 2014, o crescimento da PG é contínuo e a cada ano alguns poucos cursos novos aparecem. A queda do número de cursos de graduação a partir de 2013 deve-se ao desmembramento do campus de Barreiras que veio a constituir a Universidade do Oeste da Bahia (UFOB). Na graduação, estamos desde 2011, com o mesmo número de cursos de graduação, sem considerar a perda dos cursos do campus de Barreiras; 2010 e 2011 são dois anos em que muitos cursos de graduação foram implantados na Universidade em função da expansão REUNI. Como, apesar do padrão de crescimento distinto, há um ritmo similar, o indicador calculado não sofreu grandes transformações ao longo dos dez anos da série. De início os cursos de PG representavam 50,9% e em 2015 eles representam 56,6%. Ao longo do tempo há flutuações nos percentuais.

INDICADOR 6 – ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO III – EXPPG III

DEFINIÇÃO:

Proporção de alunos matriculados em cursos de doutorado em relação ao total de alunos matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidade.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

A lógica que estrutura o surgimento de cursos de pós-graduação é que os doutorados surgem após a consolidação dos mestrados. Apenas quando os mestrados atingem a nota 4 na avaliação da Capes Ihe é facultado o direito de pleitear a abertura do doutorado. Tal regra pode ser quebrada quando os indicadores de consolidação e produtividade são compatíveis com a nota 4 embora esta ainda não tenha sido atribuída em uma avaliação. Em síntese, o avanço dos cursos de doutorado e, portanto, dos alunos neles matriculados é um indicador adicional importante de consolidação da pesquisa e da pós-graduação na instituição. O presente indicador analisa a proporção de alunos de doutorado no conjunto dos discentes matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidade.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$\text{EXPPG III} = (\text{TotAluDout} * 100) / (\text{TotAluDout} + \text{Mest})$
--

TotAluDout – Total de alunos doutorandos matriculados na Pós Graduação no ano t.

TotAluDout+Mest – Total de alunos doutorandos e mestrandos matriculados da Universidade (Graduação e Pós-Graduação) no ano t.

RESULTADOS**Tabela 006: Número de alunos matriculados em cursos de Pós-Graduação Stricto Senso – UFBA, 2004-2015**

Aluno Matriculado Ensino de Pós-Graduação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mestrado (1º semestre)	1.863	1.968	2.070	2.224	2.158	2.293	2.420	2.553	2.863	2.943	3.106	3.152
Doutorado (1º semestre)	778	826	920	1.012	1.117	1.379	1.575	1.802	2.063	2.144	2.348	2.548
Total	2.641	2.794	2.990	3.236	3.275	3.672	3.995	4.355	4.926	5.087	5.454	5.700
EXPPG III (%)	29,46	29,56	30,77	31,27	34,11	37,55	39,42	41,38	41,88	42,15	43,05	44,70

Fonte: SUPAC / SIAC

Nota: Cursos em funcionamento considerando-se Mestrados Profissionalizantes e Minter

AVALIAÇÃO DO INDICADOR EXPPG III

A consolidação e expansão da PG na Universidade também pode ser verificada examinando-se os dados gerados pelo indicador EXPPG III . Na série de 12 anos, constata-se que o número de alunos de cursos de doutorado saltou de 29,46% para 44,70%. Tal crescimento é expressivo quando se considera que o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado também teve um crescimento elevado no período, saltando de 1.863 para 3.152 alunos. O crescimento da participação dos alunos de doutorado é constante e vem se acentuando nos últimos anos, quando superou o patamar de 40%. A tendência é que a demanda pela formação de doutores se intensifique, o que aliado ao processo de consolidação dos cursos de mestrado, progressivamente o perfil do alunado da pós-graduação na Universidade amplie a presença dos doutorandos que permanecem na Universidade por um tempo mais longo.

INDICADORES REFERENTES À PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD

INDICADOR 7 – ÍNDICE DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – IQGRAD

DEFINIÇÃO

Média das Notas ENADE obtidas pelos cursos de graduação em cada ciclo avaliativo do ENADE (3 anos).

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR

O desempenho dos estudantes nos cursos de graduação é aferido a cada três anos, através de um exame nacional sob responsabilidade do INEP, com questões relacionadas à formação geral e questões relacionadas aos componentes específicos da área de formação. Trata-se do ENADE, cuja nota (ou conceito), é determinada pela média ponderada da nota padronizada dos concluintes no componente de Formação Geral e no componente de conhecimentos específicos da área de formação.

O ENADE é um importante indicador de desempenho do estudante, por conseguinte, de qualidade do curso, sendo o principal insumo para o Conceito do Curso, utilizado pelas autoridades educacionais para fins regulatórios.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{IQGRAD} = (\text{Média Nota ENADE Ano1} + \text{Média Nota ENADE Ano2} + \text{Média Nota ENADE Ano 3})/3$$

$$\text{IQGRAD anual} = (\text{No. Cursos nota 1*1}) + (\text{No. Cursos nota 2*2}) + (\text{No. Cursos nota 3*3}) + (\text{No. Cursos nota 4*4}) + (\text{No. Cursos nota 5*5}) / \text{No. De cursos avaliados no ano}$$

RESULTADOS**Tabela 007: Conceitos ENADE dos cursos da UFBA avaliados nos três ciclos avaliativos 2006-2015**

	IQGRAD	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Cursos avaliados
ENADE 2006	3,67	0	1	4	5	2	12
ENADE 2007	2,50	1	3	3	1	0	8
ENADE 2008	3,44	1	2	5	8	2	18
Primeiro ciclo completo	3,31						
ENADE 2009	3,38	2	1	3	4	3	13
ENADE 2010	3,29	1	0	2	4	0	7
ENADE 2011	3,30	2	3	7	15	0	27
Segundo ciclo completo	3,32						
ENADE 2012	3,63	0	0	4	3	1	8
ENADE 2013	3,33	1	0	4	3	1	9
ENADE 2014	3,92	1	1	10	16	6	34
Terceiro ciclo completo	3,77						

Fonte: INEP

AVALIAÇÃO DO INDICADOR IQGRAD

Considerando o ano 2006 como ponto de partida de uma série histórica até o ano de 2014, dos cursos avaliados no período, a UFBA obteve uma nota média no ENADE de 3,31 no primeiro triênio; 3,32 no segundo e 3,77 no terceiro. Há um de crescimento contínuo das notas obtidas no período analisado, o que sugere um resultado positivo. No entanto, apesar da série histórica englobar nove anos, a análise é feita a cada ciclo avaliativo, portanto a cada três anos, quando cada curso é avaliado três vezes. No último ano com resultados públicos verifica-se que 64,7% dos cursos obtiveram conceito 4 e 5 no Enade. Em 2011, ano em que esses mesmos cursos foram avaliados anteriormente, este percentual foi de 55,5%; Em 2008, primeira avaliação do mesmo conjunto de cursos também foi de 55,5%.

Os resultados no ENADE são fortemente afetados pelo grau de adesão dos alunos à prova. Não há uma dimensão, pública, do quanto o escore reflete o boicote de parte dos alunos ou o descompromisso com um bom desempenho no Exame. Mesmo assim, os escores do ENADE são elementos importantes na definição, pelo INEP, do conceito preliminar do curso e da própria instituição, representando cerca de 70% do CPC.

Este resultado ligeiramente mais positivo a cada ciclo e, em especial nos últimos anos com resultados divulgados, reflete um esforço e uma preocupação da Instituição com a qualidade dos cursos de graduação, que pode ser percebida tanto ao nível da administração central, com a recuperação da estrutura física, investimento em laboratórios e biblioteca, e capacitação do corpo docente, como também ao nível das Unidades e dos Colegiados, com a reestruturação dos currículos e constante avaliação dos cursos. Há, também, que se considerar as ações desenvolvidas junto aos cursos avaliados para que docentes e alunos se engajem em uma postura que valorize o ENADE como um importante indicador da qualidade da formação que a

UFBA vem oferecendo. Neste sentido, vídeos, cartazes e reuniões foram feitas com o objetivo de sensibilizar o aluno para responder a prova com dedicação, o que pode estar diminuindo o grau de boicote ou participação sem compromisso em efetivamente demonstrar o que de fato aprendeu ao longo do processo de formação. Há que se destacar, também, a maior atenção dada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) aos cursos que recebem visitas por terem obtido notas inferiores a 3 no ENADE, apoiando-os na preparação para tal visita.

INDICADORES REFERENTES À PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PRODEP

INDICADOR 8 – ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – IQCTA

DEFINIÇÃO

Média ponderada da participação dos diferentes níveis de formação dos servidores técnico administrativos no total do segmento.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR

A missão e as atividades fins de uma universidade requer profissionais técnico administrativos com formação profissional especializada, como requisito para grande parte dos cargos que estruturam a força de trabalho da Instituição. Há cargos de nível fundamental, médio e superior que são preenchidos por concursos. No entanto, a necessidade de formação mais elevada é uma busca individual que leva muitos servidores a buscarem níveis mais elevados de formação profissional, mesmo inseridos nos níveis do plano de cargo e salários. Por outro lado, há incentivos claros no atual plano de carreiras para as iniciativas de melhoria da qualificação dos servidores o que os estimula a buscarem formação superior e diferentes pós-graduações (lato e stricto sensu). Assim, uma medida do nível de qualificação do servidor é um indicador importante para avaliar os investimentos pessoais e institucionais no sentido de possuir uma força de trabalho cada vez mais qualificada. A expectativa, claramente, é que a melhoria de tal indicador se traduza em melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos servidores.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$IQCTA = \{ [(MEST+DOUT)*5] + (ESP*4) + (GRAD*3) + (NMED*2) + FUND. \} / \text{TOTAL SERVIDORES}$$

RESULTADOS

TABELA 008: Distribuição de servidores por níveis de escolaridade na UFBA (2008-2015)

Nível de Escolaridade	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fundamental ou menor	410	12,41	363	11,28	337	10,30	308	9,39	275	8,44	243	7,35	229	7,10	210	6,57
Ensino Médio	1295	39,19	1226	38,09	1179	36,02	1127	34,37	1039	31,87	964	29,18	894	27,71	767	24,00
Ensino Superior	934	28,27	890	44,80	859	26,25	851	25,95	830	25,46	965	29,21	887	27,50	875	27,39
Especialização	480	14,53	541	16,81	663	20,26	737	22,47	832	25,52	830	25,12	878	27,22	962	30,11
Mestrado	126	3,81	131	4,07	163	4,98	181	5,52	206	6,32	211	6,39	240	7,44	275	8,61
Doutorado	59	1,79	68	2,11	72	2,20	75	2,29	78	2,39	91	2,75	98	3,04	106	3,32
Total	3.304	100	3.219	100	3.273	100	3.279	100	3260	100	3304	100	3226	100	3195	100

Fonte: PRODEP/SIP em 31/12/2015

QUADRO 029: Escores do IQCTA 2008-2015

IQCTA (ANO)	ESCORE
IQCTA 2008	2,62
IQCTA 2009	2,69
IQCTA 2010	2,78
IQCTA 2011	2,85
ICCTA 2012	2,94
IQCTA 2013	3,02
IQCTA 2014	3,06
IQCTA 2015	3,17

Fonte: PRODEP/SIP em 31/12/2015

AVALIAÇÃO DO INDICADOR IQCTA

A série história de oito anos, com início em 2008 revela um crescimento sistemático do nível de qualificação formal do corpo de servidores técnico-administrativos da Universidade. Para tornar mais claro o significado dos escores encontrados, no índice calculado, se todos os servidores tivessem mestrado ou doutorado o escore máximo seria 5. Assim, 3,17 (IQCTA de 2015) significa que no seu conjunto, a média da qualificação formal dos servidores equivale a um curso de graduação (nível superior, cujo peso é 3 na fórmula). O crescimento da qualificação formal verifica-se pela participação decrescente dos servidores com escolaridade até o nível fundamental (representavam 12,4% em 2008 e em 2015 são 6,57%), ao lado da participação crescente de servidores com especialização, mestrado e doutorado. Os especialistas saltaram de 14,53% em 2008 para 30,11% em 2015. Também foram expressivos o crescimento do percentual de mestres (saltou de 3,81 para 8,61%) e de doutores (saltaram de 1,79 para 3,32%). Com tais mudanças, o IQCTA que no início da série era de 2,62 ultrapassou ligeiramente o patamar de 3 no ano de 2015. Também aqui, é importante que tal indicador seja acompanhado de novas pesquisas que avaliem a congruência entre a qualificação formal do servidor e as demandas de competências do cargo que ocupa. Tal acompanhamento é importante para ampliar o ajuste do servidor ao cargo, evitando desmotivação decorrentes de uma super qualificação para o cargo que exerce. Ou seja, a ampliação do nível de qualificação deve ser acompanhada por novos desafios profissionais para que o investimento em qualificação se transforme efetivamente em melhoria dos serviços prestados pelo servidor. Finalmente vale chamar a atenção que no ano de 2015 verificou-se uma reduzida queda no número total de servidores do quadro da Universidade em relação a 2014. Esta queda, todavia, é mais acentuada se tomarmos o ano de 2008 como início da série (tínhamos 3304 servidores e ao final de 2015 se reduziu a 3.195). Tal fato explica a pressão e o crescimento do número de servidores terceirizados, considerando a expansão expressiva da Universidade nos últimos cinco anos, especialmente na oferta de cursos noturnos que demanda ampliação do número de servidores.

INDICADOR 9 – ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – INVCAPTA

DEFINIÇÃO

Investimento dos servidores técnico-administrativos em capacitação no trabalho reconhecido com progressões no plano de carreira.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR

Para além da qualificação formal (nível de escolaridade), o desempenho no trabalho requer uma capacitação específica, nem sempre assegurada pela qualificação escolar. Assim, toda a gestão de pessoas incorpora um conjunto amplo de ações de capacitação e educação no e para o trabalho, essenciais à melhoria contínua do desempenho institucional. Tais ações, muitas vezes treinamento no próprio trabalho, se voltam para melhorar o desempenho nos cargos e, com isto, melhorar o desempenho global da instituição. Voltam-se também para a permanente atualização das competências necessárias ao desempenho de qualidade, considerando as rápidas transformações no nível de conhecimento e de tecnologias aplicadas aos trabalhos em geral. Devido a isto, o plano de carreira implantado recentemente nas Universidades Federais estimula as ações de capacitação dos servidores técnico administrativos, reconhecendo a carga horária cumprida em treinamentos para efeito de progressão na carreira. Assim, os diferentes níveis alcançados pelos servidores decorrem do

número de progressões obtidos em função da quantidade de carga horária em capacitação para o trabalho. Monitorar a evolução deste indicador se torna importante como um importante preditor de melhoria do desempenho individual, dos grupos e da própria instituição.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{INVCAPTA} = (\%N1) + (\%N2 * 2) + (\%N3 * 3) + (\%N4 * 4) / 10$$

O escore pode variar de 10 a 40

10 – 100% dos servidores estariam no Nível I

40 – 100% dos servidores estariam no Nível IV

RESULTADOS

TABELA 009: Distribuição de servidores técnicos e Administrativos por níveis alcançados no Plano de Carreira – UFBA – 2010-2015.

Ano	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	Total de servidores	%N1	%N2	%N3	%N4	INVCAPTA
2010	1721	1312	224	16	3.273	52,6	40,1	6,8	0,5	15,52
2011	1399	1415	387	78	3.279	42,7	43,2	11,8	2,4	17,39
2012	1113	1382	552	213	3.260	34,1	42,4	16,9	6,5	19,59
2013	929	1231	652	389	3.201	29,0	38,5	20,4	12,2	21,57
2014	883	1105	647	591	3.226	27,4	34,3	20,1	18,3	22,93
2015	830	631	584	1150	3.195	26,0	19,7	18,3	36,0	26,43

Fonte: PRODEP/ SIP em 31/12/2015

Nível I – Nenhuma progressão em função de capacitação

Nível II – Uma progressão em função de capacitação

Nível III – Duas progressões em função de capacitação

Nível IV – Três progressões em função de capacitação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR INVCAPTA

O índice desenvolvido para mensurar o investimento do pessoal técnico-administrativo em capacitação para o trabalho pode variar de um mínimo de 10 (se todos os servidores estivessem no nível I, ou seja, sem qualquer progressão em função de realização de cursos e treinamentos no trabalho) até um máximo de 40 (se todos os servidores técnico-administrativos tivessem obtido as três progressões decorrentes dos treinamentos realizados. A série histórica, no momento integrada por 6 anos nos revela um crescimento significativo do investimento em capacitação. O INVCAPTA saltou de 15,52 para 26,43 ao término da série, no ano de 2015. Tal crescimento se deve ao aumento do percentual de servidores que obtiveram, ao longo do tempo, duas ou três progressões decorrentes dos cursos/treinamentos realizados. No caso das três progressões, o percentual saltou de 0,5 para 36% do corpo técnico administrativo. No caso das duas progressões, o percentual saltou de 6,8 para 18,3%. Por outro lado, o percentual de servidores sem nenhuma progressão caiu de 52,6 para 26,0%. Ou seja, os estímulos oferecidos no plano de carreira têm levado a um pesado investimento dos servidores (e da Instituição) na realização de várias capacitações para o trabalho. O importante é que tal indicador, seja acompanhado por avaliações mais específicas dos impactos de tais capacitações no desempenho do servidor no trabalho, ou, em que medida, tais capacitações têm desenvolvido competências que são efetivamente aplicadas nos contextos específicos de trabalho.

INDICADOR 10 – INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO DOCENTE COM AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO – INVCAPDOC

DEFINIÇÃO

Apoio institucional, por meio de afastamento das atividades, para a capacitação do corpo docente em nível de pós-graduação

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR

Predominantemente os concursos para preenchimento dos cargos docentes são abertos para portadores de diploma de doutorado. Há, no entanto, exceções, em função de carência de doutores para subáreas específicas. Assim, há um contingente de docentes mestres e de docentes que possuem apenas o título de graduação ou especialização, sobretudo no campus do interior do Estado. Portanto, há uma demanda de qualificação para o corpo docente, o que implica apoio para a realização de mestrados e doutorados, muitas vezes com afastamento do docente das suas atividades cotidianas, quando o curso é realizado fora do seu local de trabalho. No entanto, mesmo para os docentes doutores, é importante a sua permanente atualização face a dinâmica de transformação rápida do conhecimento e da tecnologia nos diversos campos da ciência e das artes. Tal demanda é atendida pelas experiências de pós-doutorado que, para além da permanente atualização, se voltam para a criação de novas redes de pesquisa, novas parcerias e, sobretudo, para ampliação do nível de inserção internacional do docente/pesquisador. Face ao exposto, o presente indicador avalia o nível de apoio concedido pela Universidade para o docente continuar a sua formação em níveis mais elevados.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{INVCAPDOC} = (\%N1 * 2) + (\%N2 * 3) + (\%N3 * 5) / 10$$

RESULTADOS

TABELA 010: Distribuição de docentes por níveis de formação e afastamento para realização de atividades de formação.

ANO	TOTAL DE DOCENTES			AFASTAMENTOS PARA CAPACITAÇÃO			%N1	%N2	%N3	INVCAPDOC
	GRAD + ESP	MEST	DOUT	AFAS M	AFAS DO	AFAS PDOC				
2009	189	506	1266	3	45	44	1,59	8,89	3,48	4,72
2010	163	547	1375	3	50	21	1,84	9,14	1,53	3,87
2011	171	605	1481	7	45	28	4,09	7,44	1,89	4,00
2012	141	570	1568	2	41	54	1,42	7,19	3,44	4,16
2013	122	508	1603	3	75	66	2,46	14,76	4,12	6,98
2014	115	486	1675	7	96	108	6,09	19,75	6,45	10,37
2015	97	469	1771	12	56	85	12,37	11,94	4,80	8,46

Fonte: PRODEP/SIP em 31/12/2015

N1 - % graduado ou especialista afastados para mestrado

N2 - % mestres afastados para doutorado

N3 - % de doutores afastados para pós-doutorado

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS INVCAPDOC

Os resultados mostram, na série histórica que começa em 2009, um avanço, especialmente no ano de 2014, do apoio concedido a docentes para a realização de cursos de pós-graduação, com o afastamento das suas atividades acadêmicas no local de trabalho. Na realidade, em 2009, o índice de 4,72 se deve ao maior número de docentes (proporcionalmente à demanda) para realização de doutorados (8,89%) e de pós-doutorado (3,49%). Este índice cai em 2010, sobretudo pela menor demanda de afastamentos para pós-doc, atingindo 3,87. A partir de então começa a crescer progressivamente (atingindo 4,0 em 2011, 4,16 em 2012 e 6,98 em 2013). Em 2014 o índice atinge o seu maior escore na série histórica, de 10,37, que se deve tanto ao crescimento de afastamentos para doutorados (19,75% dos docentes que necessitariam avançar para tal nível de qualificação) e de pós-docs (6,45%). Em 2015 o índice volta a ter uma pequena queda, sobretudo pela redução dos afastamentos para doutorado e para pós-doutorado. A queda de afastamentos para doutorados advém da política de concursos que privilegia o título de doutor para ingresso e que explica o crescente número de doutores no quadro docente da UFBA (atingindo 1771 em 2015). Considerando o número de docentes doutores, pode ser considerado ainda reduzido o número de docentes que utilizam as oportunidades existentes para se afastarem para pós-doutorados (este número caiu em 2015). Com os desafios que são postos para a internacionalização da produção científica e a crescente inserção dos grupos de pesquisa da UFBA em redes nacionais e internacionais, há que se ter políticas de estímulo à saída de um maior número de docentes para pós-doutorados, sobretudo no exterior.

2.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

INDICADORES DE GESTÃO DA UFBA – Ano 2015 (Decisão TCU nº 408/2002)**1 – CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE****Tabela 011. Custo Corrente/ Aluno Equivalente = Custo Corrente / (A_{GE} +A_{PG}TI+ A_RTI)**

DESPESAS – Ano 2015	Valor (R\$)
DESPESAS CORRENTES DA UNIVERSIDADE (conta SIAFI 3.30.00.00) (+)	1.617.088.594,20
65% DESPESAS DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (-)	234.793.613,86
100% das despesas dos Hospitais Universitários (-)	361.220.944,40
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Conta SIAFI nº3319001) (-)	358.079.240,79
SENTENÇAS JUDICIAIS (Conta SIAFI nº3319091) (-)	11.334.194,62
PENSÕES (Conta SIAFI nº3319003) (-)	84.322.259,19
PESSOAL DOCENTE CEDIDO (com ônus) (-)	3.288.293,51
PESSOAL TÉCNICO CEDIDO (com ônus) (-)	5.668.642,35
AFASTAMENTO DE DOCENTES DO PAÍS/EXTERIOR (-)	17.245.039,66
AFASTAMENTO DE TÉCNICOS DO PAÍS/EXTERIOR (-)	1.669.174,88
CUSTO CORRENTE (+) (-) incluindo despesas dos Hospitais Universitários (35%)	900.688.135,34
CUSTO CORRENTE (+) (-) excluindo despesas dos Hospitais Universitários	774.260.804,80
TOTAL DE ALUNO EQUIVALENTE = (A _{GE} +A _{PG} TI+ A _R TI)	48.625
A _{GE} =38.219 ; A _{PG} TI = 9.834 ; A _R TI = 572	
Custo Corrente / Aluno Equivalente com Hospitais Universitários	18.523,15
Custo Corrente / Aluno Equivalente sem Hospitais Universitários	15.923,10

Fontes: UFBA – SPE/SIP e SIAPnet , SUPAC/SIAC , COREME, PROPLAN/ Setor de Orçamento

Custo Corrente =(Despesas Corr. Da UFBA – (65% ou 100%) Hospitais Unv.) – (Aposentadoria + Sentenças Jud.+ Pensões + Afastamento de Docentes e Técnicos para Capacitação + Docentes e Técnicos Cedidos)

A_{GE} = Aluno Equivalente na Graduação

$A_{GE} = \Sigma$ todos os cursos { $(N_{DI} \times D_{PC}) (1 + \text{Fator de Retenção}) + ((N_I - N_{DI})/4) \times D_{PC}$ } X (Peso do grupo em que se insere o curso)

NDI = Número de Diplomados no ano letivo relativo ao exercício

NI = Número de Ingressantes no ano letivo relativo ao exercício

DPC = Duração padrão do curso (Tabela SESu)

Fator de Retenção = Tabela SESu

A_{PGTI} = Aluno em Tempo Integral na Pós-Graduação (2 X Alunos matriculados no Mestrado + 2 X Alunos matriculados no Doutorado)

A_{RTI} = Aluno em Tempo Integral na Residência Médica (2 X Alunos matriculados na Residência Médica)

2. ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE 40h

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente 40h = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / \text{Professor Equivalente}$

A_{GTI} = Aluno Tempo Integral na Graduação

$A_{GTI} = \Sigma$ todos os cursos { $(N_{DI} \times D_{PC}) (1 + \text{Fator de Retenção}) + ((N_I - N_{DI})/4) \times D_{PC}$ }

A_{RTI} = Aluno em Tempo Integral na Residência Médica (2 X Matriculados na Residência Médica)

Prof.Eqv.40h = DE +40h + 1/2 20 h

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente 40h $\Rightarrow 32.279/2.043,5 = 15,80$

Tabela 012. Aluno Tempo Integral – Graduação ,Pós-Graduação e Residência Médica

Alunos Matriculados – Ano 2015	Peso	Quantitativo
Mestrado (*) (1º semestre = 2.742 ; 2º semestre = 2.188) Média = 2.465	2	2.465
Doutorado (1º semestre = 2.548 ; 2º semestre = 2.356) Média = 2.452	2	2.452
Total de Alunos de PG. (A_{PG})		4.917
Total de Alunos de PG. Tempo Integral (A_{PGTI}) = (2 x M)+(2 x D) (médias)	-	9.834
Total de Alunos Matriculados na Residência Médica – A_R	2	286
Aluno Tempo Integral - Residência Médica (A_{RTI}) = 2x R	-	572
Total de Alunos Tempo Integral Pós-Graduação e Residência Média	-	10.406
Alunos da Graduação Tempo Integral - A_{GTI}	-	21.873
Aluno em Tempo Integral (Graduação+Pós-Graduação + Residência Médica) (A_{GTI}) + (A_{PGTI}) + (A_{RTI})	-	32.279

Fontes : UFBA- SUPAC/SIAC , COREME

(*) Não incluídos alunos dos Mestrados Profissionalizantes conforme documento de orientação de cálculos do TCU

Tabela 013. Professor do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho – UFBA 2015

Professor	Quantitativo			
	20h (p=0,5)	40h (p=1,0)	DE (p=1,0)	Total
Quadro Permanente	313	231	1.783	2.327
Equivalente 40h. do Quadro Permanente (+)	156,5	231,0	1.783,0	2.170,5
Prestadores de Serviços (Substitutos + Visitantes+ Temporários) (+)	85	91	0	176
Equivalente 40h. Prestadores de Serviços (+)	42,5	91,0	0,0	133,5
Quadro Permanente Afastados (-)	19	7	210	236
Equivalente 40h. do Quadro Afastados (-)	9,5	7,0	210,0	226,5
Quadro Permanente Cedidos para outros Órgãos (-) (com e sem ônus)	10	6	23	39
Equivalente 40h. do Quadro Permanente Cedidos (-)	5,0	6,0	23,0	34,0
Total de Professor Eqv. 40h (+) (-) (Quadro Permanente + Prestadores – Afastados e Cedidos)	184,5	309,0	1.550,0	2.043,5

Fonte: UFBA – SIP e SIAPnet (31.12.2015)

3. ALUNO TEMPO INTEGRAL /FUNCIONÁRIO Eqv. 40h

Aluno Tempo Integral /Funcionário Eqv. 40h = (AGTI +APGTI+ ARTI)/Funcionário Equivalente 40h

Funcionário Eqv.40h = (44h X 1,1) + (40h X 1,0) + (36h X 0,9) (30h X 0,75) + (24h e 25h X 0,6) + (20h X 0,5)

Aluno Tempo Integral = (Graduação + Pós-graduação + Residência Médica) = 32.279

Funcionário Eqv.40h com Hospitais = 4.368,5

Funcionário Eqv.40h sem Hospitais = 3.384,1

Aluno Tempo Integral /Funcionário Eqv. 40h com Hospitais $\Rightarrow 32.279/4.368,5 = 7,39$ **Aluno Tempo Integral /Funcionário Eqv. 40h sem Hospitais $\Rightarrow 32.279/3.384,1 = 9,54$**

Tabela 014. Funcionários do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho - UFBA 2015

FUNCIONÁRIOS (*)	Quantitativo						Total
	20h (p = 0,5)	24 e 25 h (p = 0,6)	30 h (p = 0,75)	36h (p = 0,9)	40h (p = 1,0)	44h (p = 1,1)	
Quadro Permanente com Hospitais	79	78	41	0	3.007	0	3.205
Quadro Permanente sem Hospitais	14	62	22	0	2.079	0	2.177
Equiv. 40h. do Quadro com Hospitais	39,5	46,8	30,8	0,0	3.007	0,0	3.124,1
Equiv. 40h. do Quadro sem Hospitais	7,0	37,2	16,5	0,0	2.079,0	0,0	2.139,7
(+)							
Quadro Permanente Afastados para Capacitação	0	0	0	0	26	0	26,0
Equivalente 40h. do Quadro Afastados/ Capacitação	0,0	0,0	0,0	0,0	26,0	0,0	26,0
(-)							
Quadro Permanente Cedidos para outros Órgãos (com e sem ônus)	1	0	0	0	59	0	60
Equivalente 40h. do Quadro Permanente Cedidos	0,5	0,0	0,0	0,0	59	0,0	59,5
(-)							
Prestadores de Serviços Vigilância, Portaria, Recepção e Limpeza (Sem postos dos Hospitais)	0	0	0	473	0	822	1.295
Equivalente 40h. Prestadores de Serviços (+)	0,0	0,0	0,0	425,7	0,0	904,2	1.329,9
Total Funcionário Eqv. 40h (+) (-) com Hospitais	39,0	46,8	30,8	425,7	2.922,0	904,2	4.368,5
Total Funcionário Eqv. 40h (+) (-) sem Hospitais	6,5	37,2	16,5	425,7	1.994,0	904,2	3.384,1

Fonte: UFBA – SPE/SIP e Siapnet , PROAD (31.12.2015)

(*) Incluindo professores de 1º e 2º Graus (conforme documento orientações para cálculo do TCU)

$$4 - \text{FUNCIONÁRIO Eqv. 40h} / \text{PROFESSOR Eqv.40h} \Rightarrow = 4.365,8 / 2.043,5 = 2,14$$

Incluindo funcionários dos Hospitais

$$4.1 \text{ FUNCIONÁRIO Eqv. 40h} / \text{PROFESSOR Eqv.40h} \Rightarrow = 3.384,1 / 2.043,5 = 1,66$$

Excluindo funcionários dos Hospitais

5 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE) - GRADUAÇÃO

$GPE = \text{Alunos da Graduação Tempo Integral (A}_{G\text{TI}}) / \text{Aluno Matriculados na Graduação (A}_{G})$

$$GPE \Rightarrow 21.873 / 33.809 = 0,65$$

Tabela 015. Alunos Matriculados na Graduação – UFBA 2015

Alunos – Graduação (A _G e A _G TI)	Quantitativo
Matriculados (A _G) (1º Sem =34.937 ; 2º sem = 32.680) ; Média = 33.809	33.809
Alunos da Graduação Tempo Integral – A_GTI	21.873

Fonte: UFBA – SUPAC/ SIAC

6 – GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO – GEPG

$$GEPG = A_{PG} / (A_G + A_{PG})$$

$$GEPG = 4.917 / 38.726 \Rightarrow = 0,13$$

A_{PG} = Alunos Matriculados na Pós-Graduação (Mestrado + Doutorado ; médias dos semestres)

A_G = Alunos Matriculados na Graduação (média dos semestres)

Tabela 016. Alunos Matriculados na Graduação e Pós-Graduação 2015

Alunos – Graduação e Pós-Graduação	Quantitativo
Matriculados na Graduação (A _G) (média de matriculados = 33.809)	33.809
Matriculados na Pós-Graduação (Mestrado * + Doutorado) (A _{PG})	4.917
Mestrado (*) média = 2.465 ; Doutorado média = 2.452 Total = 4.917	
Total de Alunos Graduação + PG.)	38.726

Fonte: UFBA – SUPAC / SIAC

(*) Não incluídos os alunos dos Mestrados Profissionalizantes conforme documento de orientação para cálculos do TCU

Tabela 017 – CONCEITOS CAPES/MEC DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFBA 2015

PROGRAMAS ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*)	Curso/Programa		
	M	D	Conceito Programa
SAÚDE COLETIVA	7	7	7
ARTES CÊNICAS	6	6	6
PATOLOGIA HUMANA	6	6	6
ECOLOGIA E BIOMONITORAMENTO	6	6	6
BIOTECNOLOGIA (Renorbio)	-	5	5
ADMINISTRAÇÃO	5	5	5
ARQUITETURA E URBANISMO	5	5	5
CIÊNCIAS DA SAÚDE	5	5	5
CIÊNCIAS SOCIAIS	5	5	5
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	5	5	5
ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	5	5	5
LITERATURA E CULTURA	5	5	5
PSICOLOGIA	5	5	5
QUÍMICA	5	5	5
ENGENHARIA INDUSTRIAL	5	5	5
FILOSOFIA	5	5	5
IMUNOLOGIA	5	5	5
MEDICINA E SAÚDE	5	5	5
HISTÓRIA	4	4	4
LÍNGUA E CULTURA	4	4	4
ANTROPOLOGIA	4	4	4
ARTES VISUAIS	4	4	4
CIÊNCIA ANIMAL NOS TRÓPICOS	4	4	4
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – UFBA – UNIFACS – UEFS	-	4	4
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	4	4	4
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	4	4	4
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	-	4	4
DIREITO	4	4	4
ECONOMIA	4	4	4
EDUCAÇÃO	4	4	4
ENERGIA E AMBIENTE	-	4	4
ENFERMAGEM	4	4	4
GEOFÍSICA	4	4	4
GEOGRAFIA	4	4	4
MATEMÁTICA	4	-	4
MATEMÁTICA – UFBA – UFAL	-	4	4
MECATRÔNICA	4	4	4
ODONTOLOGIA E SAÚDE	4	4	4
PROCESSOS INTERATIVOS DOS ÓRGÃOS E SISTEMAS	4	4	4
ZOOTECNIA	4	4	4
ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE	4	4	4
BIOTECNOLOGIA	4	-	4
		-	

DIVERSIDADE ANIMAL	4		4
ENGENHARIA AMBIENTAL URBANA	4	-	4
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS	4	4	4
EST INTERDIS SOB MULHERES, GÊNERO E FEMINISO	4	4	4
GEOQUÍMICA: PETRÓLEO E MEIO AMBIENTE	4	-	4
CULTURA E SOCIEDADE	4	4	4
MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS (CAT)	4	4	4
MULTICÊNTRICO EM BIOQUÍMICA E BIOLOGIA MOLECULAR	4	4	4
ENGENHARIA ELÉTRICA	3	3	3
ENGENHARIA QUÍMICA – UFBA –UNIFACS	-	3	3
FÍSICA	3	3	3
GEOLOGIA	3	3	3
MÚSICA	3	3	3
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – UFBA-UEFS	3		3
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	3	-	3
CONTABILIDADE	3	-	3
DANÇA	3	-	3
ENGENHARIA DE ESTRUTURAS	3	-	3
ENGENHARIA QUÍMICA	3	-	3
EST. INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE	3		3
FARMÁCIA	3	-	3
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3	-	3
GENÉTICA E BIODIVERSIDADE	3	-	3
MEIO AMBIENTE , ÁGUAS E SANEAMENTO	3	-	3
SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO	3	-	3
BIOCIÊNCIAS	3		3
MUSEOLOGIA	3	-	3
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	3	-	3
Média Aritméticas dos Programas =			4,04

Fonte: UFBA – PROPG

(*) Não incluídos os Mestrados Profissionalizantes conforme documento de orientação para cálculos do TCU

8 – ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE – IQCD 2014

$$IQCD = (5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$$

Tabela 018. Professores por Titulação

Professor	Quadro Permanente (+)	Substitutos Temporários Visitantes (+)	Quadro Afastados *	Quadro Cedidos*	Total (+) (-)
Doutores (D) (peso 5)	1.769	3	154	33	1.585
Mestres (M) (peso 3)	464	14	78	5	395
Especialistas (E) (peso 2)	43	4	3	1	43
Graduados (G) (peso 1)	51	155	1	0	205
Total de Docentes	2.327	176	236	39	2.228
IQCD (+) (-) = 4,22					

Fonte : UFBA - SPE /SIP e SIAPnet (31/12/2015)

* Afastados para Capacitação e Cedidos para outros Órgãos (com e sem ônus)

9 – TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO – TSG 2015

$$TSG = \frac{\sum \text{Diplomados } t}{\sum \text{Ingressantes } (t-i)} = \frac{3.371}{7.454} = 0,4522 \text{ ou } 45,22\%$$

Tabela 019. Diplomados (2015) e Ingressantes (t-i)

Diplomados (2015) e Ingressantes (t-i)	Quantitativo
\sum Diplomados t (2015)	3.371
\sum Ingressantes (t-i)	7.454
TSG	TSG = 0,4522 ou TSG % = 45,22

Fonte: UFBA – SUPAC /SIAC

Quadro 030- Resumo dos Indicadores de Gestão da UFBA 2015 (Decisão TCU nº 408/2002)

	INDICADORES DE GESTÃO DA UFBA - Ano 2015	Resultado Cálculos
1	CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE com Hospitais Universitários	18.523,15
	CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE sem Hospitais Universitários	15.923,10
2	ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR Eqv.40h	15,80
3	ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO Eqv.40h com func. Hospitais	7,39
	ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO Eqv.40h sem func. Hospitais	9,54
4	FUNCIONÁRIO Eqv.40h com Hospitais / PROFESSOR Eqv.40h	2,14
	FUNCIONÁRIO Eqv.40h sem Hospitais / PROFESSOR Eqv.40h	1,66
5	GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL – GPE	0,65
6	GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO – GEPG	0,13
7	MÉDIA ARITMÉTICA DOS CONCEITOS CAPES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	4,04
8	INDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE – IQCD	4,22
9	TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO – TSG (%)	45,22

Obs: Cálculos conforme Documento de Orientações para cálculo dos Indicadores de Gestão decisão TCU 408/2002

QUADRO 031 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS UFBA DECISÃO TCU Nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com Hus (Hospitais Universitários)	900.688.135,34	844.842.471,98	813.319.773,66	689.871.666,43	649.265.801,46
Custo Corrente sem Hus (Hospitais Universitários)	774.260.804,80	722.015.645,06	690.636.443,38	585.670.356,25	545.035.114,39
Número de Professores Equivalentes	2.043,50	2.176,00	2.347,00	2.284,00	2.300,00
Número de Funcionários Equivalentes com Hus (Hospitais Universitários)	4.368,50	4.702,25	4.583,70	4.473,00	4.250,35
Número de Funcionários Equivalentes sem Hus (Hospitais Universitários)	3.384,10	3.678,55	3.513,50	3.352,00	3.054,55
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	33.809	35.482	35.045	32.257	31.826
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	4.917	4.861	4.618	4.441	4.081
Alunos de Residência Médica (AR)	286	272	253	231	237
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	38.219	33.206	35.723	35.102	36.905
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	21.873	18.372	20.168	19.570	20.151
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	9.834	9.722	9.236	8.882	8.162
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	572	544	506	462	474

QUADRO 032 – RESULTADOS DOS INDICADORES UFBA DECISÃO TCU Nº 408/2002

INDICADORES DECISÃO TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com Hus / Aluno Equivalente	18.523,15	19.434,18	17.888,92	15.521,57	14.256,73
Custo Corrente sem Hus / Aluno Equivalente	15.923,10	16.608,75	15.190,51	13.177,12	11.968,01
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,80	13,16	12,74	12,66	12,52
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,39	6,10	6,53	6,46	6,67
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,54	7,80	8,51	8,63	9,42
Funcionário Equivalente com Hus / Professor Equivalente	2,14	2,16	1,95	1,96	1,85
Funcionário Equivalente sem Hus / Professor Equivalente	1,66	1,69	1,50	1,47	1,33
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,65	0,52	0,58	0,61	0,63
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,04	4,04	4,00	4,00	4,02
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,22	3,90	3,77	3,80	3,73
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG%)	45,22	42,72	49,41	51,30	65,00

O desmembramento dos cursos do campus de Barreiras para a formação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) ocorreu a partir do segundo semestre de 2013. Dessa maneira, em 2014, ocorreram alterações nos registros de alunos ingressantes e diplomados entre outros indicadores, e em 2015 não constam os registros de alunos da UFOB.

No geral, a apreciação dos resultados dos indicadores da UFBA revela consistência na série histórica apresentada nos quadros 031 e 032. Variações positivas dignas de nota registradas entre 2014 e 2015 foram: Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente, Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com e sem HU, Grau de Participação Estudantil (GPE), Índice de Qualificação do Corpo Docente e Taxa de Sucesso na Graduação.

Isto revela que a UFBA tem enfrentado os desafios da expansão provocada pelo REUNI com melhorias em suas atividades-fins, em que pese as dificuldades orçamentário-financeiras enfrentadas em 2015, as insuficiências na infra-estrutura, no dimensionamento do seu corpo docente e técnico-administrativo e nos meios de suporte às atividades de gestão, a exemplo das necessidades em tecnologia de informação e sistemas.

2.6 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Quadro 033 – Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos					
UO – Órgão		PROGRAMA	4	3	1
			INVESTIMENTOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	04122204486990001		285.067,00	
20411	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	13391202720ZH0001		120.000,00	
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	19572202120V60001		30.000,00	
		19572202120V60001		30.000,00	
		19572202120V60001		66.000,00	
24901	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	19753202141560001		166.434,46	
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	12331210920100032		16.461.114,26	
26230	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	12364203220RK0020		32.500,00	
26243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	12364203220RK0024		3.258,49	
26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	12364203220RK0043		1.833,99	
26269	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	12364203220RK0033		5.314,39	
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	12364203204870001		4.614.969,49	
		12368203020RJ0001		89.570,40	
		12368203020RJ0001		72.202,08	
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	12368203020RQ0001		2.567.400,80	
		123682030213M0001		856.400,00	
		12847203005090001		699.260,04	
26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO REONCAVO DA BAHIA	12364203220RK0029		12.460,98	

26402	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	12363203120RL0027		594.865,11	
26404	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	12363203120RL0029		28.320,00	
26410	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	12128210945720031		184.005,78	
26427	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	12128210945720029		190.885,84	
		12363203120RL0029		28.320,00	
26430	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	12128210945720026		267.750,00	
26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	12364203220RK0040		1.400,00	
26447	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	12122210909HB0029			2.161.404,46
		12364210920TP0029			14.302.207,33
		09272008901810029			10.007,23
		12331210900M10029		4.434,90	
		12331210920100029		21.763,40	
		12331210920110029		1.604,50	
		12331210920120029		798.177,21	
		12301210920040029		88.590,07	
		12364203214XN0029		5.566.146,09	
26450	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	12122210909HB0029			1.631.304,56
		12364210920TP0029			9.814.479,05
		12331210900M10029		1.773,96	
		12331210920100029		11.709,90	
		12331210920110029		33.231,75	

		12331210920120029		501.616,99	
		12301210920040029		83.526,43	
		12364203214XQ0029	6.388,08	1.913.264,34	
30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	06128207023200001		269.995,00	
30912	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	14422206020IE0001	5.981,80		
		14422206020R90001		626.821,61	
36000	MINISTERIO DA SAUDE	10301201585730001		1.216.898,96	
		10302201520R40001		602.726,72	
		10301201587300001	57.788,40		
		10305201520YJ0001		129.710,59	
		10422201520YM0001		500.000,00	
		10128201520YD0001		46.800,00	
		10128201520YD0001		1.054.700,18	
		10305201520YJ0001		743.798,93	
		10305201520YJ0001		300.000,00	
742000	MINISTERIO DA CULTURA	13392202720ZF0001		77.079,80	
		13392202720ZG0001		417.240,95	
		13392202720ZM0001		347.550,00	
		13392202720ZF0001		270.356,16	
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	27812203520JQ0001		105.471,58	
66000	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	0412421012D580001		200.000,00	
	TOTAL		70.158,28	43.344.323,13	27.919.402,63

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI Operacional

Quando as descentralizações externas ocorrem, o instrumento utilizado é o termo de execução descentralizada (TED), isto é, não se dá por contrato, com prazos de execução diferenciados, de acordo com o objeto do projeto implementado. A execução orçamentária ocorre em diversas unidades acadêmicas da UFBA, com o apoio de unidades administrativas, as quais são denominadas de unidades gestoras responsáveis (UGR(s)). Essa identificação de UGR consta da estrutura do SIAFI operacional, onde são feitos os registros orçamentários e contábeis dos recursos destinados a cada projeto, cabendo à respectiva coordenação, às unidades acadêmicas e órgãos da administração central (Coordenações de Orçamento e Contratos e Convênios e Contabilidade) o seu acompanhamento, a partir dos relatórios situacionais e de cumprimento do objeto enviados à UFBA e posteriormente enviados para as instituições financiadoras concedentes.

Nem sempre ocorre a contrapartida de recursos. Para o exercício de 2015, não verificamos a disponibilização de recursos da UFBA em projetos providos por recursos externos.

Compete aos coordenadores e aos fiscais o acompanhamento dos fluxos financeiros dos projetos, com a elaboração de demonstrações em planilha. Este acompanhamento é feito na UFBA pela Coordenadoria de Contratos e Convênios Acadêmicos, da PROPLAN, com o acompanhamento da Coordenadoria de Controle Interno.

3 GOVERNANÇA

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Universidade Federal da Bahia estabelecida em seu Estatuto (Capítulo III, Seções I e II), no Regimento Geral (Capítulos IV e V e Título III, Artigos 25 e 26) e na legislação vigente inclui: o Conselho de Curadores, ao qual se vincula a Coordenadoria de Controle Interno – CCI e a Unidade Seccional de Correição vinculada ao Gabinete da Reitoria. No apoio à governança a UFBA dispõe da Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas (PRODEP) e da Superintendência de Tecnologia de Informação (STI).

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Coordenadoria de Controle Interno (CCI) da Universidade Federal da Bahia, foi instituída pela Resolução 01/02, de 18 de março de 2002, do Conselho Universitário, em atendimento ao disposto no Decreto nº 3591/2000 da Presidência da República.

Órgão técnico de fiscalização, a CCI é vinculada ao Conselho de Curadores, com autonomia e independência para o cumprimento das suas atribuições.

O titular para o exercício do cargo é escolhido entre os servidores docentes ou técnico-administrativos do quadro permanente da Universidade, preferencialmente com curso superior em Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Direito, para um mandato de dois anos, podendo haver recondução, em conformidade com os normativos da UFBA e ao que dispõe a Portaria nº 915 de 29 de abril de 2014.

A CCI é composta por um Coordenador, 05 (cinco) auditores, lotados no Gabinete do Reitor, uma secretária e um estagiário. Ressalta-se, porém, que os trabalhos de auditoria foram realizados por 03 (três) auditores e 01 (um) auditor/revisor, não sendo possível a atribuição de atividade de auditoria ao novo auditor que ingressou em outubro de 2015, por encontrar-se em período de adaptação e conhecimento das rotinas de trabalho de auditoria interna.

As informações referentes aos normativos que regulam a atuação da auditoria interna, com os elementos que caracterizam sua independência e objetividade junto à UFBA, estão inseridas no Estatuto e Regimento Geral da UFBA e no Regimento da Coordenadoria de Controle Interno, disponibilizados nos sites: https://www.ufba.br/sites/www.ufba.br/files/estatuto_regimento/index.html e <http://www.cci.ufba.br/regimento-da-cci>, respectivamente.

Os trabalhos de auditoria são consubstanciados no Relatório de Auditoria, onde constam as recomendações. Esse Relatório é encaminhado eletronicamente e por meio de documento oficial, para conhecimento e providências do dirigente responsável pelo órgão auditado. Além disso, cópias do Relatório são enviadas ao Magnífico Reitor, ao Conselho de Curadores e à CGU, em cumprimento ao disposto no Art. 12 da Instrução Normativa nº 24 de 17 de novembro de 2015 da CGU.

Ao tomar ciência dos resultados dos trabalhos de auditoria, o Magnífico Reitor quando entende necessário, convoca o Coordenador de Controle Interno e os responsáveis pelos órgãos auditados para

que juntos possam encontrar soluções que venham a sanar as impropriedades e/ou irregularidades apontadas. É, ainda, alertada sobre a importância do atendimento às recomendações da auditoria.

Com a finalidade de acompanhar os resultados decorrentes das recomendações constantes do Relatório de Auditoria, é elaborado o Plano de Providências Permanente, o qual é encaminhado para a área auditada para que se manifeste acerca das medidas que serão adotadas. Esse acompanhamento é permanente e na medida em que as respostas são encaminhadas para esta Coordenadoria, elas são analisadas e se consideradas como atendidas, a documentação comprobatória é exigida e anexada aos papéis de trabalho.

Esta Coordenadoria, portanto, monitora os trabalhos através de Plano de Providências Permanente e comunica à Administração Central e ao Conselho de Curadores, periodicamente. Tal sistemática consta no manual de auditoria interna.

A estratégia de atuação planejada para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria para o exercício 2015, levou em consideração os seguintes fatores:

1. capacidade de execução, levando-se em consideração o quantitativo de auditores existente;
2. dimensão da instituição;
3. necessidades da instituição;
4. atendimento às demandas internas e externas;
5. materialidade, risco e relevância; e
6. necessidade de avaliar os controles internos.

Em função do número reduzido de auditores e levando-se em conta a dimensão da instituição, procurou-se adequar o número de ações de auditoria à capacidade desta Coordenadoria de executá-las, fazendo constar assim no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT - 2015) 09 (nove) ações de auditoria.

As ações de auditorias foram realizadas, utilizando-se procedimentos e técnicas aplicáveis a cada uma delas, tais como: amostragens, levantamentos, verificação in loco, análise processual, entrevistas e aplicação de questionários, à luz da legislação aplicável.

Do total das 09 (nove) ações específicas de auditoria, foram executadas 07 (sete), o que corresponde a 77,8% do planejado no PAINT/2015.

Quanto a ação nº **3.07/15** que trata “Verificar a execução do contrato de serviço continuado de recepção e portaria” não foi possível a sua finalização em virtude da dificuldade de obter informações junto a PROAD, cuja justificativa foi a greve dos servidores, atrelada a isso, a devolução do processo licitatório (Pregão) que se encontrava sob análise desta CCI, para rescisão contratual com a Empresa Líder Recursos Humanos, bem como a formalização de contratos com as remanescentes do referido pregão.

Com relação a ação nº **3.01/15** que trata “Avaliar os controles internos administrativos do Núcleo de Contratos administrativos da PROAD, não foi possível a sua realização em função dos servidores em exercício Núcleo se encontrarem em greve.

Os trabalhos de auditoria realizados no exercício 2015 resultaram em 38 (trinta e oito) recomendações e estão sendo acompanhadas e monitoradas mediante Plano de Providência Permanente pelo Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento desta Coordenadoria, apresentado o seguinte quadro:

STATUS	Quantidade	%
Atendida	0	00,00
Não atendida	7	18,43
Atendida parcialmente	0	00,00
Em implementação	31	81,57
Total de Recomendações	38	100

Todos os trabalhos desenvolvidos no exercício foram relevantes para a instituição, destacando, porém, o trabalho abaixo, para efeito de atendimento a Portaria nº 321/2015 do TCU:

QUADRO 034– Atuação Unidade de auditoria interna		
Ação: 3.06/2015 Verificar a conformidade dos pagamentos do auxílio moradia, gerido pela PROAE	Produto Relatório de Auditoria nº. 03/2015	
Resumo do Relatório		
Área Acadêmica	Unidade Auditada Pró-Reitoria de Ações Afirmativas – PROAE/Coordenação de Programas de Assistência Estudantil	
Escopo Verificar a conformidade dos pagamentos do auxílio moradia destinados aos estudantes da UFBA de acordo com a legislação vigente e os normativos da Universidade	Cronograma 04/05/2015 a 30/06/2015	Recursos humanos 02 Auditores
Constatação	Recomendação	Providências/Status
01- Falta de regulamentação ou normatização para a concessão das bolsas de permanência 02- Ausência de normatização do processo de acompanhamento e avaliação do PNAES. 03- Falta de cobrança, dos comprovantes de pagamentos dos alugueis, pela PROAE. 04- Falta de regulamentação que exija do orientador acadêmico o envio regular da análise da situação acadêmica dos estudantes beneficiados pelas bolsas. 05- Falta de sistema informatizado que facilite o monitoramento e acompanhamento dos discentes bolsistas. 06- Falta de transparência na divulgação dos beneficiados pelas bolsas. 07- Falta de indicadores de desempenho. 08- Falta de rotinas e procedimentos formalizados. 09- Recebimento de bolsas indevidas por parte de estudantes.	01- Que seja elaborada pela PROAE proposta de normatização para concessão de bolsas de auxílio permanência, a ser submetida à Comissão de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil do Conselho Superior da UFBA, de acordo com o previsto no Inciso V do Artigo 13 do Regimento Geral da UFBA. Tal procedimento visa atender ao disposto no Artigo 5º da Lei nº 7.416 de 20/12/2010 e ao disposto no Artigo 2º e seus parágrafos do Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, com definição de critérios e metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados, em atendimento ao disposto no Inciso II do Artigo 3º do Decreto 7.234 de 19/07/2010. 02- Que a Administração Central da UFBA envie esforços junto a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI para a criação ou o aprimoramento de um sistema informatizado que atenda às demandas de controle das bolsas oferecidas por esta Universidade. 03- Que a UFBA providencie regulamentação para que o acompanhamento acadêmico, previsto no Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação – REGPG, integre o acompanhamento do discente bolsista no sentido de atender ao requisito legal para a manutenção dos auxílios. 04- Que a PROAE providencie imediatamente a publicação, em seu sitio, em aba específica “discentes beneficiados”, e no sitio do Portal de Transparência da UFBA, da lista de estudantes beneficiados pelo PNAES 05- Que a PROAE solicite aos estudantes beneficiados pelo auxílio moradia os comprovantes de pagamento de aluguel, sob pena de suspensão do benefício, de acordo com o previsto no Item 8.6 do Edital 02/2015. 06- Que a PROAE adote mecanismos aptos a implantar e/ou melhorar os métodos, procedimento, rotinas, devidamente formalizados, no sentido de garantir que a seleção e o acompanhamento dos estudantes contemplados com bolsas do PNAES estejam de acordo com a legislação. Recomenda-se que tais procedimentos devem ser elaborados em conjunto com a SUPAD – Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional desta Universidade. 07- Que a PROAE analise a situação de cada estudante beneficiado pelo auxílio moradia para que desta forma os requisitos para a seleção e permanência dos estudantes estejam de acordo com o previsto na	PROAE respondeu através do Plano de Providências Permanente CCI/UFBA, que o atendimento dessas recomendações só será possível a partir do final da greve dos técnicos administrativos e docentes, devido à importante participação destes na construção do processo. Prazo para implementação: 12 meses a partir do término da greve. STATUS: Em implementação

	<p>legislação pertinente, inclusive do que consta dos Editais de Benefícios e Programas da PROAE. Tal procedimento deverá ocorrer de forma imediata, para que seja evitada a continuidade de pagamentos indevidos aos estudantes.</p> <p>08- Que a PROAE providencie junto aos estudantes beneficiados a devolução dos valores pagos indevidamente, desde a renovação indevida, e que os valores recebidos indevidamente sejam ressarcidos aos cofres públicos, por meio da Guia de recolhimento da União (GRU).</p>	
--	--	--

Além das auditorias, outras ações foram executadas, a exemplo da Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) e elaboração do Parecer de Contas e análise do Relatório de Gestão referentes ao exercício 2014 e da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna 2016, bem como o acompanhamento e atendimento das demandas do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e das recomendações emanadas por essa CCI.

No exercício de 2015 os trabalhos foram realizados em conformidade com o redesenho da estrutura organizacional da Coordenadoria de Controle Interno, constante no Regimento Interno da Coordenadoria de Controle Interno, aprovado pela Resolução 08/2014 de 22/12/2014 do Conselho Universitário da UFBA.

A nova estrutura composta pelos Núcleos de Execução de Auditoria, Núcleo de Avaliação de Controles Internos e Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento, funcionando, dentro de suas competências regimentais, têm contribuído de forma significativa para a melhoria dos trabalhos de auditoria, apresentando conseqüentemente ganhos operacionais consideráveis, principalmente, no acompanhamento e monitoramento das recomendações exaradas por esta Coordenadoria de Controle Interno, pelos órgãos de controle e na avaliação dos controle internos administrativo da instituição, com resultados significativos.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Apesar de constar no Parágrafo Único do Art. 26 do Regimento da UFBA que as comissões de sindicâncias e PAD's sejam constituídas por pessoal permanente da Unidade Seccional de Correição, ainda, não foi possível cumprir essa competência em razão da deficiência da estrutura de pessoal do Setor, composto atualmente pelo Coordenador e duas servidoras para o atendimento de todas as demandas .

Dessa forma, a Correição tem atuado nos processos disciplinares através de orientações sobre a condução de processos, o que é feito por meio de reuniões com os membros das comissões e com as autoridades instauradoras, ou por meio de posicionamento escrito, juntado ao processo disciplinar.

Durante o exercício de 2015, foram instaurados 4 PAD's e 17 sindicâncias, sendo que em três casos foram aplicados a penalidades de demissão, os quais somados as demissões aplicadas em exercícios anteriores totalizam 15 casos de expulsões da UFBA, nos cinco últimos exercícios, conforme tabela abaixo.

QUADRO 035 Apuração de Ilícitos Administrativos					
Exercício	2011	2012	2013	2014	2015
Nº. de demissões	4	2	4	2	3

Fonte: USC

Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não obstante a UFBA tenha conseguido obter avanços no cadastramento das informações sobre os PAD's e Sindicâncias, conforme descrito na Portaria 1.043 de 2007 da CGU, a qual prevê como responsabilidade da Instituição a organização e disponibilização de diversas e minuciosas informações sobre os PAD's e sindicâncias, ainda não possível cadastrar todos os processos instaurados no prazo de 30 dias.

Para contornar as dificuldades encontradas para coletar as informações, já que a estrutura administrativa da Universidade Federal da Bahia é extremamente descentralizada, e o procedimento de coleta das informações por meio do boletim de pessoal não consegue ser tão tempestivo quanto o requerido pela Portaria 1043/2007, foi expedida a Portaria 074/2015, de 04/05/2015 do Magnífico Reitor.

Nessa Portaria, foi estabelecida a obrigatoriedade do registro das informações dos processos administrativos disciplinares e sindicância no CGU-PAD, e regulamenta o envio de informações entre as unidades instauradoras e o Órgão Cadastrador da UFBA.

A portaria foi publicada no Boletim de Pessoal da UFBA em 18 de maio de 2015 e informada aos dirigentes da Universidade, mediante o Ofício Circular nº. 046/2015 USC, de 15 de junho de 2015.

Não obstante a publicação e divulgação da Portaria 074/2015, a obtenção das informações não ocorreu da maneira esperada, sendo necessário a realização de pesquisa no boletim de pessoal e expedição de Ofícios aos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas com intuito de obter as informações sobre os processos apuratórios.

A conscientização sobre a necessidade do envio das informações e do cumprimento da Portaria também está sendo realizada mediante contacto telefônico e reuniões presenciais com as Autoridades Instauradoras da UFBA.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

A UFBA segue aperfeiçoando seus mecanismos de monitoramento e controle dos processos de gestão. Para tal, realiza investimentos na área de tecnologia de informação, consolida e amplia a formulação de indicadores de resultados e desenvolve processos internos para aperfeiçoar o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas.

O quadro a seguir apresenta sucintamente a percepção em 2015 dos gestores da Universidade em relação a avaliação desses mecanismos.

Quadro 036 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ									
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					VALORES				
Ambiente de Controle					1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.									X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.							X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.							X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.							X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.								X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.								X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.								X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.								X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.								X	
Avaliação de Risco					1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.								X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.							X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.							X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.							X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.							X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.							X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.							X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.									X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.								X	
Procedimentos de Controle					1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.								X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.							X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.							X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.								X	
Informação e Comunicação					1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.							X		

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise crítica e comentários relevantes:

O Quadro 036– Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ constando de questionário avaliativo foi distribuída aos oito Pró-Reitores, ao Vice-Reitor, Coordenador de Controle Interno e Superintendentes, ou seja, cargos considerados da alta administração.

Apresenta-se a média geral apurada em cada item avaliativo no Quadro acima e a seguir a média geral dos fatores avaliados por tema referente ao ano de 2015, como se informa:

- Ambiente de controle	3,65
- Avaliação de risco	3,45
- Procedimentos de controle	3,50
- Informação e comunicação	3,47
- Monitoramento	3,43

AMBIENTE DE CONTROLE – A pontuação apurada nos itens e na média geral indica que a alta administração da UFBA destaca como importante a existência e atuação dos mecanismos de controle interno. Mantem-se este item, próximo a 4 na média geral, semelhante ao observado em 2014.

AVALIAÇÃO DE RISCO – Nota-se neste item que a avaliação de risco necessita de melhor desenvolvimento na UFBA. A isto se pode atribuir a aplicação ainda pouco sistemática dos métodos e procedimentos de avaliação de riscos às ações administrativas e acadêmicas.

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE – Assim como no item anterior, a consolidação dos procedimentos de controle encontra-se em desenvolvimento na UFBA. Destaca-se o reconhecimento da existência de políticas e ações de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos, considerando-se que os procedimentos de controle estão claramente estabelecidos e são suficientemente abrangentes e apropriados.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – A UFBA segue aperfeiçoando os mecanismos de comunicação e a produção de informações mediante o uso dos recursos de Tecnologia da Informação. Há nesta área a necessidade de maiores investimentos e aperfeiçoamento dos processos de gestão. Novos instrumentos de informação e comunicação estão sendo planejados para 2016.

MONITORAMENTO – Reconhece-se que o sistema de controle interno, seus mecanismos, ações e práticas tem contribuído para a melhoria dos processos administrativos e acadêmicos da UFBA. Observou-se melhoria no valor médio atribuído neste item em relação ao ano de 2014, porém, ainda há o que aperfeiçoar nos processos de monitoramento.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

Os principais canais de acesso ao cidadão da UFBA estão disponibilizadas abaixo, no site da www.ufba.br, conforme segue abaixo:

Ouvidoria Geral da UFBA

Descrição:

- <https://www.ufba.br/ouvidoria>
- e-mail: ouvidoria@ufba.br
- telefone: 3283-7044
- celular:98643-3137

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Descrição:

- <https://www.ufba.br/sic>
- <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>
- e-mail: sic@ufba.br
- telefone: 3283-7062

4.1.1 Ouvidoria

O presente relatório apresenta os dados quantitativos referentes à frequência das manifestações da comunidade universitária e externa à UFBA apresentadas à Ouvidoria durante o ano de 2015, além de uma análise interpretativa e recomendações à Reitoria da Universidade.

A partir da vigência da Instrução Normativa nº 01 de 2014 da Ouvidoria Geral da União, em abril de 2015 a Ouvidoria da UFBA passou a utilizar o sistema e-Ouv de recepção e registro de manifestações, criado para integrar o sistema de ouvidorias federais e, conseqüentemente, passou a usar as categorias adotadas no referido sistema para análise dos dados. Nesse sentido, o relatório de 2015 apresenta uma estrutura diferente daquela adotada no relatório de 2014. Entretanto, para adaptar o modelo da OGU à realidade da Universidade procedemos a um detalhamento de algumas categorias com o objetivo de tornar o diagnóstico institucional mais preciso e instrumental.

O ano de 2015 foi atípico em função da ocorrência da greve das universidades federais, que teve o seu início em 28 de maio, prolongando-se até 19 de outubro, tendo afetado o quantitativo e a natureza das manifestações. Assim, percebe-se uma diferença

significativa no número de registros realizados entre o primeiro e o segundo semestres de 2015.

Categorias gerais (IN-01 OGU 5/11 de 2014)

A OGU propõe categorias para a classificação das manifestações registradas nas ouvidorias, as quais estão formalizadas na IN-01/2014, a seguir:

I –Sugestão

Proposição de idéia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela Administração Pública federal;

II –Elogio

Demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;

III –Solicitação

Requerimento de adoção de providência por parte da Administração;

IV –Reclamação

Demonstração de insatisfação relativa a serviço público; e

V –Denúncia

Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo.

Frequência das categorias gerais

O quadro abaixo apresenta as categorias indicadas pela OGU para análise das manifestações, bem como sua respectiva frequência. Para melhor atender a realidade das manifestações registradas na Ouvidoria Geral da Reitoria da UFBA adaptou-se a categoria “Solicitação”, criando-se a subdivisão “Solicitação de informação” e “Solicitação de procedimento e/ou produto acadêmico e administrativo”, devido ao número expressivo de manifestações específicas sobre o tema “informação”. Essa subdivisão visou a melhoria na identificação das demandas e sua consequente resolução. Na categoria “Elogios” acrescentaram-se os “Agradecimentos”, por considerar-se que representam uma demonstração de satisfação com o atendimento prestado pela Ouvidoria (uma descrição detalhada, em termos do conteúdo das manifestações encontra-se nos anexos 1 e 2).

Categories	Nº de manifestações e		Nº de manifestações e		Total	
Solicitação de informação	608	(74,9)	118	(40,2)	726	(65,76)
Solic. Proced./ prod.	34	(4,19)	61	(20,8)	95	(8,6%)
Reclamações	124	(15,28)	72	(24,5)	196	(17,75)
Denúncias	36	(4,43)	31	(10,5)	67	(6,06)
Elogios e agradecimentos	6	(0,73)	8	(2,7)	14	(1,06)
Sugestões	3	(0,36)	3	1,02	6	(0,54)
Total geral	811		293		1104	

Fonte: Ouvidoria UFBA

1. Análise das manifestações

A maior frequência de manifestações refere-se à solicitação de informações de diversas naturezas, reproduzindo os dados do relatório de 2014. Dentre estas, as mais frequentes relacionam-se aos cursos oferecidos pela UFBA, a forma de ingresso, a matrícula, a transferência, as vagas residuais e benefícios da PROAE. Possivelmente, a implementação de um site da PROAE com as principais informações que têm sido demandadas e criação de uma página do facebook, na qual foi divulgado o cronograma de liberação dos benefícios estudantis, tenha impactado positivamente reduzindo o número dessas solicitações. É provável que o número significativo de solicitações de informação esteja ligado ao período referente ao ingresso de novos alunos e conclusão de cursos, bem como aos processos de mobilidade interna e externa.

Observamos que o site institucional da UFBA é acessado pela comunidade universitária e extra-universitária, mas não oferece a clareza ou o nível de detalhamento compatível com as necessidades dos manifestantes, os quais não encontram a informação que necessitam e recorrem aos telefones da Ouvidoria, da Assessoria de Comunicação e da Secretaria da Reitoria. Nesse sentido, torna-se necessário que uma análise pelos órgãos responsáveis (Assessoria de Comunicação, Assessoria de TI e STI) seja empreendida em relação a este site de forma a oferecer um direcionamento para os sites específicos de informação, visto que a busca da informação na Ouvidoria se dá pelo desconhecimento desses sites temáticos. Um exemplo é o site www.ingresso.ufba.br, bastante completo em termo das informações disponíveis, mas desconhecido pelos estudantes que buscaram a Ouvidoria, onde obtiveram a indicação da sua existência.

Com relação às reclamações sobre os procedimentos acadêmicos vale a pena destacar aquelas relacionadas à matrícula dos bacharelados interdisciplinares que configuraram um total de 29 manifestações registradas no 1º semestre de 2015. A PROGRAD e o IHAC realizaram encontros específicos com o objetivo de buscar soluções conjuntamente.

Um importante destaque a ser feito refere-se à categoria das denúncias, em especial aquelas sobre as práticas docentes que se constituíram em processos administrativos disciplinares. Apesar da pouca expressividade percentual (6,06%) essas manifestações se revestem de especial importância pela gravidade do seu conteúdo, pelas implicações para a Universidade enquanto lócus da construção do conhecimento, da formação de jovens, da ética. Além disso, essas manifestações requerem da Ouvidoria e de outras instâncias da Universidade, ou seja, a Procuradoria Federal da República junto a UFBA, a Unidade

Seccional de Correição, a Câmara de Mediação, a Comissão de Ética e as unidades de ensino, numerosas ações de acompanhamento, tais como: reuniões, documentos, entrevistas, consultas e sessões de mediação de conflitos.

O exercício do papel docente que gera conflitos com os estudantes é expresso, via de regra, pela relação autoritária, em geral preconceituosa e, conseqüentemente, desqualificadora do desempenho discente, atitudes estas pouco contributivas para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem saudável. Foi possível perceber um incremento no número de denúncias feitas por estudantes relacionadas às posturas adotadas pelos docentes, o qual pode estar associado à maior divulgação da atuação da Ouvidoria enquanto espaço de escuta e acolhimento. A questão da convivência conflituosa generaliza-se, emergindo também entre os próprios estudantes, estudantes e técnico-administrativos mesmo entre os técnico-administrativos no ambiente de trabalho, tendo sido objeto de registro de manifestações e de solicitação de intervenção da Ouvidoria no acolhimento e resolução dos conflitos.

A importância da preservação das condições de ensino-aprendizagem oferecidas pela Universidade e o alto custo emocional e institucional para os envolvidos nesses processos levou a Ouvidoria a pensar e propor um conjunto de estratégias que possam influenciar valores que orientam as relações interpessoais, promovendo uma reflexão no plano da pedagogia, da ética e do respeito às diferenças, na direção de princípios emancipadores da condição humana.

No âmbito específico da docência torna-se importante pensar um processo de desenvolvimento profissional, de integração do docente à universidade federal pública, socialmente referenciada, de qualidade, desde o seu ingresso até sua aposentadoria, oferecendo um espaço de *assessoramento pedagógico* permanente.

Em relação ao comportamento dos estudantes, as denúncias estiveram relacionadas a atitudes que possibilitaram obter benefícios indevidos a partir da condição de estudante da UFBA, como também atitudes preconceituosas, chegando até mesmo a atitudes de contravenção penal. Entretanto, a maioria das manifestações refere-se a prejuízos sofridos pelos estudantes devido à inadequação de alguns procedimentos acadêmicos institucionais e de eventual falta de qualidade dos serviços administrativos prestados pela Universidade, tais como alimentação, transporte e segurança.

No que diz respeito à ambiência universitária fora da sala de aula, vale a pena ressaltar os constantes conflitos entre motoristas do buzufba e vigilantes com os estudantes. Esses profissionais, segundo a Coordenação de Segurança – COSEG, não possuem uma preparação adequada para atuar no contexto universitário. A alimentação e o serviço do restaurante universitário são também objeto de reclamações.

No âmbito da sala de aula, na relação com os docentes, e fora dela, ao usar os serviços administrativos, os estudantes que se manifestaram na Ouvidoria demonstraram ter vivenciado um clima de tensão dentro da Universidade em 2015. Esse fato reforça a importância da configuração de um conjunto de estratégias capazes de iniciar um processo de estímulo ao desenvolvimento de uma cultura que valorize uma ambiência compatível com os objetivos científicos e de compromisso social.

De uma maneira geral, as reclamações e denúncias recebidas e encaminhadas pela Ouvidoria, por um lado, apontaram para a importância da escuta qualificada e do encaminhamento interessado e ágil, com respostas rápidas e processuais. Por outro, a necessidade de uma atuação preventiva, em termos do incentivo às estratégias voltadas para a construção coletiva de um clima institucional saudável.

Vale a pena ainda destacar um fato relevante em termos da ambiência universitária, que pode reforçar a proposta de atuação preventiva, e que diz respeito às questões ligadas a conflitos interpessoais, que não surgem como manifestações enquadradas nas categorias da OGU. Algumas manifestações vieram acompanhadas de uma demanda no plano da saúde mental, ou, isoladamente como solicitação de ajuda psicológica. É importante ressaltar que a organização do trabalho docente e suas implicações para a aprendizagem discente, podem estar relacionadas com as questões da saúde mental. Atualmente, a Universidade ainda não oferece condições para o tratamento dessas questões no âmbito institucional, visto que os serviços ofertados se encontram pulverizados e pouco difundidos.

A perspectiva que se propõe é que a UFBA possa se constituir como uma referência enquanto promotora de uma convivência respeitadora das individualidades, sensível às dificuldades dos seus integrantes, acolhedora das suas necessidades e incentivadora de uma sociabilidade solidária, condição fundante do seu desenvolvimento como centro formador e científico de excelência.

2. Recomendações:

1. Criação de uma comissão que envolva a Assessoria de Comunicação e a Assessoria de Tecnologia da Informação no sentido de proceder a uma revisão do site da UFBA que permita ao usuário as informações fundamentais relacionadas às atividades acadêmicas, serviços administrativos e assistência estudantil, oferecendo os links dos sites específicos das Pró-reitorias e demais órgãos da administração central, bem como dos cursos de graduação e pós-graduação. É possível que o sistema SIG que está sendo implantado na UFBA pela Assessoria de TI possa contemplar essa necessidade de informação ao estudante.
2. Instituição de um grupo de estudos com integrantes das Pró-reitorias de Graduação e Pós-graduação para elaborar um projeto de assessoramento e desenvolvimento dos docentes desde sua entrada até sua saída da Universidade;
3. Desenvolvimento na Ouvidoria de um projeto preventivo que inclua ações de estímulo à criação de ouvidorias locais nas unidades de ensino e órgãos da gestão e atividades que visem a reflexão sobre os valores e atitudes compatíveis com os Códigos de Ética da Universidade e do Servidor Público Federal;
4. Implementação do programa de capacitação permanente dos vigilantes, motoristas e empregados da portaria, que já está sendo estudado pela COSEG com o apoio da Ouvidoria;
5. Elaboração de um projeto destinado à terceira idade com a participação de professores aposentados (que registraram essa sugestão na Ouvidoria) a ser elaborado pela Pró-reitoria de Extensão, a exemplo da Universidade Aberta à 3ª Idade, da Universidade Estadual da Bahia;
6. Elaboração de uma política de acessibilidade que envolva o sistema de transporte, elevadores e a pavimentação no campus;

7. Elaboração de um projeto visando aumentar o nível de segurança nos campi da Universidade;
8. Solicitar ao grupo de estudos do SMURB que contemple no escopo de seu trabalho a dimensão da saúde mental na Universidade.

**Quadro 037 – Detalhamento de manifestações do primeiro semestre de 2015
(janeiro a junho)**

Categorias	Número de manifestações	Percentual
Solicitação de informação	608	74,9
Solicitação de procedimentos ou produto acadêmico	34	4,19
Reclamações	124	15,28
Denúncias	36	4,43
Elogios e agradecimentos	6	0,73
Sugestões	3	0,36
Total geral	811	100
Fonte: Ouvidoria UFBA		

Quadro 038 - Síntese: Demonstrativo do tipo das manifestações e quantitativo no primeiro semestre de 2015 (janeiro a junho)

Quadro demonstrativo do tipo das manifestações e quantitativo no primeiro semestre de 2015(janeiro a junho)					
Solicitações de informação	608	510	Através de telefone fixo	240 chamadas em janeiro e fevereiro	Enem, formatura e matrícula
				180 chamadas entre março e maio, para	Informações diversas
				90 chamadas em junho	Sobre SISU e informações gerais
		98	Através de e-mail/ presenciais	Ingresso na Universidade, assistência estudantil, transferência, cursos, diplomas e certificados, revalidação de diplomas, concurso	
Solicitação de procedimento ou produto acadêmico	34		Através de e-mail	Diplomas; certificados; vaga; ajuda para um caso de doença mental; ajuda para uma estudante em função de uso de drogas; aconselhamento psicológico; análise da água; planos de ensino; parceria em projeto para desabrigados.	
Reclamações	124	51	Atividades acadêmicas	Dificuldade de compreensão das aulas com professor russo; não cancelamento das aulas em dias de chuvas torrenciais com alagamentos na Universidade; alteração de horário de aula unilateralmente pelo professor(2); Questionamento sobre a existência de vagas residuais que deveriam ser do SISU; demora na convocação dos alunos dos Bis para matrícula; diretores que não enviaram a grade básica para matrícula(prato feito); professor que quer dar aula e fazer avaliações durante a greve; disciplina oferecida ao mesmo tempo que o pré-requisito(3); condições de trabalho nas salas de aula – equipamentos e refrigeração(4); ajuste de inscrição em componentes dos estudantes dos Bis (29); ausência do registro da nota do aluno; atraso na emissão de diploma de doutorado; requisição de certificado de conclusão de curso de especialização; recusa de artigos para conclusão de mestrado; fechamento de grade curricular às vésperas da formatura; revisão de nota alegando falta de orientação pelo professor; perda da matrícula no PÓS-CULTURA (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) devido a uma falha na informação.	

		10	Atendimento administrativo	Dificuldade para realizar impressão de cópias de material na biblioteca central; atendimento da SGC (2); exigência inadequada de documento do imposto de renda na matrícula; inexistência de atendimento preferencial na matrícula; atendimento da PROAE; informações parciais em processo de transferência <i>ex officio</i> ; horário de atendimento no Colegiado de Ciências Contábeis; dificuldade de contato com a Pós-Graduação de História, dificuldade de contato com a Ouvidoria através do telefone fixo.
		24	Procedimentos e Processos administrativos	Atraso na revalidação de diploma; lentidão do processo de afastamento para capacitação (2); desconto não solicitado em consignação (3); atraso em resultado de requerimento; falta de informação no REGPG sobre transferência <i>ex officio</i> ; exigência de título eleitoral para menores de 18 anos; atraso bolsa PIBIC (3); pagamento retroativo de progressão funcional (3); reivindicação de pagamento de adicional de insalubridade; não recebimento do seguro de vida; reivindicação de adicional de periculosidade; questionamento sobre a data (após início das aulas) para resultado de recurso em relação à renda com objetivo obtenção de assistência estudantil; dificuldade de acesso ao SIAC (5).
		34	Serviços administrativos	Fechamento do SMURB; tratamento dos motoristas e roteiros do Busufba (19); objetos encontrados na comida, tipo de comida oferecido e higiene do Restaurante Universitário (3); insegurança ao transitar na escada da Escola Politécnica (4); falta de equipamentos e segurança na Politécnica; impedimento pela segurança para estacionar o carro no Restaurante Universitário; falta de segurança nos Campi durante o período da greve; reclamações sobre a realização de festas nos Campi; assaltos frequentes na escada da Faculdade de Química e próximo à portaria; elevador quebrado na Biblioteca Central e dificuldades para acessibilidade de cadeirantes nos prédios da UFBA.
		1	Políticas	Demanda por uma política de cotas e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.
		4	Outros	Problema com vendedor ambulante no PAF1; maus tratos dos animais do campus de Ondina – procedimento inadequado de vasectomia e tratamento de animal pela Coordenação de Meio

				Ambiente; queda de luminária ferindo estudante; problemas entre usuários e guardadores de carro no estacionamento do Complexo HUPES –Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos.
Denúncias	36	29	Relacionadas aos docentes	Assédio moral e sexual de docente em relação a discentes em Física (11); assédio moral de docente em relação a discentes em Arquitetura (8); professora assediada moralmente na área de Sistema de Informação; assédio moral entre docentes – a ação foi realizada por um docente da Unidade de Veterinária em relação a outro docente em estágio probatório; denúncia de professor em relação a diretor pela exposição na Congregação de conflito com os estudantes no PAF1; processo de sindicância contra professores da Pós-graduação do ICI devido a não observação de critérios de participação do Colegiado; denúncia de atitudes agressivas de professor através de gravação feita por estudante, que mostra discussão em debate na eleição de diretor; docente que não dá aulas nem lança notas; quatro docentes que não ministram as aulas, mas registram no PIT e no RIT; irregularidade na seleção de professor substituto de Psicologia no campus de Vitória da Conquista; não informação sobre seleção para a Bolsa Permanecer por parte da professora da disciplina; professor quer dar falta para alunos do Programa Ciências sem Fronteiras quando eles já concluíram a avaliação no período da greve.
		15	Relacionadas à estudantes	Estudante ocupando duas vagas federais; estudante jubilado, mas usando ônibus de viagem do DCE; estudante que recebeu e-mail falso, fruto da invasão do e-mail da Ouvidoria informando aprovação no curso de Medicina quando na verdade foi reprovado; trote racista com colocação de boneco preto na Faculdade de Arquitetura; presença de objeto cortante na comida do Restaurante Universitário provocando lesão em estudante; agressão de vigilante da UFBA a cidadão no RU, com intervenção de estudantes que tentaram defender e foram ameaçados; roubo de laptop no HUPES, estudante acusa colega; critérios de aproveitamento de estudos que beneficiam estudantes já formados em outros bacharelados, que ao eliminarem disciplinas concorrem as vagas asseguradas aos egressos no BI de Saúde com maior vantagem; extravio de documentos que resultou em perda do prazo para obtenção de auxílio residência; questionamento sobre a seleção dos orientadores do PIBID UFBA – Programa Pacto do Ensino Médio; extravio de documentos que impossibilitou a retirada de

			diploma de mestrado; denúncia sobre experimentação animal danosa, realizada no Hospital Veterinário da UFBA; UFBA não cumpre o decreto 1044 de 1969 e a Lei 6202 de 1975, que faculta exercícios domiciliares a gestantes e outros estados de saúde; morte de animal por leptospirose e contaminação de aluna em ambiente contaminado (portaria central); procedimentos não condizentes com o edital durante a seleção para mestrado do ICI.
	03	Relacionadas aos técnico-administrativos	Assédio moral entre técnico-administrativos gerando clima de conflito em unidade de ensino; denúncia de ex-diretor contra técnico administrativo por alusão imprópria ao mesmo em e-mail; atendimento administrativo no Programa de Pós-graduação em Gestão Financeira com horário restrito, limitando o acesso e atraso no encaminhamento de teses.
Sugestões	03	Programa para a terceira idade; maior frequência de apresentações da OSUFBA na Reitoria; parceria de estágio em Odontologia.	
Elogios e agradecimentos	06	Presteza no atendimento	
Total geral		811	

Quadro 039 – Detalhamento das manifestações do segundo semestre de 2015 (julho a dezembro).		
Categorias	Número de manifestações	Percentual
Solicitação de informação	118	40,2
Solicitação de procedimentos ou produto acadêmico	61	20,8
Reclamações	72	24,5
Denúncias	31	10,5
Elogios e agradecimentos	8	2,7
Sugestões	3	1,02
Total geral	293	100
Fonte: Ouviaoria UFBA		

4.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão

Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 regulamentando o direito constitucional de acesso à informação. Na UFBA sua implantação deu-se em 2012 com a função de assegurar o cumprimento às normas instituída pela Lei, monitorar e orientar as unidades/órgãos, sendo seu atendimento inicial em uma sala na Biblioteca Universitária de Saúde – Prof. Álvaro Rubim de Pinho - BUS.

A partir de outubro de 2015 a gestão do SIC passou à responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da UFBA, sendo nomeada uma nova Autoridade de Monitoramento. Desde então, o SIC passou por reformulação, que culminou em mudança de espaço físico, passando a funcionar no prédio da Reitoria, alteração dos procedimentos internos e treinamento para os novos atores e dos dois (02) estagiários que já atuavam no SIC-UFBA.

Assim sendo, buscou-se dar continuidade às formas de atendimentos: virtuais, que é feito através do Sistema de Informação ao Cidadão (<http://www.acessoainformacao.gov.br/>), e presencial.

Elaborou-se levantamento das solicitações pendentes no RT (sistema interno) e no e-SIC, e após o processo de atualização foram enviados ofícios às unidades/órgãos da UFBA com o objetivo de regularizar as pendências dos anos de 2013, 2014 e 2015, buscando atender plenamente o cidadão em sua demanda.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Ao implantar a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme previsto no §4º do art. 11 do Decreto 6.932/200 a UFBA vem buscando uma mudança de atitude imprimindo eficiência e eficácia aos seus processos de gestão de atendimento aos usuários através dos serviços prestados pela instituição

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFBA encontra-se sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, através do Núcleo de Informação ao Cidadão, podendo ser consultada através do link <http://www.cartadeservicos.ufba.br/>, sendo periodicamente atualizada. Neste mesmo link, a UFBA busca mensurar o grau de satisfação do cidadão através da “Pesquisa de Satisfação do Usuário”.

A greve dos servidores e a redução de recursos destinados às instituições federais, no ano de 2015, impossibilitaram a concretização das metas planejadas para este exercício, com o intuito de melhoria na sua divulgação e na qualidade dos serviços prestados aos cidadão, conforme relacionado abaixo:

PLANEJAMENTO 2015	
Meta 1: Aumentar número de servidores do Núcleo de Informação ao Cidadão - NIC	
– Funciona com um servidor e três estagiários, após a incorporação do Serviço de Informação ao Cidadão. Com a nova estrutura do núcleo faz-se necessário viabilizar um espaço físico mais adequado para o desenvolvimento de suas atividades e melhoria na estrutura de pessoal e de equipamentos.	
Meta 2: Buscar junto às unidades/órgãos a melhoria da qualidade no atendimento prestado aos cidadãos/usuários	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar, amplamente, para o registro de sugestões, reclamações e denúncias os canais de atendimento da Ouvidoria da UFBA. • Realizar palestras para conscientizar e sensibilizar os profissionais que prestam serviços de atendimento, visando mostrar a importância de sua atuação como formadores de opinião, junto aos cidadãos/usuários. • Buscar, junto a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP, a criação de cursos à distância para capacitação dos profissionais que prestam atendimento ao público (em caso de presencial, o material desse curso é fornecido pelo GESPÚBLICA) • Buscar junto às unidades/órgãos a otimização dos processos utilizados para o atendimento aos cidadãos/usuários. 	
Meta3 - Melhoria na divulgação (interna e externa) dos serviços e pesquisa	
<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a disseminação da Carta de Serviço ao Cidadão/Pesquisa de Satisfação, concomitantemente, junto ao público interno e externo. • Identificar meios mais eficazes para divulgação da Carta de Serviços/Pesquisa de Satisfação, tais como: criação e distribuição de novos cartazes, panfletos, banners, etc • Disponibilizar computadores nos locais de atendimentos para facilitar o acesso dos cidadãos/usuários à Carta de Serviços, assim como à “Pesquisa de Satisfação do Usuário” on line. • Dispor de canais de comunicação presenciais e não presenciais nas unidades/órgãos prestadoras de serviços. 	
Meta 4 - Monitorar a efetividade dos compromissos firmados na Carta de Serviços da Instituição	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de indicadores que avaliem o grau de alcance das metas e objetivos institucionais e os aspectos críticos a serem melhorados ou inovados. 	

- Medição do cumprimento das metas
- Níveis de cumprimento interno: medidos através dos padrões de serviços por meio de monitoramento dos indicadores definidos.
- Níveis de cumprimento externo: os padrões de serviços serão conhecidos através da opinião dos usuários por meio da aplicação da “Pesquisa de Satisfação do Usuário”.

META 5 Divulgação dos resultados da avaliação da prestação de serviços

- Publicação na homepage da Carta de Serviços ao Cidadão de indicadores de padrões de atendimento, considerando os parâmetros estabelecidos.

Vale ressaltar que, em outubro de 2015, foi incorporada às atividades do Núcleo de Informação ao Cidadão/PROPLAN, a gestão do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos -usuários

A UFBA tem como seu principal canal de comunicação com a comunidade a Ouvidoria da UFBA. Esta registra as críticas, sugestões, elogios e reclamações que são avaliadas e utilizadas para subsidiar a tomada de decisão para melhoria dos seus serviços, junto às unidades/órgãos.

O site da Carta de Serviços ao Cidadão da UFBA além de divulgar informações para acesso aos serviços públicos no âmbito da instituição, disponibiliza a Pesquisa de Satisfação do Usuário online utilizada também como ferramenta de gestão.

As ferramentas aqui mencionadas são de grande importância pois, além de incluir espaço para participação permanente do cidadão, provoca constantes alterações na melhoria quanto a gestão dos serviços, buscando adequá-las a necessidade da comunidade.

Através da Pesquisa de Satisfação do Usuário, hospedada no link <http://www.cartadeservicos.ufba.br/pesquisa-de-satisfacao-ao-usuario>, a UFBA busca aprimorar a qualidade do atendimento dos serviços oferecidos.

A seguir quadro comparativo da pesquisa dos anos de 2014 e 2015:

Quadro 039 A - Pesquisa de Satisfação do Usuário - 2014/2015

Ano	2014	2015
Unidade/Órgão	Quant	Quant
Sistema de Biblioteca UFBA	01	01
Complexo Hospitalar Hospital Universitário Profº Edgard Santos	03	
Maternidade Climério de Oliveira	01	01
Instituto de Letras (NUPEL)	02	
Faculdade de Farmácia = Laboratório de Microbiologia dos Alimentos	01	
Faculdade de Farmácia – Laboratório de Imunologia	01	
Centro Docente Assistencial de Fonodialogia	-	01
Museu de Arte Sacra		01
T o t a l	09	04

Fonte: PROPLAN/Núcleo de Informação ao Cidadão

Ressaltamos que a greve dos servidores federais, iniciada em maio de 2015, que durou 4 meses, além da crise político financeira instalada no país causaram grande impacto nas atividades da instituição,

dificultando a realização de algumas atividades administrativas programadas para o exercício, a exemplo de maior investimento na divulgação da Pesquisa de Satisfação do Uusário.

Importante registrar o projeto de pesquisa elaborado pela EDUFBA e pelo Instituto de Ciências da Informação, que realizou uma pesquisa on line, no período de 22 de abril a 14 de agosto de 2015, com o objetivo de avaliar os resultados da implantação do Repositório para a UFBA, que obteve 255 respondentes.

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Universidade Federal da Bahia disponibiliza em sua página <https://www.ufba.br/> links que visam promover a transparência da gestão, conforme discriminado abaixo:

Processos de Contas Anuais (Relatório de Gestão)

<http://www.proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/relatorios-gestao>

Ouvidoria

<https://www.ufba.br/ouvidoria>

Carta de Serviços ao Cidadão

<http://www.cartadeservicos.ufba.br/>

Portal Transparência UFBA

<https://www.ufba.br/transparencia-ufba>

Plano de Desenvolvimento Institucional

https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

O Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – NAPE/UFBA, foi criado com o objetivo de apoiar o desempenho acadêmico do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade, promovendo uma cultura de inclusão em todos os espaços e contextos da Instituição, abrangendo todos os agentes educativos: estudantes, professores e funcionários. Para tanto, a divulgação de informação, o provimento de condições físicas e de recursos materiais e de equipamentos, tem sido a preocupação constante dos gestores da UFBA, a fim de oferecer apoio direto aos estudantes, assessoramento técnico-pedagógico aos professores e coordenadores de cursos da universidade para o oferecimento de um atendimento adequado às necessidades individuais específicas de cada aluno.

Ações do NAPE

Durante o primeiro semestre de 2015, mesmo considerando-se os quatro meses de greve de docentes e servidores técnico-administrativos das universidades federais, foram realizadas as seguintes atividades em apoio ao estudante com deficiência:

- Conversão de textos impressos em textos digitalizados editáveis por meio de software reconhecedor de caracteres (OCR), textos esses possíveis de serem lidos por softwares Leitores de Tela. Para isso, foram instalados e configurados os aparelhos scanners com os respectivos softwares OCR e Leitores de Tela nos laboratórios de informática do NAPE;
- instalação e utilização de software de Ampliação de Tela, Leitores de Tela e Musicografia Braille, em apoio ao aprendizado dos alunos com cegueira e baixa visão;
- Instalação e configuração de Software Especial de Acessibilidade em computadores do NAPE, e do Laboratório de informática da FACED/UFBA, sala do GEINE - Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais;
- Orientação a professores e a estudantes sobre as necessidades específicas e formas de atuação;
- Orientação aos estudantes para utilização de recursos da Tecnologia Assistiva no desenvolvimento das suas atividades acadêmicas;
- Colaboração na locomoção dos cegos no Campus de Ondina da UFBA;
- Distribuição de 20 *tablets* entre os deficientes visuais com software adaptado.
- Atendimento domiciliar a estudante com deficiências múltiplas em fase de conclusão de curso.

Em relação ao atendimento à comunidade universitária da UFBA, foram realizadas impressões no formato braille para cegueira total e em versão ampliada para pessoas com baixa visão da programação geral do XI ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, ocorrido na UFBA de 13 e 14 de agosto de 2015, e a programação do SIMPÓSIO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL – POLÍTICAS CULTURAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA, realizado em 11 de agosto de 2015.

O NAPE participou, também, junto com a equipe técnica da PROAE, através do trabalho especializado de seus funcionários, da elaboração das listas de materiais a serem adquiridos via processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

A partir do mês de novembro, diante da demanda (devidamente reconhecida e acolhida pela Reitoria da UFBA) dos estudantes com deficiência atendidos, o NAPE juntamente com a SUMAI e os estudantes com deficiência participou do grupo de trabalho criado para a elaboração de um plano emergencial de acessibilidade na universidade, a fim de corrigir obstáculos existentes no percurso entre a entrada do campus de Ondina e as instalações do NAPE, para garantir sua segurança e integridade física.

Neste sentido, foi criado, também, o CUMPRA UFBA: um grupo - reunindo os estudantes com deficiência, o NAPE e Superintendente e pessoal técnico da SUMAI (Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura) - que utiliza a ferramenta WhatsApp para tratar das demandas de acessibilidade dentro da comunidade acadêmica da UFBA

Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura

Em relação às medidas de acessibilidade nas instalações, a fim de sanar inadequações e incompletudes no passivo de espaço físico desta universidade em relação as diferentes versões da norma de acessibilidade NBR9050 (1994, 2004, 2015), a Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras da

Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (CPPO/SUMAI), através do Núcleo de Planejamento, Projetos e Patrimônio Imobiliário, informa:

No mês de fevereiro de 2015 foi iniciado o *Projeto Campus Acessível*, dedicado a subsidiar a implementação de obras de adequação em acessibilidade através de diagnósticos, levantamento dos serviços e desenvolvimento de projetos e orçamentos para a adequação de todas as unidades acadêmicas, administrativas, circulações e acessos da UFBA.

Das mais de 164 edificações da UFBA (grandes, pequenas, administrativas, acadêmicas e órgãos suplementares), nestes primeiros meses foram feitas vistorias e desenvolvidos Cadernos de Recomendações, Plantas Técnicas e Orçamento para 9 pavilhões de aulas, por serem áreas de alto fluxo de estudantes, e 5 unidades que já possuíam queixas de órgãos de controle ou da comunidade relativas à acessibilidade. São eles: Pavilhão de Aulas Reitor Felipe Serpa (antigo PAF I); Pavilhão de Aulas Glauber Rocha (antigo PAF III); Pavilhão de Aulas da Federação IV, V e VI; Pavilhão de Aulas Reitor Heonir Rocha (antigo PAC); Pavilhão de Aulas Thales de Azevedo (antigo PASL); Pavilhão de Aulas Raul Seixas (PRS); o antigo Pavilhão de Aulas Iguatemi, onde hoje funciona o Instituto de Psicologia; e as edificações do Instituto de Matemática, Instituto de Química, Núcleo de Estudo Interdisciplinares sobre a Mulher; Centro Interdisciplinar de Estudos para o Desenvolvimento Social e do Centro de Recursos Humanos. Além destes, foi projetada e orçada sinalização e adequações para uma grande área externa do campus, de maior fluxo e permanência de estudantes, conectando o ponto de ônibus às edificações no entorno da Praça das Artes, que leva a quatro pavilhões de aulas, a Biblioteca Central, o Restaurante Universitário e outras quatro unidades acadêmicas e administrativas. Este trabalho gerou um documento técnico, o 1º Pacote de Ações em Acessibilidade (P.A.A.1), com obras orçadas em 2,3 milhões de reais (valores de outubro de 2015), planejadas para execução no período de doze meses. Este trabalho está sendo utilizado como estudo de caso para estimar e projetar valores e tempo necessário para a realização de obras de adequação para o espaço físico da Universidade Federal da Bahia como um todo.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho financeiro do exercício

No exercício de 2015 o repasse financeiro alcançou, aproximadamente, 71,3% das despesas liquidadas no montante de R\$1,5 bilhões no tocante aos grupos de outras despesas correntes e de investimento, fontes do tesouro.

Enquanto a proporção entre a liberação financeira comparada com as despesas liquidadas demonstra uma posição relativamente satisfatória haja vista que apenas 28,7% dos recursos financeiros necessários deixaram de ser liberados, o descumprimento das datas fixadas no cronograma de desembolso e o valor do repasse abaixo do montante das despesas liquidadas no período repercutiram negativamente na qualidade dos serviços prestados, comprometendo as atividades finalísticas da Universidade muitas vezes ameaçadas com paralisações ou suspensões de serviços básicos.

A despesa apurada no final do exercício no valor de R\$114,3 milhões devidamente liquidadas e não pagas também decorre da consequência do repasse financeiro em valor menor do que a despesa liquidada.

Para ilustrar o desempenho financeiro segue demonstração da posição final do exercício:

Quadro 39B – Desempenho Financeiro 2015

DESEMPENHO FINANCEIRO - 2015			
DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESPESSA LIQUIDADAS A PAGAR	DESpesas PAGAS
1.977.211.359,31	1.523.871.281,59	114.355.634,04	1.409.515.647,55

Obs: Fontes tesouro/GND 3 – Outras Despesas Correntes e 4- Investimento.

5.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Diante do que se expõe no item anterior, a sustentabilidade orçamentário-financeira se compromete caso a situação econômica nacional não se estabilize e se retome a regularidade dos repasses financeiros para o pagamento das obrigações da Universidade.

5.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

Apesar das restrições orçamentário-financeiras, a Reitoria da UFBA decidiu manter os compromissos assumidos desde 2014 com editais e programas nas áreas de monitoria, pesquisa e extensão. Para tal, recursos de custeio do funcionamento geral da Universidade foram usados para cobrir os cortes orçamentários em áreas específicas, a exemplo dos recursos do MEC para apoio aos programas de pós-graduação (PROAP, missões de estudos ao exterior e de estágios de doutorado etc.) como se comenta no item 2.3.2.

5.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Diante do que se expõe no item anterior, a sustentabilidade orçamentário-financeira se compromete caso a situação econômica nacional não se estabilize e se retome a regularidade dos repasses financeiros para o pagamento das obrigações da Universidade.

No âmbito da UFBA algumas ações foram desenvolvidas tendo como foco a diminuição das despesas e a captação de novos recursos. Destacam-se entre as medidas para diminuição das despesas as seguintes:

- Constituição de um grupo de trabalho para revisar os contratos administrativos no intuito de promover a supressão quantitativa dos serviços de menor impacto nas atividades finalísticas;
- Não renovação de contrato de serviço de menor impacto;
- Comunicados orientando todas as unidades e órgãos para o consumo consciente de energia e água;
- Criação de comissão para análise e revisão das demandas contratadas de energia elétrica tendo como membros os docentes da Escola Politécnica;
- Recomendação para que fossem feitas revisões nos textos das publicações legais tanto na imprensa nacional como em jornais, sem comprometer, no caso desta última ação, o princípio da publicidade;
- Definição de novos critérios para uso de veículos oficiais, além de controle rigoroso da manutenção e abastecimento de combustível, inclusive retirando de circulação e alienando os veículos antieconômicos;
- Criação de grupo de trabalho para implantação do módulo de transporte no Sistema Integrado de Patrimônio e Contratos (SIPAC) propiciando uma gestão eficiente, segura e econômica;
- Redefinição de critérios e prioridades para os serviços de manutenção predial e jardinagem.

No tocante à captação de novas receitas os estudos foram concluídos e posteriormente será submetido para deliberação do Conselho Superior.

5.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

No exercício de 2015 não foi possível realizar o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos no item 27 da macrofunção 02.03.30. Três fatores contribuíram para a não realização da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio. O primeiro se deve as inconsistências apuradas no sistema informatizado SPGA – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Administrativa para a realização da depreciação dos itens cadastrados no SIPAT – Sistema Integrado de Patrimônio, ambos desenvolvidos no âmbito da UFBA; o segundo diz respeito aos bens adquiridos para atender as Universidades tutoradas do Sul da Bahia (UFSBA) e do Oeste da Bahia (UFOB) que não foram separados das aquisições da UFBA para a realização dos cálculos e por último ou terceiro fator deve ser registrada a greve de quase quatro meses dos servidores técnicos administrativos das Universidades Federais o que não possibilitou a implementação do Plano de Ação para a regularização da Situação Patrimonial da UFBA e melhoria na informação contábil, com registros que devem refletir de modo confiável a situação patrimonial da Instituição, conforme prevê as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Universidade está ciente das recomendações da Portaria Nº 634, de 19 de novembro de 2013, que disciplina sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, indicando procedimentos para a implantação e operacionalização dos aspectos Patrimoniais e do Plano de Contas, de modo a que as demonstrações contábeis da unidade sejam capazes

de evidenciar, em todos os aspectos relevantes, sua situação patrimonial e financeira, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Um dos aspectos importantes para a apresentação da real situação patrimonial é o critério de avaliação dos bens móveis e semoventes, que permita a quantificação fiel dos recursos controlados. Para tanto será necessário investir nos fundamentos teóricos e práticos dos processos de avaliação, depreciação, regularização e inventário de bens patrimoniais móveis e semoventes visando a plena gestão do Patrimônio de bens da Universidade Federal da Bahia.

Para melhor resultado das atividades a situação patrimonial será levantada gradualmente no exercício de 2016, privilegiando os grupos de bens de maior valor agregado, além de observar as orientações contidas na macro função SIAFI e selecionar os bens adquiridos a partir de 2010.

5.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Universidade Federal da Bahia ainda não utiliza mecanismos de mensuração de custos, a exemplo do Sistema de Informações de Custos (SIC), implantado na Administração Pública Federal em 2011. Considera altamente relevante a análise de custos para a tomada de decisão e a boa gestão do recurso público, todavia não possui a estrutura básica para adoção de mecanismos eficientes de apuração de custos até o presente exercício.

5.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Ver Anexo

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

As Universidades Públicas Federais vivenciam nos últimos anos mudanças importantes que tencionam os padrões constituídos e consolidados na sociedade brasileira. Nesse processo de transformações, o conjunto de pessoas que as compõem, estudantes, professores e trabalhadores técnicos e administrativos, estabelecem relações sociais e interpessoais que extrapolam as estruturas prescritas no modelo racional burocrático. Assim, as instituições universitárias são consideradas organizações complexas, não só pela sua condição de instituição especializada, mas principalmente, pelo fato de executar tarefas múltiplas.

Estabelecer uma política de gestão de pessoas é fundamental para a implementação do plano estratégico de uma instituição, especialmente no ambiente universitário, onde novas formas de ensinar, novas linhas de pesquisa e extensão podem e devem ser desenvolvidas. O pensar sobre uma política de gestão de pessoas para o seu meio acadêmico e administrativo deve ser, de fato, uma prioridade. Contemplar as necessidades dos servidores docentes e técnicos e as necessidades institucionais, com práticas de gestão de ingresso, acompanhamento, valorização e aposentadoria, sintonizadas com o planejamento estratégico institucional são imperativos. Uma política voltada para o desenvolvimento das pessoas poderá influenciar ao longo do tempo na formação de uma nova cultura. As respostas da universidade às mudanças da sociedade dependem necessariamente da excelência também nos processos de gestão. Dessa forma é relevante o aprofundamento de novas teorias de gestão de pessoas para apontar soluções e agregar novas perspectivas, complementada com a melhoria da qualidade dos bancos de dados e sistemas de informações, que de fato, reflitam a real situação dos servidores técnicos administrativos e docentes e permitam respostas adequadas às necessidades da gestão de pessoas numa universidade pública.

A UFBA tem enviado esforços no sentido de contribuir para a consolidação de uma política de gestão de pessoas que perpassa o mandato dos gestores, transformando-a, de fato, na cultura institucional da universidade.

O ano de 2015, por distintas e diversas conjunturas políticas, sociais e econômicas, se constituiu em mais um grande desafio para as universidades públicas brasileiras, o que não significou redução de compromissos nem arrefecimento dos seus propósitos.

Considerando a premissa de que os profissionais que atuam nas Universidades assumem lugar de destaque na consecução da missão e dos objetivos institucionais, defendemos que a gestão de pessoas, deva ser tratada como setor estratégico pautado nos princípios e diretrizes pactuados pela gestão 2015-2018, que de forma explícita e enfática defende uma Universidade Federal da Bahia, pública, democrática, socialmente referenciada e com excelência acadêmica.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 020 - Composição da força de trabalho por lotação autorizada e efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	6.028	5.547	230	59
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6.028	5.547	230	59
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6.028	5.532	228	55
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	6	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	5	2	3
2. Servidores com Contratos Temporários	528	176	143	359
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	3	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.556	5.726	373	420

Fonte: SIP

Na tabela acima observa-se maior concentração (62%) da lotação efetiva de trabalhadores na área fim da Universidade, incluindo os contratos temporários que em sua maioria equivalem aos professores substitutos. Isso demonstra a força e relevância das atividades finalísticas das universidades e reflete a importância que devem ter as discussões e adequações das carreiras para atendimento à diversidade de funções e atividades atualmente presentes nas IFEs

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.169	3.373
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.169	3.373
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.161	3.371
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	0
2. Servidores com Contratos Temporários	3	173
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.180	3.546

Fonte: SIP / PRODEP

No Quadro acima observa-se maior concentração (62%) da lotação efetiva de trabalhadores na área fim da Universidade, incluindo os contratos temporários que em sua maioria equivalem aos professores substitutos. Isso demonstra a força e relevância das atividades finalísticas das universidades e reflete a importância que devem ter as discussões e adequações das carreiras para atendimento à diversidade de funções e atividades atualmente presentes nas IFEs.

Tabela 021A- Composição da força de trabalho por tempo de serviço e sexo

Tempo de Serviço	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Até 1 ano	213	6,89	209	8,57	422	7,63
Mais de 1 até 5 anos	563	18,21	526	21,56	1089	19,69
Mais de 5 até 10 anos	410	13,26	353	14,47	763	13,79
Mais de 10 até 15 anos	393	12,71	196	8,03	589	10,65
Mais de 15 até 20 anos	327	10,58	113	4,63	440	7,95
Mais de 20 até 25 anos	322	10,41	253	10,37	575	10,39
Mais de 25 até 30 anos	301	9,73	225	9,22	526	9,51
Mais de 30 até 35 anos	395	12,77	371	15,20	766	13,85
Mais de 35 anos	168	5,43	194	7,95	362	6,54
Total Geral	3092	100,00	2440	100,00	5532	100,00

Fonte: SIP

A tabela acima apresenta a composição do quadro efetivo de servidores, por tempo de serviço e sexo. Observa-se que quase metade da força de trabalho da UFBA (41%) tem até 10 anos de serviço, somando-se os que tem até 15 anos chega-se a 51,7% da força de trabalho. Quanto à faixa etária, aqueles com 25 a 35 anos de serviço somam 29,9%. Estes dados revelam uma importante renovação no quadro de servidores, especialmente na última década. Observa-se uma grande predominância do sexo feminino, com 55,9%, no total da força de trabalho. **Do total de 5.532 servidores efetivos da UFBA, 2.337 são docentes e 3.195 são técnico-administrativos**

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 022 – Demonstrativo das Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	283.892.744,11	9.860.879,45	43.787.832,53	218.805.233,16	26.154.618,66	19.559.462,22	69.032,63	290.498,32	5.374.876,20	607.795.177,28
	2014	257.863.880,35	8.811.600,10	39.606.542,56	205.733.127,97	25.654.573,00	18.588.208,78	74.562,87	1.225.061,94	5.687.009,32	563.244.566,89
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	148.079,67	18.387,52	33.822,35	6.299,05	0,00	0,00	0,00	0,00	206.588,59
	2014	0,00	114.424,58	12.899,15	29.802,51	4.476,00	0,00	0,00	2.108,42	0,00	163.710,66
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	866.238,03	62.356,77	21.410,57	52.870,63	5.937,26	4.576,36	0,00	0,00	1.013.389,62
	2014	0,00	1.108.704,21	100.640,26	72.754,57	66.163,00	5.956,86	0,00	0,00	0,00	1.351.538,63
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	4.369.891,87	0,00	787.575,77	3.153.175,75	255.142,71	399.609,97	0,00	3.067,99	67.772,59	9.036.236,65
	2014	1.012.470,38	0,00	159.080,60	604.029,57	66.455,58	35.067,97	0,00	6.521,93	1.114,60	1.884.740,63
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	10.600.013,41	0,00	803.147,04	451.517,12	1.135.924,98	0,00	1.172.428,87	335,46	0,00	14.163.366,88
	2014	13.623.396,87	0,00	1.070.699,88	1.455.098,60	1.475.744,02	0,00	0,00	-24.648,40	0,00	17.600.290,97

Fonte: SIAPNET

Nota: *Incluídos os servidores cedidos.

Os dados foram coletados entre 14.01.2016 e 19.01.2016, por meio do instrumento de extração de dados Data Warehouse – DW do Siapenet. No Relatório de Gestão 2014, o montante de despesa referente às Universidades novas, criadas em 2013, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB e Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB, que se encontravam sob a tutoria desta Universidade, foi incluído juntamente com a despesa da UFBA, constituindo, no Sistema SIAPE, as Unidades Pagadoras – UPAGs 909 e 732 respectivamente. Para este Relatório 2015, no entanto, as despesas da UFSB e da UFOB não foram consideradas nos anos 2014 e 2015, as quais permaneceram na folha de pagamento da UFBA até maio de 2015 e junho de 2015, respectivamente, quando se deu a Reforma Administrativa no SIAPE.

No geral, analisando o quadro de Despesa, observa-se certo aumento da folha de pagamento, decorrente, dentre outros fatores, do reajuste concedido pela Lei nº 12.772/2012 nos meses de janeiro de 2015 e março de 2015. Em contrapartida, houve uma queda na despesa com servidores nomeados sem vínculo, aqui representado pela situação funcional EST 04 (nomeado sem vínculo). Apesar de a Lei nº 12.772/2012 ter alterado o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.168/93, somente permitindo a contratação de servidores ativos ou aposentados no serviço público federal, independentemente do vínculo com esta UJ, os dados do campo de Servidores Nomeados sem Vínculo com a Administração foram extraídos na situação funcional EST 04, conforme orientações do TCU para Relatórios de Gestão anteriores.

Destacamos, ainda, um número considerável de incremento na despesa de pessoal cedido com ônus. Tal fato se deve a um aumento nas autorizações de Cessão para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, a fim de composição dos quadros de governança da aludida Entidade a partir de 2015.

Já no campo dos contratados temporariamente (CDT), houve uma queda na despesa, em face da redução de contratações em 2015, comparando-se com o ano de 2014.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Considerando que não existem ainda estudos que identifiquem e categorizem detalhadamente os riscos relacionados à gestão de pessoas na UFBA, que possam dar conta da magnitude e potencial no curto, médio e longo prazo para os objetivos estratégicos da Instituição, alguns fatores e situações serão aqui sinalizadas, pelos riscos intrínsecos que trazem à gestão de pessoal. Inicialmente pode-se apontar como uma lacuna importante para esta gestão, a ausência de critérios e parâmetros objetivos para o dimensionamento do quadro funcional, de modo a permitir a alocação dos recursos humanos de forma racional e adequada aos propósitos da Instituição. Arelada a este problema tem-se as dificuldades de implantação de um modelo de gestão baseado em competências condizente com os objetivos institucionais, modelo este que possibilitaria avançar nas políticas de dimensionamento, seleção, alocação, avaliação de desempenho e nas políticas de desenvolvimento da força de trabalho. Reflexo importante tem sido o ingresso de trabalhadores por meio dos concursos públicos, com qualificação relevante e para além do necessário para o cargo pretendido, o que tem gerado grandes insatisfações nos ambientes de trabalho com conseqüente prejuízo nos desempenhos.

Outra situação que porta riscos à gestão de pessoas é a inexistência de um sistema de informação que integre todas as dimensões da gestão de pessoal, entre outras, as que

envolvem os processos de desenvolvimento das carreiras, tais como promoções e progressões, decorrentes das ações de capacitação e qualificação, a movimentação de pessoal e o acompanhamento da vida funcional. Torna-se necessário e urgente, portanto, a implantação de um sistema de informação integrado, como uma ferramenta potente para a gestão de pessoas no âmbito de toda a UFBA. Já há compromisso firmado e processos de trabalho em curso para implantação do SIG-RH, em parceria entre a UFBA e UFRN.

Outro aspecto que traz risco a gestão de pessoal é o decrescente número de servidores ao longo dos últimos anos, como já observado na série histórica, de 2008 a 2015, em contraposição à expansão da oferta de cursos e de vagas, gerando uma imensa demanda por novos servidores. Vale ressaltar que no ano de 2015 verificou-se uma queda no número total de servidores do quadro da Universidade em relação a 2014. Esta queda, todavia, é mais acentuada se tomarmos o ano de 2008 como início da série (**tínhamos 3304 servidores e ao final de 2015 se reduziu a 3.195**). Isto pode ser explicado pelas aposentadorias em cargos já extintos, o que inviabiliza substituição ou mesmo troca por outros cargos do plano de carreira e direciona o crescimento do número de servidores terceirizados. Considerando a expansão expressiva da Universidade nos últimos cinco anos, especialmente na oferta de cursos noturnos que demanda ampliação do número de servidores, impõe-se, urgentemente, vigoroso redimensionamento do corpo técnico-administrativo permanente, aumentando seu número e promovendo melhores oportunidades para a melhoria de sua qualificação, condição necessária ao desempenho de sua alta função de Instituição universitária.

A crescente terceirização de trabalhadores para distintas áreas de atividades nas Universidades se constitui num risco atual e potencial, que pode fragilizar áreas de atuação relevantes, onde a formação, o desenvolvimento e constituição de vínculos dos trabalhadores com suas atividades são fundamentais para a excelência das ações da Universidade.

Questões relativas às diferentes situações funcionais relacionadas aos regimes de previdência, ameaças de retirada de benefícios, extinção de abono permanência, também tem gerado dificuldades, dúvidas e incertezas aos trabalhadores, quanto ao seu futuro nas carreiras, o que de certa maneira traz instabilidade para a instituição.

Outro aspecto de relativa gravidade tem sido a relação de associações e empresas relacionadas às consignações. Há uma preocupação permanente e demanda frequente dos trabalhadores, em especial aposentados, as referências de descontos indevidos não autorizados nos contracheques. Apesar dos encaminhamentos dos processos decorrentes do Termo de Ocorrência à Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, identificando, em algumas situações, indícios de fraudes, as consignações indevidas continuaram a ocorrer. Em alguns casos, o MPOG determinou o bloqueio temporário da rubrica de desconto, orientando o registro de ocorrência junto aos Órgãos competentes, para a devida apuração e providências. Em virtude desse aumento de reclamações por parte dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, na tentativa de chamar a atenção do MPOG, a PRODEP se propôs a expor os fatos, levando a insatisfação dos usuários, os quais alegam não terem feito as autorizações e nem recebido *e-mail* ou qualquer outra forma de confirmação para que a consignatária efetivasse o desconto junto ao SIAPE.

6.1.4 Contratação do Pessoal de Apoio e Estagiários

Quadro 040- Contrato de Prestação de Serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade													
Nome: Universidade Federal da Bahia													
UG/Gestão: 153038						CNPJ 15.180.714/0001-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	60/2013 -Líder Recursos Humanos Ltda .	01.383.525/0001-16	15/05/2014	15/11/2015			40	40	33	33	E
2015	12	E	67/2015 – Locserv Locação Serviços e Empreendimentos Ltda.	00.489.078/0001-11	01/12/2015	28/05/2016			32	29	32	32	A
2013	12	O	67/2014 - Líder Recursos Humanos Ltda	01.383.525/0001-16	10/05/2014	09/08/2015			490	350			E
2015	12	O	35/2015 Creta Comércio e Serviços Ltda	04.374.998/0001-45	10/08/2015	10/08/2016			490	280			A
2013	5	O	75/2014 - Líder Recursos Humanos Ltda	01.383.525/0001-16	12/05/2014	09/08/2015			200	158			E
2015	5	O	40/2015 Contrate Gestão Empresarial Eirelle Ltda	10.956.359/0001-72	10/08/2015	10/08/2016			200	147			A
2014	12	O	20/14 - Locserv Locação Serviços e Empreendimentos Ltda	00.489.078/0001-11	06/01/2014	06/01/2015			20	20			E
2015	12	E	25/15 - Locserv Locação Serviços e Empreendimentos Ltda	00.489.078/0001-11	01/04/2015	27/09/2015			15	5			E
2015	12	O	52/15 - Locserv Locação Serviços e Empreendimentos Ltda	00.489.078/0001-11	28/09/2015	27/09/2016			20	20			A
2012	12	O	65/2013 - Prese Prest de Serviços de Limpeza e conservação Ltda	16.364.275/0001-44	04/07/2014	04/07/2016			108	102			P

2012	12	O	66/2013 - Líder Recursos Humanos Ltda	01.383.525/0001-16	04/07/2014	15/11/2015			26	26			E
2013	7	O	113/2013 – Redecom Empreendimentos Ltda	05.950.933/0001-63	15/09/2014	15/09/2015			14	14			E
2013	12	O	14/2013 – Interativa Empreendimentos e Serviços de Limpeza e Construções Ltda	05.305.430/0001-35	01/03/2014	01/03/2017			45	43	22	22	P
Observações:													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;			7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras.					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.					

Análise Crítica

As contratações de serviços terceirizados para a realização de tarefas auxiliares e de apoio otimizam os ganhos da Instituição na realização das atividades de acompanhamento e controle. Dentre as dificuldades encontradas pela Administração na execução dos contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra persiste o descumprimento, por parte de algumas empresas, de cláusulas que tratam de salários e benefícios trabalhistas.

A Pró-Reitoria de Administração, órgão responsável pela gestão da maioria dos contratos administrativos celebrados com a UFBA com dedicação exclusiva de mão de obra, tem cumprido os procedimentos de apuração de responsabilidade e expedido notificações às empresas contratadas com aplicação de penalidades conforme determina a lei 8.666/93 preservados os direitos do contraditório e ampla defesa. Do ponto de vista do cumprimento das obrigações da Contratante, em 2015, o limite para empenho se processou ainda em descompasso com a necessidade real do contrato, resultando em atrasos na emissão da Nota de Empenho assim como a liberação de recursos financeiros em parcelas do montante da despesa liquidada resultou no atraso do pagamento de faturas.

Quadro 041 - Contratação de Estagiários - 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	241	201	204	165	1.114.666,16
1.1 Área Fim	72	58	63	48	338.601,51
1.2 Área Meio	169	143	141	117	776.064,65
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	241	201	204	165	1.114.666,16

Fonte: SIP-2015

A UFBA segue, com relação a estágio não obrigatório, a política do governo federal, baseada na Lei nº 11.788/2008 e Orientação Normativa 4/2014 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

No Site da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento <http://www.proplan.ufba.br/planejamento/bolsa-estagio-nao-obrigatorio> são disponibilizadas a legislação, as rotinas e as orientações para a concessão de estágio para estudantes de nível superior desta Instituição.

A instituição vem buscando aperfeiçoar a gestão de estágio não obrigatório mediante elaboração de norma interna, assim como aumentar do número de vagas.

6.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

Quadro 042 - Gestão de Frota de Veículos

IMPORTANCIA/IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UFBA								
Atender as atividades curriculares, cultural, técnico, desportivo ou social que concorram para o aprimoramento dos conhecimentos dos discentes, bem como atividades funcionais e protocolares, no estrito interesse da Instituição								
PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DE FROTA								
De acordo com a depreciação / estado da frota de veículos / estudo de custo benefício								
RAZÕES DA ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO								
A universidade possui características peculiares para cumprir suas atividades-fim, principalmente nas áreas de pesquisa e extensão. Essas atividades também requerem deslocamentos dentro e fora do município e a existência de veículos oficiais próprios possibilita um grau de certeza, independência e disponibilidade para a realização das tarefas.								
ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UFBA DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE								
Acompanhamento e fiscalização com uso de formulários para avaliar a qualidade dos serviços								
QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR TIPO E GRUPO ADMINISTRATIVO E ACADÊMICO								
GRUPOS	ONIBUS	MICRO-ONIBUS	VAN / KOMPI	AMBULÂNCIA	CARRO DE PASSEIO	CAMINHONETE	CAMINHÃO/ TRATOR	TOTAL
ADMINISTRATIVO	1		6	1	43	16	6	73
ACADÊMICO	13	16	5	1	5	13	1	54
MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS POR GRUPOS DE VEÍCULOS								
GRUPOS	MÉDIA DE KM				IDADE MÉDIA			
ADMINISTRATIVO	22.203				6,2			
ACADEMICO	20.065				6,5			

Fonte: PROAD/UFBA

Análise Crítica

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008. Em 2015 a UFBA regularizou os veículos adquiridos através de projetos de pesquisas gerenciados por fundação de apoio e atualmente existem 127 veículos tombados, sendo que em torno de 45% possuem 4 anos ou menos e 55% são anteriores a 2012. Esses veículos são utilizados para atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e ainda atividades funcionais e protocolares inerentes à função pública. As práticas de campo ocorrem tanto no município de Salvador e região metropolitana como no interior do estado, a exemplo dos cursos de biologia, da área de saúde, geociências, direito, engenharia, veterinária entre outros. As atividades de apoio à gestão, ações de fiscalização de obras e outros contratos administrativos também demandam por transportes.

Os veículos terceirizados são utilizados preferencialmente para atividades acadêmicas que requeiram viagens de campo, atividades em comunidades e outras. A Universidade conta atualmente com três contratos de locação de veículos com as empresas: ASABELLA TRANSPORTE e TURISMO LTDA, MATHEUS TRANSPORTE e SERVIÇOS LTDA e ATLANTICO TRANSPORTE e TURISMO LTDA-ME, sendo

que este último é utilizado exclusivamente para atender o deslocamento de discentes entre os pavilhões de aula, também conhecido como BUZUFBA

6.2.2 Política de destinação veículo inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Universidade tem como política avaliar a cada exercício financeiro o estado dos veículos oficiais não mais servíveis, utilizando como parâmetros o ano de fabricação, desgaste físico e custo de manutenção, visando minimizar as despesas e garantir a segurança das pessoas transportadas. Através de comissão constituída por servidores do quadro funcional são identificados o estado de cada veículo a partir das ocorrências diariamente registradas durante a supervisão realizada pelo do Núcleo de Transportes. Por não servirem mais à finalidade para a qual foram adquiridos, não há motivo para que tais veículos permaneçam integrados ao patrimônio da Instituição, devendo, portanto, ser realizado o desfazimento desses bens. Em 2015, através do processo 230666.043428/2015-72 foram relacionados 29 veículos, antieconômicos ou irrecuperáveis cujo leilão será realizado no mês de janeiro de 2016.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio existente no âmbito da unidade jurisdicionada

- O controle de patrimônio da UFBA está descentralizado em vários órgãos, de acordo com suas atribuições. Cabe a Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI) a responsabilidade por manter suas edificações e espaços livres, bem como reunir os elementos necessários a regularidade dos seus domínios e encaminhar a Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Bahia.
- Do ponto de vista da manutenção do patrimônio imobiliário cabe a SUMAI:
 - a. Manter os imóveis em bom estado de conservação executando obras de manutenção preventiva e corretiva;
 - b. Realizar vistorias periódicas de forma a garantir a funcionalidade e qualidade das instalações físicas
 - c. Manter a cobertura vegetal de forma a não causarem danos as edificações;
- No tocante a regularidade dos seus domínios:
 - a. Coordenar e supervisionar a avaliação de bens imóveis para fins de aquisição, desapropriação, permuta, cessão, locação ou alienação;
 - b. Manter e atualizar a documentação legal dos bens imóveis, incluindo o acervo técnico das plantas físicas das edificações e áreas externas da Universidade;
 - c. Manter atualizado no Sistema de Patrimônio dos Imóveis da União o cadastro dos bens imóveis da Universidade;
 - d. Acompanhar e manter atualizadas as instruções normativas e outros atos regulamentadores publicados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ou por outros órgãos do Governo Federal;

b) Distribuição geográfica dos imóveis da União;

Quadro 043 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
Brasil	Estado da Bahia		
	Município de Salvador	91	91
	Município de Entre Rios	1	1
	Município de Santo Amaro	1	1
	Município de São Gonçalo dos Campos	1	1
	Município de Vitória da Conquista	1	1
	Município de Barreiras	2	2
Total		97	97

Fonte: CPPO/SUMAI dez 2015

A UFBA tem 93,8 % dos imóveis sob sua responsabilidade no Município de Salvador. Os demais estão distribuídos: duas unidades disponibilizadas para a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB no Município de Barreiras, uma no Município de Entre Rios, uma em Santo Amaro da Purificação, uma em São Gonçalo dos Campos e uma em Vitória da Conquista.

c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

A UFBA tem 100% dos bens imóveis que integram o seu patrimônio identificados e cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, com exceção da Fazenda Experimental de São Gonçalo dos Campos, sob a guarda da UFBA e inscrito em nome da União.

Quadro 044- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional						
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)
153038	336300030500-0	Uso em Serviço Público	Bom	*	10/11/2015	24.606.969,23
	336300032500-0	Uso em Serviço Público	Novo	*	10/11/2015	52.989.026,77
	350900005500-1	Em regularização- Cessão	Regular	**	11/11/2015	10.018.758,39
	384900560500-8	Uso em serviço público	Regular	CR\$ 520.000,00	11/11/2015	279.855,63
	384900561500-3	Uso em serviço público	Regular	CR\$ 68.000.000,00	11/11/2015	1.407.445,57
	384900563500-4	Uso em Serviço Público	Bom	NCR\$ 95.750,00	11/11/2015	943.789,12
	384900568500-1	Uso em Serviço Público	Ruim	CR\$ 1.000.000,00	11/11/2015	323.029,08
	384900569500-7	Uso em Serviço Público	Regular	CR\$ 800.000,00	11/11/2015	587.111,66
	384900570500-2	Uso em Serviço Público	Bom	CR\$ 3.800.000,00	17/11/2015	2.216.851,64
	384900571500-8	Uso em Serviço Público	Regular	CR\$ 1.100.000,00	11/11/2015	512.203,44
	384900572500-3	Uso em Serviço Público	Regular	CR\$ 84.679.360,00	11/11/2015	5.304.531,04
	384900573500-9	Uso em Serviço Público	Bom	CR\$ 90.700.000,00	11/11/2015	2.813.833,56
	384900574500-4	Uso em Serviço Público	Regular	CR\$ 1.000.000,00	11/11/2015	356.199,25
	384900575500-0	Uso em Serviço Público	Regular	NCR\$ 206.380,00	17/11/2015	1.317.727,07
	384900576500-5	Uso em Serviço Público	Bom	NCR\$ 250.000,00	11/11/2015	1.654.770,34
	384900577500-0	Uso em Serviço Público	Bom	CR\$ 18.000.000,00	17/11/2015	18.843.589,36
	384900578500-6	Uso em serviço público	Regular	CR\$ 3.000.000,00	11/11/2015	662.574,89
	384900579500-1	Uso em serviço público	Bom	CR\$ 12.140.000,00	17/11/2015	7.471.642,32
	384900580500-7	Uso em serviço público		CR\$ 22.400.000,00	17/11/2015	286.867,75
	384900581500-2	Uso em serviço público		CR\$ 22.400.000,01	17/11/2015	159.170,00
	384900582500-8	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 500.000,00	12/11/2015	158.533,32
	384900583500-3	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 500.000,00	12/11/2015	249.636,44
	384900586500-0	Uso em serviço público		NCR\$ 24.941,13	12/11/2015	3.585.238,10
	384900587500-5	Uso em serviço público		NCR\$ 35.051,28	12/11/2015	5.342.218,20
	384900588500-0	Uso em serviço público		NCR\$ 33.607,65	12/11/2015	4.786.170,04
	384900589500-6	Uso em serviço público		NCR\$ 30.157,71	17/11/2015	4.182.844,90
	384900590500-1	Uso em serviço público		NCR\$ 14.511,00	12/11/2015	2.348.546,40
	384900591500-7	Uso em serviço público		NCR\$ 7.465,00	17/11/2015	531.564,00
	384900592500-2	Uso em serviço público		NCR\$ 17.747,00	12/11/2015	584.720,40

153038	384900593500-8	Uso em serviço público		NCr\$ 25.760,00	12/11/2015	2.325.995,20	
	384900594500-3	Uso em serviço público		CR\$ 108.000,00	12/11/2015	308.225,47	
	384900595500-9	Uso em serviço público		CR\$ 2.000.000,00	12/11/2015	858.331,46	
	384900598500-5	Uso em serviço público	Bom	CR\$ 230.000.000,00	12/11/2015	18.809.158,96	
	384900599500-0	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 700.000,00	12/11/2015	18.929.272,44	
	384900600500-4	Uso em serviço público		CR\$ 3.200.000,00	12/11/2015	1.018.920,41	
	384900606500-7	Uso em serviço público		NCr\$ 9.000,00	12/11/2015	579.888,00	
	384900607500-2	Uso em serviço público		***	17/11/2015	1.147.695,00	
	384900608500-8	Uso em serviço público		***	17/11/2015	3.154.590,72	
	384900609500-3	Uso em serviço público		***	17/11/2015	751.985,87	
	384900610500-9	Uso em serviço público		***	17/11/2015	620.158,00	
	384900611500-4	Uso em serviço público		***	17/11/2015	627.809,30	
	384900612500-0	Uso em serviço público		***	17/11/2015	1.468.711,33	
	384900613500-5	Uso em serviço público		NCr\$ 7.847,14	17/11/2015	4.595.827,50	
	384900614500-0	Uso em serviço público		***	17/11/2015	781.238,00	
	384900615500-6	Uso em serviço público	Bom	CR\$ 1.400.000,00	12/11/2015	4.065.391,36	
	153038	384900616500-1	Uso em serviço público	Bom	**	17/11/2015	13.069.168,31
		384900617500-7	Uso em serviço público	Bom	**	17/11/2015	39.581.502,41
384900620500-3		Uso em serviço público		CR\$ 1.700.000,00	17/11/2015	586.331,20	
384900621500-9		Uso em serviço público		***	18/11/2015	668.484,00	
384900622500-4		Uso em serviço público		***	18/11/2015	601.635,60	
384900623500-0		Uso em serviço público		***	18/11/2015	1.537.513,20	
384900624500-5		Uso em serviço público		***	18/11/2015	568.211,40	
384900625500-0		Uso em serviço público		***	18/11/2015	682.689,29	
384900626500-6		Uso em serviço público		NCr\$ 10.143,00	18/11/2015	737.003,61	
384900627500-1		Uso em serviço público	Bom	**	18/11/2015	11.716.324,34	
384900628500-7		Uso em serviço público	Muito bom	150:000\$000	12/11/2015	404.754.974,97	
384900629500-2		Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 15.000.000,00	12/11/2015	192.394.891,58	
384900630500-8		Uso em serviço público		CR\$ 2.000.000,00	12/11/2015	20.750.106,15	
384900631500-3		Uso em serviço público			12/11/2015	4.176.658,08	
384900632500-9		Uso em serviço público		CR\$ 2.235.000,00	12/11/2015	7.937.781,30	
384900634500-0		Uso em serviço público		NCr\$ 59.200,00	18/11/2015	835.605,00	
384900635500-5		Uso em serviço público		***	18/11/2015	14.108.614,36	

153038	384900648500-6	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 3.600.000,00	12/11/2015	238.170.171,84
	384900649500-1	Uso em serviço público	Muito bom		12/11/2015	109.788.980,78
	384900650500-7	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 20.000.000,00	12/11/2015	180.924.281,24
	384900651500-2	Uso em serviço público		***	12/11/2015	23.211.607,30
	384900652500-8	Uso em serviço público			12/11/2015	581.581,08
	384900653500-3	Uso em serviço público		NCr\$ 329.025,00	12/11/2015	1.457.779,77
	384900654500-9	Uso em serviço público	Bom	**	12/11/2015	24.705.050,33
	384900655500-4	Uso em serviço público	Bom	**	12/11/2015	17.610.812,18
	384900656500-0	Uso em serviço público	Muito bom	***	13/11/2015	132.217.883,50
	384900657500-5	Uso em serviço público		**	13/11/2015	89.683.596,21
	384900658500-0	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 16.566.000,00	13/11/2015	21.795.981,49
	384900659500-6	Uso em serviço público	Muito bom	CR\$ 20.000.000,00	13/11/2015	157.887.026,51
	384900660500-1	Uso em serviço público	Bom	**	13/11/2015	191.884.114,60
	384900661500-7	Uso em serviço público		**	13/11/2015	27.995.610,30
	384900662500-2	Uso em serviço público		***	13/11/2015	1.279.821,64
	384900663500-8	Uso em serviço público		***	13/11/2015	4.010.623,34
	384900664500-3	Uso em serviço público		***	13/11/2015	308.646,36
	384900665500-9	Uso em serviço público		***	13/11/2015	535.032,65
	384900666500-4	Uso em serviço público		***	13/11/2015	4.882.440,02
	153038	384900685500-8	Uso em serviço público	Bom	R\$ 10.281,30	13/11/2015
384900707500-6		Uso em serviço público	Bom	**	18/11/2015	4.525.399,91
384900726500-0		Uso em serviço público		***	13/11/2015	23.529.617,36
384900728500-0		Uso em serviço público		***	18/11/2015	2.814.752,15
384900782500-5		Uso em serviço público			13/11/2015	7.718.309,28
387100010500-3		Em regularização- Cessão	Regular	**	16/11/2015	5.185.931,15
396500045500-6		Uso em serviço público	Novo	*	17/11/2015	66.341.531,05
Total						

Referente à coluna "Estado de Conservação" - campo em branco: terreno sem edificação.

Referente à coluna "Valor histórico" - * Doação; ** Cessão/Transferencia; ***

Desapropriação litigiosa, dado indisponível.

Fonte: CPPO/SUMAI dez 2015

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

Com base na demanda dos serviços solicitados pela comunidade da UFBA, a partir do SIPAC é possível apresentar estatisticamente o relatório de manutenção do período de janeiro à dezembro de 2015. Este relatório tem como objetivo apresentar o levantamento de dados e a geração dos indicadores de desempenho dos núcleos de manutenção da SUMAI. O documento também tem a finalidade de avaliar a evolução no atendimento das requisições das atividades do contrato de manutenção terceirizada, com a empresa TECTENGE, que deteve o contrato de manutenção vigente.

Indicadores por Especialidade de Manutenção

No levantamento de dados do período de janeiro a dezembro de 2015, foram coletados os dados a partir do módulo de infraestrutura do SIPAC, que apontaram o registro de 10.803 solicitações de serviços em 2015, contra 12.726 requisições do ano de 2014, para atender a um total de 81 prédios da universidade, distribuídos em dois Campi (Salvador e Vitória da Conquista). A tabela abaixo apresenta a demanda de serviços de manutenção para o período, distribuídos por diferentes especialidade

Quadro 045 – Demanda de serviços de manutenção – UFBA 2015

Distribuição por Requisições de serviços - 2015						
	Solicitações	%	Aguardando	Arquiv.	Outras	Finalizadas
Civil	2.105	19,5	1.236,00		175,00	694,00
Hidráulica	1.339	12,4	565,00		88,00	686,00
Climatização	2.315	21,4	1.152,00		174,00	989,00
TI	1.522	14,1	177,00		22,00	1.323,00
Elevadores	332	3,1	5,00		2,00	325,00
Elétrica	3.190	29,5	660,00		246,00	2.284,00
Total de Solicitações	10.803	100,00	3.795,00	-	707,00	6.301,00

Fonte: SUMAI

Detalhamento do desempenho de cada um dos núcleos

- Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**
 Neste período, foram registrados ao todo 1.522 requisições de serviços ao núcleo de TIC. Tais serviços compreendem a instalação e a manutenção de pontos de rede ou de telefonia (ramais), além de programação de ramais e outras atividades mais especializadas de telecomunicações.
- Elétrica**
 Neste período, foram registrados no SIPAC ao todo 3190 requisições de serviços ao núcleo de Elétrica. Os serviços compreendem instalação/manutenção de pontos de tomada e de iluminação, além de outras atividades mais especializadas relacionadas ao bom funcionamento do sistema de energia elétrica da instituição.
- Civil**
 Neste período, foram registrados no SIPAC ao todo 2105 requisições de serviços de Civil. Os serviços compreendem marcenaria, carpintaria, serralheria, vidraçaria, pintura, manutenção de telhados, serviços em gesso, além de pequenas construções.

- **Hidráulica**

Neste período, foram registradas no SIPAC ao todo 1339 requisições de serviços de Hidráulica. Os serviços compreendem instalação/manutenção dos componentes dos sistemas hidráulico e sanitário, desobstruções (desentupimento), limpeza de reservatórios, além de atividades ligadas ao Programa Água-Pura ou à especialidade hidráulica/sanitária.

- **Climatização**

Neste período, foram registradas no SIPAC ao todo 2315 requisições de serviços de Climatização. Os serviços compreendem instalação/manutenção/limpeza de refrigeradores. Foram realizadas 133 instalações de equipamentos, 86 limpezas de aparelhos e atendimento de 1051 chamados para manutenção.

- **Elevadores**

Neste período, foram registrados no SIPAC ao todo 332 requisições de serviços de elevador. Os serviços compreendem instalação/manutenção/limpeza do equipamento.

Despesas com reformas e manutenção predial

Os Serviços de reformas e manutenção predial foram realizados através de contratos firmados com as Empresas Hayek (reformas), Unilev (elevadores) e Tectenge (manutenção predial), estes serviços de manutenção compreendem o fornecimento de mão de obra especializada, de materiais (parte fornecidos pela UFBA), insumos, ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços nas edificações dos *campi* da Federação, Ondina, Canela e das Unidades Dispersas no Município de Salvador e do campus Anísio Teixeira no Município de Vitória da Conquista, da Universidade Federal da Bahia.

A manutenção predial envolve atividades internas e externas aos prédios, contemplando as modalidades de civil, elétrica, hidráulica, climatização, telecomunicações e elevadores.

Os contratos de reforma e manutenção atendem a uma área total de 294.434,10 m², distribuídas por diversos campi: Campi: Federação / Ondina / São Lázaro / Canela ,além de Unidades dispersas: (Faculdade de Economia, Museu de Arte Sacra, CEAO, Medicina Terreiro, Maternidade Climério de Oliveira, Capes Garcia, Residências Universitárias), e Áreas externas (ruas e estacionamentos): 28.168,07m²

Os pagamentos do contrato de manutenção predial são demandados através de medições mensais, conforme os relatórios de medição apresentados e em conformidade com os serviços executados e acompanhados pela fiscalização.

No ano de 2015, as despesas envolvendo as manutenções e reformas, somaram o montante de R\$ 8.834.081,76, sendo R\$ 2.988.323,40* com as reformas e pequenos reparos e R\$ 5.845.758,36** com a manutenção predial e de elevadores, no que tange a manutenção predial cerca 70,32% (R\$ 3.958.846,08) compreende os custos com mão de obra especializada, 20,45% (R\$ 1.151.285,58) com serviços eventuais (material mais mão de obra), e 9,23% (R\$ 519.626,70) com o fornecimento de materiais.

* Valor executado pela empresa Hayek em 27 obras de reformas.

** Valor executado em 151 edificações pela empresa Unilev (Manutenção de elevadores) e Tectenge (Manutenção predial).

c) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

QUADRO 046 Despesas com Reformas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras e Coordenação de Manutenção

Despesas com Reformas				
UG	RIP	Denominação do Imóvel	Despesas com Reformas (R\$)	
			2014	2015
	384900565500-5	R1 - Residência do Universitário - Inst. Segurança	208.934,09	94.040,64
	384900617500-7	Faculdade de Medicina - Terreiro	16.875,00	39.375,00
	384900627500-1	Fac. C. Contábeis	42.820,10	-
153038	384900628500-7	ESC. ENFERMAGEM	288.495,01	288.061,74
		Fac. Odontologia - Reforma Pav. Térreo	24.864,99	167.454,12
		Fac. Odontologia - Ar. Comprimido	-	89.974,47
	384900628500-7	ICS - Reforma Comitê de Ética	14.914,31	31.161,54
	384900628500-7	ICS - Lab. Bioengenharia	-	112.010,36
	384900629500-2	FAC. DIREITO	211.575,27	80.309,73
	384900648500-6	Inst. BIOLOGIA	65.039,34	-
	384900649500-1	Fac. FARMÁCIA / Sala de Vacina	146.593,08	1.278,75
	384900649500-1	Fac. FARMÁCIA / Laboratórios	-	68.701,28
	384900650500-7	Fac. Arquitetura / LCAD	299.976,46	5.430,96
	384900650500-7	Fac. Arquitetura / Ar. Cond.	-	10.864,94
	384900650500-7	Inst. FÍSICA - Reforma do 2º Pav.	111.968,15	1.308,29
	384900650500-7	Inst. QUÍMICA - Reforma do 5º Pav.	10.747,04	607.663,79
	384900650500-7	Inst. QUÍMICA - Rede de Esgoto	-	174.307,65
	384900650500-7	Inst. GEOCIÊNCIAS - Subestações	-	216.696,59
	384900650500-7	Inst. GEOCIÊNCIAS - Museu	-	207.155,28
	384900654500-9	Hosp. Veterinário - Conclusão de Obra	445.992,53	106.705,58
	384900654500-9	Hosp. Veterinário - WC e Ar. Condicionado	-	121.124,31
	384900655500-4	Escola de Medicina Veterinária	-	21.790,28
	384900659500-6	PCU / SUMAI - Reparos Unid. Diversas	281.846,38	-
	384900659500-6	PCU / SUMAI - NPPI Projetos Diversos	50.896,62	111.934,00
	384900659500-6	PCU / SUMAI - Administração local dos Serviços	498.860,29	278.747,97
	384900659500-6	PCU / SUMAI - Projetos Subestações	116.386,63	57.484,88
396500045500-6	Inst. M. Saúde (Vitória da Conquista)	157.038,48	1.781,48	
	UFSB - ITABUNA	896.494,15	92.959,77	
Total			3.890.317,92	2.988.323,40

Despesas com Manutenção Predial			
Contratada	Descrição do serviço	Despesas com Manutenção (R\$)	
		2014	2015
TECTENGE	Manutenção Predial	8.007.456,19	5.629.758,36
UNILEV	Manutenção de Elevadores	216.000,00	218.000,00
Total		8.223.456,19	5.845.758,36

Nota: Houve uma redução no valor do contrato de manutenção no ano de 2015.
Fonte: CMAN/SUMAI dez 2015

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 047 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Item	Endereço	Identificação do Cessionário		Forma de Seleção de Cessionário	Prazo de Vigência	Valor Mensal	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios
		CNPJ/CPF	Cessionário				
1	IMS – Vitória da Conquista	022.359.695-77	Lucas Ralph Santos	Concorrência n. 14/2013	23/03/2016	R\$ 618,00	Cod. Rec 28803-9
2	Escola de Medicina Veterinária	785.314.035-53	Terezinha Cristina Moreira da Silva	Concorrência n.06/2010	06/04/2015	R\$ 1.871,30	Cod. Rec 28803-9
3	Instituto de Ciência da Saúde	01.724.345/0001-50	Alba Santos de Souza - ME	Concorrência n. 20/2013	25/06/2016	R\$ 7.713,40	Cod. Rec 28803-9
4	Faculdade de Direito	124.464.165-00	Cosme Barbosa da Silva	Concorrência n. 01/2012	25/10/2016	R\$ 1.951,13	Cod. Rec 28803-9
5	Faculdade de Comunicação	296.912.495-53	Edson Ribeiro de Santana	Concorrência n. 22/2013	13/03/2016	R\$ 3.722,80	Cod. Rec 28803-9
6	Faculdade de Medicina	19.719.222/0001-97	Paulina Maria dos Santos Conceição	Concorrência n. 32/2013	04/04/2016	R\$ 3.287,08	Cod. Rec 28803-9
7	Faculdade de Arquitetura	08.899.242/0001-70	Cosi Buono Alimentação e Bebidas LTDA ME	Concorrência n. 01/2014	07/04/2014	R\$ 2.578,63	Cod. Rec 28803-9
8	Escola de Administração	237.202.805-78	Lucia Aurora Gonçalves Lima de Castro	Concorrência n. 07/2013	09/04/2016	R\$ 8.802,13	Cod. Rec 28803-9
9	Escola Politécnica	08.899.242/0001-70	Cosi Buono Alimentação e Bebidas LTDA ME	Concorrência n. 04/2015	21/10/2016	R\$ 10.000,00	Cod. Rec 28803-9

Fonte: PROAD 2015

6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 048 – Imóveis Locados de Terceiros

LOCATÁRIOS	FINALIDADE	CUSTO MENSAL R\$	CUSTO ANUAL R\$
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX	Instituto de Ciências da Informação	5.194,07	62.328,84
Clínica CardioIntensiva S/C Ltda.	Casa de Gestante da Maternidade Climério de Oliveira	7.774,24	93.290,88
Vanete Rocha Vieira	Instituto de Psicologia do Instituto Multidisciplinar de Saúde – Vitória da Conquista	3.637,44	43.649,28

Fonte: PROAD/UFBA - 2015

Análise Crítica

A Pró-Reitoria de Administração responde pela gestão dos contratos de locação de imóveis de terceiros, cabendo a cada unidade beneficiária a contextualização de sua problemática que abrange as especificações e justificativas individuais da necessidade de contratação. A motivação para a decisão de locação se deve aos espaços físicos limitados para as enormes atividades de competência da Universidade.

Todos os contratos seguem o procedimento operacional formalizado no manual de procedimento administrativo e submetidos e analisados pela Procuradoria Jurídica da UFBA.

6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

O complexo predial da UFBA ocupa uma área territorial de 5.826.097,82 m², sendo que a área construída corresponde a 350.969,36 m², conforme demonstra a tabela abaixo. Além da área urbana, a UFBA mantém em seu parque imobiliário, três fazendas experimentais com uma área construída de 5.661,50m², nos municípios de Oliveira dos Campinhos, São Gonçalo dos Campos e Entre Rios.

Quadro 049 - Edificações

Item	Denominação das Edificações	Endereço	Quantidade de Edificações	Área construída (m ²)
I	Campus Canela	Salvador, Bahia	28	122.340,96
II	Dispersas em Salvador	Salvador, Bahia	39	51.858,65
III	Campus Federação / Ondina	Salvador, Bahia	67	156.944,19
IV	Campus Anísio Teixeira	Vitória da Conquista, Bahia	3	14.164,06
V	Campus Edgar Santos I	Centro, Barreiras	0	0,00
VI	Campus Edgar Santos II	Estrada do Barrocão - Zona Rural, Barreiras, Barreira	0	0,00
VII	Fazenda Regional de Criação de Entre Rios	Entre Rios, Bahia	7	1.749,00
VIII	Fazenda Experimental de Oliveira dos Campinhos	Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro, Bahia	11	2.996,00
IX	Fazenda Experimental de São Gonçalo dos Campos	São Gonçalo dos Campos, Bahia	9	916,50
T O T A I S			164	350.969,36

A Universidade Federal da Bahia vem executando um conjunto de intervenções articuladas e obras de infraestrutura com o objetivo de melhorar o aproveitamento de energia nos campi de Ondina e Federação, Salvador- BA: implantação de um sistema de anéis de média tensão, reformas de subestações, redimensionamento de instalações elétricas de várias unidades e instalação de estruturas para ampliar a iluminação. As intervenções fazem parte do planejamento estratégico, delineado para

acompanhar o crescimento da Universidade nos últimos anos e devem aumentar a capacidade e otimizar o fornecimento de energia às várias unidades da UFBA.

O início de operação do novo sistema que estava previsto para o primeiro semestre de 2014, porém não foi possível iniciar as operações na data prevista em decorrência de problemas com a Concessionária de Energia, restando concluir a ligação de dois anéis com a segunda alimentação e interligação das unidades nos respectivos novos alimentadores em anel, depois de concluído o serviço, espera-se haver a redução dos frequentes episódios de falta ou queda de energia, é o que prevê o Núcleo de Manutenção Elétrica e Eficiência Energética da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI). O projeto visa suprir o fornecimento pleno de energia das unidades situadas nos campi de Ondina e Federação, que contam apenas com uma rede de distribuição implantada na década de 70, já bastante deficiente, tanto do ponto de vista físico e estrutural, como da capacidade de suprimento de carga, operando no limite máximo.

- **Sistema de anéis** - O sistema de anéis compreende uma rede composta por quatro pontos distintos com dupla alimentação o que permite, em caso de falta de energia em uma delas que a carga seja transferida para a outra, minimizando os danos provocados por paradas no fornecimento. Além disso, a nova rede será totalmente subterrânea, o que representará maior proteção para a mesma, maior segurança para a comunidade universitária e uma diminuição da poluição visual diante da redução do número de postes de concreto, cabos aéreos e transformadores.

Serão utilizados materiais e equipamentos ecologicamente corretos e em concordância com a legislação ambiental, tais como chaves blindadas a vácuo e transformador a seco. Após a conclusão dos serviços de rede subterrânea, o custo da manutenção (materiais, equipamentos e mão-de-obra) ficará sob a responsabilidade da concessionária local, a Coelba.

- **Reforma de subestações em várias unidades** - Devido à capacidade reduzida de fornecimento de energia e à inadequação das instalações aos atuais padrões de segurança e eficiência energética, por estarem em funcionamento por cerca de três décadas, estão em andamento reformas em 35 subestações de unidades universitárias dos campi do Canela e Ondina, e em três fazendas experimentais da Escola de Medicina Veterinária (Entre Rios, São Gonçalo e Santo Amaro). Espera-se concluir esta etapa de reformas em fevereiro de 2017 e dar início ao funcionamento do sistema de telemedição nas subestações para monitorar consumo, potência e outras informações técnicas. Também há projeto para instalar um sistema de operação por telemetria à distância com controle via Internet.
- **Redimensionamento elétrico das unidades** - Outro projeto em desenvolvimento é o levantamento da situação das várias instalações no interior das unidades com redimensionamento da carga de energia para os vários prédios. A ação consiste em verificar os quadros e as instalações internas, sugerindo e realizando as modificações necessárias para um melhor aproveitamento de energia elétrica nas várias atividades realizadas em salas de aula, laboratórios e demais dependências das unidades.

No ano de 2015 algumas obras que estavam em andamento foram recebidas definitivamente, entregando-se para a comunidade mais espaço físico para as atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão ver quadros abaixo:

UNIDADE		EMPRESA RESPONSÁVEL	FISCALIZAÇÃO	M2	VALOR
Fac. Farmácia		Qualy	Arq. Antônio Nelson	3.927,39	R\$ 3.524.404,78
ICS	Fachada	ART	Arq. Edvaldo Azevedo	1.800,00	R\$ 997.896,02
	Cobertura			4.039,70	
IBIO	Anexo	TEKNIK	Arq. Antônio Nelson	2.277,76	R\$ 4.444.730,65
	Auditório	NM	Eng. Paulo Márcio	345,00	R\$ 231.188,36
Escola Enfermagem		3A Serviços	Eng. Kleber/Arq. Olga Oliveira	3.753,70	R\$ 1.125.107,72
Radiologia ODONTO		Medeiros Santos	Arq. Jorge Lobo	242	R\$ 462.260,91
TOTAIS				16.385,55	R\$ 10.785.588,44

Também outras obras estiveram em desenvolvimento em 2015 com previsão de conclusão em 2016.

OBRA	EMPRESA RESPONSÁVEL	FISCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	M2	VALOR
PDSL	POTENCIAL	Arq. Jorge Lobo	Andamento	230,96	R\$ 981.192,75
Biblioteca de Exatas	TEKNIK	Eng. Civil Cláudio Ponte	Andamento	5.764,19	R\$ 2.379.163,27
HOSPMEV	Medeiros Santos	Arq. Cezar Chamusca	Andamento	1.221,56	R\$ 1.622.105,52
IHAC	Qualy	Eng. Civil Marco Antônio	Andamento	5.806,55	R\$ 7.962.250,80
TOTAIS				13.023,26	R\$ 12.944.712,34

Cabe ressaltar que no ano de 2015 houve um contingenciamento de recursos, no montante de 50 % (cinquenta por cento) de capital.

d) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Gerenciamento de riscos relacionados a gestão de imóveis no âmbito da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura.

Segundo o Guia de Orientação para o gerenciamento de riscos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, riscos são eventos ou condições incertas, que caso ocorram podem gerar impactos negativos (ameaças) ou positivos (oportunidades) nos objetivos (por exemplo: objetivos de prazo, custos, qualidade, escopo e imagem) de programas, projetos ou serviços a serem entregues a sociedade. Por outro lado, o gerenciamento de risco consiste na aplicação de princípios e processos para identificação e avaliação de riscos ao planejamento, a implementação e ao controle das respostas de riscos. Caso os riscos não sejam adequadamente gerenciados, a organização acaba tomando riscos que não foram analisados adequadamente e, portanto, desconhece. Nesse sentido, gerenciar os riscos envolvidos na gestão de imóveis, no âmbito da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura, significa manter sobre controle os custos relacionados a sua manutenção, de forma que estejam sempre disponíveis para uso pela comunidade acadêmica, bem como manter os registros atualizados, a fim de que haja com presteza e precisão a disponibilidade de informações e documentação.

A Coordenação de Meio Ambiente/SUMAI da Universidade Federal da Bahia desenvolveu ao longo do ano de 2015 uma série de ações relacionadas ao controle de riscos ambientais, de segurança, e de saúde das comunidades acadêmica e do entorno dos campi. Quanto aos riscos relacionados à gestão de imóveis, as ações são desenvolvidas pela CMA/SUMAI abrangendo basicamente as áreas de gerenciamento de resíduos perigosos, manutenção e conservação de áreas verdes (podas preventivas de árvores, roçagem, capinagem), acompanhamento da situação das encostas e controle de cupins.

Gerenciamento de Resíduos Perigosos

Os resíduos sólidos, sobretudo os classificados como perigosos, se mal gerenciados representam riscos para a saúde da comunidade universitária, do entorno, para o meio ambiente, e também para o patrimônio público imobiliário. Nesse último caso, por exemplo, há riscos de explosões e incêndios, caso não sejam adotadas medidas de controle e segurança relacionadas aos resíduos químicos.

Dessa forma, a CMA/SUMAI possui contratos com empresas especializadas e licenciadas ambientalmente para a coleta e tratamento de resíduos perigosos infectantes, perfurocortantes, químicos e lâmpadas fluorescentes. Alguns resíduos são ainda encaminhados, via logística reversa, para as empresas distribuidoras ou fabricantes (pilhas, baterias, cartuchos e toners usados).

Podas preventivas, roçagem e capinagem

Em janeiro de 2015, a Coordenação de Meio Ambiente juntamente com todos os setores da SUMAI, elaborou um relatório de contenção de riscos de acidentes, que teve como objetivo fazer um levantamento das situações que estavam comprometendo a segurança das pessoas e o patrimônio físico da Universidade.

No caso da CMA, a partir desse relatório, foi possível antecipar a execução de intervenções (podas e supressões) em árvores passivas de queda e livrar fachadas de prédios para evitar entupimento de calhas, prevenindo transbordamentos e acidentes.

Ao longo do ano de 2015 foram realizadas manutenções de arbóreas, inclusive podas, numa área de aproximadamente **1816 m²** nos *campi* da UFBA.

Além das podas, são realizados periodicamente, através da empresa Palmácea Jardins Ltda., serviços de roçagem/capinagem. Esses serviços são de extrema importância, pois a vegetação sem o devido controle promove a obstrução das câmeras de segurança, o esconderijo de marginais, abrigo de animais peçonhentos próximos às pessoas e outras situações que representam riscos de segurança para os transeuntes e edificações. Nesse sentido, realizam-se ciclos bimestrais de roçagens baixas, mecanizadas e manual, com destoca e retirada dos expurgos em todas as unidades que necessitam desse tipo de intervenção. Ao longo do ano de 2015, os serviços de roçagem/capinagem manuais e mecanizadas abrangeram uma área de aproximadamente 137.370 m².

Acompanhamento da situação das encostas

Durante o período de fortes chuvas (maio a junho) em Salvador, ocorreram pontos de deslizamento de encostas no campus de Ondina. Os principais pontos de erosão identificados foram: Curva do Instituto de Física, encosta do estacionamento atrás do Instituto de Física, encosta atrás da Agência do Banco do Brasil, encosta atrás do galpão novo da SUMAI (2 pontos de deslizamento) e encosta FACOM/CMP.

Foi realizado um levantamento fotográfico das áreas com imagens de satélite e acionada a Comissão de Defesa Civil da cidade de Salvador (CODESAL), a qual realizou vistorias nos locais.

Visando minimizar os riscos, os pontos de deslizamentos foram cobertos por lonas, e contou com o monitoramento constante da equipe da CMA e da empresa Palmácea.

Para 2016, existe uma proposta de criação de grupo de trabalho interdisciplinar para avaliar a situação das encostas dos campi da UFBA e propor soluções.

Controle de Cupins

O controle de cupins é fundamental para prevenir danos ao patrimônio físico de móveis e imóveis. Esse controle é executado por empresa contratada especializada no tratamento domissanitário, ou seja, controle de pragas urbanas (roedores e insetos) e fiscalizado pela Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI.

O contrato foi firmado com a empresa Sanear Saúde Ambiental, através do pregão 53/2013, possui valor global de R\$ 131.119,62 e, em 2015, foi utilizado o valor de R\$ 77.514,49.

Os serviços realizados pela empresa abrangem não apenas a descupinização, mas também a desinsetização e a desratização. A medição é realizada por metro quadrado (m²) executado e ocorrem com periodicidade trimestral para desinsetização e desratização e semestral para descupinização.

Para controle dos cupins utiliza-se uma metodologia preventiva de forma a criar uma barreira protetora na área a ser tratada, para evitar a penetração desses insetos na madeira. Para proteger o madeiramento (principalmente dos forros) contra cupins de madeira seca, utilizamos as seguintes técnicas: injeção, infiltração, pulverização, encharcamento e polvilhamento, sempre adequadas a cada situação. Quando possível, realiza-se a limpeza técnica para remover por completo ou parte da colônia infestante.

Para o ano de 2015 foi planejado o atendimento das 72 unidades dos *campi* da UFBA em Salvador e Vitória da Conquista, o que corresponde a 624.380 m². No entanto, os serviços são realizados mediante solicitações das Unidades (por demanda) e apenas 44 delas demandaram o serviço. Todas as solicitações para controle domissanitário foram atendidas integralmente pelo contrato, correspondendo a uma área de 375.331,5 m² nos campi situados em Salvador. Em todas as Unidades foram realizados os três serviços previstos: descupinização, desinsetização e desratização.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

a. Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional (PEI).

Considerando que a UFBA, no cumprimento de sua missão, passa por constantes transformações, torna-se indispensável que os seus instrumentos de planejamento sejam periodicamente atualizados para refletir os objetivos, ações e prioridades da instituição, além de, onde apropriado, refletir também as mudanças de tecnologias e a evolução dos modelos de gestão da TI.

A versão atual do Plano Diretor de TI (PDTI) da UFBA, para o período 2014-2017, encontra-se em fase de proposta, prestes a ser submetida para análise e aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI), após revisão realizada por determinação da atual gestão. Esta versão contempla atualizações elaboradas levando em consideração levantamentos realizados com a comunidade, em consulta pública e em visitas às unidades, no período de setembro a dezembro de 2014, além da definição de objetivos e metas estabelecidas pela nova gestão para atendimento de diretrizes estabelecidas no seu PDI, o plano estratégico da UFBA, atualmente vigente.

A definição dos objetivos estratégicos, metas e ações foi feita a partir do levantamento das necessidades identificadas pelos órgãos e unidades, pelos documentos que tratam do planejamento de TI na UFBA, e das boas práticas de governança, planejamento e prestação de serviços de TI, recomendadas pelos órgãos do Governo Federal (SISP/MPOG, TCU, CGU).

As metas e ações relacionadas no documento não refletem apenas as demandas de TI para as atividades fim e meio da instituição, mas, também, o atendimento à legislação e as normas emanadas do Governo Federal para a área de TI, as recomendações dos órgãos de controle, além da inclusão de melhores práticas de mercado na gestão da TI.

As metas e ações propostas para este PDTI foram agrupadas em seis áreas estratégicas:

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 1.1. Adaptar e Implantar Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA
- Meta 1.2. Adaptar e Implantar o Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos – SIGRH
- Meta 1.3. Consolidar a implantação e utilização do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIPAC
- Meta 1.4. Evoluir a utilização de ferramentas de apoio à tomada de decisão
- Meta 1.5. Atualizar e Modernizar os Portais Institucionais
- Meta 1.6. Analisar a viabilidade de implantação da gestão eletrônica documental, vinculada aos projetos do Governo Federal

ÁREA ESTRATÉGICA 2 NOVAS TECNOLOGIAS

- Meta 2.1. Implantar Cartão de Identificação para acesso a serviços disponibilizados para a Comunidade UFBA
- Meta 2.2. Oferecer serviço de acesso sem fio seguro e federado para a comunidade internacional de educação e pesquisa
- Meta 2.3. Prover armazenamento em nuvem das informações institucionais
- Meta 2.4. Disponibilizar serviços através de Dispositivos Móveis
- Meta 2.5. Estruturar a área de Computação de Alto Desempenho
- Meta 2.6. Promover a expansão e consolidação do serviço VoIP
- Meta 2.7. Implantar infraestrutura para emissão de Certificado Digital para a comunidade acadêmica

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - - TICs NA EDUCAÇÃO

- Meta 3.1. Capacitar pessoal-para utilização das TICs na Educação
- Meta 3.2. Equipar auditórios, salas de reuniões e bibliotecas além de espaços artísticos, culturais, museus e ambientes de convivência, com recursos multimídia e de acesso à internet
- Meta 3.3. Estruturar o uso de recursos e serviços de videoconferência na instituição
- Meta 3.4. Prover recurso necessário para manutenção dos ambientes virtuais de aprendizagem
- Meta 3.5. Instalar Salas de Aula Computadorizadas

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - INFRAESTRUTURA DE HARDWARE E SOFTWARE

- Meta 4.1. Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura do *datacenter*
- Meta 4.2. Atualizar e ampliar o parque de estações de trabalho e dispositivos móveis, com seus equipamentos, software e serviços
- Meta 4.3. Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura da rede cabeada
- Meta 4.4. Atualizar, ampliar a cobertura e manter a rede sem fio
- Meta 4.5. Aquisições de software
- Meta 4.6. Adequar a infraestrutura de suporte a equipamentos de rede das unidades universitárias e órgãos administrativos
- Meta 4.7. Adotar padrões e-PING

ÁREA ESTRATÉGICA 5 - GOVERNANÇA DE TI

- Meta 5.1. Implementar a Governança de TI na UFBA
- Meta 5.2. Aprimorar o processo de Planejamento, Aquisição e Gestão de Bens e Serviços de TI em conformidade com a IN04
- Meta 5.3. Implantar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)
- Meta 5.4. Elaborar e implantar Normas e Procedimentos de Uso dos Ativos e Serviços de TI
- Meta 5.5. Implantar processo estruturado de desenvolvimento de software
- Meta 5.6. Estabelecer política e normas para adoção de Software Livre (SL) na UFBA

ÁREA ESTRATÉGICA 6 - RECURSOS HUMANOS DE TI

Meta 6.1. Capacitar os servidores de TI em competências específicas para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e de gestão

Meta 6.2. Meta 1.2 Promover a contratação, distribuição e gestão de pessoal de TI

Meta 6.3. Prover condições para a manutenção do quadro permanente de servidores técnicos de TI

ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

O PDTI se propõe a ser o documento norteador das ações de TI na UFBA para o período 2014-2017. Com vistas a que os objetivos e metas expressados no documento, uma vez realizados, alcancem efetividade nos seus resultados, foi buscado o alinhamento estratégico entre as ações de TI e o planejamento da instituição.

Busca-se, com a aprovação, implementação e monitoramento das ações estabelecidas no PDTI, o melhor alinhamento entre os recursos alocados na TI e a missão da instituição, contribuindo de forma expressiva para a excelência na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e administração, na UFBA.

Foram considerados os itens abaixo para estabelecer o alinhamento da Estratégia Organizacional da UFBA ao PDTI:

I - Necessidades identificadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA 2012-2016:

- Considerando o documento como um referencial para a gestão da UFBA, validado institucionalmente, as suas diretrizes e metas foram analisadas com o intuito de identificar aquelas que demandam ações diretamente relacionadas à Tecnologia da Informação. O resultado desta consideração está refletido no capítulo 11 – Plano de Metas e Ações.

II - A política descrita pelo PDI exige que sejam implementadas ações de Tecnologia de Informação que:

- Proporcionem ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação condições para traçar a política da instituição para esta área, tendo como base o suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.
- Possibilitem à Superintendência de Tecnologia da Informação condições para integrar os serviços de desenvolvimento de sistemas, gerência de redes e infraestrutura, governança de TIC, suporte de TIC na educação.
- Implantem medidas que facilitem a integração dos professores, servidores técnico-administrativos em educação e alunos da UFBA, através de ambientes virtuais de aprendizagem.
- Proporcionem à alta administração da universidade o acesso a informações gerenciais.

b. Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI (CGTI), especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de TI da UFBA, que possui natureza consultiva e propositiva, e caráter permanente, foi criado seguindo as orientações do Guia de Comitê de TI do SISP, tendo sido renovado, a partir da mudança de gestão, através da portaria nº 044/2015 assinada pelo Magnífico Reitor em 30/03/2015,

com o objetivo de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de informática para assegurar o cumprimento das políticas institucionais da Universidade.

Compete ao CGTI:

- Propor políticas e diretrizes estratégicas de Tecnologia da Informação no âmbito da UFBA;
- Estabelecer o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) alinhado aos objetivos estratégicos da UFBA, revisando-o anualmente;
- Propor diretrizes e orientações para fins de elaboração das propostas orçamentárias relacionadas com a aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de Tecnologia da Informação;
- Elaborar o plano de investimento e propor datação orçamentária para área de Tecnologia da Informação alinhados aos objetivos estratégicos da UFBA;
- Manifestar-se sobre questões emergentes relativas à Tecnologia da Informação da UFBA, a qualquer tempo, diante das demandas apresentadas pela comunidade universitária;
- Propor prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação para a UFBA;
- Dar publicidade à comunidade universitária das decisões e diretrizes estratégicas de Tecnologia da Informação estabelecidas para a UFBA;
- Propor as políticas e normas que disciplinam o uso dos recursos e serviços de Tecnologia da Informação de forma adequada, segura e responsável, consistente com os objetivos educacionais e administrativos da UFBA, dentro dos preceitos do respeito e da ética, e em observância às determinações legais e normativas pertinentes;
- Definir padrões técnicos de Tecnologia da Informação e plataformas tecnológicas de hardware e software e assegurar a observância dos mesmos para prestação dos serviços, através da definição e implantação dos mecanismos de controle adequados.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é presidido pela Assessora de Tecnologia da Informação da Reitoria e tem a seguinte composição:

1. Um Representante da Reitoria, na figura da sua
- Assessora de Tecnologia da Informação
2. Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias:
- de Planejamento e Orçamento, **ou**
- de Administração.
3. Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias ou Superintendências:
- de Ensino de Graduação, **ou**
- Superintendência Acadêmica, **ou**
- de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil.
4. Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias:
- de Pesquisa, Criação e Inovação, **ou**
- de Ensino de Pós-Graduação.
5. Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias ou Superintendências:
- Pró-Reitoria de Extensão, **ou**

- Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas, **ou**
 - Superintendência de Ensino à Distância, **ou**
 - Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional.
6. Um Representante da Superintendência de Tecnologia da Informação.
 7. Um Representante do Departamento de Ciência da Computação.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação pode criar "Câmaras Técnicas Consultivas", compostas por docentes e/ou técnicos especialistas em áreas da TIC, para apoio às suas atividades e decisões.

O atual CGTI reuniu-se em julho de 2015, tendo como principal decisão a definição das diretrizes e o planejamento para revisão do PDTI, com o objetivo de incorporar diretrizes maiores institucionais na área de TI que não estão contempladas no plano atual e diagnóstico realizado em diálogo com as unidades universitárias.

c. Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 050 - Principais Sistemas de Informação da UFBA:			
Sistemas	Descrição	Objetivo	Unidade Gestora
SISBIC	Sistema de Gerenciamento de Bolsas de Iniciação Científica	O SISBIC é o Sistema de Gerenciamento de Bolsas de Iniciação da Universidade Federal da Bahia. Foi desenvolvido como uma ferramenta para gerenciar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (IC Jr).	PROPCI
SISBIEX	Sistema de Gerenciamento de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária	O SISBIEX é o Sistema de Gerenciamento de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia. Foi desenvolvido como uma ferramenta para gerenciar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária (PIBIEX).	PROEXT
SISPER	Sistema de Gerenciamento de Bolsas do Programa Permanecer	O SISPER é o Sistema de Gerenciamento de Bolsas do Programa Permanecer cujo objetivo é assegurar a permanência e integração na vida universitária de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	PROAE
SIATEX	Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão	O Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão da Universidade Federal da Bahia foi desenvolvido como uma ferramenta, na web, para auxiliar a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) no gerenciamento das ações de extensão existentes na instituição. O sistema permite gerenciar todo o processo de registro, acompanhamento e finalização das atividades de extensão.	PROEXT
SISCON	Sistema de Concursos	O SISCON permite o gerenciamento completo de concursos públicos e processos seletivos realizados pela Universidade Federal da Bahia. Possui suporte abrangente às fases gerais que compreendem um processo seletivo como inscrição, distribuição (alocação) de candidatos em provas e estabelecimentos, assim como geração e importação de folhas de respostas para cálculo de score e classificação de etapas. Através do sistema, diversas configurações são realizadas e eventos controlados como solicitação de isenção de taxa de inscrição, geração e impressão de boleto de pagamento, controle de cargos com número de vagas imediatas, cadastro reserva, locais de aplicação de provas presenciais (estabelecimentos e numeração de salas). O SISTEMA também gerencia correção de provas objetivas através do cadastramento de gabaritos (múltipla escolha, verdadeiro/falso, "estilo UFBA") e provas subjetivas como redação, oral e prática com a inserção direta de notas por examinadores.	PRODEP e SSOA

Quadro 050 - Principais Sistemas de Informação da UFBA:			
Sistemas	Descrição	Objetivo	Unidade Gestora
SIPAB	Sistema de Pagamento de Bolsistas	Atualmente o SISCON comporta processos seletivos internos da UFBA como Vestibular, Vagas Residuais, Egressos BI, além de concursos para servidores Técnico Administrativos e Docentes. O sistema possibilita gerar movimentação financeira dos pagamentos de bolsas e benefícios a serem implantados no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). O Sistema tem como objetivo gerenciar os créditos decorrentes da execução dos projetos da Unidades/Órgãos da UFBA. No sistema é possível identificar quanto de verba cada unidade/órgão recebe por projeto realizado.	PROAE
SGGRU	Sistema de Gerenciamento de Guias de Recolhimento da União	Através do sistema é gerada a Guia de Recolhimento da União (GRU), na web. Após efetuado o pagamento é possível importar o arquivo de retorno do banco para que seja dada baixa automaticamente no pagamento.	PROAD
SIPOS	Sistema de inscrição e seleção de candidatos dos alunos de Pós-graduação	O sistema permite gerenciar o processo de seleção de candidatos a programas de pós-graduação, desde a inscrição dos candidatos até a lista de aprovados, passando pela homologação das inscrições e avaliação dos candidatos em cada etapa de seleção.	PROPG
SISCOB	Sistema de Solicitação de bolsa de Pós-graduação	O sistema permite a PROPG fazer o controle e gerenciamento de liberação e devolução de bolsas de estudo dos programas de pós-graduação.	PROPG
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos	O SIPAC permite a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFBA, sendo, portanto, atuante nas atividades meio dessa instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, material informacional, manutenção de infra-estrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente. No SIPAC, cada unidade administrativa possui seu orçamento e a autorização de qualquer despesa, por unidade, deverá ocorrer, previamente, neste sistema, antes mesmo de ser executada no SIAFI. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitações, liquidação de despesa, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, abastecimento e gastos com veículos, memorandos eletrônicos, tramitação de processos dentre outras funcionalidades	PROAD
SIAC	Sistema de Administração Acadêmica	Sistema de apoio as atividades de administração acadêmica da UFBA. O SIAC gerencia todos os processos acadêmicos da UFBA, como planejamento de oferta das turmas, cadastro de currículos e avaliação curricular, emissão de diplomas, lançamento de notas e matrícula de alunos.	SGC e SUPAC

Quadro 050 - Principais Sistemas de Informação da UFBA:			
Sistemas	Descrição	Objetivo	Unidade Gestora
SIP	Sistema Integrado de Pessoal	Controle e gerenciamento de informação da área de recursos humanos da UFBA sob o ponto de vista funcional e financeira dos seus servidores.	PRODEP, CGP, CDH
SIPWEB	Sistema Integrado de Pessoal	Versão web de algumas funcionalidades do SIP voltadas aos docentes e aos técnicos administrativos	PRODEP
FREQUENCIA	Sistema de Gestão de Frequência	O Sistema de Gestão de Frequência visa gerir as ocorrências de falta, adicional noturno, horas extras e atrasos de cada unidade da UFBA.	PRODEP
SIAV	Sistema de Avaliação de Docentes	O sistema possibilita a avaliação dos docentes pelo corpo discente da instituição	CPA
GERE	Sistema de Gerência de Eventos	O sistema permite a administração de eventos de qualquer natureza (workshops, congressos, encontros, etc). Inclui as funcionalidades de inscrição de participantes, submissão e avaliação de trabalhos, programação do evento, controle dos recursos utilizados, emissão de certificados e anais, etc.	PROEXT
SIUS	Sistema Integrado de Usuários e Serviços	Sistema de cadastro de terceiros e alteração de senha na nossa base unificada de pessoal (UFBADB)	STI

d. Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

PLANO DE CAPACITAÇÃO de TI (PC-TI) – 2015

O PC-TI integra o Plano Anual de Capacitação (PAC) da UFBA.

O PAC congrega as ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas dos servidores da Universidade Federal da Bahia para 2015.

O PAC é elaborado pela Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH), através do Núcleo de Capacitação (NUCAP) e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT), órgãos da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP), contemplando o Programa de Capacitação e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da Universidade Federal da Bahia.

No ano de 2015, para a definição dos eventos de capacitação da UFBA, a PRODEP realizou o Diagnóstico de Necessidades de Capacitação (DNC), através de um sistema que disponibilizou o formulário eletrônico para levantamento das necessidades de capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos, além dos ocupantes de cargos com percepção de Cargo de Direção e Função Gratificada, das unidades/órgãos situadas nos campi de Salvador e Vitória da Conquista.

Na elaboração do PAC 2015, a PRODEP buscou atender, inicialmente, as prioridades institucionais da atual gestão, definidas através da avaliação das recomendações constantes no relatório do TCU nº 016.256/2014-0. Sendo assim, as ações de capacitação definidas levaram em consideração a seguinte ordem de prioridade:

- 1º- Desenvolvimento Gerencial;
- 2º- Gestão e Governança da IFES;
- 3º- Sistemas Corporativos da UFBA;
- 4º- Orçamento Público e Logística;

5º- Saúde e Trabalho.

Além dessas prioridades norteadoras, a PRODEP atendeu necessidades específicas de capacitação demandadas no DNC, considerando-se abarcar a diversidade de áreas de atuação dos servidores.

O PAC tem como principal objetivo promover a participação dos servidores da UFBA em ações que possibilitem o desenvolvimento de competências necessárias para aprimorar o seu desempenho profissional, visando o alcance dos objetivos institucionais.

A promoção da participação se dá através da efetivação dos seguintes objetivos específicos:

- Oferecer regularmente ações de capacitação aos servidores, relacionadas à sua área de atuação, conforme o Diagnóstico de Necessidade de Capacitação;
- Oferecer ações de capacitação voltadas para o desenvolvimento de competências gerenciais;
- Oferecer programa de capacitação voltado para a formação inicial dos novos servidores;
- Promover ações de Desenvolvimento com impactos para a qualidade de vida no trabalho.

Em 2015, o PC-TI teve como objetivo principal capacitar a equipe de TI da UFBA em competências específicas para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e de gestão. O atingimento das metas estabelecidas de capacitação da equipe de TI da UFBA foi comprometido devido às restrições de disponibilidade de recursos financeiros.

Treinamentos efetivamente realizados em 2015:

- 58% da equipe de TI da UFBA recebeu capacitação nas áreas de Gestão e Governança de TI, por meio dos cursos Planejamento Estratégico de TI, Gerência de Projetos de TI, Governança de TI com COBIT e ITIL v3 Fundamentos.
- 25% dos servidores de TI da UFBA com função de analistas de negócio de TI capacitaram-se em Business Process Management (BPM) ou Gerenciamento de Processos de Negócio.
- 62,5% da equipe de Redes e Infraestrutura foi capacitada nas ferramentas e plataformas que compõem a Infraestrutura de TI da UFBA.
- 100% da equipe do Núcleo de Educação à Distância (NEAD) capacitou-se no uso do Moodle UFBA versão 2.x (www.novomoodle.ufba.br).

e. Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Total da força de trabalho de TI da UFBA = 190

- Servidores/Empregados efetivos da carreira de TI da unidade = **60**
Analista de TI = 37 e Técnico de TI = 23 (Atuando em TI = 21 / Não atuando em TI = 02)
- Servidores/Empregados efetivos de outras carreiras da unidade = **20**
(Atuando em TI = 11 / Não Atuando em TI = 09)
- Servidores/Empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades = **2**
- Servidores/Empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades = **0**
- Livre Provisão = **1**
- Terceirizados TI = **78**
- Terceirizados NÃO TI = **13**
- Estagiários = **16**

f. Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A UFBA adota o conjunto de práticas definidos pela ITIL v3 para a gestão dos processos de TI. Isto por considerar que este é um conjunto de boas práticas maduro, bem aceito no mercado, internacionalmente reconhecido, que contribui para a qualidade dos serviços, além de se preocupar em alinhar os serviços de TI prestados com as regras de negócio e planejamento institucional.

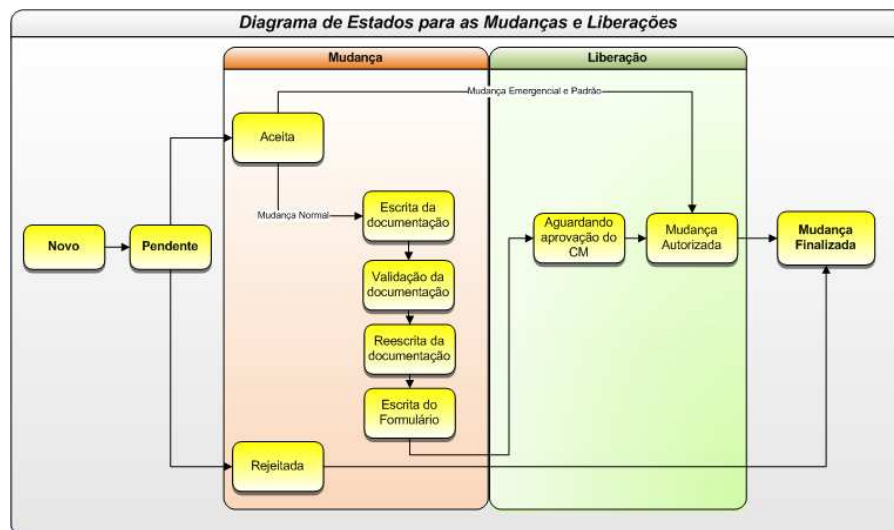
A gestão é realizada pela Central de Serviços que é o ponto único de contato do usuário que visa tratar e repassar chamados, resolver incidentes e problemas, atender requisições de serviços, realizar mudanças e outras questões relacionadas com os serviços de TI desta instituição. Para prestação destes serviços, a Central de Serviços estará organizada em várias Áreas Operacionais.

Abaixo segue relação das gestões adotadas, bem como uma breve descrição e sua arquitetura de funcionamento.

1. Gerenciamento de Mudança e Liberação

O processo de gerenciamento de mudanças e liberação visa assegurar que as alterações dos Itens de Configuração sejam feitas de forma controlada. Sendo avaliadas, priorizadas, planejadas, testadas, comunicadas, implantadas e documentadas, estando relacionado com os processos de gerenciamento de problemas e capacidade, que originam requisições de mudanças e com a gerência de configurações, que participa do planejamento das mudanças, indicando os IC envolvidos em uma dada mudança e o impacto da mesma, registrando as mudanças efetuadas que afetem os itens de configuração.

Para controle e acompanhamento do processo de mudança é utilizado o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software, respeitando o fluxo abaixo.



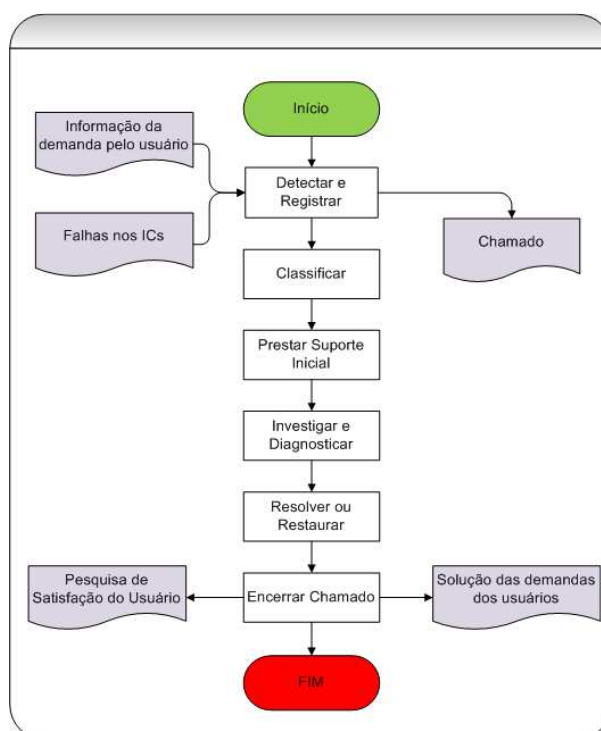
2. Gerenciamento de Incidentes e Requisição de Serviços

O processo de gerenciamento de incidentes tem o objetivo de tratar qualquer tipo de interrupção não planejada de um serviço de TI, ou redução da qualidade acordada. Falhas em itens de configuração também são consideradas incidentes, mesmo que não interfira de imediato na qualidade dos serviços

de TI. Este processo deve restaurar o funcionamento normal de um serviço o mais rápido possível e minimizar os possíveis impactos causados pelo incidente.

O gerenciamento das requisições de serviços dos usuários de TI da UFBA tem por objetivo a solução imediata dos problemas ou o redirecionamento para as empresas que prestam serviços para a Universidade ou para as áreas operacionais da UFBA. Estas requisições referem-se a incidentes, problemas, solicitações de mudanças e questões relacionadas com os serviços de TI que causem impacto no usuário.

Para controle e acompanhamento do processo de incidentes e requisição de serviços é utilizado também o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software, respeitando o fluxo abaixo.



As seguintes atividades são executadas no gerenciamento do incidente:

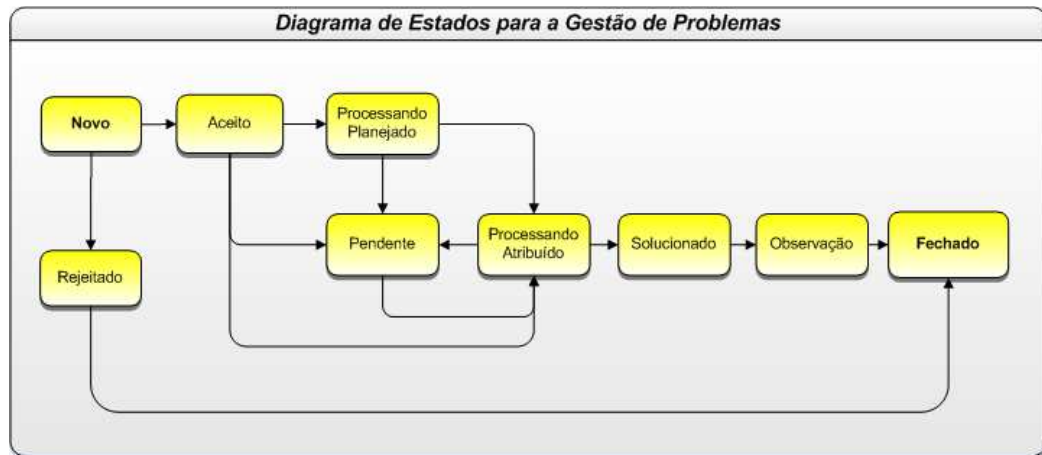
- Identificação, registro e classificação dos incidentes no Sistema de Gestão da Central de Serviços;
- Priorizar os incidentes, levando-se em consideração o impacto e urgência, e respeitando as condições previstas nos Níveis Mínimos de Serviço;
- Efetuar de imediato o diagnóstico dos incidentes a fim descobrir as possíveis causas e resolver o incidente;
- Escalar em tempo os incidentes para outro nível cuja capacidade técnica ou hierárquica seja mais apropriada para resolução, caso seja necessário;
- Realizar e registrar todas as investigações durante o processo de tratamento do incidente, servindo para construir o histórico de atendimento e alimentar a base de conhecimento;
- Finalizar o chamado categorizando e registrando o motivo do incidente, além de aplicar a pesquisa de satisfação para o usuário solicitante.

3. Gerenciamento de Problemas

O processo de gestão de problemas visa identificar as causas reais dos incidentes de forma a evitar a recorrência. O processo de gestão de problemas deve promover as alterações necessárias na

infraestrutura para erradicar os erros evitando assim a recorrência dos incidentes correlacionados, minimizando os impactos negativos dentro da infraestrutura de TI.

Para controle e acompanhamento do processo de problemas é utilizado também o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software, respeitando o fluxo abaixo.



4. Gerenciamento de Disponibilidade

O processo de gerenciamento de disponibilidade deve gerenciar a disponibilidade dos recursos de TI para garantir o cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS) estabelecidos. Para isso, engloba as atividades ligadas à elaboração de plano de disponibilidade e ao monitoramento e reporte da disponibilidade real dos recursos de TI.

Atualmente a gestão de disponibilidade é realizada pela ferramenta de monitoramento de disponibilidade e desempenho que utilizamos o Zabbix versão 2.4.5, software open source.

O monitoramento dos ativos é realizado em regime contínuo 24x7 por um central de monitoramento.

As regras gerais para o cálculo da disponibilidade dos hosts e serviços são as seguintes:

- a indisponibilidade deve ser medida por serviço e não por servidor;
- caso o serviço de mesma natureza seja fornecido por dois ou mais servidores o índice deve ser calculado individualmente, exceto quando em ambiente de redundância;
- A disponibilidade de um serviço será calculada pela soma das horas que o serviço está ativo e funcionando normalmente durante o mês;
- Não serão considerados como serviços indisponíveis aqueles que pararam devido a um efeito cascata (ex.: o defeito em um switch que provoca a indisponibilidade de vários servidores); e
- Além da disponibilidade acima também é verificada o desempenho das aplicações, cujo índice visa verificar se os serviços estão sendo prestados com qualidade satisfatória para os usuários e deve obedecer a Gestão de Desempenho.

5. Gerenciamento da Base de Conhecimento e Catálogo de Serviços

O gerenciamento da base de conhecimentos visa manter atualizada a base de documentos necessários para utilização dos diversos grupos da central de serviços de forma a diminuir o tempo de resolução dos atendimentos prestados e uniformizando o tratamento.

Para controle e atualização da base de conhecimento é utilizado também o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software e a base de documentos publicadas na Wiki (Foswiki versão 1.1.9) da Superintendência de Tecnologia da Informação.

O gerenciamento do catálogo de serviços tem como propósito a organização e manutenção de informações consistentes sobre todos os serviços em produção e disponível para os usuários, assegurando ampla divulgação a todos aqueles que tenham direito de acesso.

As revisões são realizadas periodicamente e o catálogo é mantido atualizado com todas as suas dependências entre componentes de suporte e itens de configuração e disponível no site da Superintendência de Tecnologia da Informação.

6. Gerenciamento de Capacidade e de Configuração

O processo de gerenciamento de capacidade tem como uma de suas principais finalidades assegurar que a capacidade de infraestrutura de uma organização dê o suporte adequado para manutenção das necessidades de seus negócios. Esta capacidade deve ser o bastante para manter a qualidade nos Níveis Mínimos de Serviço acordados, sem ultrapassar as restrições orçamentárias. São exemplos de itens que normalmente compõem os Planos de Capacidade: processamento desejado, espaço em disco, memória, conectividade, protocolos, arquitetura de software, dentre outros componentes.

O processo de gerenciamento de configuração visa o armazenamento e gerenciamento de dados relacionados à infraestrutura de TI para permitir o controle, mantendo atualizado todos os ativos de TI, sendo responsável pela criação e manutenção da Base de Dados do Gerenciamento de Configuração (BDGC). Nesse processo são identificados todos os itens de configuração (IC) necessários para a entrega dos serviços de TI e fornecido um modelo lógico dos serviços, dos ativos e da infraestrutura no qual são registrados os relacionamentos entre os itens de configuração utilizados para cada serviço oferecido.

O inventário é realizado de forma centralizada através de agentes que se comunicam com o servidor, ou através do protocolo SNMP com scanner das faixas de rede configuradas.

No monitoramento é feito através de cadastrado manual dos itens de configuração, que corre após aprovação da mudança pelo Comitê de mudança.

Atualmente a gestão de configuração é realizada por duas ferramentas combinadas. A ferramenta de Inventário, que utilizamos o Footprints Asset Core versão 11.7 desenvolvida e distribuída pela BMC Software; e da ferramenta de Monitoramento de Disponibilidade e Desempenho que utilizamos o Zabbix versão 2.4.5, software open source.

Tanto o processo de capacidade, quanto o de configuração estão sendo implantados na UFBA ainda esse ano. O primeiro está na fase de desenho do processo, enquanto o segundo está na fase de ajustes e validação das informações da ferramenta de inventário.

7. Gerenciamento de Segurança da Informação

O gerenciamento de segurança da informação é responsável por garantir a segurança dos ativos de informação e comunicações. Por meio deste processo procura-se garantir que as informações sejam fornecidas de maneira correta, respeitando a confidencialidade; garantir que a informação seja entregue de forma precisa, completa e protegida; garantir a confiabilidade das transações e tornar as informações disponíveis quando assim forem solicitadas, resistindo a possíveis ameaças externas e internas à rede UFBA.

A gestão da segurança da informação é realizada através do Gestor de Segurança e do Comitê de Segurança da Universidade. A equipe de tratamento de incidentes de segurança da informação é responsável, dentre outras atividades, pela execução do que for definido na Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) da UFBA, pela análise de risco dos ativos de informação, pela execução, tratamento e resposta aos incidentes de segurança da informação.

Atualmente a Universidade está em análise da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) e o controle dos incidentes de segurança são registrados na mesma ferramenta da gestão de incidentes.

O tratamento dos incidentes de segurança na rede local, é automatizado pela ferramenta TRAIRA (Tratamento de Incidentes de Rede Automatizado) que automatiza o procedimento de detecção, identificação e isolamento dos dispositivos geradores de incidentes de segurança em redes local. Fruto do desenvolvimento da equipe da UFBA em parceria com POP-BA/RNP e CERT.Bahia.

g. Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Contratação de serviço de *outsourcing* de impressão

Elaboração de projeto, licitação, contratação e implantação de serviço de impressão departamental (atendimento à área administrativa) e de alto volume (Editora da UFBA) com o objetivo de prover serviço de alta qualidade e alta disponibilidade através de definição de SLAs (reposição de suprimentos e assistência técnica), proporcionando redução de custos através de racionalização do uso e ferramenta de gestão e controle. Projeto previsto na meta 4.2 do PDTI.

Fomento ao uso de ferramentas de webconferência e videoconferência

Desenvolvimento de ações técnicas e logísticas para ampliação da disponibilidade e promoção do uso dos serviços de web e videoconferência, com o objetivo de redução de custos de viagens e aumento da agilidade e flexibilidade na realização de reuniões com participantes em locais geograficamente distantes. Esta redução se verifica de forma significativa na formação de bancas de defesa de teses e dissertações de mestrado e doutorado. Este projeto adquiriu uma relevância ainda maior devido ao corte de verba do PROAP da CAPES. Projeto previsto na meta 3.3 do PDTI.

Implantação do Gateway de VoIP do novo fone@RNP

A UFBA é instituição parceira do serviço fone@RNP, que conecta diversas instituições de ensino e pesquisa brasileiras e internacionais, agências estatais e outras instituições de ensino e pesquisa parceiras da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) por meio de tecnologia de voz sobre IP (VoIP), permitindo que as chamadas realizadas por voz (via telefone comum, telefone IP ou *softphone*) sejam encaminhadas através da internet, e proporcionando um potencial de economia no custo das ligações interurbanas e internacionais. Este projeto implantou um gateway da nova versão do serviço que é

mais efetivo na redução de custos por funcionar de forma transparente para os usuários. O projeto não teve custo para a UFBA, tendo os custos de equipamentos e consultoria para instalação bancados pela RNP. Projeto previsto na meta 2.6 do PDTI.

Projeto Federação CAFe

A CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) possibilita que cada usuário tenha uma conta única em sua instituição de origem, válida para todos os serviços oferecidos à Federação, eliminando a necessidade de múltiplas senhas de acesso e processos de cadastramento, viabilizando o acesso aos periódicos da CAPES sem a utilização de VPN, acesso ao serviço MCONF, File Sender, entre outros. Serviço foi implantado em 2015 e encontra-se em status de produção. Projeto previsto na meta 2.2 do PDTI.

Projeto eduroam

A iniciativa permite que os membros das instituições participantes, incluindo os estudantes e os pesquisadores, obtenham conectividade à Internet, através de conexão sem fio (*wi-fi*), dentro de seus campi e em qualquer localidade que ofereça essa facilidade, de qualquer parte do mundo, como provedora de serviço. Este serviço traz grande benefício para a comunidade, especialmente pesquisadores em visita a outras universidades. Serviço foi implantado em 2015 e encontra-se em status de produção. Projeto previsto na meta 2.2 do PDTI.

Projeto Nuvem UFBA

Projeto que visa ampliar a disponibilidade de espaço para armazenamento de dados através da implantação de um serviço de infraestrutura para armazenamento confiável, baseado no software livre *owncloud*, que permita aos alunos, professores e pesquisadores utilizarem uma plataforma em nuvem segura, eficiente e altamente disponível, integrada com outros ambientes de armazenamento já disponíveis, como o porta arquivos do e-mail e o servidor de arquivos. Esta iniciativa está em conformidade com o decreto 8.135 que estabelece que o armazenamento e a recuperação de dados deverá ser realizada em centro de processamento de dados fornecido por órgãos e entidades da administração pública federal. Devido à falta de disponibilidade de recursos financeiros não foi possível investir na ampliação da infraestrutura de armazenamento (*storage*). Projeto previsto na meta 2.3 do PDTI.

Projeto de ampliação do acesso à rede sem fio

Este projeto visa à ampliação do alcance e da qualidade das conexões com internet sem fio, de modo a assegurar o efetivo acesso à rede mundial em todos os prédios dos campi da UFBA. Com isso, busca-se inibir a proliferação de equipamentos de acesso à rede sem fio sem concordância e acompanhamento da Superintendência de TI, que dificulta as atividades relacionadas à gerência da rede. Outro benefício almejado é a redução da demanda por recursos dos laboratórios acadêmicos de TI, uma vez que há um grande número de alunos que podem se conectar a esta rede através de seus próprios equipamentos de TI. Foi apresentado projeto em atendimento à recomendação do TCU em seu Relatório de Fiscalização à UFBA (TC 019.185-2014-6 - Fiscalização: 490/2014 - Relator: Min. Bruno Dantas), prevendo investimento anual de R\$1.083.384,00, durante três anos. Devido à insuficiência de recursos financeiros, o investimento realizado na aquisição de equipamentos foi limitado a um montante de R\$232.898,00. Projeto previsto na meta 4.4 do PDTI.

Implantação do SISAU

O Sistema Acadêmico Universitário (SISAU) tem como objetivo informatizar as etapas de inscrição, pré-matrícula e matrícula on-line dos alunos dos cursos de extensão e livres da Universidade. Provê também funcionalidades de lançamento de notas, frequência e emissão de relatórios para gestão dos cursos. Implantado em 2015 atendendo inicialmente os cursos do PROFICI - Programa de

Proficiência em Língua Estrangeira e do NUPEL - Núcleo Permanente de Extensão em Letras. Projeto previsto na meta 1.1 do PDTI.

Implantação da Agenda UFBA

O sítio hospedado em www.agenda.ufba.br destina-se à publicação dos eventos realizados pela comunidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia. O espaço virtual foi idealizado para reunir palestras, seminários, exposições, debates, mesas-redondas, performances, concertos, saraus, defesas de dissertações e teses e demais atividades realizadas pelas unidades da UFBA, com o objetivo de dar visibilidade às realizações e informar aos possíveis interessados dentro e fora da Universidade. Este projeto, no âmbito das ações de atualização e modernização dos portais institucionais, está previsto na meta 1.5 do PDTI.

Implantação do SIPOS

O sistema SIPOS informatiza o processo de inscrição e seleção de candidatos a alunos de Pós-graduação. Permite gerenciar o processo de seleção de candidatos a programas de pós-graduação, desde a inscrição dos candidatos até a lista de aprovados, passando pela homologação das inscrições e avaliação dos candidatos em cada etapa de seleção. Tendo como área gestora a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG), este projeto está previsto na meta 1.1 do PDTI.

Projeto UFBA SIM

O projeto UFBA SIM, se refere à implantação dos sistemas integrados de gestão (SIGs) da UFRN (SIPAC, SIGRH e SIGAA) na UFBA. A UFBA já possuía vários módulos do SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) implantados, tendo sido ampliado em 2015 com a implantação do módulo de protocolo, com o objetivo de ajudar a modernizar e melhorar a tramitação de processos dentro da Universidade. Destaca-se neste projeto o desenvolvimento de um grande trabalho de planejamento para aquisição do SIGRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos) e do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), culminando com a aquisição do SIGRH, que tem previsão de início de implantação no primeiro semestre de 2016. Devido ao número limitado de funcionários que hoje fazem parte do quadro da UFBA, a UFRN (detentora do direito dos sistemas) desaconselhou a implantação do SIGAA, sendo agendada uma retomada de negociação no segundo semestre de 2016. O custo total do projeto é de R\$788.009,00 em três anos. Este projeto atende às metas 1.1, 1.2 e 1.3 do PDTI.

h. Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Visando mitigar ao máximo a dependência tecnológica da empresa terceirizada que presta o gerenciamento e operação da central de serviços de TI a UFBA tomou as algumas medidas com vistas a distribuição e perenização do conhecimento.

- Capacitação do quadro técnico da Universidade nas tecnologias que adotamos, o que ficou facilitado com a presença da Escola Superior de Redes da RNP que opera nas dependências da STI/UFBA;
- Construção e atualização da base de conhecimento e documentações de procedimento e instruções de trabalho adotados na alteração ou adoção de algum item de configuração ou serviço novo;
- Criação do processo de mudança e liberação que prevê a discussão técnica anterior e a divulgação das alterações e adições realizadas no ambiente, onde cabe ao Comitê de Mudança, formado por servidores da UFBA, a aprovação ou não da execução da mudança;
- Realização de encontros rápidos entre os membros das equipes para discutir e repassar aos demais o conhecimento de tecnologias adotadas;

- Incentivo à criação de artigos para apresentações em workshops utilizando casos de sucesso implantados na Universidade, o que faz o autor aprofundar o conhecimento sobre o assunto;
- Definição da presença de servidor da UFBA em cada sub-área de atuação, na medida do possível, acompanhando os trabalhos desenvolvidos na sustentação;
- Desenvolvimento e, eventualmente, execução de projetos de melhoria ou adição de novos serviços por servidores da Universidade.

O software atual de gestão da central de serviços é fornecido pela empresa contratada. Com relação a essa dependência, a Universidade entende que as informações geradas nos softwares utilizados para gestão de serviços (registro de chamados, inventário, etc.) são de sua propriedade e devem ser disponibilizadas em formato a ser definido para eventual migração preservando histórico dos registros de chamados e base de conhecimento. Adicionalmente, foi definido em contrato que o software deve permanecer licenciado e disponível para a UFBA por um período de até 12 meses após o seu término, sem nenhum custo adicional e com as mesmas condições de uso.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

- a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

A Universidade Federal da Bahia vem implementando sua política de sustentabilidade ambiental através de ações desenvolvidas por sua Coordenação de Meio Ambiente (CMA). A Coordenação de Meio Ambiente, setor vinculado a Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura tem como objetivo responder pela UFBA as demandas de caráter ambiental. É composta pelos Núcleos de Conservação de Áreas verdes, Núcleo de Ações Ambientais e Núcleo de Recursos Naturais.

São diretrizes da CMA:

- 1) Promover, implantar, coordenar e fiscalizar a execução da política ambiental da UFBA;
- 2) Estabelecer mecanismos direcionados ao menor impacto aos compartimentos ambientais;
- 3) Promover a eficiência no consumo de recursos naturais;
- 4) Promover a melhoria do desempenho ambiental;
- 5) Incentivar a produção e disseminação de conhecimento voltado para a temática ambiental buscando interlocução com a comunidade;
- 6) Desenvolvimento de tecnologia social visando coerência entre teoria e prática.

A CMA é responsável pela limpeza e conservação das áreas externas e áreas verdes dos campi, além das seguintes ações ambientais: controle de situações de riscos relacionados às áreas verdes, Combate à Dengue, Chikungunya e Zika; Tratamento Domissanitário; Coleta Seletiva Solidária; Coleta e Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes, de Pilhas, Baterias, Cartuchos, Toners, Óleo Vegetal Residual, Resíduos Infectantes e Perfurocortantes, Resíduos Químicos; Proteção dos Animais Comunitários; Educação Ambiental relacionada a consumo consciente e uso racional dos recursos naturais, Defesa da Fauna Silvestre.

A CMA apóia ações de outras Unidades da UFBA, a exemplo do Programa de Uso Racional de Água e Energia – AguaPura e eventos da área ambiental. Também mantém relações institucionais com órgãos e entidades externas relacionadas às políticas ambientais, sanitárias, judiciais, tecnológicas e não governamentais, como Ministérios Públicos Estaduais e Federais, Secretarias Municipais, EBDA, IBAMA, INEMA, ONG's e outros.

- b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Apesar da universidade ainda não estar inscrita formalmente na Agenda Ambiental da Administração pública (A3P), muitas das ações previstas nessa agenda e também no Plano de Logística Sustentável já estão em andamento, tais como Programa de Eficiência Energética, Programa de uso racional de água (Água Pura), Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, Conservação da Fauna e Flora, Ações para promoção da qualidade de vida no trabalho, além de algumas exigências de critérios de sustentabilidade nas Compras e Contratações.

- c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

O Programa de Coleta Seletiva Recicle UFBA foi iniciado em fevereiro do ano de 2013, em cumprimento às determinações do Decreto Presidencial nº 5.940/2006, com o objetivo de promover a segregação dos resíduos recicláveis (papéis/papelões, metais, plástico e vidros) gerados na universidade e doá-los para cooperativas de catadores da cidade de Salvador/BA. Desde então, muitos foram os avanços conquistados e atualmente a universidade conta com cerca de 85% de suas Unidades participantes.

A seguir, são apresentadas as principais informações relativas ao desenvolvimento do programa no ano de 2015.

1. Implantação do programa nas Unidades:

Essa fase trata da chegada do programa nas unidades universitárias, quando é realizado contato com a comunidade acadêmica para sua apresentação – presencialmente, com a Direção das Unidades, professores e funcionários e através dos Diretórios ou Centros Acadêmicos, para divulgação entre os estudantes. Nessa etapa também é realizada a distribuição dos coletores para a segregação dos resíduos e o treinamento dos agentes de limpeza interna para coleta e armazenamento separado dos materiais.

No ano de 2015, a indisponibilidade de verba para aquisição de materiais necessários à execução da coleta seletiva, sobretudo os coletores para acondicionamento dos recicláveis, dificultou a continuidade da expansão física do programa na universidade. Dessa forma, ainda não foi possível concluir a sua quarta e última etapa de implantações e o ano de 2015 chega ao fim com o mesmo saldo de Unidades universitárias contempladas com o programa até 2014 (54 Unidades).

Para a conclusão restam ainda as seguintes Unidades: Creche da UFBA, Sede Mater da Faculdade de Medicina (Terreiro de Jesus), Centro de Estudos Afro-Orientais e Residências Estudantis.

2. Recolhimento diário dos resíduos segregados nos coletores pela equipe de limpeza interna para armazenamento centralizado na Unidade:

Apesar da restrição orçamentária enfrentada pela UFBA durante todo o ano de 2015, a rotina de coleta, pesagem, armazenamento e doação dos recicláveis foram mantidas nas Unidades já integrantes do programa, sem grandes prejuízos, durante todo o ano.

O recolhimento dos recicláveis nos coletores disponibilizados para a comunidade acadêmica é realizado com frequência diária ou sempre que os recipientes estiverem cheios, pelas equipes de limpeza interna das Unidades. Os materiais recolhidos são armazenados em contêineres específicos até o recolhimento pela Coordenação de Meio Ambiente.

3. Coleta do material nas Unidades e transporte interno até o galpão de armazenamento:

O Programa Recicle UFBA, desde o ano de 2014, conta com o trabalho de 6 (seis) colaboradores da empresa terceirizada Palmácea Jardins Ltda.: 4 (quatro) responsáveis pelo recolhimento semanal dos recicláveis nas Unidades, pesagem e organização do galpão de armazenamento, e 2 (dois) motoristas que realizam o transporte dos recicláveis recolhidos em toda a UFBA utilizando dois caminhões baú de pequeno porte. Essa mesma equipe presta apoio também a outros programas e ações desenvolvidas pelo NAAMB, a exemplo do programa de coleta de lâmpadas fluorescentes, de pilhas e baterias e outras demandas que por ventura surjam na UFBA.

Papéis com informações sigilosas são recolhidos separadamente nas Unidades e triturados em máquina fragmentadora da Coordenação de Meio Ambiente antes do envio para reciclagem. Em alguns casos, a própria Unidade possui fragmentadores de pequeno porte e encaminha o material já descaracterizado para o programa de coleta seletiva.

4. Armazenamento dos recicláveis no galpão:

Os recicláveis coletados em toda a universidade são transportados e armazenados de forma centralizada em parte de um galpão emprestado pela Divisão de Materiais da UFBA, situado no campus Ondina. Nesse local, os materiais são organizados e pesados de acordo com a Unidade que os descartou.

Os materiais recolhidos, normalmente, encontram-se acondicionados em sacos plásticos ou caixas de papelão e, no galpão, são apoiados em pallets de madeira para evitar o contato direto com o solo, já que o local não é revestido com piso.

Com a recente entrega da obra do galpão projetado exclusivamente para atender às necessidades da Coordenação de Meio Ambiente, em breve o armazenamento dos recicláveis recolhidos em toda a UFBA passará a ser realizado de forma mais adequada nesse espaço.

5. Entrega dos recicláveis para cooperativas de catadores de Salvador:

As cooperativas de catadores recolhem o material na UFBA com frequência semanal. Dentre essas, pode-se citar: Cooperativa Caçadores da Nova República (CANORE), Cooperativa de Reciclagem e Serviços do Estado da Bahia (Coopers), Projeto Ação Reciclar – Paciência Viva, Cooperativa de Recicladores de Lixo – Cooperlix. Os colaboradores da empresa Palmácea Jardins Ltda. auxiliam no carregamento do caminhão utilizado pelas cooperativas.

6. Resultados Obtidos:

Os totais de materiais recicláveis doados durante todo o ano de 2015, por cada uma das Unidades da UFBA já incorporadas ao programa, para cooperativas de catadores da cidade de Salvador/ BA são apresentados na tabela a seguir:

QUADRO 051 - TOTAL DE RECICLÁVEIS RECOLHIDOS E DOADOS (JAN A DEZ 2015) – Unidades contempladas oficialmente					
UNIDADE	QUANTIDADE (Kg)		UNIDADE	QUANTIDADE (Kg)	
	PAPEL E PAPELÃO	METAL, PLÁSTICO E VIDRO		PAPEL E PAPELÃO	METAL, PLÁSTICO E VIDRO
Administração	870	0	Museu de Arte Sacra	183	33
Arquitetura	967	0	Música	103	0
Belas Artes	392	199	Nugerdoc/Div. Materiais	560	41
Bib. Central	2882	0	Nutrição	634,5	81
Bib.Universitária de Saúde	329	44	Odontologia	1002	16
Biologia	1965	16	PAC	8	6
CIENAM	135	41	PAF I	188	1
Contábeis	148	30	PAF III	1149	25
Dança	74	0	PAF IV	792	2
Direito	49	4	PAF V	14	417
Economia	302	13	Politécnica	5626	31
Educação	674	39	PROAD / SAD / DCA	259	1
EDUFBA	1980	0	PROAE	365	17
EMEVZ	410	0	PRODEP / CDH	156	0
Enfermagem	552	2	PRODEP / SPE	331	0
FACOM	661	66	PROEXT	52	16
Farmácia	1729	265	PROGRAD / SUPAC / SGC	1285	19
Física	1258	104	PRPPG	298	0
HOSPMEV	172	0	Química	2003	6
ICI	166	37	Reitoria	230	7
ICS	836	99	RU	5	0
IGEO	1682	106	São Lázaro	1890	120
ISC	332	11	Smurb	516	5
ISP	280	16	SSOA	3334	33
Letras	1346	50	STI	58	10
Matemática	2981	31	SUMAI	2129	263
Medicina	94	14	Teatro	0	0
TOTAL DE PAPEL E PAPELÃO (Kg)				46452	
TOTAL DE METAL, PLÁSTICO E VIDRO (Kg)				2337	
TOTAL (Kg)				48789	

QUADRO 052 - DEMANDAS EXTRAS – (JAN A DEZ/ 2015)		
UNIDADE	QUANTIDADE (Kg)	
	PAPEL E PAPELÃO	METAL, PLÁSTICO E VIDRO
Biblioteca de Exatas	193	0
Sede Mater (Medicina)	548	0
HUPES	539	0
Maternidade Climério de Oliveira	368	0
Sucata de materiais inservíveis	-	2850
TOTAL (Kg)	1648	2850
TOTAL DEMANDAS EXTRAS (Kg)		4498

*São consideradas demandas extras os recicláveis recolhidos a pedido de Unidades onde o programa Recycle UFBA ainda não foi implantado.

QUADRO 052 - DEMANDAS EXTRAS – (JAN A DEZ/ 2015)		
UNIDADE	QUANTIDADE (Kg)	
	PAPEL E PAPELÃO	METAL, PLÁSTICO E VIDRO
Biblioteca de Exatas	193	0
Sede Mater (Medicina)	548	0
HUPES	539	0
Maternidade Climério de Oliveira	368	0
Sucata de materiais inservíveis	-	2850
TOTAL (Kg)	1648	2850
TOTAL DEMANDAS EXTRAS (Kg)		4498

TOTAL	PAPEL E PAPELÃO (Kg)	METAL, PLÁSTICO E VIDRO (Kg)
	48100	5187
TOTAL DE RECICLÁVEIS DOADOS PELA UFBA ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO/ 2015		53.287

Dessa forma, ao longo do ano de 2015, a UFBA doou para reciclagem aproximadamente 53,3 toneladas de resíduos, sendo a maior parte composta por papéis usados (48,1 toneladas).

- Indicadores:

A seguir são apresentados os indicadores financeiros e quantitativos do programa Recycle UFBA, com base nos resultados obtidos no ano de 2015:

QUADRO 053 - INDICADORES FINANCEIROS DA COLETA SELETIVA NA UFBA (Campi em Salvador)¹				
CUSTO ANUAL DOS COLABORADORES ²	CUSTO ANUAL DO TRANSPORTE ³	CUSTO TOTAL ANUAL	CUSTO ANUAL/ALUNO ⁴	CUSTO ANUAL PER CAPITA (R\$/pessoa) ⁵
R\$ 96.050,91	R\$ 219.582,00	R\$ 315.632,91	R\$ 7,95	R\$ 6,99

1 - Refere-se ao custo exclusivo dos colaboradores e equipamentos ligados diretamente à coleta seletiva, já contabilizados no custo total anual do contrato com a empresa Palmácea Jardins Ltda.

2 - Refere-se ao custo anual dos 4 colaboradores da empresa Palmácea que trabalham diretamente com o programa de coleta seletiva, incluindo salário, encargos, alimentação, transporte, assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida).

3 - Custo total anual da locação dos dois caminhões baú de pequeno porte utilizados no transporte dos recicláveis recolhidos nas Unidades da UFBA. A locação já inclui 2 (dois) motoristas.

4 - Considera todos os estudantes de graduação e pós-graduação dos campi Salvador (39.678 estudantes). Dados do ano de 2015.

5 Considerando todos os estudantes de graduação e pós-graduação (39.678), técnicos administrativos (3170) e docentes do quadro permanente da UFBA (2275) nos campi Salvador. Dados de 2014/2015. A CMA/Sumai não gerencia a coleta seletiva no campus de Vitória da Conquista.

QUADRO 054 - INDICADORES QUANTITATIVOS DA COLETA SELETIVA NA UFBA (janeiro a dezembro/2015) - Campi em Salvador					
TOTAL ANUAL DE RECICLÁVEIS DOADOS (Kg)	MÉDIA MENSAL DE RECICLÁVEIS DOADOS (Kg/mês)	TOTAL ANUAL DE RECICLÁVEIS/ALUNO (Kg/aluno)	TOTAL ANUAL PER CAPITA DE RECICLÁVEIS (Kg/pessoa)	MÉDIA MENSAL DE RECICLÁVEIS /ALUNO (Kg/aluno)	MÉDIA MENSAL PER CAPITA DE RECICLÁVEIS (Kg/pessoa)
53.287	4.441	1,3	1,2	0,11	0,098

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

Segundo informações da Coordenação de Material e Patrimônio da PROAD e Coordenação de Planejamento Físico, Projetos e Obras da SUMAI, a UFBA, em seu universo, não adota, ainda, uma prática totalmente sustentável nas suas licitações. O setor de compras nos últimos anos, por exemplo, não esteve inserido tão incisivamente em processos sustentáveis.

Buscando mudar essa situação, a Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu, no ano de 2014, o cadastro de materiais sustentáveis no Sistema SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos). Os materiais cadastrados estão contidos no Catálogo de Material (CATMAT) e disponíveis no Sistema SIASG.

Além disso, a UFBA vem adotando, especificamente no Núcleo de Compras – Coordenação de Material e Patrimônio, a observância de alguns critérios de sustentabilidade quando da elaboração dos seus editais. Assim, sobre as seguintes compras e/ou contratações, citamos:

- Papéis – apresentação de comprovação da origem florestal;
- Eletrodomésticos, com destaque para geladeiras e aparelhos de ar condicionado – exigência do selo de economia de energia – PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica);
- Madeira e produtos derivados – exigência de que empresa fornecedora apresente o DOF (Documento de Origem Florestal) e que esteja credenciada junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente);
- Computadores – aquisição dos equipamentos com critérios ambientais (TI verde);
- Veículos – aquisição dos que operam com biocombustível;
- Serviços de restaurante ou cantinas – exigência de um plano de monitoramento dos resíduos;
- Serviço de limpeza e conservação – exigência quanto à promoção da coleta seletiva;

Solicitam-se ainda nos editais a redução do uso de embalagens, em muitos casos, excedentes e desnecessárias; e a apresentação das certificações ou quaisquer outros documentos (ambos em papéis reciclados, quando possível) que comprovem os critérios exigidos no edital. Não obstante, promovemos a ação de reciclagem de papéis, sendo estes encaminhados para a Coordenação de Meio Ambiente, para destinação própria.

Nas licitações envolvendo obras, são exigidos os seguintes pontos:

Utilização de somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

Comprovação da procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Observação às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº. 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

- e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFBA começou a ser elaborado no final do ano de 2013, segundo as orientações da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012.

A Reitoria da Universidade Federal da Bahia publicou a Portaria 272/2013 em 16/12/2013 constituindo a Comissão para elaboração do documento composta de servidores dos seguintes órgãos: PROPLAN, SUMAI, PROAD e PRODEP. O documento construído passou por uma atualização entre os meses de novembro e dezembro/ 2015 e encontra-se em fase de conclusão para publicação e implantação.

O Plano busca atender não só as questões legais pertinentes, mas também tem o objetivo de iniciar a discussão sobre as práticas sustentáveis no âmbito da UFBA, bem como consolidar as experiências já desenvolvidas ao interior da Instituição.

Segundo a Instrução Normativa SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012, os Planos de Logística Sustentável, no que diz respeito às práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviço, deverão conter, no mínimo, os seguintes temas:

- I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II – energia elétrica;
- III – água e esgoto;
- IV – coleta seletiva;
- V – qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Apesar do plano ainda não ter alcançado formalmente a fase de implementação, muitas das ações previstas já são desenvolvidas pela universidade

O tema IV, coleta seletiva, é de responsabilidade d Coordenação de Meio Ambiente/Sumai, a qual também apóia ações relativas ao Consumo Consciente de Água e Energia Elétrica.

Além do Programa de Coleta Seletiva de papéis, plásticos, metais e vidros, cujos resultados foram previamente descritos, a UFBA desenvolve, sob a responsabilidade de sua Coordenação de Meio Ambiente, as seguintes ações ambientais contempladas pelo PLS:

Coleta e Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes

As lâmpadas fluorescentes queimadas, por conterem vapor do metal mercúrio em sua composição, são classificadas como resíduos perigosos ao meio ambiente e à saúde pública e, por isso, devem ser encaminhados para tratamento e destinação final adequada.

O ciclo desses materiais na UFBA envolve a separação das lâmpadas queimadas nas Unidades e a solicitação de coleta sempre que necessário através do sistema SIPAC ou por telefone.

Nos casos em que as lâmpadas são trocadas durante os serviços de manutenção predial realizados pela Sumai através de empresa terceirizada, os colaboradores receberam orientações para embalar as lâmpadas queimadas e levá-las para serem acondicionadas nos contêineres apropriados da Coordenação de Meio Ambiente.

Antes de serem armazenadas nos coletores, as lâmpadas são empilhadas numa estrutura de madeira para organização e contagem. Os contêineres metálicos de cor laranja, indicando se tratar de resíduos perigosos, possuem carvão ativado para conter qualquer possível vazamento de vapor de mercúrio. Esses coletores já estão sendo armazenados no novo galpão de resíduos da CMA.

O contrato para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e reciclagem das lâmpadas fluorescentes foi firmado no ano de 2014, através do pregão n° 87/2013, com a empresa Cicloteo Reciclagem Ltda., situada no município de Camaçari/ BA. Em maio/2015 o contrato foi renovado por mais 01 (um) ano.

O processo utilizado pela empresa envolve a coleta das lâmpadas in loco e transporte até planta industrial, onde o material é descaracterizado, descontaminado do vapor tóxico de mercúrio e tem seus componentes de metais e vidros separados para encaminhamento à reciclagem.

Em setembro de 2015, a UFBA encaminhou para tratamento e reciclagem através dessa empresa um total de 13.000 lâmpadas fluorescentes inservíveis, provenientes das diversas Unidades universitárias.

- Indicadores do Programa de Reciclagem de Lâmpadas na UFBA:

A seguir são apresentados os indicadores financeiros e quantitativos do programa de Coleta de Lâmpadas Fluorescentes, com base nos resultados obtidos no ano de 2015:

Quadro 055 - INDICADORES FINANCEIROS DA RECICLAGEM DE LÂMPADAS NA UFBA					
CUSTO UNITÁRIO	CUSTO ANUAL PREVISTO NO CONTRATO	CUSTO REAL EM 2015 (VALOR GASTO)¹	PERCENTUAL EFETIVAMENTE GASTO DO CONTRATO	CUSTO REAL ANUAL 2015/ ALUNO²	CUSTO REAL ANUAL 2015/ m2 de ÁREA CONSTRUÍDA³
R\$ 1,69	R\$ 33.800,00	R\$ 21.970,00	65%	R\$ 0,55	R\$ 0,08

1 - Valor correspondente ao descarte de 13.000 lâmpadas usadas no ano de 2015.

2 - Considera todos os estudantes de graduação e pós-graduação dos campi Salvador (39.678 estudantes). Dados do ano de 2015.

3 - Considera a área construída dos imóveis dos campi situados em Salvador. O contrato não abrangeu o campus de Vitória da Conquista.

Quadro 056 - INDICADORES QUANTITATIVOS DA RECICLAGEM DE LÂMPADAS NA UFBA			
TOTAL ANUAL DE LÂMPADAS PARA DESCARTE PREVISTO NO CONTRATO (und)	TOTAL DE LÂMPADAS DESCARTADAS EM 2015 ⁴ (und)	TOTAL DE LÂMPADAS DESCARTADAS EM 2015/ALUNO (und/aluno) ⁵	MÉDIA DE LÂMPADAS DESCARTADAS/M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA ⁶
20000	13000	0,33	0,049

4 - Refere-se ao total descartado em 2015 (acumulado entre junho/2014 e setembro/2015 e não entre janeiro e dezembro/2015).

5 - Considera todos os estudantes de graduação e pós-graduação dos campi Salvador (39.678 estudantes). Dados do ano de 2015.

6 - Considera a área construída dos imóveis dos campi situados em Salvador. O contrato não abrangeu o campus de Vitória da Conquista.

Vale ressaltar que a segregação e destinação final ambientalmente adequada das lâmpadas usadas, por se tratarem de resíduos perigosos, constitui-se numa exigência da legislação ambiental brasileira, sobretudo nos termos das Leis nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Coleta e Reciclagem de Pilhas e Baterias

Pilhas e baterias também são classificados como resíduos perigosos, por sua composição química que inclui metais pesados e outras substâncias tóxicas.

Para descarte desses materiais pós uso na UFBA, a Coordenação de Meio Ambiente distribuiu coletores laranja devidamente identificados em algumas Unidades e em pontos estratégicos dos campi (áreas de grande circulação, portarias principais, etc.).

Os materiais recolhidos são encaminhados para o programa ABINEE Recebe Pilhas. Esse programa foi criado a partir da associação de fabricantes das marcas mais vendidas no Brasil, os quais financiam um sistema de coleta, triagem e encaminhamento das pilhas/ baterias por eles produzidas para reciclagem em indústria especializada em São Paulo. Essa ação visa o cumprimento das determinações da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), que obriga os fabricantes a praticarem a logística reversa de seus produtos pós-uso, encaminhando-os para destinação final ambientalmente adequada. O programa recebe ainda pequenos eletroeletrônicos (celulares, carregadores, dentre outros) em quantidades menores.

O quadro a seguir mostra os quantitativos encaminhados para reciclagem pela UFBA desde o início do programa (2014):

Peso de pilhas, baterias e pequenos eletroeletrônicos enviados para reciclagem nos anos de 2014 e 2015.

Ano	Pilhas (Kg)	Baterias (Kg)	Eletrônicos (Kg)
2014	94,4	7,3	4,1
2015	252	14	-
TOTAL (Kg)	346,4	21,3	4,1

A principal dificuldade encontrada para o desenvolvimento desse programa também está relacionada ao comportamento inadequado de grande parte da comunidade acadêmica, que continua a descartar resíduos inapropriados nos coletores específicos para acondicionamento de pilhas e baterias.

Visando combater esse problema, a CMA pretende ampliar as campanhas educativas para o descarte adequado de resíduos no ano de 2016.

Coleta e Reciclagem de Cartuchos e Toners

Cartuchos e toners de impressoras são materiais utilizados em grande quantidade na universidade, seja nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa ou extensão.

As tintas líquidas ou em pó presentes nesses itens possuem substâncias químicas perigosas capazes de causar grande contaminação ambiental e causar danos à saúde das pessoas.

Pensando nisso, a Coordenação de Meio Ambiente tem recebido cartuchos e toners usados das Unidades da UFBA, impedindo que esse material seja destinado junto ao lixo comum.

Esses materiais são atualmente encaminhados para reciclagem através da logística reversa para a empresa Entel Soluções em Impressão e Telecomunicações, que possui um contrato com a UFBA para locação de impressoras/ multifuncionais. Como parte de sua política ambiental, a empresa realiza a coleta dos cartuchos e toners utilizados nas máquinas locadas e os encaminha para reciclagem junto à empresa Fast Laser Comércio e Serviços Ltda. O serviço é realizado sem custos para a universidade, que recebe um certificado de destinação ambientalmente adequada desse resíduo.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de cartuchos e toners encaminhados para reciclagem através da CMA/Sumai:

Quantidade de cartuchos e toners encaminhados para reciclagem

ANO	QUANTIDADE (und)
2014	76
2015	1103
Total (und)	1179

Vale ressaltar que em algumas Unidades da UFBA a coleta desse tipo de material é realizada diretamente pela empresa, sem intermédio da Coordenação de Meio Ambiente, de modo que não é possível estimar a quantidade total de cartuchos e toners que já foram encaminhadas para destinação final ambientalmente adequada em toda a universidade.

Coleta e Reciclagem de Óleo Vegetal Residual

Descartar o óleo de cozinha de maneira inadequada, isto é, em redes de esgoto ou no lixo comum, provoca um enorme prejuízo ambiental, pois este resíduo na natureza provoca diversos impactos, tais como: atração de pragas urbanas (ratos, baratas), poluição dos rios trazendo a morte dos seres vivos nesse ecossistema, impermeabilização do solo, intensificação do efeito estufa e incrustações/entupimentos nas tubulações, causando o risco de vazamentos, rompimentos e até mesmo refluxo do esgoto para os estabelecimentos ou residências.

Para combater esse problema, a UFBA, através de sua Coordenação de Meio Ambiente, está implantando o Programa de Reciclagem de Óleo Vegetal Residual (PROVER), com o objetivo de promover o manejo ambientalmente responsável desse resíduo, oferecendo aos restaurantes/ cantinas situadas em suas dependências alternativas para destinação adequada desse material.

O projeto foi submetido e aprovado em edital do Programa Permanecer 2015, da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, e hoje conta com a colaboração de duas bolsistas, estudantes dos cursos de engenharia sanitária e ambiental e ciências biológicas.

A Cooperativa de Coleta Seletiva, Trabalho, Produção e Proteção Ambiental – CAMAPET – foi à primeira selecionada para recolher esse tipo de resíduo nos estabelecimentos situados na universidade. Através dela, parte do óleo vegetal usado é encaminhado para produção de biodiesel junto à Petrobrás, enquanto uma parcela menor é destinada para produção de sabão pelos próprios cooperados.

Os proprietários e alguns funcionários das cantinas receberam orientações in loco sobre como proceder para o descarte adequado do óleo vegetal residual.

Na UFBA, as cantinas que aceitaram participar do programa também assinaram um termo de compromisso e receberam recipientes com capacidade de 50 l para acondicionamento do óleo. Até o presente momento tem-se os seguintes estabelecimentos participantes:

- Cantina do Instituto de Geociências
- Cantina da Escola de Medicina Veterinária
- Cantina da Escola de Administração
- Cantina do Instituto de Biologia
- Cantina da Faculdade de Direito
- Cantina da Escola de Música
- Restaurante Universitário

Desde o início das coletas, em setembro, até o mês de dezembro, foram doados 215 l de óleo vegetal residual. A Figura 39 apresenta as quantidades doadas por cada estabelecimento no período. Ainda não houve coletas nas cantinas do Instituto de Geociências e Faculdade de Direito.

A CMA está em articulação junto à Pró-Reitoria de Administração para tornar obrigatória a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de óleo vegetal a partir dos próximos contratos com as cantinas/restaurantes.

Outra meta para o ano de 2016 é a instalação de um ponto para doação de óleo vegetal residual pela comunidade acadêmica da UFBA, para ser encaminhado à reciclagem.

7. Coleta de Resíduos Infectantes e Perfurocortantes

O 1º contrato com a empresa Stericycle para coleta de resíduos infectantes e perfurocortantes gerenciado pela SUMAI iniciou-se em junho de 2014. Este contrato abrangeu o período de junho de 2014 a junho de 2015 sofrendo um aditivo de supressão de item e um aditivo de prazo de 3 meses, sendo prorrogado até setembro de 2015.

O segundo contrato assinado em 16 de setembro de 2015 teve início em novembro e se estenderá até 2016.

O serviço em 2015 abrangeu as seguintes unidades da UFBA:

- Instituto de Geociências - IGEO,
- Faculdade de Farmácia,
- Instituto de Biologia - IBIO,
- Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia - EMEVZ,
- Hospital de Medicina Veterinária - HOSPMEV,
- Instituto de Ciências da Saúde - ICS,
- Faculdade de Odontologia,
- Serviço Médico Universitário - SMURB,
- Instituto Multidisciplinar da Saúde – IMS.

Em relação ao primeiro contrato finalizado em setembro do ano de 2015:

- Foi produzido um total de 14.482,50 kg de resíduos infectantes e perfurocortantes. Sendo o valor do kg do resíduo igual a R\$ 3,85, o custo do contrato no período de R\$ 55.757,61;

Custo/aluno do primeiro contrato de 2015 (janeiro - setembro)

CUSTO TOTAL	POPULAÇÃO DE ALUNOS ¹	CUSTO POR ALUNO
R\$ 55.757,61	40.707	R\$ 1,37

¹ - Inclui o total de alunos de graduação e pós-graduação dos campi Salvador e Vitória da Conquista.

Em relação ao segundo contrato de 2015:

- Foi produzido um total de 6.683,16 kg de resíduos infectantes e perfurocortantes. Sendo o custo de R\$ 26.598,98 (R\$ 3,98/kg);

Custo/aluno do segundo contrato de 2015 (setembro – dezembro).

CUSTO TOTAL	POPULAÇÃO DE ALUNOS	CUSTO POR ALUNO
R\$ 26.598,98	40.707	R\$ 0,65

Os dois contratos juntos custaram à UFBA em 2015 R\$ 82.356,59.

Custo/aluno da coleta de resíduos infectantes e perfurocortantes em 2015.

CUSTO TOTAL	POPULAÇÃO DE ALUNOS	CUSTO POR ALUNO
R\$ 82.356,59	40.707	R\$ 2,02

Temos como objetivo manter o contrato, melhorar as condições de fiscalização em 2016 através de treinamento e construção de manual de fiscalização do contrato.

Coleta de Resíduos Químicos

No Ano de 2015, duas grandes coletas de resíduos químicos foram realizadas na UFBA. A primeira delas foi realizada entre os dias 18 e 21 de março de 2015 e inclui diversas unidades. A lista delas, quantitativos e custos estão resumidos no quadro a seguir:

Quadro 057 - Coleta de resíduos químicos da UFBA realizada em março de 2015

UNIDADE	SERVIÇO	QUANTIDADE (kg)	CUSTOS
IMS	RESÍDUOS SÓLIDOS	110,50	R\$ 341,45
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	597,00	R\$ 2.083,53
			R\$ 2.424,98
IBIO	RESÍDUOS SÓLIDOS	188,00	R\$ 580,92
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	495,00	R\$ 1.727,55
			R\$ 2.308,47
FARMÁCIA	RESÍDUOS SÓLIDOS	2.502,00	R\$ 7.731,18
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	1.938,00	R\$ 6.763,62
			R\$ 14.494,80
IGEO	RESÍDUOS SÓLIDOS	27,00	R\$ 83,43
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	1.046,00	R\$ 3.650,54
			R\$ 3.733,97
POLI	RESÍDUOS SÓLIDOS	226,00	R\$ 698,34
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	621,00	R\$ 2.167,29
			R\$ 2.865,63
IQ	RESÍDUOS SÓLIDOS	768,00	R\$ 2.373,12
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	2.834,00	R\$ 9.890,66
			R\$ 12.263,78
SÓLIDO TOTAL	3821,50 kg	LÍQUIDO TOTAL	7.531,00 kg
			CUSTO TOTAL
			38.091,93

A segunda coleta do ano de 2015 foi realizada entre os dias 25 e 26 de agosto conforme quadro a seguir:

Coleta de resíduos químicos da UFBA realizada em março de 2015

Quadro 057A - Coleta de resíduos químicos da UFBA realizada em março de 2015			
UNIDADE	SERVIÇO	QUANTIDADE (kg)	CUSTOS
IQ	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.546,00	R\$ 4.777,14
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	1.317,00	R\$ 4.596,33
			R\$ 9.373,47
IBIO	RESÍDUOS SÓLIDOS	393,00	R\$ 1.214,37
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	491,00	R\$ 1.713,59
			R\$ 2.927,96
IGEO/SMURB	RESÍDUOS SÓLIDOS	193,00	R\$ 596,37
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	1.028,00	R\$ 3.587,72
			R\$ 4.184,09
ICS	RESÍDUOS SÓLIDOS	402,00	R\$ 1.242,18
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	1.193,00	R\$ 4.163,57
			R\$ 5.405,75
FÍSICA/CIENAM	RESÍDUOS SÓLIDOS	358,50	R\$ 1.107,77
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	561,00	R\$ 1.957,89
			R\$ 3.065,66
FARM	RESÍDUOS SÓLIDOS	708,00	R\$ 2.187,72
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	796,00	R\$ 2.778,04
			R\$ 4.965,76
POLI	RESÍDUOS SÓLIDOS	850,00	R\$ 2.626,50
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	1.205,00	R\$ 4.205,45
			R\$ 6.831,95
PAF	RESÍDUOS SÓLIDOS	110,00	R\$ 339,90
	RESÍDUOS LÍQUIDOS	233,00	R\$ 813,17
			R\$ 1.153,07
SÓLIDO TOTAL	4.560,50 kg	LÍQUIDO TOTAL	6.824,00 kg
		CUSTO TOTAL	R\$ 37.907,71

As duas coletas juntas custaram à UFBA, em 2015, R\$ 75.999,33.

Custo/aluno da coleta de resíduos químicos em 2015.

CUSTO TOTAL	POPULAÇÃO DE ALUNOS	CUSTO POR ALUNO
R\$ 75.999,33	40.707	R\$ 1,86

A CMA tem o objetivo de continuar a realizar coletas de resíduos químicos, incluindo também outras unidades da UFBA, no entanto o contrato não pôde ser renovado por questões jurídicas da empresa, sendo necessária uma nova licitação cujo termo de referência encontra-se em construção. A referida licitação será indispensável para o gerenciamento correto dos resíduos químicos gerados e para atendimento das exigências da legislação ambiental e de segurança ambiental ora vigentes.

Uso Racional de Água

Em 2015, a Coordenação de Meio Ambiente criou o seu Núcleo de Recursos Naturais com o objetivo intensificar ações para uso racional de água e energia elétrica na Universidade.

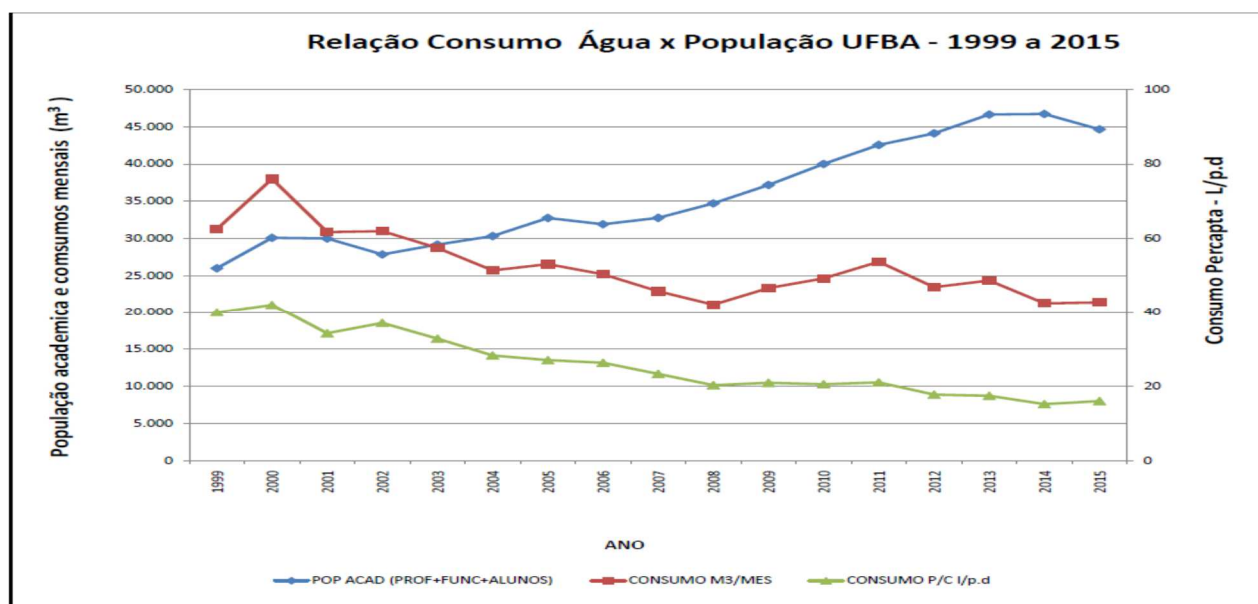
Atualmente, o Núcleo tem se dedicado prioritariamente à institucionalização e consolidação do Programa de Uso Racional de Água e Energia Elétrica – AguaPura, até então coordenado pela Rede de Tecnologias Limpas – TECLIM do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica.

O Programa AGUAPURA tem como principal objetivo o monitoramento do consumo de água na UFBA. Ele teve início em 2001 e ao longo dos anos tem obtido significativas reduções no consumo de água, evitando perdas e desperdício nos prédios da UFBA.

O Programa é acompanhado diariamente por técnicos da UFBA e bolsistas dos programas Permanecer/UFBA, PIBIEX e Programas Especiais, o que possibilita controlar o consumo de água nas unidades por meio da sensibilização dos usuários sobre o uso racional da água e da identificação imediata de problemas de vazamento ou desperdício através dos dados inseridos no sistema Vianet pelo responsável da unidade. Faz-se necessário organizar equipe de manutenção permanente para dar apoio ao Programa, composta no mínimo por três encanadores, três ajudantes, um técnico em edificações ou manutenção, um motorista, além do aporte de um veículo, para que, após a identificação do problema (vazamento, encanamento quebrado, torneira desregulada, etc.), seja avaliado o que está ocorrendo na unidade e imediatamente solucionar o problema, evitando assim maiores perdas.

Apesar de enfrentar algumas dificuldades no seu processo operacional e na adesão das unidades da UFBA, o AGUAPURA consolida-se dia após dia, apresentado resultados satisfatórios.

A partir do consumo de cada unidade, e com a obtenção dos dados de população fornecidos pelos relatórios da PROPLAN “UFBA em números”, como também alguns dados fornecidos pela Superintendência de Pessoal – SPE, pode-se perceber que o consumo per capita também vem sendo bastante reduzido, devido à maior conscientização dos usuários, como também, de campanhas educativas, tanto do Programa como do Governo, de uma forma geral.



A metodologia do programa ÁguaPura segue plano de ação desenvolvido com os seguintes objetivos: Minimização das perdas e desperdícios, através do monitoramento do consumo e manutenção preventiva e corretiva das instalações; Manutenção e aprimoramento da redução obtida, com sensibilização de dirigentes, docentes, discentes e técnicos administrativos para a expansão do programa nas unidades universitárias; Implantação de novas soluções, a exemplo da substituição de equipamentos hidro sanitários antigos e ineficientes por aparelhos de baixo consumo, implantação de meios adequados de captação de águas de chuva e águas subterrâneas, definição dos indicadores e meta de consumo para cada unidade, elaboração de projetos para captação de financiamentos de pesquisas.

O Programa é acompanhado diariamente por técnicos da UFBA e bolsistas dos programas Permanecer/UFBA, PIBIEX e Programas Especiais, o que possibilita controlar o consumo de água nas unidades por meio da sensibilização dos usuários sobre o uso racional da água e da identificação imediata de problemas de vazamento ou desperdício através dos dados inseridos no sistema Vianet pelo responsável da unidade. Faz-se necessário organizar equipe de manutenção permanente para dar apoio ao Programa, composta no mínimo por três encanadores, três ajudantes, um técnico em edificações ou manutenção, um motorista, além do aporte de um veículo, para que, após a identificação do problema (vazamento, encanamento quebrado, torneira desregulada, etc.), seja avaliado o que está ocorrendo na unidade e imediatamente solucionar o problema, evitando assim maiores perdas.

- Eficiência Energética

A Universidade Federal da Bahia vem executando um conjunto de intervenções articuladas e obras de infraestrutura com o objetivo de melhorar o aproveitamento de energia nos campi de Ondina e Federação, Salvador- BA: implantação de um sistema de anéis de média tensão, reformas de subestações, redimensionamento de instalações elétricas de várias unidades e instalação de estruturas para ampliar a iluminação. As intervenções fazem parte do planejamento estratégico, delineado para acompanhar o crescimento da Universidade nos últimos anos e devem aumentar a capacidade e otimizar o fornecimento de energia às várias unidades da UFBA.

O início de operação do novo sistema que estava previsto para o primeiro semestre de 2014, porém não foi possível iniciar as operações na data prevista em decorrência de problemas com a

Concessionária de Energia, restando concluir a ligação de dois anéis com a segunda alimentação e interligação das unidades nos respectivos novos alimentadores em anel, depois de concluído o serviço, espera-se haver a redução dos frequentes episódios de falta ou queda de energia, é o que prevê o Núcleo de Manutenção Elétrica e Eficiência Energética da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI). O projeto visa suprir o fornecimento pleno de energia das unidades situadas nos campi de Ondina e Federação, que contam apenas com uma rede de distribuição implantada na década de 70, já bastante deficiente, tanto do ponto de vista físico e estrutural, como da capacidade de suprimento de carga, operando no limite máximo.

1. Sistema de anéis - O sistema de anéis compreende uma rede composta por quatro pontos distintos com dupla alimentação o que permite, em caso de falta de energia em uma delas que a carga seja transferida para a outra, minimizando os danos provocados por paradas no fornecimento. Além disso, a nova rede será totalmente subterrânea, o que representará maior proteção para a mesma, maior segurança para a comunidade universitária e uma diminuição da poluição visual diante da redução do número de postes de concreto, cabos aéreos e transformadores.

Serão utilizados materiais e equipamentos ecologicamente corretos e em concordância com a legislação ambiental, tais como chaves blindadas a vácuo e transformador a seco. Após a conclusão dos serviços de rede subterrânea, o custo da manutenção (materiais, equipamentos e mão-de-obra) ficará sob a responsabilidade da concessionária local, a Coelba.

2. Reforma de subestações em várias unidades - Devido à capacidade reduzida de fornecimento de energia e à inadequação das instalações aos atuais padrões de segurança e eficiência energética, por estarem em funcionamento por cerca de três décadas, estão em andamento reformas em 35 subestações de unidades universitárias dos campi do Canela e Ondina, e em três fazendas experimentais da Escola de Medicina Veterinária (Entre Rios, São Gonçalo e Santo Amaro). Espera-se concluir esta etapa de reformas em fevereiro de 2016 e dar início ao funcionamento do sistema de telemedição nas subestações para monitorar consumo, potência e outras informações técnicas. Também há projeto para instalar um sistema de operação por telemetria à distância com controle via Internet.

3. Redimensionamento elétrico das unidades - Outro projeto em desenvolvimento é o levantamento da situação das várias instalações no interior das unidades com redimensionamento da carga de energia para os vários prédios. A ação consiste em verificar os quadros e as instalações internas, sugerindo e realizando as modificações necessárias para um melhor aproveitamento de energia elétrica nas várias atividades realizadas em salas de aula, laboratórios e demais dependências das unidades.

Como diretrizes importantes de intervenção neste plano, podemos considerar:

- i. Gestão eficiente dos contratos de consumo de energia elétrica das unidades junto a COELBA, através de planilhas e gráficos de acompanhamento de consumo, demanda, energia reativa, multas e ultrapassagens, implementando ações para redução e/ou uso mais eficiente da energia elétrica em cada unidade;
- ii. Elaboração de estudos técnicos propondo soluções e/ou inovações tecnológicas que permitam melhorar o desempenho das instalações e equipamentos elétricos, visando maximizar o potencial de utilização, reduzindo o consumo com o mínimo de perdas;
- iii. Elaboração de especificações técnicas e caderno de encargos visando à substituição gradativa de materiais e equipamentos, balizando as futuras aquisições, e

estabelecendo padrões para a execução de obras e serviços de instalações elétricas mais eficientes e com menores custos.

A seguir, serão apresentados os dados de despesas anuais com energia elétrica e consumo ativo de energia elétrica entre os anos de 2011 e 2014:

No ano de 2015, a Reitoria criou um Grupo de Trabalho (GT) para estudo de medidas de racionalização do consumo de água e energia na UFBA. Como resultado, foi elaborado um relatório da situação atual desse consumo e apresentação de uma série de medidas técnicas e educacionais para minimizar o desperdício desses recursos tão importantes. O relatório completo será apresentado ao Conselho Universitário para decisão e providências cabíveis.

Simultaneamente, a Coordenação de Meio Ambiente da Sumai iniciou, em setembro de 2015, a campanha “Consumo Consciente na UFBA”, com a publicação e distribuição de cartilhas e adesivos com informações sobre medidas para evitar o desperdício de água, energia e materiais na universidade.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

A Universidade Federal da Bahia vem avançando bastante no trato com suas questões ambientais, mas ainda são muitos os desafios para a consolidação de uma gestão ambientalmente sustentável.

As restrições orçamentárias enfrentadas pela UFBA ao longo do ano de 2015 dificultaram a ampliação de programas e ações na área ambiental, a exemplo da expansão do programa de coleta seletiva para toda a universidade. O mesmo problema inviabilizou a execução de novos projetos, tais como, captação de águas pluviais e subterrânea para utilização em irrigação e outros fins não nobres.

Nos programas de gestão de resíduos sólidos as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas à etapa de segregação na fonte, sobretudo em virtude do descarte inadequado dos resíduos nos coletores pela comunidade acadêmica.

O pleno funcionamento e sucesso do programa de coleta seletiva solidária depende muito do estabelecimento de ampla parceria entre a CMA/SUMAI e as Unidades da UFBA. É de extrema importância que as direções das unidades atuem de forma direta na fiscalização e gestão interna do programa, para que o mesmo possa funcionar com qualidade e continue promovendo benefícios socioambientais. É importante, inclusive, designar funcionários para acompanhar periodicamente a rotina interna de gerenciamento de recicláveis (coleta e armazenamento separados) e realizar campanhas educativas internas visando sensibilizar a comunidade acadêmica para o descarte adequado dos recicláveis.

Visando ampliar a participação da comunidade acadêmica nos programas ambientais em desenvolvimento na universidade, a Coordenação de Meio Ambiente pretende ampliar as campanhas educativas ao longo do ano de 2016, sensibilizando estudantes, docentes e funcionários e, com o apoio de outros setores da UFBA, formar mobilizadores ambientais para atuarem conjuntamente com a CMA/Sumai na consolidação das ações nas unidades universitárias.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

São os seguintes os Acórdãos que tiveram reflexo em 2015, de números: 3453/2014 – Plenário; 3559/2014 – TCU – Plenário; 9483/2015-TCU – 2ª Câmara; 2791/2015 – TCU 2ª Câmara; 52/2015 – TCU – Plenário; 106/2015 – TCU – Plenário. O Acórdão 3559/2014 se refere ao segundo monitoramento do cumprimento das determinações formuladas pelo Tribunal mediante o Acórdão 2.731/2008 – TCU – Plenário aos Ministérios da Educação – MEC, do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e de Ciência e Tecnologia – MCT, com vistas a aprimorar o relacionamento entre as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e suas Fundações de Apoio. As constatações com a observação de cumprimento parcial encontram-se relacionadas a seguir. Em relação ao Acórdão 3559/2014, acima indicado, com Determinações dirigidas ao Ministério da Educação, a Universidade Federal da Bahia instada a se pronunciar junto ao Ministério Público Federal, no âmbito do Inquérito Civil 1.14.000.000643/2015-05, apresentou informações e documentos mediante Ofício nº 588/2015/GAB/UFBA, de 16/06/2015, em relação ao item 9.6, e, simultaneamente, encaminhou cópia dessas informações ao Secretário da SESu/MEC, à CGU/BA e à Coordenação de Controle Interno (CCI/UFBA).

No que se refere ao controle das emissões de acórdãos do TCU, a Universidade, pelo Gabinete da Reitoria, se utiliza dos registros a partir das Notificações oficiais, dando conhecimento das determinações/recomendações às áreas envolvidas, fazendo a cobrança de providências, e enviando-as à SECEX responsável.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
018.187/2014	3453/2014	9.3	Ofício nº 0422/2015-TCU/SECEX-AL, de 02/07/2015	08/07/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Coordenação de Controle Interno (CCI)/Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas				
Descrição da determinação				
9.3. Determinar à Universidade Federal da Bahia, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, encaminhe a este Tribunal plano de ação especificando as medidas a serem adotadas em relação as recomendações enumeradas no item 9.2, os respectivos prazos e responsáveis, bem como justificativa a respeito das recomendações que decidiu não adotar;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Mediante Ofício nº 667/2015/GAB/UFBA, de 18/08/2015, Universidade encaminhou à SECEX-AL, as informações solicitadas consistindo do Plano de Ação para Desenvolvimento de Competências da CCI/UFBA, nos termos das recomendações constantes do presente Acórdão.				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
022.803/2013	2791/2015	1.7.1	Ofício nº 1491/2015/TCU/SECEX- BA, de 15/06/2015	29/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento- PROPLA/Coordenação de Contratos e Convênios Acadêmicos - CCCONV				
Descrição da determinação				
<p>1.7.1 No prazo de 30 dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe a esta Corte de Contas os seguintes documentos/informações:</p> <p>a) relação de todas as transferências de recursos pactuadas (contratos ou instrumentos afins) com as fundações de apoio (contendo dados da entidade, objeto, valores pactuados, prazos de vigência e de comprovação das aplicações dos recursos) cujas prestações de contas encontram-se pendentes de análise pela Universidade;</p> <p>b) os motivos dos atrasos verificados e previsão de conclusão das análises finais das contas comprobatórias;</p> <p>c) o setor da Universidade responsável pela apreciação das prestações de contas em questão e o número de servidores envolvidos na tarefa;</p> <p>d) relação de todas as transferências de recursos (citando os respectivos contratos, acordos, ajustes, etc.) efetuadas desde 2011 com a Fundação Faculdade de Direito da Bahia – FFDB, cujas prestações de contas encontram-se pendentes de apresentação e/ou análise pela Universidade, evidenciando o objeto, prazos de vigência e de comprovação das aplicações dos recursos, valores pactuados e problemas identificados;</p> <p>e) especificamente acerca dos repasses à FFDB para a realização dos cursos: I-Especialização em Direito Civil 2011.1; II-Direito do Trabalho 2011.1; III-Direito Tributário 2011.1; e IV-Processo Civil 2011.1, os esclarecimentos devidos e as soluções para as seguintes ocorrências: - a ausência de detalhamento das receitas arrecadadas e do item de despesa "Investimento"; - o pagamento de empresa para realização da coordenação acadêmica de curso; - a falta de apuração do total de cursos realizados pela fundação em tela. Estas situações são apontadas pela Controladoria Geral da União em seu Relatório de Auditoria de Gestão 201305967; e</p> <p>f) as medidas administrativas (legais, contratuais, etc.) já adotadas pela Universidade em face das irregularidades observadas nas transferências à FFDB acima, e ainda, aquelas adotadas para a regularização dos cursos executados pela fundação que se encontravam sem o correspondente processo de formalização (contratações diretas) e para estabelecer exigência de prestação de contas, conforme informado também pela CGU no relatório supra, observando consequentemente as exigências da Lei 8.958/1994, do Decreto 7.423/2010 e de seus normativos internos.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Por Ofício nº 702/GAB/UFBA, de 28/08/2015, a Universidade apresentou as informações referentes letras de “a” a “f”, na forma a seguir:</p> <p>a) Em levantamento realizado nos arquivos e sistemas de controle da Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos-CCCONV desta Universidade, apresentamos o seu resultado com a relação das transferências de recursos pactuados com as fundações de apoio, com prestações de contas apresentadas até 2012 e com pendência de análise. Portanto, foram realizadas análises em 75(setenta e cinco) prestações de contas do saldo de 2012, reduzindo-o a 66%.</p>				

b) A existência de prestações de contas pendentes de análise ao final do exercício de 2012, como demonstrado no item anterior, deveu-se aos seguintes fatores:

- i) quantidade pessoal insuficiente para atender a demanda acumulada;
- ii) estrutura física e operacional deficitária, como por exemplo, espaço físico, sistema adequado de controle e a inexistência de procedimentos operacionais;
- iii) elevada quantidade de prestações de contas recebidas em 2012, no total 62(sessenta e duas), resultando no aumento expressivo do estoque para análise na CCCONV, em razão da iniciativa da Universidade cobrar das fundações a apresentação das mesmas;
- iv) redução da carga horária regulamentar em razão do movimento de paralização dos servidores públicos e outros fatos supervenientes que contribuíram para essa redução;
- v) rotatividade e redução do quantitativo de servidores vinculados às atividades de análise de prestação de contas; e
- vi) capacitação insuficiente dos servidores para realização das tarefas relacionadas com prestação de contas.

- Como previsão para conclusão das análises das prestações de contas listadas a CCCONV as providenciará após a adoção de critério técnico de classificação de prioridade, conforme Manual – FormPC1 que, considerando as variáveis utilizadas para classificação essas prestações de contas terão tratamento prioritário, em detrimento de outras de exercícios mais recentes. Estima-se que em 12 meses a Universidade atualizará o estoque de processos pendentes.

c) - Como já informado, a CCCONV, vinculada a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN (inciso III, Art. 14, do Regimento Interno da Reitoria), é responsável pela apreciação de prestações de contas das fundações de apoio. Conta com 5(cinco) servidores efetivos, sendo que 4(quatro) executam predominantemente atividades de análise de prestação de contas e 1(um) responde pela chefia do Núcleo de Análise e Prestação de Contas - NAP, que por vezes realiza análise desses processos.

- Ao longo dos anos a Universidade, e especificamente, a CCCONV/NAP tem sofrido as consequências de entrada e saída de servidores, possivelmente em razão de baixos salários ofertados, apresentando seguinte quadro: 2012 – 3 servidores; 2013 – 5 servidores; 2014 – 4 servidores; e 2015 – 5 servidores.

d) - O esclarecimento/justificativa acerca do atendimento desta Determinação e letras “e” e “f”, seguintes, requer para a sua melhor compreensão que nos reportemos ao Relatório de Auditoria 201203442 – Ocorrência 2.1.1.11, assim registrada pela CGU/BA: “2.2.2.11 – *Existência de cursos de especialização, oferecidos por fundação de apoio, sem a devida aprovação dos órgãos competentes da UFBA e sem formalização do devido contrato/convênio com a Universidade. Utilização das instalações e docentes da UFBA, bem como arrecadação e gestão de recursos sem respaldo legal e fora dos controles da Universidade*”.

- Do exposto tem-se que não houve efetivamente transferência de recursos da Universidade para a Fundação Faculdade de Direito da Bahia - FFDB. Os recursos decorrentes da realização dos cursos foram arrecadados diretamente pela FFDB; bem como não houve a formalização de quaisquer instrumentos que viesse regular parceria: não houve contrato com a UFBA para a realização dos cursos; nem convênio que desse suporte a ajuste de qualquer natureza. Em consequência fica parcialmente prejudicado evidenciar as informações a serem prestadas acerca do “*objeto, prazos de vigência e de comprovação das aplicações dos recursos, valores pactuados e problemas identificados*”, como requerido.

- Frise-se que, o fato da inexistência de ajuste de qualquer natureza entre a UFBA e a FFDB, em relação as ocorrências registradas pela CGU, a Universidade vem adotando providências relativas a apresentação de prestação de contas por aquela fundação, em razão de que, conforme constatação da CGU/BA, em primeiro momento, não houve a aprovação para realização dos cursos ofertados à comunidade pelas instâncias acadêmicas da Universidade. Todavia, em momento posterior, a Universidade utilizou suas prerrogativas na área acadêmica para referendar os cursos realizados, mediante apreciação dos processos no Conselho Superior competente.

- Vê-se, agora, que tal medida, baseado no princípio da razoabilidade da administração pública, evitou a exposição da Universidade ante a comunidade demandante dos serviços, mas criou a obrigação da FFDB apresentar o elenco de prestações de contas. Ressalte-se que a FFDB apresentou os demonstrativos de Receita e Despesa dos cursos realizados que após análise da CCCONV já foi notificada para apresentação da documentação fiscal que dê suporte as informações até então apresentadas. Sobre isto a Universidade encaminhou o Ofício nº 308/2015-PROPLAN, de 24/08/2015, cuja resposta da Fundação deu-se mediante Ofício nº 59/2015, de 26/08/2015, em que a mesma se compromete a apresentar a documentação em prazo a ser definido junto a Reitoria.

- Ainda neste passo é importante registrar que nos resumos de Despesas e Receitas dos cursos realizados observam-se os percentuais sobre os valores dos cursos destinados aos órgãos da Universidade, recolhidos à conta única em atendimento às normas internas aplicáveis aos projetos executados, no âmbito das fundações credenciadas. A título de exemplo anexamos ao presente cópias dos Demonstrativos de Receitas e Despesas dos cursos relacionados na alínea “e”, seguinte, a título de comprovação de envio das relações correspondentes pela FFDB à UFBA.

e) - Como informado acima, a inexistência de contrato entre os dois entes jurídicos não credencia a Universidade a exigir ou limitar o uso dos recursos obtidos com a realização dos cursos. A inexistência de contrato/convênio limita a ação administrativa de fiscalização a cargo da Universidade pela ausência de Plano de Trabalho, como previsto em regulamento, elaborado previamente e submetido à análise das instâncias competentes. Afigura-se na realidade o exercício de direito de uso de seus recursos de forma plena pela Fundação, enquanto entidade privada. Uma eventual crítica e apontamento de uso indevido de recurso poderá ser realizado após a elaboração do relatório final de cada um dos cursos como item de recomendação, mas sem qualquer sentido de sanção/responsabilização.

f) - Conforme informado não houve transferência de recursos financeiro da UFBA para a FFDB. A Universidade já exigiu a remessa das prestações de contas à FFDB e esta já encaminhou os relatórios de Receita e Despesa com o detalhamento dos ingressos e pagamentos realizados. Resta FFDB o envio da documentação fiscal correspondente a cada curso, momento em que a UFBA se pronunciará em caráter definitivo.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
022.803/2013	2791/2015	1.7.2	Ofício nº 1491/2015/TCU/SECEX- BA, de 15/06/2015	29/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Reitoria				
Descrição da determinação				
1.7.2 Inclua, nas próximas contas, informações detalhadas acerca regulamentação da concessão de jornada de trabalho reduzida (6h/dia ou 30h/semanais) no âmbito da Unidade Jurisdicionada, bem como da regularização das concessões do benefício que estejam em desconformidade com o Decreto 1.590/1995 (alterado pelo Decreto 4.836/2003), especialmente nas seguintes unidades: Faculdade de Medicina; Inst. Multidisciplinar em Saúde; Instituto de Física; PROEXT; Faculdade de Ciências Contábeis e Instituto de Matemática; Maternidade Climério de Oliveira; Serviço Médico Universitário Rubens Brasil; e Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Resolução nº 13/2013, do Conselho Universitário, de 20/12/2013, regulamentou o processo de implementação e avaliação da flexibilização para ajuste de jornada de trabalho dos servidores				

Técnico-Administrativos em Educação da Universidade, além de criar a Comissão de Ajuste de Jornada (CAJ).

Acórdão 9483/2015 – Prestação de contas de 2011

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
044.658/2012	9483/2015	1.7.1	Ofício nº 3030/2015-TCU/SECEX-BA, de 09/11/2015	04/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Reitoria/Pró-Reitoria de Administração – PROAD				
Descrição da determinação				
1.7.1. Informe a este Tribunal os resultados obtidos com as negociações havidas com a Empresa Baiana de Saneamento – Embasa com vistas ao recálculo dos juros aplicáveis no Termo de Confissão de Dívida de que trata o subitem 2.11 do Relatório Anual de Gestão 201203442 elaborado pela Secretaria Federal de Controle Interno;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Após a notificação inicial da Universidade à Embasa, como informado anteriormente, a empresa apresentou Recurso Administrativo recebido em 13/03/2015, na Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Da análise realizada pelo titular da Pró-Reitoria o processo foi encaminhado à Procuradoria-Geral Federal junto a UFBA que emitiu o seguinte Despacho: “ <i>Mantenho o entendimento exarado as fls 264/264v e opino, portanto, pelo improvimento do recurso que repete as alegações já rechaçadas pela Administração</i> ”. Na mesma linha de entendimento, esta Reitoria opinou, ao final, julgar em improcedente o recurso. Notificada pela improcedência do recurso por Ofício PROAD nº 63/2015-PROAD de 29/02/2016, e instada a fazer o recolhimento mediante GRU do valor corrigido no valor de R\$ 905.871,84 (novecentos e cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Recentemente a Embasa, por meio do Ofício nº 09/DF, de 09/03/2016, encaminhou à Universidade à Universidade a Decisão de Mérito na Sentença prolatada no processo nº 0046834-68.2008.8.05.0001, do Juízo da 17ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador, que julgou a legalidade da adoção do Sistema Francês de Amortização em favor da Embasa. Em cumprimento a determinação, foram encaminhados os seguintes ofícios ao TCU-SECEX-BA: 076/2015-GAB/UFBA, de 23/01/2015; 273/2015-GAB/UFBA, de 25/03/2015; e 567/2015-GAB/UFBA, de 03/06/2015.				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
044.658/2012	9483/2015	1.7.2	Ofício nº 3030/2015-TCU/SECEX-BA, de 09/11/2015	04/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento- PROPLA/Coordenação de Contratos e Convênios Acadêmicos - CCCONV				
Descrição da determinação				

1.7.2. Exija e examine as prestações de contas das transferências voluntárias às fundações de apoio (FAPEX e FEP) cujos prazos de vigência tenham expirado, informando a este Tribunal os contratos com contas ainda pendentes, justificando a inadimplência.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foram analisadas 21 prestações de contas, entre aquelas constantes com prazo de vigência expirado no exercício de 2011, restam 14 a serem analisadas e 4 estão em análise. As prestações de contas não analisadas estão em grau de máxima prioridade de análise, tendo em vista o tempo transcorrido e as determinações/recomendações dos órgãos de fiscalização e controle (interno e externo), variáveis que potencializam a prioridade de análise de prestações de contas conforme Manual de Análise de Prestação de Contas em utilização por essa área técnica (NAP). Em função da quantidade, do grau de prioridade, da complexidade de cada prestação de contas e das demais atividades da área técnica responsável pelas análises, estima-se que em até 3 meses todas estarão analisadas. Recomendação cumprida parcialmente.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
019.185/2014	52/2015	9.1	Ofício nº 017/2015-TCU/SECEX-AL, de 27/01/2015	11/022015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Pró-Reitoria de Administração-Superintendência do Meio Ambiente e Infraestrutura-Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento-Superintendência de Tecnologia da Informação/Pró-Reitoria de Graduação-Reitoria-Ouvidoria/				
Descrição da determinação				
<p>9.1.recomendar à Universidade Federal da Bahia que:</p> <p>9.1.1.elabore plano de ação com vistas a:</p> <p>9.1.1.1.implantação e operacionalização dos aspectos Patrimoniais e do Plano de Contas, de modo a que as demonstrações contábeis da unidade sejam capazes de evidenciar, em todos os aspectos relevantes, sua situação patrimonial e financeira, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), em cumprimento à Portaria STN 634/2013; e,</p> <p>9.1.1.2.realização das reformas necessárias para dotar o Pavilhão de Aulas da Federação – PAF VI de recursos de acessibilidade aos diversos pavimentos, seja a instalação de elevador, plataforma para cadeirantes ou a construção de rampas, de modo a assegurar o acesso equânime por pessoas portadoras de necessidades especiais de locomoção, conforme os ditames da Lei 10.098/2000</p> <p>9.1.2.adote as providências necessárias para disponibilizar em seu site, o Plano de Gestão de Logística Sustentável, conforme estabelece o art. 12 da IN 10/2012 da SLTI, informando a este Tribunal, no prazo de noventa dias, a contar do recebimento da comunicação, a respeito do cumprimento desta determinação.</p> <p>9.1.3.contemple, nas propostas orçamentárias, as dotações necessárias para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos seus edifícios, conforme determina o art. 23 da Lei 10.098/2000;</p> <p>9.1.4.observe nos projetos futuros de reforma e de construção, e naqueles já em andamento, os padrões de acessibilidade e os critérios definidos nas NBR 9050/2004 e NBR 15575-1, conforme preceitua o art. 23 da Lei 10.098/2000, além de observar os demais normativos aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o princípio da isonomia, no que diz respeito à acessibilidade.</p> <p>9.1.5.adote as providências necessárias com vistas a:</p>				

9.1.5.1. implantar sinalização visual e tátil nas salas de aula e nos sanitários adaptados da instituição, em conformidade com os padrões estabelecidos na NBR 9050/2004 e Lei 10.098/2000;

9.1.5.2. ampliar o alcance e qualidade das conexões de internet sem fio, de modo a assegurar efetivo acesso à rede mundial nas salas de aulas dos diversos prédios do campus;

9.1.5.3. viabilizar a realização das obras necessárias para a adequação das janelas e esquadrias das salas de aulas, de forma a que a ventilação natural nas salas de aula atenda às especificações contidas no volume I do documento “Diretrizes para apresentação de projetos e construção de estabelecimentos de ensino público” do FNDE, que define, em seu item 8.8.1, que a relação mínima entre a área de esquadrias externas que proporcionam ventilação efetiva e a área de piso do ambiente deve ser de 1/10;

9.1.5.4. promover a adequação devida entre o número de alunos matriculados e a área física das salas de aula, conforme a relação recomendada de 1,3 m²/aluno;

9.1.5.5. elaborar um Manual de Ambientes Didáticos da Universidade, a exemplo do que existe na Universidade de São Paulo, que contenha diretrizes para *layout*, equipamentos, conforto térmico e acústico dos ambientes da universidade, de forma a estabelecer, entre outras questões, o espaço mínimo necessário de circulação entre as carteiras;

9.1.5.6. viabilizar a realização das obras necessárias para adequação das portas das salas de aulas e dos sanitários ao padrão definido na NBR 9050/2004, de forma a garantir, nos prédios da instituição, o acesso equânime por pessoas portadoras de necessidades especiais de locomoção, conforme os ditames da Lei 10.098/2000.

9.1.6. elabore projeto de incêndio ou documento equivalente, conforme especificações da NBR 15219:2005, além de plano de evacuação dos prédios e sinalização das rotas de fuga, bem como plano de manutenção preventiva dos extintores de incêndio, conforme preceituam os dispositivos constantes da Norma Regulamentadora 23 – Proteção contra incêndios, aprovada pela Portaria GM/MTE 3.214, de 8/6/1978, alterada pela Portaria MTE 221, de 6/5/2011, além das Leis Municipais 5.907/2001 – regulamentada pelo Decreto 12.351/2001 – Lei 5.735/2000 e Lei 3.077/1979 e dos Decretos Municipais 20.505/2009 e 24.325/2013

9.1.7. dê efetivo seguimento ao processo de implementação e formalização de sua ouvidoria, a qual deve contar com sistema de informação que propicie maior efetividade no gerenciamento e atendimento das demandas da comunidade acadêmica e da sociedade, em atenção ao princípio da eficiência, insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

9.1.8. amplie o escopo da pesquisa de satisfação, prevista no Decreto 6.932/2009, para que todos os usuários (alunos, professores, funcionários, comunidade em geral etc.) estejam abarcados no rol de entrevistados.

9.4. determinar à Universidade Federal da Bahia, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, encaminhe a este Tribunal plano de ação especificando as medidas a serem adotadas em relação as recomendações enumeradas no item 9.1, os respectivos prazos e responsáveis, bem como justificativa a respeito das recomendações que decidiu não adotar;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

As informações e documentos para atendimento ao Item 9.1 foram encaminhados ao TCU-SECEX-AL por meio do Ofício nº 543/GAB/UFBA, de 19/06/2015, consistindo da apresentação dos Planos de Ação de item do Acórdão.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
TC 016.256/2014	106/2015	9.4	Ofício nº 025/2015- TCU/SECEX-	11/02/2015

			AL, de 30/01/2015	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Descrição da determinação				
<p>9.4. Determinar à Universidade Federal da Bahia, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, encaminhe a este Tribunal plano de ação especificando as medidas a serem adotadas em relação as recomendações enumeradas no item 9.1, os respectivos prazos e responsáveis, bem como justificativa a respeito das recomendações que decidiu não adotar:</p> <p>9.1. recomendar à Universidade Federal da Bahia, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:</p> <p>9.1.1. adoção de mecanismos para garantir a identificação das diretrizes aplicáveis à área de gestão de pessoas e o monitoramento daquelas tidas como prioritárias, a exemplo de normativos que tratem dos processos de planejamento e monitoramento da gestão e de sistemas de auxílio a esses processos;</p> <p>9.1.2. inclusão, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de: (i) objetivos de gestão de pessoas alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio; (iii) metas para cada indicador definido, atentando-se para as metas legais de cumprimento obrigatório; (iv) previsão de mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da gestão de pessoas;</p> <p>9.1.3. elaborar plano que assegure a definição de indicadores e metas para todas as funções estratégicas desenvolvidas pela Prodep, com vistas a maximizar a contribuição da área de pessoal para a consecução da estratégia organizacional;</p> <p>9.1.4. realização de mapeamento de competências profissionais e gerenciais e adoção de medidas que garantam a oferta de ações contínuas de desenvolvimento de gestores e sucessores, alinhadas com as lacunas identificadas;</p> <p>9.1.5. criação de banco de talentos que facilite a identificação de candidatos ao exercício de cargos em comissão de natureza gerencial;</p> <p>9.1.6. adoção de medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas no momento da avaliação de desempenho e consideradas no planejamento anual de capacitação da entidade;</p> <p>9.1.7. implementação de sistema de avaliação individual periódica de seus servidores técnico-administrativos (incluindo a alta administração) associada a metas individuais quantificáveis interligadas à estratégia organizacional, de modo a desenvolver a cultura orientada a resultados;</p> <p>9.1.8. publicação de orientações internas no sentido de que, quando pertinente à natureza e ao escalão hierárquico da função, a escolha dos ocupantes de funções e cargos de índole gerencial seja fundamentada em perfis de competências e pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público;</p> <p>9.2. dar ciência à UFBA de que a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação sem qualquer de seus elementos (dimensionamento das necessidades institucionais, Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e Programa de Avaliação de Desempenho) contraria o disposto no art. 24 da Lei 11.091/2005 e no art. 2º, inc. II, do Decreto 5.825/2006;</p> <p>9.3. determinar à UFBA, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe ao TCU, no prazo de cento e vinte dias, a contar do recebimento da comunicação, Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção, ainda que parcial, das medidas necessárias à implementação das recomendações acima, indicando prazos e responsáveis, bem como justificativas a respeito de recomendações que não venham a ser integralmente implementadas;</p>				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

As informações e documentos foram encaminhados ao TCU-SECEX-AL por meio do Ofício nº 550/2015/GAB/UFBA, de 29/06/2015, em atendimento a este item do Acórdão.

Outrossim, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP, mediante a Coordenação de Gestão de Pessoas, recebeu 49 Acórdãos relativos a julgamento de atos de Aposentadoria, determinando a cessação do pagamento da parcela judicial referente à Hora-Extra Incorporada. A UFBA, entretanto, ficou impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Ainda, a última decisão judicial de que se tem conhecimento até então, concernente ao mencionado Agravo de Instrumento foi proferida em 21.07.2014, pelo Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, o qual determinou a devolução dos valores excluídos dos substituídos, do período de 01.01.2010 a 18.04.2010, o que se deu na folha de pagamento de outubro/2012. Segue a relação dos Acórdãos citados, com respectivos Ofícios de comunicação aos Interessados, sendo que o TCU tomou conhecimento da impossibilidade de exclusão da rubrica judicial por meio dos Ofício nºs 852/2015, 904/2015 e 446/2016:

Ofício SEFIP/TCU nº	Processo TC nº	Acórdãos TCU – 1ª Câmara	Interessado	Ofício CGP/PRODEP/UFBA
1292/2015	032.213/2014-0	238/2015	Ademário de Araujo Santos	450/2015
1280/2015	032.216/2014-9	241/2015	Ana Cristina Bahia Guimarães	452/2015
1278/2015	032.217/2014-5	242/2015	Antonia Maria Souza de Assis	451/2015
1349/2015	032.218/2014-1	243/2015	Antonio Barreiro Garcia	454/2015
1350/2015	032.219/2014-8	244/2015	Antonio de Jesus Pereira	448/2015
1359/2015	032.220/2014-6	245/2015	Antonio José Batista de Azevedo	490/2015
1363/2015	032.222/2014-9	246/2015	Antonio José Pereira	456/2015
1365/2015	032.223/2014-5	247/2015	Célia Maria Andrade Santos	449/2015
1385/2015	032.224/2014-1	248/2015	Cristina Maria Gomes Muniz	447/2015
1389/2015	032.225/2014-8	249/2015	Darci Campos Camelier	453/2015
1392/2015	032.226/2014-4	250/2015	Djanira Silva dos Santos	446/2015
1394/2015	032.227/2014-0	251/2015	Edmílson Ribeiro	457/2015
1890/2015	032.228/2014-7	252/2015	Edmundo Macário da Conceição	479/2015
1887/2015	032.229/2014-3	253/2015	Edvaldo Castro	478/2015
1885/2015	032.230/2014-1	254/2015	Eliete Batista dos Santos	477/2015
1884/2015	032.231/2014-8	255/2015	Eneias Silva	488/2015
2010/2015	032.232/2014-4	256/2015	Gilmar Costa Cerqueira	481/2015
2009/2015	032.233/2014-0	257/2015	Helena Telles Lima	482/2015
2008/2015	032.234/2014-7	258/2015	Helenita Figueiredo Santos	483/2015

2007/2015	032.235/2014-3	259/2015	Hilda Maria da Rocha Nogueira	484/2015
2006/2015	032.236/2014-0	260/2015	Iolanda Bahia de Freitas	480/2015
2005/2015	032.237/2014-6	261/2015	Jeronimo Gomes da Silva Filho	487/2015
2004/2015	032.238/2014-2	262/2015	João Bahia dos Santos	486/2015
2003/2015	032.239/2014-9	263/2015	João Fagundes de Jesus	485/2015
2002/2015	032.240/2014-7	264/2015	José Bento de Santana	489/2015
2014/2015	032.241/2014-3	265/2015	José Helder Oliveira	466/2015
2415/2015	032.242/2014-0	266/2015	Manoel Procópio Sodré	470/2015
2416/2015	032.243/2014-6	267/2015	Maria Dolores de Brito	467/2015
2417/2015	032.244/2014-2	268/2015	Maria Emilia Coelho Pereira	459/2015
2418/2015	032.246/2014-5	269/2015	Maria Geny Fereira Santo	469/2015
2419/2015	032.247/2014-1	270/2015	Maria José Santana S. Costa	1.273/2015
2420/2015	032.249/2014-4	271/2015	Maria Miranda da Silva	468/2015
2421/2015	032.250/2014-2	272/2015	Maria Verônica Abu Chacra Camera	472/2015
2422/2015	032.251/2014-9	273/2015	Maristela Simões Puglia	471/2015
2423/2015	032.252/2014-5	274/2015	Mirian Rosa de Jesus Santana	473/2015
2424/2015	032.253/2014-1	275/2015	Newton Bacelar Silva	475/2015
2425/2015	032.255/2014-4	276/2015	aldo Pereira dos Santos	460/2015
2426/2015	032.256/2014-0	277/2015	Paulo Roberto Oliveira Serva	476/2015
2427/2015	032.257/2014-7	278/2015	Raimundo Roque dos Santos Patrocínio	474/2015
2428/2015	032.258/2014-3	279/2015	Rosania Maria Fernandes Dias	464/2015
2429/2015	032.259/2014-0	280/2015	Sebastião Carneiro de Assis	461/2015
2430/2015	032.260/2014-8	281/2015	Solange Maria dos Santos	462/2015
2431/2015	032.261/2014-4	282/2015	Sonia Maria de Oliveira Bispo	463/2015
2432/2015	032.262/2014-0	283/2015	Vera Lúcia Santos	465/2015
2480/2015	032.263/2014-7	284/2015	Virginia Lucia Pimentel de Souza	458/2015
1413/2015	032.264/2014-3	285/2015	Weliton Campos	455/2015
1414/2015	032.265/2014-0	286/2015	Zenia Pinto Vieira Rosa	491/2015
12898/2015	016.114/2010-8	2202/2015	Pedro Paim Vieira	1.267/2015
14276/2015	006.478/2009-6	5760/2015	Gilmar Costa Cerqueira	1.262/2015 e 393/2016

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O estoque de Recomendações emitidas pela Controladoria Regional da União no Estado da Bahia – CGU/BA, basicamente, diz respeito a resultados de auditorias realizadas a partir de 2010. Ano após ano a Universidade vem considerando tais Recomendações, uma vez que elas, efetivamente, apontaram inconsistências gerais ante ao dinamismo e o aperfeiçoamento das técnicas do Controle Interno.

A rigor, o olhar externo para as questões da administração apresenta elementos novos que incorporados aos atos de gestão dão segurança e adequam procedimentos às exigências legais norteadoras da ação administrativa.

Recentemente, a Universidade atendendo aos Ofícios nºs 24695/26757/25926/2015-CGU-Regional/BA/CGU-PR, de 23/10/2015, 19/11/2015 e 09/11/2015, respectivamente, ao encaminhar os resultados dos monitoramentos dos Relatórios de Auditoria nºs 224878, 201108924 e 243901, apresentou as informações atualizadas decorrente do acompanhamento do Plano de Providências relativas a Recomendações mais relevantes, remanescentes que ainda constavam como não atendidas.

Os relatórios citados apontaram as seguintes situações:

Relatório nº 224878	– Recomendações na Situação de Monitoramento: 4
Relatório nº 201108924	– Recomendações na Situação de Monitoramento 18
Relatório nº 243901	- Recomendação na Situação de Monitoramento 16

Conforme abaixo, a Universidade apresentou àquele órgão de controle informações e documentos de suporte às medidas adotadas, com o objetivo de atender plenamente as Recomendações apresentadas. Os ofícios com o conteúdo de resposta a cada uma das Recomendações já foram encaminhados à CGU/BA para a devida análise. Releva informar que no elenco das recomendações consideradas como **pendentes** todas elas não foram objeto de resolução recente, careciam tão-somente de identificação e apresentação objetiva de sua solução. Vê-se, pois, que a Universidade requer de órgão específico de apoio à gestão, necessário a acompanhar as medidas de melhoria proposta pelos órgãos de controle interno, externo e pela própria administração. Atualmente, o acompanhamento das recomendações da OCI é feito diretamente pela Assessoria do Gabinete do Reitor mediante o envio de ofício e relatórios aos diversos órgãos e setores da administração, cobrança dos resultados, e elaboração das respostas, sem utilização de sistema informatizado.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 224878

Constatação 3

Recomendação 14128

Providenciar o ressarcimento dos valores pagos a maior à empresa Visão Turismo, de acordo com o levantamento que será efetuado pela UFBA.

Ação Implementada

- A demanda judicial objeto da Ação Ordinária impetrada pelas empresas Visão Turismo Ltda. e Plus Viagens e Turismo Ltda., processo 0017542-06.2013.4.01.3300, teve Sentença de mérito proferida pelo Juízo da 14ª Vara Federal, em 19/02/2016, com o seguinte teor: “*Do exposto, resolvendo o mérito da presente demanda, nos termos do art. 269, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos*”.

- Por fim, aguarda-se a ação e orientação da Advocacia Geral da União (AGU) necessária à adoção de providências decorrentes, no âmbito da UFBA. A íntegra da Sentença foi anexada às informações apresentadas à CGU/BA.

Constatação 4

Recomendação 107329

Atualizar o SIAFI no que se refere a situação das prestações de contas supracitadas.

Ação Implementada

- Conforme informação apresentada pela Coordenação de Contabilidade e Finanças (CCF), resta apenas o convênio nº 573057 (Implantação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar para a Região Nordeste), pendente de baixa no SIAFI, objeto do processo 23066.038830/2006-46, com vigência no período de 21/11/2006 a 31/12/2010.

- A prestação de contas já foi enviada pela FAPEX à Universidade e encontra-se na Coordenação de Contratos e Convênios Acadêmicos (CCCONV). Foram realizadas análises parciais dos documentos, ao órgão financiador foi encaminhado as planilhas de prestação de contas, restando, tão-somente, a análise final e o relatório conclusivo.

Constatação 16

Recomendação 107430

Excluir dos pagamentos da obra de construção do Pavilhão de Aulas - PA-II, do Instituto de Ciências Ambientais, 1,36 pontos percentuais do LDI - Lucro e Despesas Indiretas, referentes a inclusão indevida da CPMF e da diferença entre as alíquotas consideradas e as vigentes para a COFINS e para o PIS. Confeccionar aditivo contratual para o reenquadramento dos preços, excluindo 1,36 pontos percentuais que foram considerados indevidamente na planilha de custos do LDI da obra.

Ação Implementada

- Para apuração dos fatos objeto desta Constatação, em 23/05/2011 foi constituída uma comissão pela Portaria nº 460/2011, conforme consta do processo 23066.034050/2011-11. O Relatório da Comissão concluiu que foram cobrados a maior, por ausência na proposta de preços da empresa Alencar Construções e Projetos Ltda., do cálculo do LDI, CPMF e COFINS. Da análise do presente processo, verifica-se que o mesmo se encontra inconcluso.

- Da análise do presente processo, observa-se a Universidade adotou providências para ressarcimento dos valores e que o mesmo foi devidamente concluído, mediante ingresso na Justiça Federal de Execução da Dívida Ativa pela Procuradoria Federal no Estado da Bahia, conforme consta processo 0035264-53.2013.01.3300.

Constatação 16

Recomendação 107431

Adotar medidas no sentido de realizar a compensação dos valores pagos a maior.

Ação Implementada

- As medidas para ressarcimento deverão ser adotadas pela PF/UFBA, conforme item anterior.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 243901

Constatação 9

Recomendação 114012

Estabelecer critérios para o acompanhamento e monitoramento da folha de pagamento, exercício irregular de cargos públicos, percepção indevida de direitos e vantagens, bem como encaminhar para esta Controladoria os resultados obtidos juntamente com os documentos comprobatórios.

Ação Implementada

- A Coordenação Geral de Pessoas/CGP/PRODEP mediante processo nº 23066.028084/2015-7, apresentou o resultado dos trabalhos da Comissão de Acumulação de Cargos – CAC/CGP relativos a apuração das situações de acumulação de cargo, bem como dos valores ressarcidos, finalizando-o da seguinte forma: “Diante dos esclarecimentos

destes docentes, em regime de Dedicção Exclusiva, pode-se concluir que a esta Comissão de Acumulação de Cargos finalizou todos os casos apontados na Solicitação de Auditoria CGU nº 201108924, Ofício 11968/2010. Desta forma sugerimos o encaminhamento desta demanda à Coordenação de Controle Interno para conhecimento e, posterior envio à Controladoria-Regional da União na Bahia”. O processo foi encaminhado à CCI/UFBA em 03 de agosto de 2015.

- Mais recentemente, a efetividade dos trabalhos realizados pela CAC/CGP pode ser constatada pelas informações apresentadas nos processos 23066.028900/14-11 e 23066.010039/2016-41, na Nota Técnica nº 523/2015/CGAUD/DEGEP/SEGEP/MP de 11/08/2015. Estes documentos já encaminhados à essa CGU/BA via CCI/UFBA.

Constatação 12

Recomendação 16861

Recomendamos que a universidade efetue o estorno do valor indevido nas medições seguintes.

Ação Implementada

- A 10ª e 11ª medições da obra da Escola de Nutrição, à cargo da Construtora Link Ltda., consta, na última planilha de controle, a supressão do valor de R\$ 93.857,75.

Constatação 20

Recomendação 114014

Que todas as prestações de contas parciais e finais da FAPEX sejam devidamente analisadas pela UFBA, com manifestação formal acerca da regularidade dos recursos aplicados e do alcance das metas qualitativas e quantitativas pactuadas.

Ação Implementada

- A Universidade vem de forma reiterada informando a CGU/BA, a exemplo do atendimento a OS 201505092, de 04/11/2015, quando formulados 15 quesitos, acerca do relacionamento da UFBA com fundação de apoio. As informações e documentos foram apresentados à CGU/BA por Ofício nº 1031/2015/GB/UFBA, de 26/11/2015. O item 15 trata, especificamente, da questão “prestação de contas”.

- Além dessa informação, o Ofício nº 26573/2014/CGU-Regional/BA/CGU-PR, de 08/10/2014, tratou do mesmo assunto e obteve resposta da Universidade mediante Ofício nº 1186/2014-GAB/UFBA, de 22/10/2014, em que esclarece e posiciona a situação da Universidade e prestação de contas com fundações de apoio.

- Por fim, em atendimento a requisição do MPF/BA, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.14.000.000643/2015-05, a Universidade prestou informações e apresentou documentos relativos ao atendimento ao Acórdão nº 3559/2014 - TCU – Plenário, em relação, entre outros, ao item 9.6.2.11, que trata do objeto desta Recomendação. Estas informações foram objeto de encaminhamento simultâneo à SESu/MEC, à essa CGU/BA e à CCI/UFBA.

Constatação 31

Recomendação 14963

Apuração de responsabilidade da equipe nomeada para o pregão e das empresas envolvidas com a simulação da disputa na fase competitiva do certame, aplicando-se as sanções cabíveis.

Ação Implementada

- Mediante processo 23066.044215/2010-46 foi constituída a comissão de apuração da responsabilidade do Pregoeiro e da Equipe de Apoio do Pregão 78/2008. O Relatório de Conclusão da Sindicância apresenta o seguinte teor: “...os procedimentos efetuados pela Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio apresentara-se de acordo com as normas vigentes à época, concluindo que não há razão para que se aplique qualquer penalização. ”.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 201108924

Constatação 31

Recomendação 63304

Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - TI da UJ, bem como estabelecer o comitê de TI.

Ação Implementada

- Em agosto de 2014 a Universidade apresentou uma “Proposta para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação” que foi disponibilizada em seu sítio eletrônico. Todavia, esse Plano foi objeto de análise pela atual administração que optou por instituir uma nova composição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), conforme consta da Portaria nº 044/2015. Essa nova proposta tem, entre outras atribuições, “estabelecer o Plano Diretor de Tecnologia da Informação”, conforme consta do item II, do Art. 1º; além de ser de “natureza consultiva e propositiva, e caráter permanente”.

Constatação 31

Recomendação 63304

Elaborar e implantar a Política de Segurança da Informação (PSI) da Universidade.

Ação Implementada

- A Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC), identificada como Meta 4.3, na Proposta do Plano anterior, será objeto de interesse e definição de seus devidos termos do novo CGTI, conforme consta do item VIII, da Portaria acima indicada.

- As informações atuais acerca da Gestão de Segurança da Informação e Comunicação (GSIC), encontra-se no sítio da Universidade no endereço <http://gsic.ufba.br>.

Constatação 31

Recomendação 63308

Incluir acordos de níveis de serviço nos contratos celebrados entre a unidade e fornecedores de TI.

Ação Implementada

- Nos termos desta recomendação e conforme resultado do Pregão Eletrônico nº 119/2013, a Universidade contratou a empresa Solutis Tecnologia Ltda., conforme Contrato nº 155/2014, para “Gerenciamento e Operação da Central de Serviços de TI” - Comprasnet 153038/1192013.

Constatação 37

Recomendação 63319

Ausência de critérios objetivos para definição dos valores das bolsas nos projetos realizados com fundação de apoio. Bolsas concedidas para funções diretivas e sem uniformidade, variando de R\$ 1.000,00 a R\$ 15.625,00.

Ação Implementada

- Esta Constatação foi objeto de regulamentação pela Resolução nº 06/2013’ do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFBA, que estabeleceu as condições e limites para percepção, nos termos a seguir transcritos:

“(..)

Art. 5º. A concessão de bolsas pelas Fundações de Apoio para servidores, ativos e inativos, e estudantes de graduação e pós-graduação stricto sensu da UFBA, diretamente envolvidos em projetos de ensino, pesquisa, extensão, estímulo à inovação e de desenvolvimento institucional, dar-se-á de acordo com os parâmetros fixados nesta Resolução.

§ 1º. As Fundações de Apoio também poderão conceder bolsas aos servidores de outras IES – Instituições de Ensino Superior e ICT – Instituição Científica e Tecnológica que atuem em projetos de pesquisa e inovação de caráter interdisciplinar ou em rede, desde que as atividades a serem exercidas não importem em contraprestação de serviços nem revertam em proveito econômico para o doador.

§ 2º. Os valores das bolsas a serem concedidas devem estar previstos no projeto e no contrato ou convênio respectivo.

§ 3º. Os valores das bolsas serão aprovados pelo órgão colegiado superior da Unidade à qual o servidor está vinculado, não podendo exceder o valor atribuído ao Cargo de Direção 3 (CD 3).

§ 4º. No caso de valores de bolsas estipulados pelas instituições contratantes ou convenientes que excedam o limite estabelecido no parágrafo anterior, caberá ao órgão colegiado superior da Unidade à qual o servidor está vinculado a aprovação da mesma.

§ 5º. O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelo servidor, em qualquer hipótese, não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

(..)”

- Desta forma estabelece-se critérios objetivos para pagamento de bolsas em parceria com as fundações de apoio.

Constatação 37

Recomendação 63320

Que sejam suspensas as “bolsas para coordenação” previstas no Contrato UFBA/FAPEX n.º 75/10, tendo em vista o aparente desvirtuamento na concessão destas, por conta de sua utilização para remunerar o exercício de atividades típicas do magistério (coordenação acadêmica e pedagógica) de uma pós-graduação lato sensu e de caráter permanente que já existia na UFBA.

Ação Implementada

- Conforme informação já prestada anteriormente houve a suspensão do pagamento das bolsas.

Constatação 39

Recomendação 63356

Que a UFBA apresente o detalhamento acerca dos 14 contratos celebrados com fundação de apoio que estavam com prestação de contas pendente, conforme informado no Relatório de Gestão 2010 (Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ).

Ação Implementada

- Esta Constatação recebeu da CGU a aprovação das providências adotadas na seguinte forma: “A recomendação foi atendida pela Universidade” Esta informação consta da avaliação da CGU (Ofício nº 23584/2014/CGU-Regional/BA/CGU-PR, de 15 de setembro de 2014).

- Ainda sobre essa mesma Constatação o TCU ao analisar a Prestação de Contas da Universidade do Exercício de 2012 (Acórdão 2791/2015 – TCU – Segunda Câmara, Ofício nº 1491/2015/TCU-SECEX-BA, de 15/06/2015), solicitou esclarecimentos e providências acerca deste assunto à Universidade, na forma abaixo, e em atendimento ao item 1.7.1, do Acórdão, a Universidade apresentou os motivos dos atrasos verificados nas prestações de contas, na forma a seguir:

“

a) (...)

b) os motivos dos atrasos verificados e previsão de conclusão das análises finais das contas comprobatórias;

- A existência de prestações de contas pendentes de análise ao final do exercício de 2012, como demonstrado no item anterior, deveu-se aos seguintes fatores:

i) quantidade pessoal insuficiente para atender a demanda acumulada;

ii) estrutura física e operacional deficitária, como por exemplo, espaço físico, sistema adequado de controle e a inexistência de procedimentos operacionais;

iii) elevada quantidade de prestações de contas recebidas em 2012, no total 62(sessenta e duas), resultando no aumento expressivo do estoque para análise na CCCONV, em razão da iniciativa da Universidade cobrar das fundações a apresentação das mesmas;

iv) redução da carga horária regulamentar em razão do movimento de paralização dos servidores públicos e outros fatos supervenientes que contribuíram para essa redução;

v) rotatividade e redução do quantitativo de servidores vinculados às atividades de análise de prestação de contas; e

vi) capacitação insuficiente dos servidores para realização das tarefas relacionadas com prestação de contas.

- Como previsão para conclusão das análises das prestações de contas, a CCCONV as providenciará após a adoção de critério técnico de classificação de prioridade, conforme Manual – FormPC1, que,

considerando as variáveis utilizadas para classificação essas prestações de contas terão tratamento prioritário, em detrimento de outras de exercícios mais recentes. Estima-se que em 12 meses a Universidade atualizará o estoque de processos pendentes.

(...)"

Constatação 46

Recomendação 63428

Que sejam registrados no SPIUnet todos os bens imóveis de uso especial sob a responsabilidade da UFBA, inclusive aqueles locados a terceiros.

Ação Implementada

- As inclusões de imóveis locados a terceiros constarão do Relatório de Gestão/2015.

Constatação 49

Recomendação 63433

Demonstrar a participação do pessoal vinculado a Universidade no âmbito de projetos que envolvam a contratação de fundação de apoio.

Ação Implementada

- Considerando que este Relatório se refere ao exercício de 2011, as alterações e correções nos procedimentos relativos ao relacionamento da Universidade com suas fundações de apoio credenciadas, em obediência aos dispositivos do Decreto nº 7.423, de 31/10/2010, só foram implementadas a partir de 2013 com a regulamentação objeto da Resolução nº 06/2013. Portanto, as exigências do decreto, inclusive o "critério e uniformidade de valores pagos" a bolsistas e ao "pessoal vinculado a UFBA" estão presentes na referida Resolução.

Constatação 51

Recomendação 63435

Que a UFBA, nas contratações de fundação de apoio, inclua a exigência do recolhimento à Conta Única da UFBA junto ao Tesouro Nacional das receitas arrecadadas decorrentes de taxas de matrícula e mensalidades de cursos de especialização e pós-graduação lato sensu.

Ação Implementada

- Desde 06/03/2014 que se encontra aprovado e disponível no endereço eletrônico a seguir, os Procedimentos Operacionais (POs) da Universidade (http://www.supad.ufba.br/sites/supad.ufba.br/files/02_projetos_com_recursos_financeiros_executa_dos_por_fundacao_de_apoio.pdf), cuja exigência já vem sendo atendida, conforme item 18, do Procedimento Operacional, Versão 01 - Projetos com Recursos Financeiros a serem executados por Fundação de Apoio. Tal medida deu-se em razão da definição e implantação de sistema que gerasse a GRU, devidamente identificada ao objeto, conforme consta do endereço: <http://www.gru.ufba.br/gru/ImprGru.dll/SolicitaUfba>. Vide Procedimento Operacional – PO/PROPLAN/CCCONV/02. Portanto, não há mais situação resultante de ajuste firmado entre a Universidade e fundação de apoio credenciada que envolva a arrecadação de receita de qualquer natureza que não seja mediante recolhimento na Conta Única via GRU.

Constatação 51

Recomendação 63436

Que quando da elaboração do Orçamento da UFBA sejam previstas as receitas próprias decorrentes de taxas de matrícula e mensalidades de cursos de especialização e pós-graduação lato sensu, bem como sejam fixadas as respectivas despesas.

Ação Implementada

- O processo de previsão da Receita Própria da Universidade inicia com apresentação da reestimativa da receita, conforme formulário "SPO-Receita Orçamentária", "Valor SOF", pela Subsecretaria de Orçamento e Finanças do MEC e COMUNICA 2015/1352822, exemplo do exercício de 2015. A Universidade compete acatar ou não os valores apresentados na coluna "Valor UO", baseando a sua proposta na média de arrecadação de receita até o mês de maio do ano de referência, em relação a existência de cursos regulares e receitas de outras fontes. Estas informações antecedem a elaboração do Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA). Assim, dado a antecedência com que se estima a

receita e considerando que há convênios e contratos cuja previsão é de difícil previsão de sua ocorrência, a Universidade adequa/ajusta sua estimativa sempre que necessário.

Constatação 52

Recomendação 63437

Incluir a recomendação

- As licitações de limpeza foram realizadas em 2014, conforme os editais de pregões 39 e 41/2014, publicados no Comprasnet, com as seguintes descrições:

- 153038-392014 – **Descrição:** Limpeza, conservação e higienização das áreas administrativas - 153038-412014 - **Descrição:** Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospitalares

Ação Implementada

- As licitações foram concluídas e homologadas e os contratos assinados. Nos editais constam a Tabela Resumo de Avaliação Ambiental (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRAs) e as Áreas dos Imóveis.

Constatação 55

Recomendação 63439

A Universidade deve fazer um levantamento técnico das áreas qualificadas com insalubres que demandam serviços de limpeza e conservação, quantificando o tamanho da área para cada unidade/órgão demandante do serviço.

Ação Implementada

- Conforme indicado no item anterior, a Tabela Resumo de Avaliações Ambientais qualifica as áreas insalubres conforme previsto no item 6.7 do Edital nº 39/2014, a título de exemplo, nos seguintes termos:

“6.7. Devido à natureza do serviço, a Contratada deverá observar o Anexo “II” “Tabela Resumo das Avaliações Ambientais dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA’s) da UFBA”, para eventual pagamento de adicional de insalubridade nos termos da legislação vigente”.

Constatação 56

Recomendação 63440

Recomendação 1.

A Universidade deve qualificar, por meio de uma apuração técnica (estudos, coleta de informações mediante plantas baixa, projeto arquitetônico etc.), cada uma das áreas existentes nas unidades hospitalares (laboratórios, etc.), quantificando-as bem como, deve realizar a identificação e quantificação das áreas insalubres, considerando o que dispõe as normas regulamentares do Ministério do Trabalho e; Emprego que dispõem a respeito do tema (Norma em vigor: Anexo 14, da NR 15).

Recomendação 2.

A Universidade deve estabelecer, considerando o permissivo legal presente no art. 43 e seu parágrafo único, qual a produtividade requerida para as sobreditas áreas, em função de uma determinada rotina de execução de serviços, considerando-se os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponibilizados, o nível de qualidade exigido e as condições do local de prestação do serviço.

Ação Implementada

- Conforme informado acima os Pregões 39 e 41/2014 individualizaram as licitações nas áreas administrativa e hospitalar; sendo atendidas ambas a recomendações.

Constatação 57

Recomendação 63441

A universidade deve detalhar a composição do serviço de limpeza e conservação com todos os itens que compõem a planilha de custos e formação de preços, conforme dispõe o anexo III da IN 02/2008 da SLTI. Bem como deve, a partir da realização de pesquisa de mercado, apurar o valor de cada item.

Ação Implementada

- Os anexos III e V dos editais 39 e 41/2014, apresentaram aos licitantes a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 02/2008 alterada pela de nº 06, de 23/12/2013.

RELATÓRIO DE AUDITORIA 201317171

- O Ofício nº 25201/2015/CGU/Regional/BA/CGU-PR, de 29/10/2015, encaminhou a Reitoria o Relatório nº 201317171, referente a auditoria realizada no Complexo Hospitalar Prof. Edgard Santos, no período de 01/11/2013 a 31/08/2014. As Constatções constantes do mesmo foram encaminhadas à unidade de saúde tendo obtido as seguintes respostas, conforme consta do Ofício nº 665/2016-SUPERINTENDÊNCIA/HUPES-UFBA/EBSERH/MEC, DE 06/05/2016, conforme a seguir:

Item 1.1.1.2

Constatação – Ausência de instrumentos de contratualização vigentes entre o Hospital Universitário Professor Edgard Santos/UFBA e os entes Estado da Bahia e Município de Salvador

Recomendação 1: Envidar esforços junto ao Estado e ao Município, buscando a regularização dos instrumentos de contratualização, bem como formalizando todas as tratativas, preliminares e conclusivas, realizadas junto aos entes estaduais e municipais para a contratualização.

Ação implementada

- Em atendimento a tal recomendação, foi celebrado o contrato nº 109/2014 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB e o Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos – HUPES-UFBA, para fins de execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Convém, ainda, informar que, no momento, não há uma contratualização específica com o Município de Salvador/BA, pois o contrato de gestão abrange as gestões estadual e municipal.

O Complexo Hospitalar está negociando com o Município de Salvador/BA, através da Central de Regulação e Avaliação do Município, o processo de organização e ampliação de regulação das consultas de especialidades médicas e dos procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade, a fim de ampliar o acesso dos usuários.

Recomendação 2: Realizar levantamento quantitativo e qualitativo dos serviços que podem ser oferecidos (médico-hospitalar, ambulatorial, apoio diagnóstico, terapêutico, etc.), objetivando subsidiar os termos do contrato.

Ação implementada

- O Complexo HUPES-UFBA encontra-se em um processo interno de reestruturação física, assim como reorganização das ações, através de um trabalho participativo entre a governança e os profissionais, principalmente os Chefes e os Coordenadores de Serviços, objetivando a adequação da real capacidade produtiva para o alcance das metas estabelecidas na contratualização com o Estado e na contratualização em articulação com o Município.

Item 1.1.1.3

Constatação - Acesso às consultas especializadas sem integração com a Central de Regulação do município de Salvador, o que implica acesso direto aos serviços médicos por meio dos guichês do Ambulatório Magalhães Neto - AMN.

Recomendação 1: Envidar esforços no sentido de uma maior integração entre o Complexo Hupes e a Central de Regulação do município de Salvador, apresentando propostas para reduzir essa dupla forma de entrada, bem como para corrigir os problemas de encaminhamento da Central de Regulação.

Ação implementada

- Inicialmente, convém informar a formatação do organograma da EBSEH, em que consta o Setor de Regulação e Avaliação em Saúde - SRAS, subdividido na Unidade de Gestão de Regulação de Leitões, Unidade de Gestão de Regulação Ambulatorial e Unidade de Processamento de Informação Assistencial, Monitoramento e Avaliação. No futuro será implantado o Núcleo Interno de

Regulação - NIR que ficará inserido no Setor de Regulação e Avaliação em Saúde - SRAS. Foi feita uma consultoria presencial pela Sra. Marta Rejane e, como fruto desse levantamento, ficou evidenciado que, até então, o HUPES-UFBA não cumpria as metas da contratualização com o Estado da Bahia, sobretudo no setor de alta complexidade. Como estratégia de correção e aumento da produção, a consultora reuniu-se, até então, com a maior parte das equipes médicas e cirúrgicas e das Unidades de Apoio no sentido de estabelecer novas pactuações com metas de produtividade. Ademais, foi feito um levantamento pela EBSEH Sede sobre todos os processos operacionais e assistenciais à saúde, que foram apresentados à gestão e às diversas lideranças do HUPES-UFBA. Assim, o Hospital procura identificar e consolidar as suas vocações assistenciais de forma a atender e se alinhar com as necessidades da comunidade, para fins de sua inserção na Rede de Atenção à Saúde – RAS. Para isso o Hospital procura estabelecer as suas linhas de cuidado que permitirão concretizar tal inserção.

Faz-se necessário estabelecer estratégias, a fim de consolidar os mecanismos de referência e contra referência com o gestor público. Dessa forma, o HUPES-UFBA tem envidado esforços para uma maior integração entre o Complexo HUPES-UFBA e a Central de Regulação do Município de Salvador/BA, bem como para corrigir os problemas de encaminhamento da Central de Regulação.

Item 1.1.1.4

Constatação - Baixo percentual de consultas novas em relação ao universo de consultas disponibilizadas pelo Ambulatório Professor Magalhães Neto - AMN/UFBA.

Recomendação 1: Envidar esforços junto ao Município, buscando diminuir os impactos da falta de uma adequada contra referência, que tem provocado uma baixa oferta de consultas iniciais, apresentando propostas que possam contribuir para solucionar ou minimizar esse problema, inclusive avaliando a possibilidade de envolvimento da Faculdade de Medicina, por meio dos professores e alunos.

Ação implementada

- O HUPES-UFBA vem, reiteradamente, solicitando a presença do Secretário Municipal de Saúde para que conheça as instalações e os serviços disponíveis neste Complexo Hospitalar, para que se possa estabelecer os mecanismos de referência e contra referência na média complexidade ambulatorial (multicentros de saúde) e, dentro da vocação deste nosocômio, se possa estabelecer uma linha de cuidado de pacientes das Unidades de Pronto Atendimento – UPA para o HUPES-UFBA. Além disso, há projetos a serem oferecidos ao gestor público no sentido de atenção integral à saúde do idoso e de indivíduos com problemas respiratórios, dentre outros, residentes num distrito bem definido pela instituição, em que possa se comportar em referência para a comunidade.

Recomendação 2: Realizar levantamento que evidencie o quanto a capacidade operacional do Complexo HUPES tem sido comprometida com casos que não se enquadram no seu nível de atendimento.

Ação implementada

- Com a criação do Núcleo Interno de Regulação – NIR, associado à pactuação com o gestor público, está se iniciando o processo de definição de linhas de cuidado para que se possa definir o perfil de pacientes compatíveis com as vocações da instituição.

Recomendação 3: Instituir mecanismo de apuração e acompanhamento da produtividade dos profissionais de saúde, buscando otimizar a capacidade operacional do Complexo HUPES.

Ação implementada

- Hoje, há um controle mais rigoroso dos profissionais de saúde quanto à presença efetiva por meio do monitoramento do relógio de ponto, sendo cortado o ponto dos médicos faltosos, com ausência de justificativa, desde o mês de setembro/2015. Convém informar que está no planejamento a implantação de catracas, a fim de monitorar as entradas e saídas dos profissionais de uma forma geral.

Ademais, com a implantação do Sistema AGHU, o controle será feito de forma instantânea. Há uma pactuação com os profissionais, quanto à produção, feita pela consultora Sra. Marta Rejane com cada equipe assistencial, cuja produção será monitorada pelo Sistema de Regulação e Avaliação à Saúde - SRAS, para que sejam corrigidas as eventuais não conformidades.

Item 1.1.1.5

Constatação - Falta de divulgação da relação de profissionais envolvidos nos serviços assistenciais do Ambulatório Professor Magalhães Neto/UFBA.

Recomendação 1: Buscar meios alternativos (murais, quadro de avisos, internet etc.) de divulgação da relação de profissionais envolvidos nos serviços assistenciais do Ambulatório Professor Magalhães Neto/UFBA, com as respectivas escalas.

Recomendação 2: Buscar meios alternativos (murais, quadro de avisos, internet etc.) de divulgação da relação de serviços médicos, diagnósticos, terapêuticos etc., com os respectivos horários, atentando-se para os requisitos do Decreto n.º 6932/2009, que institui a Carta de Serviços ao Cidadão.

Ação implementada

- Cumpre-nos informar que estão sendo providenciadas as escalas de serviços assistenciais, bem como os meios alternativos de sua divulgação, para fins de atendimento das recomendações da Controladoria Geral da União.

Item 1.1.1.6

Constatação - Falhas na alimentação e no detalhamento das informações no Sistema Informação Hospitalar - SMART.

Recomendação 1: Qualificar os usuários para a correta utilização do Sistema de Informação que seja utilizado pelo Complexo HUPES.

Ação implementada

- No que se refere a esta recomendação, cumpre-nos informar que foram levantados os fluxos de criação e manuseio das agendas médicas ambulatoriais, tendo sido os atendentes que lidam com a agenda do Sistema SMART treinados quanto às informações e procedimentos corretos.

Os profissionais do Setor de Regulação e Avaliação em Saúde – SRAS, setor este que assumiu o controle das agendas do SMART, também foram treinados quanto aos procedimentos de criação, alteração e bloqueios das agendas médicas.

Recomendação 2: Iniciar, imediatamente, a alimentação do sistema, seja ele o SMART ou o AGHU, com informações tempestivas, completas e fidedignas.

Ação implementada

No que se refere a esta recomendação, convém informar que todas as agendas de 2016 já estão em nome dos profissionais de saúde. Os atendentes já foram treinados quanto à marcação das agendas, bem como quanto ao procedimento de bloqueio de agendas que, hoje, é feito exclusivamente pelo Setor de Regulação e Avaliação em Saúde – SRAS, segundo o fluxo estabelecido.

Recomendação 3: Apresentar o cronograma de implantação do novo sistema de informação aplicativo AGHU.

Ação implementada

- Convém informar que o Sistema SMART está em vias de extinção, considerando que já foram implantados os seguintes módulos do Sistema AGHU: Pacientes, Cadastro, Internação, Prescrição de Enfermagem e Controles do Paciente. Quanto aos demais módulos do Sistema AGHU, estes serão implantados até o fim do 1º (primeiro) semestre de 2016.

Item 1.1.1.7 - Ausência de normativo disciplinando os procedimentos de bloqueio das agendas e suspensão de atendimento.

Recomendação 1: Elaborar normativos que regulamente os procedimentos de bloqueio das agendas médicas ou de procedimentos, bem como de cancelamento e suspensão de atendimento, disciplinando, especialmente, as situações que justificam tais atos, como devem ser solicitados, quem possui o poder de autorizá-los, como devem ser registrados no Sistema e como deve ser feita a comunicação aos pacientes afetados.

Ação implementada

Informamos que está em discussão um plano de ação para os fluxos operacionais do Ambulatório Magalhães Neto, o que será implantado eletronicamente através do AGHU.

Item 1.1.1.8

Constatação - Deficiência na gestão administrativa da equipe médica. Ausência de mecanismos institucionais de controle e acompanhamento dos profissionais à disposição dos coordenadores médicos.

Recomendação 1: Adotar mecanismos institucionais de controle administrativo e acompanhamento dos profissionais que prestam atendimento no Ambulatório.

Ação implementada

- Há o controle da frequência por meio do relógio de ponto digital, de responsabilidade da Divisão de Gestão de Pessoas – DIVGP. Ressalte-se que, por meio da Portaria nº 159/2015, de 30 de julho de 2015, enviada e protocolada junto às Chefias, reiterou-se a obrigatoriedade de registro de frequência eletrônico por todos os profissionais que exercem as suas atividades no Complexo HUPES-UFBA, constando, inclusive orientações de como proceder em caso de mau funcionamento do relógio de ponto eletrônico. Ainda através da mencionada portaria, os profissionais deste Complexo Hospitalar foram cientificados de que as faltas não justificadas serão descontadas, sem prejuízo da apuração de abandono de cargo/emprego ou inassiduidade habitual, bem como de eventual responsabilidade civil, penal e administrativa. Dessa forma, vem sendo feito o controle administrativo e o acompanhamento dos profissionais deste Complexo Hospitalar.

Item 1.1.1.9

Constatação - Profissionais médicos com períodos previstos para atendimento no Complexo Hospitalar inferiores a sua jornada de trabalho registrada no SIAPE.

Recomendação 1: Instituir plano de trabalho para os profissionais da área de saúde, a fim de evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos mesmos (ensino, assistência, pesquisa, gestão e extensão), com a correspondente carga horária.

Ação implementada

- A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH está implantando um programa de gestão que prevê a elaboração de planos de trabalho por equipes e de cada profissional, das áreas administrativa e assistencial, com a definição de metas, atividades e indicadores de produção. Esses planos serão monitorados trimestralmente e os resultados subsidiarão a avaliação de desempenho das equipes de trabalho e dos profissionais.

No 2º (segundo) semestre de 2015 foi iniciado um piloto deste programa, em que foram elaborados planos de trabalho de uma amostra de funcionários e equipes de trabalho, cujos resultados serão avaliados em janeiro e fevereiro de 2016. Importante ressaltar que os serviços assistenciais tiveram uma baixa adesão a essa experiência.

No início de 2016, estará sendo iniciando um novo ciclo do programa, que é coordenado pela Divisão de Gestão de Pessoas.

A Norma Operacional nº 01, de 07 de abril de 2015, que estabelece os princípios norteadores e regulamenta o processo de gestão do desempenho por competências dos colaboradores da EBSEH.

Item 1.1.1.10

Constatação - Ausência de comprovação de compatibilidade de horário de profissionais que acumulam cargos públicos.

Recomendação 1: Comprovar, apresentando as folhas de frequência de 2013 e 2014, o efetivo cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais que acumulam cargos públicos elencados na tabela constante deste ponto do Relatório, tendo em vista a justificativa do gestor fundamentada na existência de um sistema de controle de ponto.

Ação implementada

- Instada a se manifestar, a Chefia da Divisão de Gestão de Pessoas do HUPES-UFBA informou que solicitou à Unidade de Administração – UAP a folha de frequência dos 04 (quatro) servidores indicados neste ponto do Relatório, acompanhada das justificativas das faltas e demais ausências. Convém informar que foram prestados os seguintes esclarecimentos pela UAP: em relação ao servidor com matrícula sob o nº 0981037, informou que este é professor da UFBA, não tendo cadastro na UAP, não fazendo, conseqüentemente, o registro de ponto. Quanto à servidora com matrícula sob o nº 5313812, apresentou suas folhas de frequência, informando que, por possuir 2(duas) matrículas decorrentes de vínculo com a UFBA, são emitidos 2(dois) dos mencionados documentos em seu nome. Quanto aos demais servidores, com matrículas sob o nº 6287370 e sob o nº 6287378, foram encaminhadas as frequências, referentes aos anos de 2013 e 2014.

Item 1.1.1.11

Constatação - Exercício irregular de administração de empresas por servidores públicos.

Recomendação 1: Apurar responsabilidade por possível falta funcional decorrente do exercício irregular de administração de empresas por servidores públicos lotados no HUPES.

Ação implementada

- Diante da celebração de contrato entre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH e a Universidade Federal da Bahia – UFBA, objetivando a gestão do Complexo HUPES-UFBA, cumpre-nos informar que esta Superintendência não tem atribuição para determinar a apuração de responsabilidade por possível falta funcional decorrente do exercício irregular de administração de empresas por servidores públicos da mencionada Universidade, lotados no Complexo HUPES-UFBA. A instauração do pertinente procedimento disciplinar cabe à Universidade Federal da Bahia, nos termos da Cláusula Quinta, Parágrafo Sexto do referido contrato de gestão.

Ratifica-se tal entendimento, inclusive, com a orientação encaminhada pelo Coordenador da Unidade Seccional de Correição da UFBA à Chefia de Gabinete do Magnífico Reitor, por meio da Informação 007 constante dos autos do processo nº 23066.006131/2003-94, no sentido de que em relação a servidor da UFBA, por precaução, “(...) o processo seja instaurado pela Reitoria a fim de evitar qualquer questionamento sobre competência do Superintendente do HUPES instaurar PAD’s, já que consta oficialmente como requisitado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares”.

Item 1.1.1.12

Constatação - Ausência de atendimento e reduzido número de consultas em dias úteis em relação ao Ambulatório Magalhães Neto sem justificativa apresentada.

Recomendação 1: Instituir/aprimorar mecanismo controle da jornada e de acompanhamento das atividades dos profissionais do Complexo HUPES, de modo a evidenciar onde os mesmos estão alocados (ambulatório, sala, enfermaria, etc.), quais as atividades desenvolvidas e os dias e carga horária referida a cada uma delas.

Ação implementada

- No que diz respeito à gestão de pessoas, alguns procedimentos foram adotados no sentido de controlar a jornada de trabalho dos funcionários, a exemplo das Portarias 115/2015 e 159/2015 da Superintendência, que estabelece as condições e responsáveis pelo abono de faltas e reitera a obrigatoriedade de registro de frequência, respectivamente.

Como já informado na recomendação 3 da constatação 1.1.1.4, hoje, há um controle mais rigoroso dos profissionais de saúde quanto à presença efetiva por meio do monitoramento do relógio de ponto, sendo cortado o ponto dos médicos faltosos, com ausência de justificativa, desde o mês de setembro/2015. Está no planejamento a implantação de catracas, a fim de monitorar as entradas e saídas dos profissionais de uma forma geral.

Ademais, com a implantação do módulo AGHU Ambulatorial será resolvida a problemática e possibilitará o acompanhamento das atividades dos profissionais do Complexo HUPES-UFBA, de modo a evidenciar onde os mesmos estão alocados (ambulatório, sala, enfermaria, etc.), quais as atividades desenvolvidas e os dias e carga horária referida a cada um deles.

Recomendação 2: Apurar as possíveis faltas ao serviço, pelos profissionais, nos dias sem atendimento ou com reduzido número de consultas em que não houve justificativa por parte das áreas de Cardiologia e Gastroenterologia.

Recomendação 3: Apurar as possíveis faltas ao serviço nos dias sem atendimento ou com reduzido número de consultas, para os quais as justificativas apresentadas pela área de Reumatologia não foram suficientes para elidir os fatos apontados.

Ação implementada

- Instada a se manifestar, a Chefia da Divisão de Gestão de Pessoas do HUPES-UFBA informou que solicitou aos Coordenadores dos Serviços envolvidos o envio das escalas de trabalho dos dias sem atendimento ou com atendimento reduzido, citados no Relatório, acompanhadas dos nomes e carga horária de cada profissional escalado. Diante de tais solicitações, foram encaminhadas respostas pelas áreas de Cardiologia e de Reumatologia.

Item 1.1.1.13

Constatação - Quantidade de cirurgias cardíacas programadas em face do número de cirurgias informado pela Diretoria do Complexo HUPES aponta para baixa produtividade do serviço.

Recomendação 1: Apresentar relatório fundamentado, informando a capacidade da Unidade para realização dos procedimentos cirúrgicos no período analisado, bem como as justificativas para a frustração das cirurgias, inclusive, com a apresentação de documentos que comprovem as interdições por conta da realização de obras.

Recomendação 2: Apresentar relatório informando o número de procedimentos cirúrgicos que vinham sendo realizados antes do início das obras (programadas, realizadas, suspensas, urgência), bem como o quantitativo atual.

Ação implementada

- Diante da constatação de que o HUPES-UFBA precisa tornar-se referência na alta complexidade, a gestão atual definiu como prioridades as seguintes áreas: Ortopedia, Neurocirurgia, Transplantes, Cirurgia Bariátrica e Cirurgia Cardíaca. Para a cirurgia ortopédica foram convocados seis médicos concursados da EBSEH e foi concluída a obra de uma nova enfermaria com 21 (vinte e um) leitos a serem compartilhados pelas equipes de Ortopedia e Neurologia/Neurocirurgia.

- O HUPES-UFBA é o maior centro de transplante de córnea do Estado da Bahia e referência em transplante de medula óssea e de células tronco em Ortopedia, além de que estão sendo envidados esforços para o atendimento multiprofissional em pacientes com obesidade, ressaltando-se a Cirurgia Bariátrica.

A infraestrutura atual do HUPES-UFBA impõe algumas limitações para o desenvolvimento de cirurgias cardíacas, ressaltando-se a falta de um serviço de Hemodinâmica e de uma unidade de cuidados cardiovasculares (Unidade Coronariana/Medicina Nuclear), cujas obras estão em vias de conclusão.

A obra da Reforma da Unidade de Internação de Cardiologia 1C precisará de acréscimo de aditivo, conforme o Relatório Situacional das Obras no Complexo HUPES-UFBA.

O histórico das cirurgias cardíacas programadas, urgências, suspensas e realizadas no período de 2009 até o mês de novembro de 2015, foi encaminhado à CGU, bem como informações da obra da Reforma da Unidade de Internação de Cardiologia 1C.

Item 1.1.1.14

Constatação - Ausência de produtividade no mês de junho/2014 e redução do número de procedimentos do serviço de cardiologia durante o primeiro semestre/2014.

Recomendação 1: Apresentar relatório fundamentado, informando a capacidade da Unidade para realização dos procedimentos cardiológicos no período analisado, bem como as justificativas para a frustração dos procedimentos, inclusive, com a apresentação de documentos que comprovem as interdições por conta da realização de obras.

Recomendação 2: Apresentar relatório informando o número de procedimentos cardiológicos que vinham sendo realizados antes do início das obras, bem como o quantitativo atual.

Ação implementada

- Inicialmente, há que se ressaltar que o ano de 2014 foi atípico, notadamente na cidade de Salvador/BA, em virtude de ser cidade-sede de jogos da Copa do Mundo realizada no Brasil.

Como já ressaltado, a infraestrutura atual do HUPES-UFBA impõe algumas limitações para o desenvolvimento de cirurgias cardíacas, ressaltando-se a falta de um serviço de Hemodinâmica e de uma unidade de cuidados cardiovasculares (Unidade Coronariana/Medicina Nuclear), cujas obras estão em vias de conclusão. O histórico das cirurgias cardíacas programadas foi encaminhado, urgências, suspensas e realizadas no período de 2009 até o mês de novembro de 2015, foi encaminhado à CGU, bem como informações da obra da Reforma da Unidade de Internação de Cardiologia 1C.

Item 1.1.1.15

Constatação - Pronto Atendimento Pediátrico sem funcionamento desde 2012, causando prejuízo para a população e para os médicos residentes.

Recomendação 1: Adotar providências para reestabelecer o funcionamento do Pronto Atendimento Pediátrico, apresentando cronograma com a previsão de início de atendimento da Unidade.

Ação implementada

- A obra referente à reforma do Pronto Atendimento Pediátrico do CPPHO está paralisada, aguardando a liberação do aditivo, conforme o Relatório Situacional das Obras no Complexo HUPES-UFBA, encaminhado à CGU.

RESULTADO DA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INCLUIDAS NO REUNI

- O Ofício nº 14462/2015/CGU-Regional/BA/CGU-PR, de 22/06/2015, com os Relatórios Homologados REUNI (OSs 241276, 241188, 241034, 241277, 241189 e 241035) foi atendido parcialmente, por meio do Ofício nº 919/2015-GAB/UFBA, de 29/10/2015, recepcionado na CGU em 04/11/2015, com a documentação objeto do Processo 23066.025201/2015-45, Fls. 40 a 61, contendo documentos com a identificação dos Relatórios a que se reportam.

- Em 19 de agosto de 2014 a nova administração da Universidade ante a necessidade de conhecer a realidade das obras em andamento e aquelas que, por motivos diversos se encontravam paralisadas, mediante Portaria nº 289/2014, constituiu uma Comissão de Sindicância com o objetivo de “apresentar relatório analítico e prospectivo das obras de construção civil em curso nesta Universidade”, cujo resultado dos trabalhos foram encaminhados à Reitoria em 30/07/2015. Entre as obras objeto de análise da comissão encontram-se as relacionadas a seguir:

RELATÓRIO DE AUDITORIA 241188

Item 3.1.1.3

Constatação 005 - Atrasos na execução das obras do Hospital de Medicina Veterinária devido a falhas no planejamento e nos projetos da licitação. Inércia da UFBA na apuração de responsabilidades de servidor.

Recomendação:

- Apurar as responsabilidades pelas falhas de planejamento das obras do hospital de medicina Veterinária – HOSPMEV, bem como a responsabilidade por parte de quem autorizou/determinou a realização da licitação sem o devido projeto básico (apenas com estimativa de custos, conforme reconhece a própria UFBA).

Ação implementada

- A comissão concluiu que “houve exagerada prorrogação de prazo de vigência”, considerando que o contrato foi aditivado sete vezes; não houve “liberação das frentes de serviço existentes, que houve indefinição de projetos” e que “o remanejamento do Laboratório de Análises Patológicas objeto da solicitação do 1º Termo Aditivo só foi liberado aproximadamente 100 dias após o encaminhamento da solicitação à Fiscalização”.

- Resta a apuração da responsabilidade na forma proposta pela CGU/BA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA 241277

Item 3.1.1.2

Constatação 005 - Pagamento antecipado de serviços da construção da Biblioteca de Química/Física/Geociências gera prejuízo efetivo de R\$ 465.110,35.

Recomendações:

- Instaurar processo administrativo com vistas a apurar a responsabilidade do(s) servidor(es) que deram causa ao dano;

- Adotar medidas administrativas e judiciais para recuperação dos valores pagos indevidamente à Construtora LAM Ltda.

Ação implementada

- A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI) encaminhou Ofício nº 164/2015-SUMAI, de 22/09/2015, à Construtora LAM Ltda. no qual solicita o ressarcimento do valor pago a maior, como medida administrativa. O Total do valor a ser ressarcido inclui o correspondente a R\$ 465.110,35 e mais R\$ 30.784,53, referente a diferença do percentual do BDI. Aguarda-se o pronunciamento da empresa, que se negativo o atendimento, a Universidade fará a inscrição na Dívida Ativa.

- Resta a apuração da responsabilidade na forma proposta pela CGU/BA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA 241189

Item 3.1.1.2

Constatação 005 – Superfaturamento de R\$ 488.297,88 por quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato resultante da Concorrência nº 18/2008 (jogo de planilha).

Recomendações:

- Instaurar processo administrativo com vistas a apurar a responsabilidade do(s) servidor(es) que deram causa ao dano.

- Adotar medidas administrativas e judiciais para recuperação dos valores pagos indevidamente à Construtora LAM Ltda.

Ação implementada

- A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI) encaminhou Ofício nº 164/2015-SUMAI, de 22/09/2015, à Construtora LAM Ltda. no qual solicita o ressarcimento do valor pago a maior, como medida administrativa. O Total do valor a ser ressarcido motivado pela quebra do

equilíbrio econômico-financeiro do contrato resultante da Concorrência 18/2008. Aguarda-se o pronunciamento da empresa, que se negativo o atendimento, a Universidade fará a inscrição na Dívida Ativa.

- Resta a apuração da responsabilidade na forma proposta pela CGU/BA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA 241035

Item 3.1.1.1

Constatação 002 – Licitação realizada com projetos básicos e planilha de quantitativos incompletos.

Recomendação:

- Apurar responsabilidade por parte de quem autorizou/determinou a realização da licitação sem o devido projeto básico.

Ação implementada

- Conforme informado pela Coordenação de Planejamento Projetos e Obras (CPPO/SUMAI) a mesma vem atendendo a recomendação de somente licitar a partir de projetos básicos e executivos, por meio da contratação de empresa terceirizada para elaboração de tais projetos (Processo 23066.025201/2015-45).

- Resta a apuração da responsabilidade na forma proposta pela CGU/BA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA 241276

Item 3.1.1.1

Constatação 02 – Ausência de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) das obras.

Recomendação

Exigir dos responsáveis técnicos por projetos, execução, fiscalização e orçamento, de suas obras e serviços de engenharia, a apresentação das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs

Ação implementada

- Por meio do Ofício nº 919/2015-GAB/UFBA, de 29/10/2015, recepcionado na CGU em 04/11/2015, informou que esta recomendação já vem sendo atendida pela Coordenação de Planejamento e Projeto ao incluir esta exigência no edital de licitação.

Item 3.1.1.2

Constatação 03 – Alteração informal do projeto licitado, resultando na execução da obra sem formalização de aditivos e sem comprovação da adequabilidade dos serviços e pagamentos realizados.

Recomendação

Formalizar todas as alterações que por ventura ocorram em seus contratos de obras e serviços de engenharia, com detalhamento das especificações, projetos e quantitativos contidos na nova planilha de serviços, bem como as justificativas técnicas e jurídicas que amparem tais mudanças.

Ação implementada

- Essa recomendação já vem sendo adotada nos procedimentos da Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras, conforme registrado em solicitação de aditivo de acréscimo nos contratos de arquitetura e engenharia de alta complexidade.

RELATÓRIO DE AUDITORIA 241034

Item 3.1.1.1

Constatação 004 – Licitação da obra do Hospital de Medicina Veterinária, realizada com base em orçamento incompleto e sem elementos suficientes para a devida compreensão dos custos.

Recomendação

Elaborar orçamentos completos das obras contidos nas licitações, de forma a representar financeiramente, de forma adequada, os projetos propostos, e minimizar os aditamentos contratuais durante a execução.

Ação implementada

- No programa de reestruturação do Setor de Orçamento da Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras (CPPO), atualmente, conta com 3(três) engenheiros, 1(um) terceirizado. Além disso, os projetos básicos e executivos estão sendo desenvolvidos por empresas terceirizadas, o que possibilita um melhor entendimento dos mesmos e, em consequência, possibilita o detalhamento do orçamento.

Item 3.1.1.2

Constatação 006 - BDI do orçamento da obra superestimado em R\$ 70.168,98. DI nos orçamentos de suas obras, constantes dos Acórdãos nºs 325/2007 e 2.226/2013, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como a metodologia de cálculo indicadas nestas decisões.

Ação implementada

- Os referidos Acórdãos já estão sendo atendidos como demonstrado na Constatação 004, do Relatório 241188, constante do Despacho nº 136/2015, da CPPO, já encaminhado à CGU, mediante Ofício nº 919/2015-GAB/UFBA, de 29/10/2015.

NOTA TÉCNICA nº 1731/2015/CGU-R/BA/CGU/PR - acompanhamento das providências para o atendimento das recomendações do Relatório de Auditoria 201317838 (Ofício nº 24437/2015/CGU-Regional/BA/CGU-PR, de 20/10/2015)

Recomendações - Item 10

i) Expedir às Unidades Universitárias, como medida administrativa e gerencial, e com o fim de prevenir e inibir o cometimento de fato similar ao ocorrido na FACOM, orientação formal no sentido de, tempestivamente, atentar para os prazos de vigência e para a necessidade de motivação das decisões de renovações/prorrogações de contratos, convênios e instrumentos congêneres; ii) Expedir às Unidades Universitárias, como medida administrativa e gerencial, e com o fim de prevenir e inibir o cometimento de fato similar ao ocorrido na FACOM, orientação formal no sentido de registrar a completa caracterização dos objetos pactuados nos convênios assinados, nos termos da recomendação anterior; iii) Expedir às Unidades Universitárias, como medida administrativa e gerencial, e com o fim de prevenir e inibir o cometimento de fato similar ao ocorrido na FACOM, orientação formal no sentido de contemplar nas cláusulas dos convênios e instrumentos congêneres o registro das condições gerais de participação e de remuneração dos professores envolvidos nas parcerias, especialmente no que diz respeito à carga horária prevista.

Ação implementada

- A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) encaminhou a toda a estrutura administrativa da Universidade por meio do Ofício Circular nº 017/2016, de 18/05/2016, a Nota Técnica nº 01/2016, com o seguinte teor:

"A Universidade Federal da Bahia vem no decorrer dos anos aperfeiçoando o seu sistema de acompanhamento dos ajustes em geral (convênio, termo de cooperação, contratos acadêmicos, etc.) mediante medidas de caráter organizacional, regulamentar, na melhoria dos processos, da estrutura de pessoal disponível, com a finalidade de atender, principalmente, a legislação que trata de sua relação com as fundações de apoio e entidades da sociedade civil em geral; além de atender as orientações (Recomendações e Determinações) da Controladoria-Geral da União-CGU e do Tribunal de Contas da União-TCU, em resultados de processos de auditoria.

Esse trabalho tem um caráter permanente, em razão da orientação prestada pelos servidores da Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos – CCCONV a todos quantos precisam de orientação desta natureza. Portanto, além de elaborar e publicar os Procedimentos Administrativos concernentes a esta atividade, disponível em <http://www.supad.ufba.br/manual-procedimentos>, verifica-se a necessidade de que tais informações cheguem efetivamente ao corpo docente e administrativo da Universidade.

Assim, em razão da existência de situações pontuais de inobservância das normas e procedimentos que orientam a atividade relacionada com a execução de projetos em geral e seus ajustes (convênios, termos de cooperação, etc.) e com o objetivo de aprimorar os procedimentos nesta área, recomendamos a observância do que segue: a) Cumprir estritamente de prazo o vigência de ajustes; b) Apresentar de forma clara e objetiva a motivação das decisões referentes a renovação ou prorrogação dos ajustes em geral, diligenciando iniciativas com a antecedência necessária à evitar perda de prazo; c) Caracterizar necessariamente os objetos pactuados; d) Realizar o registro das condições gerais de participação e de remuneração dos professores ou técnicos envolvidos nas parcerias firmadas". Ademais, disponibilizou no seu sítio <http://www.proplan.ufba.br/auditorias> o inteiro teor desta mesma Nota Técnica.

7.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

A Administração observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. Contudo, dois fatores interferem na observância rigorosa da disposição legal. Um diz respeito às datas dos repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação e outros órgãos concedentes realizados com bastante atraso e sem um calendário efetivo. O segundo motivo é a falta de documentação comprobatória das despesas, sobretudo das que se relacionam a contratação de mão de obra. Essa segunda situação acarreta liquidação das despesas com relativa distância da data da emissão das faturas e notas fiscais, distorcendo o tempo decorrido entre a data de vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento. A Administração tem exercido com rigor a gestão dos pagamentos tanto dos pequenos valores como das maiores contratações.

7.4 Informações sobre revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento SUMAI

Através do Processo 23066.028590/2015-61, Portaria nº 377/2014, a Reitoria constituiu grupo de trabalho para analisar e revisar os contratos administrativos vigentes na Universidade com o objetivo de reduzir custos da contratação de uma maneira geral. O grupo de trabalho apresentou relatório final, em 28 de julho de 2015, indicando alguns parâmetros a serem examinados na perspectiva da redução da despesa. Apesar de não ter sido cotejada a revisão com base no benefício da desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, uma vez que o objetivo central dos trabalhos foi dirigido a possíveis cortes na mão de obra terceirizada e adoção de novos hábitos no consumo de energia e água, a Administração fará a inserção dessa variável. Para os contratos de obras a Superintendência de Manutenção e Infraestrutura (SUMAI) iniciou a revisão dos contratos com a finalidade exclusiva de observar os casos de benefício da desoneração da folha de pagamento e até junho de 2016 serão concluídos os trabalhos e efetivadas as revisões.

7.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 059 – Despesas com publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	20RK FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	768.653,30	768.653,30
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte PROAD

A Universidade realiza a publicidade legal por meio de dois contratos. Um com a Imprensa Nacional, recentemente renovado para o período de 01/01/2016 a 31/12/2016, e outro com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EBC) que tem vigência para o período de 09/03/2015 a 09/03/2016, também já em processo de renovação. As publicações permitem resultados favoráveis, tanto do ponto de vista da competitividade nas licitações como na ampla divulgação dos concursos públicos. Também os extratos de Contratos e Termos Aditivos são amplamente divulgados na Imprensa Nacional contribuindo, além do cumprimento legal, para subsidiar consultas de preços entre os órgãos federais. Nomeações e Convocações, são outras matérias publicadas para atender os objetivos da Universidade.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Quadro 060 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - 2015

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA									
CNPJ: 15.180.714/0001-04					UG/GESTÃO: 153038/15223				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
5	46/09	FAPEX	1.559.216,16	Nenhuma	0,00	1.470.795,16	16/12/2009	30/10/2015	1
5	56/09	FAPEX	500.000,00	Nenhuma	0,00	500.000,00	23/12/2009	23/12/2015	1
5	75/10	FAPEX	1.872.500,00	Nenhuma	0,00	1.872.500,00	30/11/2010	18/08/2015	1
5	95/10	FAPEX	3.284.000,00	Nenhuma	0,00	3.284.000,00	29/12/2010	31/12/2016	1
5	99/10	FAPEX	900.000,00	Nenhuma	0,00	900.000,00	31/12/2010	30/06/2015	1
5	117/11	FAPEX	705.364,00	Nenhuma	70.536,40	705.363,20	23/09/2011	26/01/2016	1
5	121/11	FAPEX	1.121.716,00	Nenhuma	220.819,04	601.321,62	01/08/2011	01/08/2016	1
5	128/11	FAPEX	201.450,00	Nenhuma	0,00	148.811,54	01/10/2011	31/12/2015	1
5	135/11	FAPEX	920.135,00	Nenhuma	0,00	918.700,00	02/12/2011	10/12/2016	1
5	137/11	FAPEX	584.434,00	Nenhuma	0,00	584.434,00	05/12/2011	22/01/2015	1
5	04/12	FAPEX	750.000,00	Nenhuma	106.200,00	568.708,71	03/01/2012	02/01/2017	1

5	13/12	FAPEX	875.000,00	Nenhuma	163.599,80	863.598,80	04/01/2012	31/03/2016	1
5	26/12	FAPEX	549.199,25	Nenhuma	374.227,10	549.199,25	30/01/2012	05/10/2016	1
5	31/12	FAPEX	7.680.824,40	Nenhuma	1.732.670,55	7.191.501,63	01/03/2012	19/12/2016	1
5	41/12	FAPEX	253.356,98	Nenhuma	0,00	219.833,54	01/03/2012	10/04/2015	1
5	59/12	FAPEX	532.270,00	Nenhuma	0,00	238.645,25	30/01/2012	30/06/2016	1
5	63/12	FEP	2.000.000,00	Nenhuma	488.284,00	1.511.716,00	01/03/2012	01/03/2016	1
5	66/12	FAPEX	33.000,00	Nenhuma	0,00	5.174,97	24/05/2012	31/12/2015	1
5	77/12	FAPEX	1.002.708,00	Nenhuma	0,00	643.108,00	25/06/2012	12/07/2015	1
5	87/12	FAPEX	1.144.694,26	Nenhuma	0,00	919.891,28	17/07/2012	14/12/2015	1
5	108/12	FAPEX	256.000,00	Nenhuma	2.541,25	247.410,25	15/10/2012	31/07/2015	1
5	109/12	FAPEX	1.385.757,20	Nenhuma	0,00	1.385.757,20	15/10/2012	08/02/2015	1
5	110/12	FAPEX	750.000,00	Nenhuma	0,00	750.000,00	23/08/2012	30/06/2016	1
5	111/12	FAPEX	1.270.502,31	Nenhuma	170.342,86	1.270.502,31	25/10/2012	27/06/2015	1
5	112/12	FAPEX	1.313.557,81	Nenhuma	70.150,00	1.273.557,81	16/10/2012	08/04/2016	1
5	113/12	FAPEX	1.272.992,00	Nenhuma	200.000,00	1.272.992,00	26/10/2012	26/02/2016	1
5	114/12	FAPEX	2.354.500,00	Nenhuma	659.260,00	2.048.415,00	11/09/2012	29/02/2016	1
5	120/12	FEP	155.160,00	Nenhuma	53.780,00	119.220,00	24/05/2012	10/08/2015	1
5	122/12	FAPEX	1.411.850,86	Nenhuma	0,00	961.130,86	26/10/2012	31/12/2015	1
5	131/12	FAPEX	600.000,00	Nenhuma	0,00	600.000,00	30/11/2012	11/03/2016	1

5	138/12	FAPEX	210.100,00	Nenhuma	0,00	51.318,87	30/11/2012	30/08/2016	1
5	142/12	FAPEX	3.670.000,00	Nenhuma	265.400,00	2.485.400,00	20/08/2012	25/06/2016	1
5	01/13	FAPEX	1.422.612,00	Nenhuma	0,00	1.422.612,00	26/12/2012	21/01/2016	1
5	02/13	FAPEX	50.000,00	Nenhuma	0,00	50.000,00	04/01/2013	30/04/2015	1
5	03/13	FAPEX	591.653,50	Nenhuma	0,00	291.653,50	17/11/2012	31/05/2016	1
5	05/13	FAPEX	1.540.280,00	Nenhuma	0,00	1.540.280,00	29/12/2012	17/01/2016	1
5	09/13	FAPEX	500.000,00	Nenhuma	0,00	500.000,00	28/12/2012	16/04/2016	1
5	15/13	FAPEX	150.000,00	Nenhuma	0,00	150.000,00	13/12/2012	15/04/2016	1
5	16/13	FAPEX	1.036.608,72	Nenhuma	76.145,95	1.036.608,72	13/12/2012	30/09/2015	1
5	17/13	FAPEX	1.485.067,00	Nenhuma	285.067,00	1.485.067,00	21/12/2012	30/09/2016	1
5	18/13	FAPEX	1.018.600,00	Nenhuma	0,00	1.018.600,00	15/01/2013	10/02/2016	1
5	19/13	FAPEX	176.960,00	Nenhuma	0,00	123.230,55	07/12/2012	10/09/2015	1
5	22/13	FAPEX	264.122,79	Nenhuma	93.060,00	189.119,54	17/12/2012	24/03/2016	1
5	23/13	FAPEX	432.901,73	Nenhuma	0,00	394.868,07	14/02/2013	31/12/2016	1
5	25/13	FAPEX	737.280,00	Nenhuma	146.880,00	478.128,00	04/02/2013	16/11/2016	1
5	26/13	FEP	1.455.722,00	Nenhuma	0,00	1.074.184,00	05/11/2012	06/05/2016	1
5	36/13	FAPEX	2.421.100,00	Nenhuma	0,00	2.421.100,00	05/12/2012	05/02/2016	1
5	38/13	FAPEX	905.728,00	Nenhuma	0,00	905.728,00	21/12/2012	08/05/2015	1
5	41/13	FEP	4.569.050,20	Nenhuma	1.475.014,04	3.082.537,66	05/04/2013	30/05/2016	1

5	42/13	FAPEX	482.604,00	Nenhuma	173.441,33	432.593,33	26/03/2013	16/08/2016	1
5	44/13	FAPEX	243.000,00	Nenhuma	4.352,00	152.379,00	03/05/2013	02/01/2017	1
5	45/13	FAPEX	545.632,50	Nenhuma	0,00	545.632,50	30/04/2013	22/07/2015	1
5	46/13	FEP	411.320,80	Nenhuma	120.000,00	328.275,97	10/05/2013	30/05/2016	1
5	49/13	FAPEX	362.880,00	Nenhuma	124.355,00	260.435,00	25/03/2013	30/03/2016	1
5	50/13	FAPEX	1.980.000,00	Nenhuma	467.288,25	1.004.068,07	03/06/2013	30/06/2016	1
5	52/13	FAPEX	600.000,00	Nenhuma	0,00	600.000,00	21/05/2013	01/11/2016	1
5	53/13	FAPEX	792.000,00	Nenhuma	0,00	791.999,96	02/05/2013	31/12/2016	1
5	55/13	FAPEX	1.707.400,00	Nenhuma	0,00	822.575,50	04/06/2013	19/12/2015	1
5	56/13	FAPEX	5.956.447,62	Nenhuma	872.500,00	2.620.000,00	04/06/2013	05/06/2018	1
5	57/13	FAPEX	204.000,00	Nenhuma	5.907,50	137.508,36	14/06/2013	31/12/2016	1
5	68/13	FAPEX	1.016.248,76	Nenhuma	323.644,77	968.755,64	28/06/2013	31/03/2016	1
5	69/13	FAPEX	120.000,00	Nenhuma	0,00	120.000,00	11/07/2013	13/08/2015	1
5	73/13	FAPEX	225.680,00	Nenhuma	7.628,00	134.132,00	12/07/2013	06/04/2016	1
5	77/13	FEP	432.640,00	Nenhuma	5.530,50	216.235,44	10/07/2013	31/12/2015	1
5	78/13	FAPEX	1.847.862,36	Nenhuma	539.949,39	1.107.640,17	15/08/2013	02/05/2016	1
5	79/13	FAPEX	2.244.000,00	Nenhuma	224.400,00	2.244.000,00	12/08/2013	30/09/2015	1
5	81/13	FEP	247.987,20	Nenhuma	12.288,00	259.123,20	06/09/2013	30/08/2016	1
5	82/13	FAPEX	1.015.384,62	Nenhuma	60.897,37	107.480,70	30/09/2013	29/09/2018	1

5	83/13	FAPEX	19.200,00	Nenhuma	0,00	14.020,00	12/08/2013	30/06/2015	1
5	85/13	FAPEX	460.800,00	Nenhuma	202.680,00	424.620,00	01/10/2013	29/02/2016	1
5	86/13	FAPEX	500.000,00	Nenhuma	150.000,00	500.000,00	04/10/2013	30/07/2016	1
5	87/13	FAPEX	61.560,00	Nenhuma	0,00	45.220,40	22/10/2013	20/02/2015	1
5	88/13	FAPEX	646.551,04	Nenhuma	184.635,73	396.084,03	29/10/2013	06/11/2016	1
5	89/13	FAPEX	95.776,00	Nenhuma	20.895,23	86.839,96	29/08/2013	31/12/2016	1
5	92/13	FAPEX	2.922.515,64	Nenhuma	0,00	2.922.515,64	20/11/2013	26/02/2016	1
5	93/13	FEP	1.500.000,00	Nenhuma	0,00	1.500.000,00	04/11/2013	28/02/2016	1
5	94/13	FAPEX	236.835,81	Nenhuma	42.787,14	157.722,27	12/11/2013	30/03/2016	1
5	95/13	FAPEX	1.830.989,30	Nenhuma	684.088,00	1.457.049,76	22/11/2013	17/09/2016	1
5	96/13	FAPEX	369.402,80	Nenhuma	0,00	369.402,80	11/12/2013	01/01/2015	1
5	97/13	FAPEX	660.754,36	Nenhuma	66.075,43	660.754,36	29/11/2013	26/01/2016	1
5	98/13	FAPEX	2.290.000,00	Nenhuma	0,00	2.290.000,00	12/12/2013	30/04/2016	1
5	99/13	FAPEX	120.000,00	Nenhuma	0,00	120.000,00	17/12/2013	19/12/2016	1
5	100/13	FAPEX	451.000,00	Nenhuma	0,00	451.000,00	11/12/2013	21/11/2016	1
5	101/13	FAPEX	370.000,00	Nenhuma	0,00	370.000,00	20/12/2013	11/03/2015	1
5	102/13	FAPEX	2.569.266,18	Nenhuma	0,00	1.974.401,07	20/12/2013	30/11/2017	1
5	08/14	FAPEX	554.630,00	Nenhuma	0,00	554.630,00	30/12/2013	30/04/2015	1
5	25/14	FAPEX	919.000,00	Nenhuma	415.883,75	709.883,75	05/12/2013	30/09/2016	1

5	30/14	FAPEX	3.500.000,00	Nenhuma	0,00	3.500.000,00	31/12/2013	18/02/2017	1
5	35/14	FAPEX	2.054.700,18	Nenhuma	1.054.700,18	2.054.700,18	14/02/2014	26/03/2016	1
5	36/14	FAPEX	760.000,00	Nenhuma	250.000,00	760.000,00	14/02/2014	31/07/2017	1
5	37/14	FAPEX	264.480,00	Nenhuma	3.813,00	145.216,00	10/02/2014	30/06/2016	1
5	40/14	FAPEX	100.000,00	Nenhuma	0,00	100.000,00	05/02/2014	01/09/2015	1
5	41/14	FAPEX	984.620,95	Nenhuma	302.240,95	984.620,95	06/02/2014	30/07/2016	1
5	43/14	FAPEX	94.000,00	Nenhuma	0,00	94.000,00	10/02/2014	30/04/2016	1
5	44/14	FAPEX	1.500.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	05/03/2014	21/03/2016	1
5	45/14	FAPEX	1.000.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	05/03/2014	21/03/2016	1
5	46/14	FAPEX	171.903,19	Nenhuma	85.952,00	171.903,19	19/03/2014	01/09/2015	1
5	48/14	FEP	305.722,05	Nenhuma	0,00	273.421,23	03/02/2014	16/04/2016	1
5	50/14	FAPEX	264.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	30/12/2013	23/02/2016	1
5	52/14	FAPEX	556.300,81	Nenhuma	139.075,20	556.300,80	26/12/2013	31/01/2016	1
5	55/14	FAPEX	2.540.946,60	Nenhuma	1.270.473,00	0,60	27/12/2013	23/09/2016	1
5	57/14	FAPEX	239.951,60	Nenhuma	0,00	239.951,60	27/12/2013	27/03/2016	1
5	62/14	FAPEX	563.068,56	Nenhuma	281.534,28	563.068,56	30/12/2013	31/01/2016	1
5	68/14	FAPEX	58.879,50	Nenhuma	0,00	40.572,85	12/05/2014	12/10/2015	1
5	70/14	FAPEX	80.240,00	Nenhuma	22.100,00	38.760,00	26/05/2014	30/10/2016	1
5	73/14	FAPEX	100.000,00	Nenhuma	0,00	100.000,00	12/06/2014	31/08/2015	1

5	74/14	FAPEX	640.078,27	Nenhuma	256.031,31	576.070,45	26/06/2014	26/11/2016	1
5	82/14	FAPEX	1.999.208,72	Nenhuma	999.604,36	1.999.208,72	30/12/2013	21/04/2016	1
5	88/14	FAPEX	44.064,00	Nenhuma	10.064,00	44.064,00	24/07/2014	31/12/2015	1
5	89/14	FAPEX	198.135,00	Nenhuma	38.925,00	90.045,00	28/07/2014	25/02/2016	1
5	93/14	FEP	109.956,00	Nenhuma	14.953,81	74.075,16	28/07/2014	30/04/2016	1
5	94/14	FAPEX	31.008,00	Nenhuma	0,00	6.046,75	21/07/2014	30/03/2016	1
5	96/14	FAPEX	489.249,60	Nenhuma	35.668,08	418.255,00	24/07/2014	26/03/2019	1
5	98/14	FAPEX	240.000,00	Nenhuma	120.000,00	180.000,00	20/08/2014	30/04/2016	1
5	99/14	FAPEX	198.135,00	Nenhuma	42.525,00	109.125,00	15/08/2014	25/02/2016	1
5	100/14	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	32.500,00	382.500,00	19/08/2014	31/12/2016	1
5	101/14	FAPEX	260.100,00	Nenhuma	81.474,00	131.199,00	04/08/2014	30/01/2016	1
5	102/14	FEP	121.420,00	Nenhuma	0,00	121.420,00	18/08/2014	27/02/2016	1
5	104/14	FAPEX	568.150,60	Nenhuma	224.075,30	448.150,60	18/08/2014	30/06/2016	1
5	106/14	FAPEX	113.400,00	Nenhuma	92.980,00	113.400,00	18/08/2014	31/05/2016	1
5	107/14	FEP	705.944,00	Nenhuma	150.000,00	200.000,00	18/08/2014	12/12/2016	1
5	108/14	FEP	339.231,59	Nenhuma	90.950,00	141.737,50	03/10/2014	02/05/2016	1
5	109/14	FAPEX	56.193,08	Nenhuma	5.924,50	24.111,10	03/10/2014	30/06/2016	1
5	113/14	FAPEX	250.000,00	Nenhuma	0,00	250.000,00	24/10/2014	04/05/2015	1
5	114/14	FAPEX	22.100,00	Nenhuma	0,00	18.760,00	05/11/2014	29/07/2016	1
5	117/14	FAPEX	877.336,19	Nenhuma	438.668,09	877.336,19	11/11/2014	02/10/2015	1
5	119/14	FAPEX	135.809,60	Nenhuma	13.738,05	23.283,65	10/11/2014	07/04/2017	1
5	120/14	FAPEX	16.150,00	Nenhuma	8.780,00	8.780,00	12/11/2014	23/04/2016	1
5	123/14	FAPEX	96.000,00	Nenhuma	16.990,00	31.990,00	10/11/2014	15/08/2018	1

5	125/14	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	224.660,11	275.521,99	20/11/2014	31/07/2016	1
5	126/14	FAPEX	1.000.000,00	Nenhuma	0,00	1.000.000,00	27/11/2014	19/02/2016	1
5	127/14	FAPEX	484.000,00	Nenhuma	180.833,34	484.000,00	27/11/2014	30/11/2015	1
5	128/14	FAPEX	100.000,00	Nenhuma	0,00	100.000,00	28/11/2014	30/03/2015	1
5	129/14	FAPEX	489.249,60	Nenhuma	0,00	382.586,93	04/12/2014	16/01/2019	1
5	1/15	FAPEX	100.000,00	Nenhuma	100.000,00	100.000,00	31/12/2014	31/03/2016	1
5	2/15	FAPEX	1.684.728,00	Nenhuma	1.684.728,00	1.684.728,00	31/12/2014	30/10/2016	1
5	3/15	FAPEX	200.000,00	Nenhuma	200.000,00	200.000,00	31/12/2014	30/04/2016	1
5	8/15	FEP	100.177,72	Nenhuma	100.177,72	100.177,72	30/01/2015	07/09/2016	1
5	9/15	FAPEX	743.798,93	Nenhuma	743.798,93	743.798,93	19/03/2015	26/03/2017	1
5	11/15	FAPEX	129.710,59	Nenhuma	129.710,59	129.710,59	19/03/2015	27/04/2016	1
5	13/15	FAPEX	116.407,50	Nenhuma	92.984,02	92.984,02	07/04/2015	30/10/2016	1
5	16/15	FAPEX	300.000,00	Nenhuma	300.000,00	300.000,00	23/04/2015	26/03/2017	1
5	17/15	FAPEX	386.750,00	Nenhuma	212.500,00	212.500,00	04/05/2015	02/06/2016	1
5	18/15	FAPEX	65.563,00	Nenhuma	39.383,00	39.383,00	21/05/2015	01/08/2016	1
5	19/15	FAPEX	110.160,00	Nenhuma	40.415,20	40.415,20	27/05/2015	31/03/2016	1
5	20/15	FAPEX	11.959,50	Nenhuma	11.959,50	11.959,50	24/05/2015	30/05/2016	1
5	21/15	FAPEX	226.596,93	Nenhuma	95.133,41	95.133,41	09/06/2015	30/06/2016	1
5	22/15	FAPEX	510.000,00	Nenhuma	47.621,25	47.621,25	12/06/2015	30/09/2016	1
5	23/15	FAPEX	7.735,00	Nenhuma	6.688,42	6.688,42	17/06/2015	31/03/2016	1
5	24/15	FAPEX	59.425,00	Nenhuma	59.425,00	59.425,00	11/08/2015	08/01/2016	1
5	27/15	FAPEX	212.160,00	Nenhuma	51.627,60	51.627,60	17/08/2015	27/05/2016	1
5	29/15	FAPEX	333.200,00	Nenhuma	91.140,00	91.140,00	28/08/2015	31/12/2016	1
5	32/15	FAPEX	306.277,01	Nenhuma	51.037,86	51.037,86	02/09/2015	30/06/2016	1
5	34/15	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	267.750,00	267.750,00	18/09/2015	31/12/2017	1

5	36/15	FAPEX	16.150,00	Nenhuma	4.347,00	4.347,00	18/09/2015	01/03/2016	1
5	37/15	FEP	158.100,00	Nenhuma	13.555,38	13.555,38	18/09/2015	31/12/2016	1
5	38/15	FAPEX	269.995,02	Nenhuma	121.674,00	121.674,00	29/09/2015	30/04/2017	1
5	39/15	FAPEX	269.995,02	Nenhuma	121.674,00	121.674,00	29/09/2015	30/04/2017	1
5	41/15	FAPEX	1.297.412,80	Nenhuma	648.706,40	648.706,40	19/10/2015	07/06/2019	1
5	42/15	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	90.000,00	90.000,00	19/10/2015	31/12/2017	1
5	43/15	FAPEX	368.056,80	Nenhuma	66.912,91	66.912,91	19/10/2015	30/01/2017	1
5	44/15	FAPEX	115.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	22/10/2015	31/08/2017	1
5	45/15	FEP	263.500,00	Nenhuma	131.750,00	131.750,00	05/11/2015	15/10/2017	1
5	46/15	FAPEX	2.567.400,80	Nenhuma	1.258.026,39	1.258.026,39	05/11/2015	01/10/2016	1
5	47/15	FAPEX	363.321,61	Nenhuma	181.660,80	181.660,80	05 /11/2015	18/08/2016	1
5	48/15	FAPEX	605.901,78	Nenhuma	200.000,00	200.000,00	05/11/2015	13/08/2018	1
5	49/15	FAPEX	467.500,00	Nenhuma	103.125,11	103.125,11	10/11/2015	15/05/2017	1
5	50/15	FAPEX	750.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	10/11/2015	31/07/2020	1
5	51/15	FAPEX	699.260,04	Nenhuma	0,00	0,00	10/11/2015	23/06/2016	1
5	53/15	FAPEX	270.356,16	Nenhuma	0,00	0,00	13/11/2015	17/12/2016	1
5	54/15	FAPEX	856.400,00	Nenhuma	0,00	0,00	18/11/2015	22/12/2017	1
5	55/15	FAPEX	28.050,00	Nenhuma	28.050,00	28.050,00	24/11/2015	19/10/2016	1
5	56/15	FAPEX	468.970,00	Nenhuma	0,00	0,00	01/12/2015	23/10/2016	1
5	57/15	FAPEX	126.000,00	Nenhuma	126.000,00	126.000,00	11/12/2015	21/04/2017	1
5	59/15	FAPEX	1.096.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	17/12/2015	20/03/2017	1
5	60/15	FAPEX	223.196,10	Nenhuma	0,00	0,00	30/12/2015	25/03/2019	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso
- 5 - Contrato com Fundação

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: CCONV/PROPLAN,dez/2015

Quadro 061 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio 2015

TIPO	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor		Recursos Financeiros	Recursos pertencentes à IFES envolvidos	
			Início	Fim	Bruto	Repassado no Exercício		Materiais	Humanos
2	46/09	Formação de Recursos Humanos nas Áreas de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	16/12/2009	30/10/2015	1.559.216,16	0,00	ANP	salas aula laboratórios	10 professores
2	56/09	Estudos e Pesquisas na Área de Vigilância Epidemiológica da Dengue com o Objetivo de Desenvolver Sistema de Vigilância Comunitária.	23/12/2009	23/12/2015	500.000,00	0,00	M S	salas aula laboratórios ambulatorios	6 professores
1	75/10	Curso de Especialização em Administração Hospitalar e Sistemas em Serviços de Saúde	30/11/2010	18/08/2015	1.872.500,00	0,00	M S	salas aula	10 professores
2	95/10	Elaboração do Planos de Controle Ambiental para Regularização dos Portos de Aratu, Salvador e Ilhéus-Ba, Ciclo-2010	31/12/2010	31/12/2016	3.284.000,00	0,00	SEC PORTOS	laboratórios salas de apoio	8 PROFESSORES
2	99/10	Estudos e Pesquisas em Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	31/12/2010	30/06/2015	900.000,00	0,00	MS/FNS	sala APOIO laboratórios ambulatorios	7 PROFESSORES
1	117/11	Curso de Especialização em Saúde Coletiva	23/09/2011	26/01/2016	705.364,00	70.536,40	SESAB	Sala de Aula	19 PROFESSORES
2	121/11	Mapa Metalogenético do Estado da Bahia II	01/08/2011	01/08/2016	1.121.716,00	220.819,04	CBPM	SALA DE APOIO LABORATÓRIOS	4 PROFESSORES
1	128/11	Gestão dos Recursos do Curso de Especialização em Contabilidade Pública - 2011/2012	01/10/2011	31/12/2015	201.450,00	0,00	ALUNOS	Sala de Aula	3 PROFESSORES
2	135/11	Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade FACED/UFBA formação e qualificação em nível de Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	02/12/2011	10/12/2016	920.135,00	0,00	IFBA	Sala de Apoio	41 PROFESSORES (**)
1	137/11	Treinamento para Elaboração de Diagnóstico e Resolução de Problemas de	05/12/2011	22/01/2015	584.434,00	0,00	M S	SALA DE AULA LABORATÓRIOS	4 PROFESSORES

		Gestão de Equipamentos da Hemorrede Pública Nacional							
2	04/12	Apoio ao projeto REMESSA	03/01/2012	02/01/2017	750.000,00	106.200,00	RNP	estrutura cpd	3 professores
2	13/12	Elaboração de documentação, pesquisa, restauração e exposição das coleções Mirabeau Sampaio/Santíssima Trindade e Museu de Arte Sacra/UFBA	04/01/2012	31/03/2016	875.000,00	163.599,80	UFBA	Instalações museu arte sacra	2 professores 18 funcionários
2	26/12	Estabelecer uma cooperação com vistas à participação de docentes do PPGE/UFBA no mestrado em Educação com ênfase em gestão e avaliação na Universidade Nacional do Timor Leste	30/01/2012	05/10/2016	549.199,25	374.227,10	UNTL	sala de aula sala de apoio	10 professores
1	31/12	Capacitar e formar profissionais especializados p/ atuação em centro de atenção psicossociais de álcool e outras drogas	01/03/2012	19/12/2016	7.680.824,40	1.732.670,55	SESAB	sala de aula sala de apoio	5 PROFESSORES 31 FUNCIONÁRIOS 7 ESTAGIÁRIOS
2	41/12	Curso de Mestrado Profissional em Administração em Parceria com a Universidade PETROBRAS	01/03/2012	10/04/2015	253.356,98	0,00	PETROBRAS	sala de aula sala de apoio	10 professores 1 funcionário
1	59/12	Curso Especialização Avançada em Neuropsicologia	30/01/2012	30/06/2016	532.270,00	0,00	UFBA	SALA DE APOIO SALA DE AULA	4 professores 10 funcionários 5 estagiários
2	63/12	Prevenção do Uso Abusivo de Drogas em Ambientes Escolares do Estado da Bahia	01/03/2012	01/03/2016	2.000.000,00	488.284,00	SEC EST DE EDUCAÇÃO	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 7 FUNCIONÁRIOS 11 ESTAGIÁRIOS
1	66/12	Promoção do Ensino e da Língua Galega	24/05/2012	31/12/2015	33.000,00	0,00	XUNTA GALICIA	SALA DE APOIO AUDITÓRIOS	2 PROFESSORES 9 PALESTRANTES
2	77/12	Desenvolvimento, montagem e ensaios da visibilidade de prototipos de teste de conceito de PIG	25/06/2012	12/07/2015	1.002.708,00	0,00	PETROBRAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	11 professores
2	87/12	Desenvolvimento de Técnicas de Biomonitoramento utilizando anelídeos poliquetas presentes em praias arenosas da Baía de Todos os Santos	17/07/2012	14/12/2015	1.144.694,26	0,00	PETROBRAS	LABORATÓRIO SALA DE APOIO	8 professores 2 funcionários
1	108/12	Curso de Especialização em Microbiologia	15/10/2012	31/07/2015	256.000,00	2.541,25	UFBA	SALA DE AULA	27 professores

1	109/12	Curso de Extensão em Língua Inglesa para Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública da Bahia visando a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil em 2014 e 2016	15/10/2012	08/02/2015	1.385.757,20	0,00	SEC. EDUCAÇÃO DA BAHIA	SALA DE AULA	26 PROFESSORES 4 ESTAGIÁRIOS
2	110/12	Curso de Mestrado Profissional em Administração em Parceria com o IFBA	23/08/2012	30/06/2016	750.000,00	0,00	IFBA	SALA DE APOIO SALA DE AULA	17 PROFESSORES 1 FUNCIONÁRIO
2	111/12	Estudo do Reuso de Efluentes Tratados na FTE - Biodiesel Candeias	25/10/2012	27/06/2015	1.270.502,31	170.342,86	PETROBRAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	14 professores 8 estudantes
2	112/12	Pesquisa e Desenvolvimento de Aplicações de resíduos catalítico de unidades de RFCC da Refinaria Landulfo Alves - Mataripe/Ba	16/10/2012	08/04/2016	1.313.557,81	70.150,00	PETROBRAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	2 professores
2	113/12	Núcleo de Extensão de Letras - NUPEL	26/10/2012	26/02/2016	1.272.992,00	200.000,00	UFBA	SALA DE AULA	17 professores 7 funcionários
2	114/12	Desenvolvimento de pesquisa cooperativa para Racionalização do Consumo de Água e Energia nos Prédios Públicos Estaduais - Etapa III	23/08/2012	29/02/2016	2.354.500,00	659.260,00	SAEB	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 professores 3 funcionários
2	120/12	Cabeça-de-série de um dispositivo de detecção de desvios embutidos de energia elétrica	24/05/2012	10/08/2015	155.160,00	53.780,00	COELBA	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	2 professores 1 aluno
2	122/12	Curso de Mestrado Profissional em Administração em Parceria com o MEC	26/10/2012	31/12/2015	1.411.850,86	0,00	SETEC/MEC	SALA DE APOIO SALA DE AULA	16 professores
2	131/12	Pesquisa Aplicada para Úlceras e Osteomielites do Membro Inferior no Portador de Doença Falciforme	30/11/2012	11/03/2016	600.000,00	0,00	CHS	SALA DE APOIO AMBULATÓRIO	5 professores 2 funcionários
2	138/12	Sinergia através da integração de conhecimentos biológicos e biogeoquímicos em pesquisas de coral - SYMBIOCORE	30/11/2012	30/08/2016	210.100,00	0,00	UNIV. ESTRANGEIRAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 professores 2 alunos 2 colaboradores
2	142/12	Rede de Assistência, Ensino e Pesquisa à Criança e Adolescente com Deficiência Física	20/08/2012	25/06/2016	3.670.000,00	265.400,00	EMENDA PARLAMENTAR	SALA DE APOIO	7 PROFESSORES 2 PESQUISADORES 14 ALUNOS 6 FUNCIONÁRIOS
2	01/13	Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Sistema de Saúde com Ênfase em Hemocentros	26/12/2012	21/01/2016	1.422.612,00	0,00	M S	SALA DE AULA	11 PROFESSORES 2 TÉCNICOS
2	02/13	Apoio ao Projeto de Preservação e Memória dos Estudos Feministas da Bahia	04/01/2013	30/04/2015	50.000,00	0,00	UFBA	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 1 ESTUDANTE

									1 TÉCNICO
2	03/13	Prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de LER/DORT em pescadores artesanais da Bahia de Todos os Santos	17/11/2012	31/05/2016	591.653,50	0,00	SESAB	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 2 ESTAGIÁRIOS 1 FUNCIONÁRIO
1	05/13	Curso de Especialização em Saúde Coletiva com Ênfase na área de Concentração em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	29/12/2012	17/01/2016	1.540.280,00	0,00	M S	SALA DE AULA LABORATÓRIO	11 PROFESSORES 2 TÉCNICOS
2	09/13	Fortalecimento das Capacidades de Vigilância e Respostas às Emergências de Saúde Pública das Secretarias Estaduais de Saúde	28/12/2012	16/04/2016	500.000,00	0,00	M S	SALA DE APOIO	5 PROFESSORES 8 PESQUISADORES
2	15/13	Estudo de Pesquisa - Avaliar o Efeito do Programa de Bolsa Família nas Estimativas de Morbi - Mortalidade por Tuberculose e na Adesão ao Tratamento da Tuberculose nos Municípios Brasileiros	13/12/2012	15/04/2016	150.000,00	0,00	M S	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR 2 ESTUDANTES 1 FUNCIONÁRIO
1	16/13	Curso de Especialização em Saúde Coletiva com Ênfase em Gestão da Atenção Básica	13/12/2012	30/09/2015	1.036.608,72	76.145,95	FESF	SALA DE AULA LABORATÓRIO	13 PROFESSORES 2 ESTUDANTES 2 ESTAGIÁRIOS 1 TÉCNICO
2	17/13	Elaboração de Subsídios Conceituais, operacionais e Metodológicos para implantação do Programa Estação da Juventude	21/12/2012	30/09/2016	1.485.067,00	285.067,00	SNJ	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 4 TÉCNICOS 3FUNCIONÁRIOS
2	18/13	Curso de Gestão de Equipamentos para Hemorrede Pública e Qualificação do Parque Tecnológico da Hemorrede Pública Nacional	15/01/2013	10/02/2016	1.018.600,00	0,00	M S	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 PROFESSORES 2 ESTUDANTES 2 PESQUISADORES 2 TÉCNICOS
1	19/13	Curso de Especialização em Contabilidade Gerencial	07/12/2012	10/09/2015	176.960,00	0,00	UFBA		13 PROFESSORES 1 TÉCNICO
1	22/13	Curso de Extensão Aperfeiçoamento para Contabilista	17/12/2012	24/03/2016	264.122,79	93.060,00	PETROBRAS	SALA DE AULA	6 PROFESSORES 1 ALUNO 1 TÉCNICO
2	23/13	Estudo Temporal Interdisciplinar da Vida Bentônica Oceânica sob a Influência dos Emissários Submarino da CETREL e da MILLENIUM - ciclo 2012/2013	14/02/2013	31/12/2016	432.901,73	0,00	CETREL	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 8 PESQUISADORES 3 ESTAGIÁRIOS

1	25/13	Curso de Especialização em Ortopedia turma 6ª e 7ª	04/02/2013	16/11/2016	737.280,00	146.880,00	UFBA	SALA DE AULA	21 PROFESSORES
2	26/13	Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matiz Energética Brasileira	05/11/2012	06/05/2016	1.455.722,00	0,00	COELBA	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 4 ALUNOS
1	36/13	Treinamento sobre qualificação técnica da hemorrede pública nacional em gestão ambiental	05/12/2012	05/02/2016	2.421.100,00	0,00	M S	sala de apoio	2 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 8 PESQUISADORES 1 ESTAGIÁRIO
1	38/13	Curso sobre Aperfeiçoamento de Instrutores Multiplicadores de pessoal de Sala de vacinação	21/12/2012	08/05/2015	905.728,00	0,00	FNDE	SALA DE AULA	4 PROFESSORES 4 ESTUDANTES 3 TÉCNICOS 2 FUNCIONÁRIOS
2	41/13	Grupo de projeto Fraunhofer Bahia em Engenharia de Software e Sistemas	05/04/2013	30/05/2016	4.569.050,20	1.475.014,04	SECTI	sala de apoio	9 professores 46 estudantes 3 técnicos 37 pesquisadores 11 funcionários
2	42/13	Mapeamento da Pesquisa Científica do Desenvolvimento Tecnológico e da inovação de biotecnologia para energia e respectiva regulação para uso de Transgênicos na Natureza	26/03/2013	16/08/2016	482.604,00	173.441,33	PETROBRAS	sala de apoio laboratório	1 professor 5 estudantes
1	44/13	Curso de Especialização em Estudos Linguísticos e Literários	03/05/2013	02/01/2017	243.000,00	4.352,00	UFBA	SALA DE AULA	26 professores 2 Técnicos 3 estudantes
2	45/13	Reavaliação Geológica da Bacia de Recôncavo: estratigrafia de sequencias, sismoestratigrafia, geologia estrutural e possíveis implicações para novos leadas exploratórios	30/04/2013	22/07/2015	545.632,50	0,00	Rio das Contas Prod de Petroleo Ltda	sala de apoio laboratório	2 pesquisadores 4 estagiários
2	46/13	Riscos de contaminação ambiental e humana relacionadas à exploração da Unidade concentrado de urânio no Sudoeste da Bahia	10/05/2013	30/05/2016	411.320,80	120.000,00	MP TRAB.	sala de apoio	6 professores 2 funcionários 2 estagiários
1	49/13	Curso de Especialização em Protése Dentária	25/03/2013	30/03/2016	362.880,00	124.355,00	UFBA	SALA DE AULA	17 professores 1 técnico
2	50/13	Achados Diagnósticos Médicos e Laboratoriais dos Animais Atendidos no	03/06/2013	30/06/2016	1.980.000,00	467.288,25	FNDE	sala de apoio laboratório	8 professores 31 técnicos

		Hospital de Medicina Veterinária da UFBA em Apoio ao Ensino e a Pesquisa com Enfoque nas Enfermidades de Interesse para a Saúde Pública							7 funcionários 18 bolsistas
1	52/13	Curso de Capacitação de Profissionais que atuam na atenção aos pacientes portadores de doenças hematológicas	21/05/2013	01/11/2016	600.000,00	0,00	FNS	SALA DE AULA	1 professor 6 colaboradores 1 técnico
2	53/13	Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania	02/05/2013	31/12/2016	792.000,00	0,00	TJ	SALA DE AULA	24 professores 2 colaboradores
2	55/13	Circuitos Arquelógicos de Visitação da Chapada Diamantina	04/06/2013	19/12/2015	1.707.400,00	0,00	IPAC	sala de apoio	2 professores 8 pesquisadores 2 técnicos 4 alunos 4 funcionários
2	56/13	Desenvolvimento Acadêmico: Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Universitária	04/06/2013	05/06/2018	5.956.447,62	872.500,00	UFBA	sala de apoio	13 professores 42 técnicos 8 pesquisadores
1	57/13	Curso de Especialização em Gestão Contábil e Tributária Turma 02	14/06/2013	31/12/2016	204.000,00	5.907,50	UFBA		21 professores 1 técnico
1	68/13	Pedagogia Coletiva de Instrumentos Musicais 2013	28/06/2013	31/03/2016	1.016.248,76	323.644,77	UFBA	sala de apoio	19 professores 15 técnicos 19 alunos 3 funcionários
2	69/13	O Sistema Único de Saúde em Estados e Municípios	11/07/2013	13/08/2015	120.000,00	0,00	BID	sala de apoio	2 professores 3 pesquisadores 5 funcionários
1	73/13	Curso de Especialização em Teoria da Clínica Psicanalítica	12/07/2013	06/04/2016	225.680,00	7.628,00	UFBA	SALA DE AULA	12 professores 5 técnicos
1	77/13	Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho - 2013	10/07/2013	31/12/2015	432.640,00	5.530,50	UFBA	SALA DE AULA	27 professores
2	78/13	Geoterm-SEAL - Fluxo de Calor e Distribuição Vertical de Produção de Calor no Embasamento adjacente e no Interior da Bacia Sedimentar Sergipe-Alagoas	15/08/2013	02/05/2016	1.847.862,36	539.949,39	PETROBRAS	sala de apoio	5 professores 2 técnicos
1	79/13	II Curso de Especialização em Saúde Coletiva: Concentração em Gestão da	12/08/2013	30/09/2015	2.244.000,00	224.400,00	FESF	sala de aula	34 professores 4 estagiários

		Atenção Básica (Ênfase em Saúde da Família)							
1	81/13	2ª Turma do Curso de Especialização em Higiene Ocupacional em Empresa de Petróleo 2013	06/09/2013	30/08/2016	247.987,20	12.288,00	PETROBRAS	SALA DE AULA	20 professores
2	82/13	Controle de Qualidade Microbiológica de Alimentos e águas do Estado da Bahia	30/09/2013	29/09/2018	1.015.384,62	60.897,37	MICROBIOLOGIA	LABORATÓRIO	16 professores 1 técnico 1 funcionário
2	83/13	XI CINFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação	12/08/2013	30/06/2015	19.200,00	0,00	UFBA	AUDITÓRIO	5 PROFESSORES 3 TÉCNICOS
1	85/13	Curso de Especialização em Implantodontia - V Turma	01/10/2013	29/02/2016	460.800,00	202.680,00	UFBA	SALA DE AULA	13 PROFESSORES
2	86/13	Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências -PPGEFHC	04/10/2013	30/07/2016	500.000,00	150.000,00	IFBA	SALA DE AULA	21 PROFESSORES
1	87/13	Curso de Extensão : Diálogo e Gestão de Conflitos no Desenvolvimento de Lideranças	22/10/2013	20/02/2015	61.560,00	0,00	UFBA	SALA DE AULA	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 3 ESTUDANTES 2 FUNCIONÁRIOS
2	88/13	Serviço de Controle de Qualidade Higiênico-Sanitário no Âmbito da Unidade de Exploração da Bahia - UOBA	29/10/2013	06/11/2016	646.551,04	184,635,73	PETROBRAS	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 2 ESTUDANTES 1FUNCIONÁRIO
2	89/13	Programa de Difusão Tecnologia em Pecuária Leiteira - PDTPL	29/08/2013	31/12/2016	95.776,00	20.895,23	EMEVZ	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	7 PROFESSORES
2	92/13	Avaliação da Atenção Básica no 2º Ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da AB(PMAQ) no Estado da Bahia	20/11/2013	26/02/2016	2.922.515,64	0,00	FNS	SALA DE APOIO	6 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 15 ALUNOS 2 FUNCIONÁRIOS
2	93/13	Migração dos dados da plataforma tecnológica do sistema nacional de transplantes para a nova plataforma desenvolvida e desenvolver um protótipo de análise de informações baseada em modernas tecnologias	04/11/2013	28/02/2016	1.500.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES
1	94/13	Curso de Especialização em Arte Educação: Cultura Brasileira e Linguagens Artísticas contemporâneas	12/11/2013	30/03/2016	236.835,81	42.787,14	UFBA	SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO

2	95/13	Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias/Salvador-ba	22/11/2013	17/09/2016	1.830.989,30	684.088,00	CEF	SALA DE APOIO	6 PROFESSORES 4 PESQUISADORES 2 ESTUDANTES 2 FUNCIONÁRIOS
2	96/13	Manutenção e Ampliação do Centro Regional de Referência na Região Metropolitana de Salvador	11/12/2013	01/01/2015	369.402,80	0,00	SENAD	SALA DE APOIO	10 professores 1 técnico 18 alunos 2 pesquisadores
2	97/13	Curso de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva - MPSC	29/11/2013	26/01/2016	660.754,36	66.075,43	SESAB	SALA DE AULA	18 professores 1 técnico 5 funcionários
2	98/13	Planos Municipais de Cultura em Ambientes de Aprendizagem à Distância	12/12/2013	30/04/2016	2.290.000,00	0,00	MINC	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 professores 1 técnico 2 funcionários 3 estudantes
2	99/13	Utilização dos Recursos de Incentivos para Implantação do Centro de Atenção Psicossocial Gregório de Matos	17/12/2013	19/12/2016	120.000,00	0,00	SESAB	SALA DE APOIO	5 professores 1 técnico 1 funcionário
2	100/13	Execução de Projetos de Estudos e reuniões de trabalho aplicadas no âmbito das políticas culturais e sua interfaces com educação e ensino superior, com ênfase nas artes e na comunicação	11/12/2013	21/11/2016	451.000,00	0,00	MINC	SALA DE APOIO	2 professores 2 técnicos 1 estudante 1 pesquisador
2	101/13	Centro Regional de Referência em Educação Permanente para Crack e outras Drogas	20/12/2013	11/03/2015	370.000,00	0,00	SENAD	SALA DE APOIO	16 professores 4 técnicos 1 pesquisador
2	102/13	Mestrado Profissional em Engenharia Industrial - Turma 2014.1 IFAL	20/12/2013	30/11/2017	2.569.266,18	0,00	IFAL	SALA DE AULA	26 professores 1 técnico 1 funcionário 1 aluno
1	08/14	Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste - Pós-Graduação Latu Senso em Gestão Cultural	30/12/2013	30/04/2015	554.630,00	0,00	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	SALA DE AULA	10 PROFESSORES 6 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR

2	25/14	Ecosmar - Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba	05/12/2013	30/09/2016	919.000,00	415.883,75	DOW QUÍMICA	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 5 FUNCIONÁRIOS 8 ALUNOS
2	30/14	Análise das Causas Determinantes da Geração de Resíduos e Perdas de Bolsas de Sangue e Outros Produtos na Cadeia de Sangue e Hemocomponentes	31/12/2013	18/02/2017	3.500.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES 1 FUNCIONÁRIO
2	35/14	Avaliação do Perfil dos Agentes Comunitários de Saúde no Processo de Consolidação da Atenção Primária à Saúde no Brasil	14/02/2014	26/03/2016	2.054.700,18	1.054.700,18	M S	SALA DE APOIO	5 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR 2 ALUNOS
2	36/14	Observatório Estadual de Economia Criativa - Bahia	14/02/2014	31/07/2017	760.000,00	250.000,00	MIN. CULTURA	SALA DE APOIO	8 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES
1	37/14	Curso de Especiliazação/Aperfeiçoamento em Pavimentação	10/02/2014	30/06/2016	264.480,00	3.813,00	UFBA	SALA DE AULA	26 PROFESSORES 4 TÉCNICOS
2	40/14	Estudo das Condições de Saúde do Trabalhador da Saúde: fatores associados à morbi-mortalidade	05/02/2014	01/09/2015	100.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 1 TÉCNICO 3 ALUNOS
1	41/14	Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste - Pós-Graduação Latu Senso em Gestão Cultural	06/02/2014	30/07/2016	984.620,95	302.240,95	MIN. CULTURA	SALA DE AULA	11 PROFESSORES 6 TÉCNICOS

2	43/14	Avaliação de Ações de Vigilância em Saúde dos Trabalhadores e da População, Afetados com a Contaminação Ambiental de Chumbo, Camio Chumbo, Cadmio, Cobre e Zinco, no Município de Santo Amaro - Ba	10/02/2014	30/04/2016	94.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 PROFESSORES 1 PESQUISADOR 7 ALUNOS
2	44/14	Tratamento das Necroses Ósseas do Quadril das Pessoas com doença Falciforme em Estágio Avançado, Utilizadndo o Transplante de Cartilagem	05/03/2014	21/03/2016	1.500.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	6 PROFESSORES 1 PESQUISADOR 3 FUNCIONÁRIOS 9 ALUNOS
2	45/14	Pesquisa Aplicada para Infecções Ósseas de Pessoas com doença Falciforme	05/03/2014	21/03/2016	1.000.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 PROFESSORES 1 ALUNO
1	46/14	Curso de Qualificação de Gestores do Programa Nacional de Controle da tuberculose	19/03/2014	01/09/2015	171.903,19	85.952,00	FNS	SALA DE AUL	12 PROFESSORES 4 FUNCIONÁRIOS
2	48/14	Avaliação dos Impactos Socioculturais da Implantação do Terminal de Regasificação da Bahia - TRBA	03/02/2014	16/04/2016	305.722,05	0,00	PETROBRAS	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 7 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES 4 ALUNOS
2	50/14	Pesquisa sobre alterações bucais das pessoas com doença falciforme e correlações em análise cefalométrica	30/12/2013	23/02/2016	264.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 2 FUNCIONÁRIOS 1 ALUNO
1	52/14	Curso de Especialização em atenção integral ao consumo e aos consumidores de substâncias psicoativas no Estado do Piauí	26/12/2013	31/01/2016	556.300,81	139.075,20	SENAD	SALA DE AULA	23 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 4 PESQUISADORES

1	55/14	Curso de Atualização em Planejamento e Gestão em Sistemas de Saúde	27/12/2013	23/09/2016	2.540.946,60	1.270.473,00	FNS	SALA DE AULA	16 PROFESSORES 1 TÉCNICO 1 ALUNO
2	57/14	Conhecimento e Aceitabilidade da PrEP(profilaxia pré exposição ao HIV) entre travestis e transexuais em Salvador-Bahia	27/12/2013	27/03/2016	239.951,60	0,00	FNS	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 6 PESQUISADORES 7 FUNCIONÁRIOS
1	62/14	Curso de Especialização em atenção integral ao consumo e aos consumidores de substâncias psicoativas nos Estado da Bahia e Sergipe	30/12/2013	31/01/2016	563.068,56	281.534,28	SENAD	SALA DE AULA	33 PROFESSORES 4 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR 2 ALUNOS
1	68/14	Curso de Extensão em Fotografia - 2014	12/05/2014	12/10/2015	58.879,50	0,00	UFBA	SALA DE AULA	4 PROFESSORES 1 ALUNO
2	70/14	1ª Turma do Curso de Mestrado Profissional em Engenharia Industrial - Turma 2014.1	26/05/2014	30/10/2016	80.240,00	22.100,00	FORD/ELETRIC SERVICE	SALA DE AULA	10 PROFESSORES
2	73/14	Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, Turma 2014-1	12/06/2014	31/08/2015	100.000,00	0,00	IPHAN	SALA DE APOIO	32 PROFESSORES 1 TÉCNICO 1 ALUNO
2	74/14	Mestrado Profissional em Saúde Coletiva com Concentração em Gestão de Sistema de Saúde	26/06/2014	26/11/2016	640.078,27	256.031,31	SEC. SAÚDE PIAUÍ	SALA DE APOIO	30 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 1 FUNCIONÁRIO

1	82/14	Curso de Especialização em Gestão de Sistema de Saúde com Ênfase em Serviços de Hemoterapia e Hematologia	30/12/2013	21/04/2016	1.999.208,72	999.604,36	FNS	SALA DE AULA LABORATÓRIO	39 PROFESSORES 4 TÉCNICOS 6 FUNCIONÁRIOS 4 ALUNOS
2	88/14	IV Congresso Baiano de Educação Inclusiva e II Simpósio Brasileiro de Educação Especial	24/07/2014	31/12/2015	44.064,00	10.064,00	UFBA	AUDITÓRIO	3 PROFESSORES 4 FUNCIONÁRIOS 5 ALUNOS
1	89/14	Curso de Especialização em Enfermagem Intensivista - Turma 2014	28/07/2014	25/02/2016	198.135,00	38.925,00	UFBA	SALA DE AULA	29 PROFESSORES
1	93/14	Curso de Extensão em Higiene Ocupacional - 2014	28/07/2014	30/04/2016	109.956,00	14.953,81	UFBA	SALA DE AULA	10 PROFESSORES 7 TÉCNICOS
1	94/14	Curso de Extensão Sociologia da Solidariedade - 2014	21/07/2014	30/03/2016	31.008,00	0,00	UFBA	SALA DE AULA	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO
2	96/14	PRH nº 49 - Programa de Formação de Recursos Humanos em Tecnologia Avançadas para a Recuperação de Petróleo e Gás Natural em Campos Maduros	24/07/2014	26/03/2019	489.249,60	35.668,08	ANP	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	34 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES 1 FUNCIONÁRIO 18 ALUNOS
2	98/14	Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovação Pedagógicas	20/08/2014	30/04/2016	240.000,00	120.000,00	PREF. IRECÊ	SALA DE AULA	11 PROFESSORES 1 TÉCNICO

1	99/14	Curso de Especialização em Enfermagem em Centro Cirúrgico - Turma 2014	15/08/2014	25/02/2016	198.135,00	42.525,00	UFBA	SALA DE AULA	16 PROFESSORES 1 TÉCNICO
2	100/14	Curso de Mestrado Profissional em Administração em Parceria UNIVASF - Turma 2014	19/08/2014	31/12/2016	382.500,00	32.500,00	UNIVASF	SAL SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO
1	101/14	Curso de Especialização em Perícia Contábil Judicial e Extrajudicial - 2014	04/08/2014	30/01/2016	260.100,00	81.474,00	UFBA	SALA DE AULA	21 PROFESSORES 1 TÉCNICO
1	102/14	8º Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica - Turma 2014	18/08/2014	27/02/2016	121.420,00	0,00	FNS	SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO
2	104/14	Identificação e registro documental dos saberes relativos aos mestres artífices da construção tradicional na Chapada Diamantina - BA	18/08/2014	30/06/2016	568.150,60	224.075,30	IPHAN	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 1 PEQUISADOR 1 COLABORADOR 1 ALUNO
1	106/14	2ª Turma do Curso de Especialização em Currículo Escolar - Prefeitura Municipal de Irecê-BA	18/08/2014	31/05/2016	113.400,00	92.980,00	PREF. IRECÊ	SALA DE AULA	18 PROFESSORES
2	107/14	Inclusão Social e Promoção da Saúde de pessoas com sofrimento psíquico por meio da incubação de empreendimentos solidários no campo da saúde mental	18/08/2014	12/12/2016	705.944,00	150.000,00	SETRE - BA	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 4 PESQUISADORES 1 FUNCIONÁRIO 12 ALUNOS

1	108/14	Curso de Especialização em Segurança de Barragens: Aspectos Técnicos e Legais - 2014	03/10/2014	02/05/2016	339.231,59	90.950,00	UFBA	SALA DE AULA	17 PROFESSORES 1 TÉCNICO 3 FUNCIONÁRIOS
1	109/14	Curso de Extensão em Análise e Avaliação de Agentes de risco ocupacional - Turma 2014	03/10/2014	30/06/2016	56.193,08	5.924,50	UFBA	SALA DE AULA	6 PROFESSORES 5 TÉCNICOS
2	113/14	Seminário Nacional Mulher e Cultura	24/10/2014	04/05/2015	250.000,00	0,00	MIN. CULTURA	AUDITÓRIO	59 PROFESSORES
2	114/14	Congresso de Fisioterapia baseada em evidências - COFIBE	05/11/2014	29/07/2016	22.100,00	0,00	UFBA	AUDTÓRIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO
2	117/14	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar - CECANE 2014/2015	11/11/2014	02/10/2015	877.336,19	438.668,09	FNDE	SALA DE APOIO	5 PROFESSORES 1 TÉCNICO 4 FUNCIONÁRIOS 1 AUTÔNOMO 4 ALUNOS
2	119/14	Serviço de Controle de Qualidade Higiênico-Sanitário para RLAM	10/11/2014	07/04/2017	135.809,60	13.738,05	PETROBRAS	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES
2	120/14	III colóquio Internacional da Rede Franco Brasileira de pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e informação - Rede Mussi	12/11/2014	23/04/2016	16.150,00	8.780,00	UFBA	AUDITÓRIO	2 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 FUNCIONÁRIOS 1 ALUNO

2	123/14	Qualificação da editoração e internacionalização da Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal	10/11/2014	15/08/2018	96.000,00	16.990,00	RBSPA	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 1 TÉCNICO
1	125/14	Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho CEEEST - 2014	20/11/2014	31/07/2016	382.500,00	224.660,11	UFBA	SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 PESQUISADOR 1 ALUNO
2	126/14	Mapeamento da Dança nas Capitais Brasileiras e no Distrito Federal - 1ª etapa: mapeamento de oito capitais, em 4 regiões do Brasil	27/11/2014	19/02/2016	1.000.000,00	0,00	FUNARTE	sala de apoio	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO 34 ALUNOS
2	127/14	Rede de Laboratórios de Arte, Tecnologia e Inovação	27/11/2014	30/11/2015	484.000,00	180.833,34	MIN. CULTURA	sala de apoio	7 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 12 FUNCIONÁRIOS 1 ALUNO
2	128/14	Festival de Arte Negra, A Cena Tá Preta	28/11/2014	30/03/2015	100.000,00	0,00	FUND. PALMARES	auditório	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 4 PESQUISADORES 1 ALUNO
2	129/14	PRH Nº 52 - Programa de Recursos Humanos em Petróleo e Meio Ambiente da UFBA (PEMA/UFBA)	04/12/2014	16/01/2019	489.249,60	0,00	ANP	sala de apoio	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO 2 PESQUISADORES 14 ALUNOS
2	1/15	Prevenção de sífilis congênita e de transmissão vertical de HIV, hepatites B e C e avaliação da adesão a um programa de planejamento familiar entre mulheres que usam crack na cidade de Salvador-Bahia	31/12/2014	31/03/2016	100.000,00	100.000,00	FNS	sala de apoio laboratório	2 DOCENTES 1 TÉCNICO 1 FUNCIONÁRIO 3 DISCENTES

1	2/15	Curso de Extensão em Saúde Coletiva sobre Atenção Integral à Saúde de Pessoas com Doença Falciforme, na Modalidade EAD	31/12/2014	30/10/2016	1.684.728,00	1.684.728,00	FNS	sala de apoio laboratório	20 DOCENTES 4 TÉCNICOS 1 DISCENTE
1	3/15	Curso de Extensão em Gestão e Salvaguarda da Cultura dos Povos e Comunidades de Terreiro	31/12/2014	30/04/2016	200.000,00	200.000,00	IPHAN	SALA DE AULA	9 DOCENTES 2 TÉCNICOS 2 APOIO ADM.
2	8/15	Estudos e Pesquisas voltadas para Ações de Vigilância e Prevenção a Saúde do Trabalhador	30/01/2015	07/09/2016	100.177,72	100.177,72	MS	sala de apoio laboratório	3 DOCENTES 2 DISCENTES 3 PESQUISADORES
1	9/15	Curso de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva com área de concentração em Epidemiologia em Serviços de Saúde com ênfase em Vigilância em Saúde - Turma 2015	19/03/2015	26/03/2017	743.798,93	743.798,93	FNS	sala de AULA laboratório	22 DOCENTES 1 DISCENTE 2 TÉCNICOS 4 APOIO ADM.
2	11/15	Estudo da Efetividade da Vacina Meningocócica C Conjugada e Caracterização Molecular da Neisseria Meningitidis em Salvador-Ba	19/03/2015	27/04/2016	129.710,59	129.710,59	FNS	sala de apoio laboratório	2 DOCENTES 2 DISCENTES 1 TÉCNICO
1	13/15	Curso de Especialização em Gestão de Finanças Empresariais - Turma 2014-2	07/04/2015	30/10/2016	116.407,50	92.984,02	UFBA	SALA DE AULA	13 DOCENTES 1 TÉCNICO
2	16/15	Estudo das Características clínicas e epidemiológicas da febre de Chikungunya em Feira de Santana e Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia	23/04/2015	26/03/2017	300.000,00	300.000,00	FNS	sala de apoio laboratório	3 DOCENTES 1 DISCENTE 1 TÉCNICO 20 APOIO ADM.

1	17/15	Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Saúde em parceria com a SESCOOP	04/05/2015	02/06/2016	386.750,00	212.500,00	SESCOOP	sala de AULA laboratório	14 DOCENTES 1 DISCENTE 1 APOIO ADM.
1	18/15	Curso de Especialização em Administração Hospitalar e Sistemas em Serviços de Saúde em parceria com AHSEB	21/05/2015	01/08/2016	65.563,00	39.383,00	AHSEB	sala de AULA laboratório	17 DOCENTES 1 DISCENTE 3 TÉCNICOS
1	19/15	Curso de Extensão em Higiene Ocupacional 2015	27/05/2015	31/05/2016	110.160,00	40.415,20	UFBA	SALA DE AULA	9 DOCENTES 9 TÉCNICOS
1	20/15	XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero	24/05/2015	30/05/2016	11.959,50	11.959,50	UFBA	SALA DE AULA	9 DOCENTES
1	21/15	Curso de Contabilidade Gerencial - Foco Controladoria - Turma 5	09/06/2015	30/06/2016	226.596,93	95.133,41	UFBA	SALA DE AULA	12 DOCENTES 1 TÉCNICO
1	22/15	Mestrado Profissional em Engenharia Industrial - Turma 2013.2	12/06/2015	30/09/2016	510.000,00	47.621,25	UFBA	SALA DE AULA	9 DOCENTES 1 TÉCNICO
1	23/15	Curso de Extensão Sociologia da Solidariedade - 2015	17/06/2015	31/03/2016	7.735,00	6.688,42	UFBA	SALA DE AULA	3 DOCENTES

1	24/15	ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	11/08/2015	08/01/2016	59.425,00	59.425,00	MINC	AUDITÓRIO	2 DOCENTES 1 TÉCNICO
1	27/15	VIII Curso de Especialização em Auditoria de Sistema e Serviços de Saúde - Turma 2015	17/08/2015	27/05/2016	212.160,00	51.627,60	UFBA	SALA DE AULA	22 DOCENTES 1 DISCENTE
1	29/15	III Turma do Curso de Especialização Avançada em Neuropsicologia - Turma 2015	28/08/2015	31/12/2016	333.200,00	91.140,00	UFBA	SALA DE AULA	19 DOCENTES 3 TÉCNICOS
1	32/15	Curso de Especialização em Educação com Ênfase em novos aportes Educacionais	02/09/2015	30/06/2016	306.277,01	51.037,86	P.M. JEREMOABO	SALA DE AULA	10 DOCENTES 1 TÉCNICO
1	34/15	Curso de Mestrado Profissional em Administração - Turma 2015	18/09/2015	31/12/2017	382.500,00	267.750,00	IF-SERTÃO- PE	SALA DE AULA	8 DOCENTES 10 DISCENTES 1 TÉCNICO 2 APOIO ADM.
1	36/15	XII CIFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação	18/09/2015	30/09/2016	16.150,00	4.347,00	UFBA	AUDITÓRIO	17 DOCENTES 18 DISCENTES 2 TÉCNICOS
1	37/15	Curso de Especialização em Gestão de Resíduos Sólidos Socialmente Integrada - (GERSI)	18/09/2015	31/12/2016	158.100,00	13.555,38	UFBA	SALA DE AULA	17 DOCENTES 4 TÉCNICOS

1	41/15	Curso de Doutorado Interinstitucional em Administração parceria UFS	19/10/2015	07/06/2019	1.297.412,80	648.706,40	UFS	SALA DE AULA	19 DOCENTES 1 TÉCNICO
1	42/15	Curso de Mestrado Profissional em Administração Turma 2015	19/10/2015	31/12/2017	368.011,56	90.000,00	IFNMG	SALA DE AULA	15 DOCENTES 10 DISCENTES 1 TÉCNICO 1 APOIO ADM.
1	43/15	Curso de Especialização em Engenharia de Construção e Montagem	19/10/2015	30/01/2017	368.056,80	66.912,91	IEL	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	14 DOCENTES 1 ESTAGIÁRIO 1 APOIO ADM
2	44/15	Programa de Treinamento Profissional em Democracia e Governança Democrática	22/10/2015	31/08/2017	115.000,00	0,00	MINC	SALA DE AULA	3 DOCENTES 3 DISCENTES 1 TÉCNICO
1	45/15	Curso de Especialização e, Teoria e Práticas Clínicas em Atenção Psicossocial aos Usuários de Substâncias Psicoativas	05/11/2015	15/10/2017	263.500,00	131.750,00	SENAD	SALA DE AULA	30 DOCENTES 1 DISCENTE 3 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR
2	46/15	Avaliação e Seleção de Obras Didáticas de Língua Estrangeira Moderna (Espanhol e Inglês) para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2017	05/11/2015	01/10/2016	2.567.400,80	1.258.026,39	FNDE	SALA DE APOIO	7 DOCENTES 1 TÉCNICO 50 PESQUISADORES
2	47/15	Centro de Referência Regional da Aliança de Redução de Danos - Fátima Cavalcanti	05/11/2015	18/08/2016	363.321,61	181.660,80	SENAD	SALA DE APOIO	10 DOCENTES 2 DISCENTES 1 TÉCNICO

1	48/15	Curso de Mestrado Profissional em Administração em parceria com a CGU	05/11/2015	13/08/2018	605.901,78	200.000,00	CGU	SALA DE AULA	21 DOCENTES 3 DISCENTES 1 TÉCNICO
1	49/15	Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania para Membros do Ministério Público do Estado da Bahia	10/11/2015	15/05/2017	467.500,00	103.125,11	MP-BA	SALA DE AULA	31 DOCENTES 2 TÉCNICOS 1 APOIO ADM.
1	50/15	Turma Especial de Doutorado Interinstitucional DINTER/CAPEs do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências/UFBA e o IFBA	10/11/2015	31/07/2020	750.000,00	0,00	IFBA	SALA DE AULA	21 DOCENTES 1 TÉCNICO
2	51/15	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar 2015-2016	10/11/2015	23/06/2016	699.260,04	0,00	FNDE	SALA DE APOIO	3 DOCENTES 8 DISCENTES 1 TÉCNICO 2 APOIO ADM
2	53/15	Coleção de Livros do Programa Cultura e Pensamento	13/11/2015	17/12/2016	270.356,16	0,00	MINC	SALA DE APOIO	2 DOCENTES 1 DISCENTE 1 TÉCNICO
1	54/15	Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - 2015	18/11/2015	22/12/2017	856.400,00	0,00	FNDE	SALA DE AULA	24 DOCENTES
2	55/15	Elaboração de Laudo Técnico sobre Fluxo Máximo de Nafta, Eteno, Bezeno e Propeno na Braskem	24/11/2015	19/10/2016	28.050,00	28.050,00	BRASKEM	SALA DE APOIO	3 DOCENTES 2 DISCENTE
2	56/15	Financiamento e Fomento da Cultura no Brasil: Estados e Distrito Federal	01/12/2015	23/10/2016	468.970,00	0,00	MINC	SALA DE APOIO	2 DOCENTES 5 DISCENTES 1 TÉCNICO 5 PESQUISADORES

1	57/15	Curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação	11/12/2015	21/04/2017	126.000,00	126.000,00	MCTI	SALA DE AULA	13 DOCENTES 1 DISCENTE
2	59/15	Educação em Saúde da(o) Trabalhadora(or) da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS	17/12/2015	20/03/2017	1.096.000,00	0,00	FNS	SALA DE AULA SALA DE APOIO	2 DOCENTES 1 DISCENTE
2	60/15	PRH 08 - Programa de Pós-Graduação e Graduação em Geofísica e Geologia para o setor de Petróleo e Gás	30/12/2015	25/03/2019	223.196,10	0,00	ANP	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 DOCENTES 4 DISCENTES 1 PESQUISADOR

Fonte: PROPLAN/CCConv/NAe – NAC

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RETIRADAS DO SIAFI, A PARTIR DOS LANÇAMENTOS FEITOS PELO ccf/ufba.

como medida de economicidade e otimização da informação os dados dos quadros foram anexados

QUADRO 062 - RELAÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO APOIADOS CONFORME A LEI 8.958/94 COM RECURSOS DEPOSITADOS EM CONTA ESPECÍFICA NAS FUNDAÇÕES E PUBLICADOS NO INCOM.

TIPO	Nº CONTRATO	OBJETO	VALOR	VIGÊNCIA	RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS PERTENCENTES À IFES ENVOLVIDOS	
						Materiais	Humanos
1	11-6-123	Curso de Aperfeiçoamento em Pavimentação Rodoviária	216.000,00	24/05/2016	alunos	SALAS AULA	21 PROFESSORES 1 FUNCIONÁRIO

Fonte: PROPLAN/CCConv/NAE - NAC

- Trata-se de recursos transferidos para as Fundações de Apoio através de contratos à época publicados no INCOM.

ANEXO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS